

# **EDUCAÇÃO E MULTIDISCIPLINARIDADE**

**VOL. 1**

## PEMBROKE COLLINS

### EDITORIAL BOARD

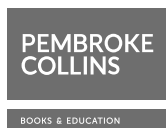
PRESIDENT	Felipe Dutra Asensi
MEMBERS	Adolfo Mamoru Nishiyama (UNIP, Brazil)
	Adriano Moura da Fonseca Pinto (UNESA, Brazil)
	Adriano Rosa (USU, Brazil)
	Alberto Shinji Higa (Procuradoria Geral de Jundiá, Brazil)
	Alessandra T. Bentes Vivas (DPRJ, Brazil)
	Arthur Bezerra de Souza Junior (UNINOVE, Brazil)
	Aura Helena Peñas Felizzola (Universidad de Santo Tomás, Colombia)
	Carlos Mourão (PGM, Brazil)
	Claudio Joel B. Lossio (Universidade Autónoma de Lisboa, Portugal)
	Coriolano de Almeida Camargo (UPM, Brazil)
	Daniel Giotti de Paula (INTEJUR, Brazil)
	Danielle Medeiro da Silva de Araújo (UFSB, Brazil)
	Denise Mercedes N. N. Lopes Salles (UNILASSALE, Brazil)
	Diogo de Castro Ferreira (IDT, Brazil)
	Douglas Castro (Foundation for Law and International Affairs, United States)
	Elaine Teixeira Rabello (KIT, Netherlands)
	Glaucia Ribeiro (UEA, Brazil)
	Isabelle Dias Carneiro Santos (UFMS, Brazil)
	Jonathan Regis (UNIVALI, Brazil)
	Julian Mora Aliseda (Universidad de Extremadura, Spain)
	Leila Aparecida Chevchuk de Oliveira (TRT 2ª Região, Brazil)
	Luciano Nascimento (UEPB, Brazil)
	Luiz Renato Telles Otaviano (UFMS, Brazil)
	Marcelo Pereira de Almeida (UFF, Brazil)
	Marcia Cavalcanti (USU, Brazil)
	Marcio de Oliveira Caldas (FBT, Brazil)
	Matheus Marapodi dos Passos (Universidade de Coimbra, Portugal)
	Omar Toledo Toribio (Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Peru)
	Ricardo Medeiros Pimenta (IBICT, Brazil)
	Rogério Borba (UVA, Brazil)
	Rosangela Tremel (JusCibernética, Brazil)
	Roseni Pinheiro (UERJ, Brazil)
	Sergio de Souza Salles (UCP, Brazil)
	Telson Pires (Faculdade Lusófona, Brazil)
	Thiago Rodrigues Pereira (Novo Liceu, Portugal)
	Vania Siciliano Aieta (UERJ, Brazil)

ORGANIZADORES:

CLAUDIA LIMA MONTEIRO, GUTIANNA MICHELLE DE OLIVEIRA DIAS,  
LUCAS MANOEL DA SILVA CABRAL, NARA RÚBIA ZARDIN

# EDUCAÇÃO E MULTIDISCIPLINARIDADE

**VOL. 1**



DEERFIELD BEACH, FL – UNITED STATES  
PEMBROKE COLLINS  
2022

Copyright © 2022

Claudia Lima Monteiro, Gutianna Michelle de Oliveira Dias,  
Lucas Manoel da Silva Cabral, Nara Rúbia Zardin (orgs.)

EDITORIAL PRESIDENCY Felipe Asensi

PUBLISHING Felipe Asensi

EDITORIAL COORDINATION Vanessa Abraim

PROOFREADING Pembroke Collins' Team

GRAPHIC PROJECT AND COVER Diniz Gomes

FORMATTING Diniz Gomes

## PEMBROKE COLLINS

1191 E Newport Center Dr #103 - Deerfield Beach

FL 33442 - United States

info@pembrokecollins.com

www.pembrokecollins.com

ALL RIGHTS RESERVED

No part of this book can be used or reproduced by any means without this Publisher's written permission.

FINANCING

This book was financed by the International Council for Higher Studies in Law (CAED-Jus), by the International Council for Higher Studies in Education (CAEduca) and by Pembroke Collins.

All books are submitted to the peer view process in double blind format by the Publisher and, in the case Collection, also by the Editors.

E24

Educação e multidisciplinaridade / Claudia Lima Monteiro, Gutianna Michelle de Oliveira Dias, Lucas Manoel da Silva Cabral e Nara Rúbia Zardin (org.). – Deerfield Beach, Florida: Pembroke Collins, 2022.

v. 1; 356 p.

ISBN 979-8-88670-004-6

1. Educação. 2. Conhecimento. 3. Multidisciplinaridade. I. Monteiro, Claudia Lima (org.). II. Dias, Gutianna Michelle de Oliveira (org.). III. Cabral, Lucas Manoel da Silva (org.). IV. Zardin, Nara Rúbia (org.).

CDD 370

Librarian: Aneli Beloni  
CRB7 049/21

# SUMÁRIO

<b>ARTIGO - ARTES E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>13</b>
O IMPACTO DO ADVENTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS SOBRE PROFISSÕES EXTINTAS OU EM EXTINÇÃO.....	15
<i>Edjane Sales de Freitas Lisboa</i>	
<b>ARTIGOS - CRIMINOLOGIA E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>29</b>
DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA À VIOLÊNCIA ESCOLAR: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DO COMPORTAMENTO VIOLENTO NA ESCOLA.....	31
<i>Maria Alice Canzi Ames</i>	
PERSPECTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO ALICIAMENTO DE MENORES PARA FINS SEXUAIS, NA INTERNET .....	47
<i>Antonio Lisboa de Castro Viana Sobrinho</i>	
A EVENTUAL INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO DEVIDO PROCESSO LEGAL NAS DECISÕES SUBMETIDAS AO TRIBUNAL DO JÚRI.....	63
<i>Maria Stephanie Bezerra Camacho</i> <i>Felipe de Magalhães Carvalho</i>	
<b>ARTIGO - CULTURA E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>81</b>
ONDE ESTÁ O FEMINISMO NAS ESCOLAS?.....	83
<i>Sílvia Cristina de Vargas</i> <i>Stéfani Machado Romero</i>	
<b>ARTIGO - DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>97</b>

A INTERDISCIPLINARIDADE NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO, DA  
CIÊNCIA E NA APRENDIZAGEM.....99

*Gabrielli Steinhawser Machado Sanches*

*Raimundo Nonato Cunha de França*

*Sandra Gilene Steinhawser Machado Sanches*

**ARTIGOS - DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO.....115**

SOBRE OS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM SOCIEDADES  
CARACTERIZADAS PELA DESIGUALDADE SOCIAL.....117

*Edna Raquel Hogemann*

AVANÇOS OU RETROCESSOS DOS DIREITOS DAS MULHERES: UMA  
ANÁLISE PERANTE O ADVENTO DA LEI Nº 13.467/17.....136

*Jade Silva Machado Gomes*

*Dinara de Arruda Oliveira*

**ARTIGO - ECONOMIA E EDUCAÇÃO.....155**

DA LIBERDADE DE FORMA NAS CESSÕES DE CRÉDITO DE PRECATÓRIOS .....157

*Isabella Hissae Bittencourt Fokuda*

*Nilson Tadeu Reis Campos Silva*

**ARTIGO - FILOSOFIA E EDUCAÇÃO.....173**

FAVELIZAÇÃO: UMA CHAGA SOCIAL.....175

*Luana Neves da Fonseca*

*Maria Clara Rojas Cabral*

**ARTIGOS - LITERATURA E EDUCAÇÃO.....183**

EXILIO POLÍTICO Y DICTADURA MILITAR EN "APESAR DE VOCÊ", DE  
CHICO BUARQUE, Y "SOLEDADES", DE PACO URONDO: UN ANÁLISIS  
COMPARATIVO.....185

*José Henrique Aquino de Souza*

ANÁLISIS DEL CUENTO "LA ABUELITA Y EL PUENTE DE ORO", DE  
CLARIBEL ALEGRÍA, Y EL PAPEL DE LA MUJER EN CONTEXTO DE  
GUERRA CIVIL EN EL SALVADOR.....202

*José Henrique Aquino de Souza*

**ARTIGO - MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO..... 213**

MUDANÇAS CLIMÁTICAS: SEUS IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS  
AFETANDO A GOVERNANÇA E GESTÃO DAS CIDADES .....215

*Glauco Robson Vicente*

**ARTIGOS - SAÚDE E EDUCAÇÃO..... 225**

CATÁSTROFE AMBIENTAL CAUSADA PELA COVID-19 VINCULADA À  
SOCIEDADE DE RISCO NA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL..... 227

*José Nivon da Silva*

A SAÚDE MENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA APRENDIZAGEM ..... 245

*Luzanilde Oliveira Aguiar*

*Willianny de Souza Silva*

REFLEXÕES ACERCA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO POPULAR EM  
SAÚDE.....257

*Diego Freitas da Silva*

REDE DE ENFRENTAMENTO E PROTEÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES  
DE INTIMIDADE: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM DE  
UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DA BAHIA.....269

*Vivian Ranyelle Soares de Almeida*

*Glessia Carneiro Guimarães*

*Sinara de Lima Souza*

*José Eduardo Ferreira Santos*

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM COMPROMISSO  
ÉTICO-POLÍTICO DA PSICOLOGIA.....289

*Camila Louise Baena Ferreira*

**RESUMOS..... 309**

DERMATOSCOPIA NA DETECÇÃO DO CÂNCER DE PELE E A ATENÇÃO  
BÁSICA DE SAÚDE..... 311

*Nancy Vieira Ferreira*

SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA.....317

*Estela Douvletis*

PROTOCOLO DAS MORDEDURAS POR ANIMAIS NA SAÚDE PÚBLICA E A SUBNOTIFICAÇÃO.....	321
<i>Nancy Vieira Ferreira</i>	
OS CRIMES DE FRAUDE E ESTELIONATO NO AMBIENTE VIRTUAL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	324
<i>Ana Gabrielly de Lima Lopes</i>	
O PRESIDENTE DA JUNTA COMO INTERVENTOR SOCIAL: A RELEVÂNCIA DA IDENTIDADE NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS.....	330
<i>Carla Maria de Bastos Borrões</i>	
GÊNERO, SABER E PRÁXIS: RUMO A UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL.....	335
<i>Marcelle Regina de Assis Sousa</i>	
ERA UMA VEZ, NÃO ERA UMA VEZ: AS LINHAS DE GÊNERO NAS OBRAS LITERÁRIAS.....	341
<i>Brenda Cristina da Silva e Silva</i> <i>Fabírcia Vellasquez Paiva</i>	
MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO: RELAÇÃO NECESSÁRIA A PARTIR DA PERSPECTIVA DA AGENDA 2030.....	346
<i>Maria Aparecida Fernandes</i>	
POR UMA EDUCAÇÃO CONSTRUTIVA DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: REVISITANDO O CONSTITUCIONALISMO IMPERIAL EM FACE DA DOUTRINA DA EFETIVIDADE E DA CULTURA JURÍDICA DE ENSINO HODIERNO.....	351
<i>Pablo Lemos Carlos Sant' Anna</i> <i>Juliana de Souza Ribeiro</i>	

## CONSELHO CIENTÍFICO DO CAEduca

- Adriano Rosa (USU)
- Antonio Gasparetto (IFSMG)
- Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo (UEA)
- Fabiana Eckhardt (UCP)
- Felipe Asensi (UERJ)
- Glaucia Ribeiro (UEA)
- Jardelino Menegat (UniLassale)
- Jose Miranda (UNIMB)
- Marcelo Mocarzel (UniLassale)
- Marcia Cavalcanti (USU)
- Rafael Bastos de Oliveira (UCP)
- Robert Segal (Unirio)
- Rosangela Tremel (Unisul)
- Sergio Salles (UCP)
- Thiago Mazucato (FUNPEPE)



## SOBRE O CAEduca

O **Conselho Internacional de Altos Estudos em Educação (CAEduca)** é iniciativa consolidada e reconhecida de uma rede de acadêmicos para o desenvolvimento de pesquisas e reflexões interdisciplinares de alta qualidade em educação.

O **CAEduca** desenvolve-se via internet, sendo a tecnologia parte importante para o sucesso das discussões e para a interação entre os participantes através de diversos recursos multimídia.

O evento é um dos principais congressos acadêmicos do mundo e conta com os seguintes diferenciais:

- Abertura a uma visão multidisciplinar e multiprofissional sobre a educação, sendo bem-vindos os trabalhos de acadêmicos de diversas formações
- Democratização da divulgação e produção científica;
- Publicação dos artigos em livro impresso (com ISBN Americano), com envio da versão virtual aos participantes;
- Galeria com os selecionados do Prêmio **CAEduca** de cada edição;
- Interação efetiva entre os participantes através de ferramentas via internet;
- Exposição permanente do trabalho e do vídeo do autor no site para os participantes
- Coordenadores de GTs são organizadores dos livros publicados

O Conselho Científico do **CAEduca** é composto por acadêmicos de alta qualidade no campo do educação em nível nacional e internacional.

Em 2022, o **CAEduca** organizou o seu tradicional **Congresso Interdisciplinar de Direitos Humanos e Educação (CDHE 2022)**, que ocorreu entre os dias 09 e 11 de março de 2022 e contou com 54 Grupos de Trabalho com mais de 220 artigos e resumos expandidos de 17 universidades e 14 programas de pós-graduação *stricto sensu*. A seleção dos trabalhos apresentados ocorreu através do processo de *peer review* com *double blind*, o que resultou na publicação dos 8 livros do evento.

Esta publicação é financiada por recursos do Conselho Internacional de Altos Estudos em Direito (CAED-Jus), do Conselho Internacional de Altos Estudos em Educação (CAEduca) e da Editora Pembroke Collins e cumpre os diversos critérios de avaliação de livros com excelência acadêmica.

# **ARTIGO - ARTES E EDUCAÇÃO**



# O IMPACTO DO ADVENTO DAS NOVAS TECNOLOGIAS SOBRE PROFISSÕES EXTINTAS OU EM EXTINÇÃO

*Edjane Sales de Freitas Lisboa<sup>1</sup>*

## INTRODUÇÃO

A “aceleração contemporânea”, conceito elaborado pelo professor Milton Santos (2002) ao descrever o ritmo acelerado e contínuo das grandes mudanças do mundo contemporâneo, impõe-nos constantes desafios, proporcionais às grandes e significativas transformações pelas quais passa a humanidade.

Nos tempos hodiernos a tecnologia é o principal fator para criação e extinção de algumas profissões. Contudo, ela não é a única. Colaboram ainda, nesse contexto, fatores econômicos, políticos e culturais. Como exemplo, os motoboys, uma categoria numerosa no Brasil de hoje, que surgiu em decorrência do processo de urbanização e do crescente desemprego formal.

---

1 Formação em Pedagogia pelas Faculdades Integradas Olga Mettig. Especialista em Gestão de Pessoas pelas Faculdades Integradas Olga Mettig. Especialista em Educação Ambiental com Ênfase em Espaços Educadores Sustentáveis pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Pós-graduada em Psicanálise pela Faculdade FAMART. Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad de la Integración de las Américas (UNIDA).

Um exemplo interessante de profissão quase extinta é a dos alfaiates. Consta-se que houve uma época em que os homens recorriam a este prestigiado serviço em virtude de sua tradição. Destarte, as oficinas de confecção funcionavam como espaços de sociabilidade, como ponto de encontro para seus frequentadores e como espaço de discussões. Nesse período, o alfaiate era imprescindível; hoje, o trabalho manual não consegue atender à demanda de roupas de uma sociedade industrializada, e se percebe que a profissão entrou em declínio.

Vale ressaltar que as atividades culturais são, também, importantes geradoras de emprego, e que não estão, necessariamente, ligadas ao desenvolvimento tecnológico. No caso brasileiro, o carnaval como um evento que emprega sazonalmente milhares de pessoas em diversos setores é um bom exemplo.

O fácil acesso aos meios de comunicação e a grande circulação das informações aumentaram o interesse pela renovação contínua do conhecimento, num processo constante de mudanças de princípios e conceitos. Este constante desenvolvimento tecnológico acabou gerando uma verdadeira revolução em diversas profissões. Profissões que existiam há vinte anos, hoje não existem mais, ou se existem estão passando por algum tipo de transformação devido à era digital. Outras que não existiam, hoje são uma realidade e muitas outras profissões certamente surgirão nos próximos anos.

Em muitos casos, o uso da mão de obra está sendo substituído pela tecnologia. Muitas profissões acabaram desaparecendo ou podem correr o risco do desaparecimento como é o caso dos vaqueiros no sertão do Nordeste brasileiro, substituídos por pilotos de motocicleta; telefonistas por atendimento eletrônico; caixas de banco por caixa rápido; os carteiros por e-mails e correspondência eletrônica. As mudanças tecnológicas estão fazendo uma grande diferença para outras profissões, tais como o telemarketing, profissionais da área médica, na área da educação e tantos outros.

Se muitas profissões foram extintas e se outras se desenvolveram com o advento das novas tecnologias, há ainda o grupo das novas profissões que surgiram, como os administradores de comunidades virtuais; bibliotecários de bibliotecas virtuais; profissionais da internet como web designer, especialista em redes sociais, entre inúmeros outros.

As inovações tecnológicas trouxeram profundas mudanças para a sociedade e isso se estende ao mercado de trabalho. É possível afirmar que por vezes as novas tecnologias dão a ideia de que geram desemprego. No entanto, é perceptível uma mudança nos tipos de vagas disponíveis e a exigência de novas qualificações para os postos de trabalho, e isso faz com que os profissionais das mais diversas áreas tenham o desafio de se mostrar competentes e inovadores, talvez em novas áreas de atuação, para garantir o seu espaço em meio à contínua e crescente inovação tecnológica.

## 1. EXEMPLO E BREVE HISTÓRICO DE UMA MARCANTE PROFISSÃO DO SÉCULO XX. O CASO DE SALVADOR, BAHIA

Tendo em vista a “baianidade” e suas humanidades, o foco da pesquisa terá sua ênfase voltada para a histórica e cultural profissão de fotógrafo ambulante, que contribuiu, especialmente em todo século XX, para a construção da identidade individual e coletiva da cultura e do cenário soteropolitano, tendo em vista o registro e a preservação das memórias.

A fotografia causou, indiscutivelmente, o maior impacto na história das iconografias do século XIX e provocou uma verdadeira revolução na questão da representação. O confronto entre o sujeito e o mundo, intermediado por uma prótese, estranha e revolucionária, propiciou um resultado imagético – a fotografia – que além de ser extraordinário potencial estético, conduz à conscientização e à reflexão.

O fragmento da realidade gravado na fotografia representa o congelamento do gesto e da paisagem, e portanto a perpetuação de um momento, em outras palavras, da memória: memória do indivíduo, da comunidade, dos costumes, do fato social, da paisagem urbana, da natureza (KOSSOY, 2001, p. 155).

Surge, então, o cronista dos espaços públicos nas cidades brasileiras a partir do século XIX. O fotógrafo lambe-lambe teve um importante papel na democratização e popularização do retrato fotográfico da nossa sociedade.

Antigamente, os fotógrafos que ficavam nas praças de algumas cidades brasileiras usavam um tipo de filme chamado de gelatina. Na hora de pôr na máquina, era preciso passar a ponta da língua, para saber qual o lado certo para fazer a foto. Daí surgiu o nome lambe-lambe, e também a prática de colar com a língua e lambe uma pequena placa contendo a data do dia em que se tirou a foto em fotos que deviam ser datadas. Outros explicam que o nome vem do teste que se fazia, lambendo, para se detectar em que lado estava a emulsão de uma chapa, filme ou papel sensível; o lado que produzisse o aspecto de colagem era o da emulsão.

Constata-se, ainda, que em épocas passadas era obrigatório fotografar alguns documentos com datas. Para afixar datas nas fotografias, havia plaquinhas feitas em papel fotográfico, que deveriam ser coladas no negativo da foto do cliente. A aderência da plaquinha de data com o negativo era feita pela passagem da língua no papel.

A capital da Bahia é, repetidas vezes, divulgada como um polo centralizador de uma prodigiosa e fascinante cultura. Grandes personalidades de Salvador e o povo soteropolitano são, sem dúvida, responsáveis por levar o nome da cidade para muito além das fronteiras nacionais. Com seus 465 anos de existência, a “Roma Negra” é dona de uma rica e extensa história cultural. Porém, a cidade conta com um interessante fenômeno que foi e é muito pouco explorado, para não dizer completamente ignorado. Tal fenômeno possui um forte apelo turístico, uma vez que contribui na preservação da memória coletivo-individual e compõe o cenário artístico-histórico-cultural da cidade.

A Praça da Piedade, no centro histórico da cidade, além de abrigar um variado conjunto arquitetônico, dá espaço para um grupo de profissionais muito raros na atualidade. Esses profissionais fizeram e fazem parte da história da cidade em pelo menos dez décadas. O romantismo e o glamour da cidade receberam um toque todo especial dos fotógrafos itinerantes.

## 2. UMA PROFISSÃO AGONIZANTE

Entretanto, o espaço geográfico ficou limitado à Praça da Piedade e a apenas dois remanescentes e heroicos lambe-lambes que trabalharam no referido espaço.

Esses profissionais, facilmente identificáveis com suas câmeras – que eram “caixotes” de madeira, com uma lente em fole de um lado e o tradicional pano preto do lado oposto – ficaram algumas décadas, experimentando a agonia de um processo intenso de extinção.

Com o desenvolvimento de tecnologias fotográficas modernas, como o padrão digital, o profissional lambe-lambe passou a ter sérias dificuldades na concorrência e manutenção de sua histórica, marcante e bela profissão. A praticidade, a rapidez e o baixo preço das novas tecnologias acabaram por, pouco a pouco, condenar esse tipo de fotógrafo.

Evidenciam-se poucos estudos e pesquisas sobre o fotógrafo de jardim, dado a importância desta profissão, que contribuiu significativamente nas construções históricas e culturais de nossa sociedade.

Há um descaso e indiferença lamentáveis no que tange à valorização e preservação desses e também de outros ícones do povo por parte das elites políticas locais e nacionais, aliado ao modernismo tecnológico. O intenso e irreversível avanço das tecnologias deve ser bem administrado, visando o homem e sua preservação em todos os âmbitos da sua existência. Caso contrário, as novas tecnologias poderão minar e destruir a poesia, a arte, o legado, o ofício, a essência humana e até mesmo a vida desses e de outros preciosos personagens histórico-profissionais.

### 3. A INFLUÊNCIA DAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS. UM BREVE HISTÓRICO

Este artigo intenta dar maior ênfase, problematizar e refletir como se deu e se dá o processo de quase extinção da profissão do fotógrafo ambulante no bojo da Terceira Revolução Industrial, tendo como cenário a globalização e o conseqüente impacto do advento das novas tecnologias sobre a profissão do lambe-lambe e as saídas e alternativas por eles encontradas. A Revolução Industrial consistiu em um conjunto de mudanças tecnológicas com profundo impacto no processo produtivo em nível econômico e social. Iniciada na Grã-Bretanha em meados do século XVIII, expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX.

De acordo com a teoria de Karl Marx, a Revolução Industrial integrou o conjunto das chamadas Revoluções Burguesas do século XVIII, responsáveis pela crise do Antigo Regime, na passagem do capitalismo

comercial para o industrial. Para Marx, o capitalismo seria um produto da Revolução Industrial e não sua causa. Ele fez uso do materialismo histórico, no qual intenciona mostrar a história das sociedades humanas, em suas épocas, através dos fatos materiais, principalmente econômicos. Ao investigar a história humana, ele e seu amigo Friedrich Engels escreveram (*apud* RODRIGUES, 2004, p. 37) que “[...] a história humana é a história da relação dos homens com a natureza e dos homens entre si [...]. Aparecendo como elemento intermediário o trabalho humano”.

A partir da máquina, fala-se numa primeira, numa segunda e até terceira e quarta Revoluções Industriais. Porém, concebendo-se a industrialização como um processo, seria mais coerente se falar num primeiro momento (energia a vapor no século XVIII), num segundo momento (energia elétrica no século XIX) e num terceiro e quarto momentos, representados, respectivamente, pela energia nuclear e pelo avanço da informática, da robótica e do setor de comunicações ao longo dos séculos XX e XXI.

Atualmente, vivencia-se a terceira e quarta Revolução Industrial, que trazem enormes e profundas transformações para a classe trabalhadora, para a sociedade em geral e para toda a humanidade. Pode-se exemplificar e ratificar como consequência direta dessas revoluções, no âmbito sociotrabalhista, um processo de extinção ou quase extinção de profissões historicamente importantes tais como: a mulher rendeira, o alfaiate, o marceneiro, o poeta de rua, o sapateiro, o oleiro, o fotógrafo ambulante dentre outros.

Hoje, um fantasma ronda a vida dos trabalhadores: o desemprego. Para muitos estudiosos, trata-se de um desemprego estrutural, isto é, causado pelas transformações que vêm ocorrendo no padrão ou modelo de desenvolvimento produtivo e tecnológico que predomina nos países capitalistas avançados. Tais mudanças afetam o conjunto do mundo do trabalho.

A ideia de Terceira Revolução Industrial é caracterizada por uma redução expressiva dos custos de produção e de preço dos produtos automatizados e pela aceleração do ritmo de produção. A diminuição de determinados postos de trabalho e o surgimento de outros é uma característica do capitalismo globalizado sendo observada também na conjuntura da Primeira e da Segunda Revolução Industrial.

Nesse contexto, a globalização e o neoliberalismo formatam e determinam as relações de trabalho, a existência, manutenção, surgimento ou

extinção de determinadas profissões, atingindo diretamente o humanizado e importante ofício de lambe-lambe.

#### 4. RATIFICANDO A RELEVÂNCIA DO TEMA

Não muitas são as preocupações e interesses demonstrados nos documentários, artigos e livros que versam sobre a temática do impacto do advento da nova tecnologia sobre a profissão do lambe-lambe e outras profissões que se encontram no mesmo processo de extinção. Há uma notória indiferença e negligência histórico-sociocultural sobre o assunto por parte dos órgãos públicos, no sentido de resgatar e apoiar o ofício de fotógrafo popular.

É importante, assim, todo esforço público-privado para que a memória da fotografia de rua e seus profissionais não desapareçam. Para tanto, faz-se necessária uma urgente e ampla discussão social que aborde o fenômeno sociomundial da globalização e a poderosa Terceira Revolução Industrial que vem transformando as estruturas gerais das sociedades e as mentalidades contemporâneas sem se preocupar com a alteridade do ser e o respeito e preservação de sua cultura.

É pertinente e plausível refletir como a Revolução atual da indústria poderia e deveria abraçar uma política de desenvolvimento sustentável, de capitalismo social multilateral que centralizasse de fato o homem, a cada produção.

A preocupação e a importância da preservação das profissões para a vida social, histórica, cultural, econômica e psicológica são fatores que estimulam a investigação do tema proposto. Sendo assim, a importância da pesquisa ensejada se faz significante.

É fulcral refletir como a Revolução Industrial causa um grande impacto socioeconômico e cultural quando da sua implementação, até os dias hodiernos, bem como entender a relação entre a tradição cultural-econômica e a terceira e quarta revoluções, demonstrando, através da cultura, como o profissional lambe-lambe resistiu por décadas às mudanças impostas pelo neoliberalismo globalizado.

#### 5. REFLEXÕES TEÓRICAS

A fundamentação de uma sociedade passa diretamente pela preservação de sua história e cultura. A fotografia se constitui como uma

importante ferramenta de manutenção da memória de uma localidade. Uma cidade como Salvador-BA, possuidora de uma história tão longa quanto rica em detalhes, deveria dar o devido valor à prática e à pesquisa da fotografia.

Sabemos que “a maioria das fotos [...] têm como objeto, aquilo que se sabe estar ameaçado de desaparecer” Debray (1993, p. 28). Portanto, a preservação da atividade fotográfica é ponto-chave na manutenção do patrimônio histórico-cultural de uma sociedade. Kossoy afirma:

Quaisquer que sejam os conteúdos das imagens, devemos considerá-las sempre como fontes de abrangência multidisciplinar. Fontes de informação decisivas para seu respectivo emprego nas diferentes vertentes de investigação histórica, além, obviamente, da própria história da fotografia. As imagens fotográficas, entretanto, não se esgotam em si mesmas, pelo contrário, elas são apenas o ponto de partida, a pista para tentarmos desvendar o passado (1999, p. 21).

Preservando momentos passados, a fotografia se constitui em uma importante peça da cultura. Um povo só possui uma identidade graças à salvaguarda de sua história, costumes e tradições. A cultura local é transmitida de gerações a gerações e, mesmo com as adaptações que esta cultura possa sofrer, ela só se constitui, verdadeiramente, através da preservação histórica. Surge aí a fotografia como ferramenta dessa preservação. Imortalizando instantes, ela contribui com o melhor entendimento de um povo a respeito de sua história. Nota-se que o estudo da fotografia é de grande importância para quaisquer sociedades que desejam saber mais de sua existência. Kossoy (1999, p. 21) ainda coloca: “entendemos ser o estudo das imagens uma necessidade; um caminho a mais para a elucidação do passado humano.”

Percebe-se, então, a grande importância e a urgente necessidade de preservação dos fotógrafos lambe-lambes diante de forças gigantescas a eles impostas em franca oposição. É importante destacar que grandes escritores e intelectuais brasileiros e estrangeiros se preocupam com a herança, a importância e agonia dos lambe-lambes, retratando o surgimento, o auge, as contribuições, as permanências e rupturas, o legado e a decadência desses ícones da Praça Pública Nacional.

## 6. UMA PROFISSÃO QUASE EXTINTA E SEU POTENCIAL TURÍSTICO

Um grupo de profissionais como os fotógrafos lambe-lambes não se encontra facilmente. A gradativa extinção que a profissão sofreu faz com que as máquinas de fole, com seu visual romântico, sejam encontradas, na maioria das vezes, apenas na memória daqueles que tiveram o prazer de conhecê-las nos seus tempos áureos.

Em sua perseverante tradição, muitos fotógrafos ambulantes contribuíram de modo significativo para o turismo em Salvador, através do natural charme e romantismo, emanados de suas máquinas tripés, instaladas no passado em várias praças da cidade.

Salvador possui um grande potencial turístico, sendo, inclusive, classificada na pesquisa da EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo, como um dos três destinos turísticos mais importantes do país. As ações voltadas para o turismo em Salvador são diversificadas, especialmente no que tange ao turismo cultural, visando o resgate, a memória e a valorização da cultura soteropolitana.

Mas é inevitável que de cada procedimento técnico, exercido com amor e rigor, se desprenda uma poesia específica. Mais ainda no caso da fotografia, cujo vocabulário já participa da magia poética – a gelatina, a imagem latente, o pancromático – e cujas operações se assimilam naturalmente às da criação poética – a sensibilização pela luz, o banho revelador, o mistério da claridade implícita no opaco, da sombra representada pelo translúcido – ó Mallarmé! (ANDRADE, 1952, p. 204).

Abrem-se aí a perspectiva e a possibilidade de criação de um projeto que, além de preservar o trabalho dos fotógrafos, criaria mais um fator condicionante ao turismo cultural. Os lambe-lambes têm – pelo romantismo da profissão – um forte atrativo turístico, e isso pode ser aproveitado, utilizando esses profissionais de maneira estratégica. A profissão de lambe-lambe ainda é bastante viável se associada a eventos culturais e turísticos, permitindo explorar o grande apelo desse tipo de profissional: imortalizar momentos especiais de maneira, igualmente, especial.

Não se observou nenhuma ação concreta por parte do poder público municipal ou estadual no sentido de resgatar, manter e valorizar de alguma forma o trabalho dos lambe-lambes. O que se constata são descaso e indiferença.

Contudo, a diminuição das possibilidades profissionais dos lambe-lambes não está associada à ausência de importância desses profissionais. Essenciais no desenvolvimento da fotografia no Brasil, esses fotógrafos colaboraram com seu saber técnico e com sua imensa capacidade de improvisação. Sua extinção está, sim, relacionada diretamente com o impacto do advento da nova tecnologia sobre a sua profissão, onde pode ser percebida a Terceira Revolução Industrial que tende a substituir a ação humana pela tecnologia de ponta; a produção artesanal e afetiva pela produção em massa; a cultura tradicional pela cultura artificial-industrial. Na visão neoliberal-unilateral uma não pode conviver com a outra. É o predador capitalismo-industrial impondo o seu poder ideológico-político e econômico sobre as massas, encontrando resistência e resiliência nos remanescentes.

## 7. PESQUISA DE CAMPO. ENTREVISTA COM UM PROFISSIONAL EM EXTINÇÃO

Infelizmente, os guerreiros lambe-lambes foram extintos, perdendo, definitivamente, seu espaço, enquanto profissional atuante, não só no cotidiano cidadão, mas no contexto da contribuição histórico, artístico e cultural da cidade do Salvador.

Observou-se, ao final da década de 1990, na Praça da Piedade, em Salvador, a permanência e o trabalho de apenas dois lambe-lambes. Um deles preferia ser fiel à sua tecnologia tradicional e assíduo ao seu trabalho histórico. Segundo relatos desses heróis da resistência, eles foram os últimos em toda a cidade, e trabalharam nesta profissão por mais de 50 anos.

Entre as décadas de 1920 e 1980 do século passado, existiam mais de 170 lambe-lambes espalhados pela cidade. Somente na Praça da Piedade existiam mais de 60. Nos tempos áureos de profissão, na década de 1960 e 1970, o senhor Antônio Souza e o senhor Aberto Barbosa atendiam cerca de 70 pessoas por dia, cada um.

É importante mencionar que, segundo entrevistas, a pouca clientela que ainda restava à época era fiel e tradicional ao lambe-lambe, e que os

próprios clientes levavam seus filhos e netos para perpetuar essa cultura que tanto marcou a sociedade baiana.

Vale relatar que, segundo um cliente entrevistado, a tecnologia digital é considerada de qualidade inferior ao lambe-lambe, porque a fotografia “artesanal” era feita com apreço e dedicação, e que se sentia melhor e mais valorizado pelos fotógrafos da praça, além da afetividade de décadas e o charme lambe-lambe, proporcionados ao ar livre.

Interessante notar que a tradição e a poesia extrapolam as fronteiras das camadas sociais, ou seja, o cliente lambe-lambe contemplou e estava inserido em diversas classes sociais e faixas etárias. Contudo, a que preponderava era a de idosos das classes “B” e “C”.

Senhor Antônio e senhor Alberto informaram que a Associação Profissional dos Fotógrafos do Estado da Bahia pouco ou nada fizeram pelos lambe-lambes. E ainda, que os órgãos do Governo e do município não contribuíram em nada, nem mesmo a SALTUR – Empresa Salvador Turismo ou a BAHIATURSA – Superintendência de Fomento ao Turismo da Bahia demonstram qualquer interesse na perpetuação dessa tradição.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novas tecnologias vão sempre provocar mudanças na sociedade, nas organizações e nas humanidades. Considerando a amplitude dos conceitos de novas tecnologias e inovações tecnológicas usualmente adotados, é possível imaginar a enorme abrangência de seus efeitos, tanto do ponto de vista social quanto econômico, político e psicológico na realização do trabalho.

Além de presente em todas as formas de organização, a tecnologia é também uma potente força. Ela pode estender as capacidades humanas. A revolução industrial utilizou tecnologia para estender a capacidade física do homem realizar trabalho. A revolução das novas tecnologias e da informática estende nossa capacidade de realizar trabalho mental. Como diz Goodman (1990, p.281), a tecnologia é dinâmica e evolui rapidamente. O seu desenvolvimento é fonte que aparenta ser inesgotável e sua velocidade espantosa dificulta identificar como as novas formas de trabalho e organização serão no futuro próximo.

Diante dessa real e inevitável problemática humana, faz-se necessária uma tomada de consciência no que se refere a um crescimento tecnoló-

gico sustentável do ponto de vista das tradições, das culturas, dos saberes, das sociedades e da existência humana.

Durante o período em contato, troca de experiências e entrevistas com os dois lambe-lambes de Salvador, puderam ser tiradas algumas conclusões: tais profissionais possuíam grande potencial para ser aproveitado pela indústria responsável pelo turismo cultural. O romantismo e a paixão que envolviam a profissão, o ar de saudosismo que carregava a imagem desses homens e de suas máquinas de fole, adequavam-se à linha adotada no turismo cultural de Salvador. Essa constatação real e satisfatória pode ser o caminho em direção ao resgate e restabelecimento dessa importante profissão.

Além da questão turística, os lambe-lambes são atraentes para a cultura. Preservá-los significa preservar parte da história e da memória local. Acrescenta-se aí a potencialidade de informações que os lambe-lambes têm a oferecer. Há muitos anos trabalhando em praça pública, esses profissionais foram testemunhas – através de seus olhos e de suas lentes – da formação histórica, cultural, social e política de Salvador.

Percebeu-se que a paixão e a profissão se misturavam num só ritmo, apesar da crise gerada pela automação tecnológica. Constatou-se, ainda, que a extinção da profissão do fotógrafo ambulante no bojo da Terceira Revolução Industrial é uma cruel realidade, e que os dois entrevistados protagonistas desta cultura tradicional na Praça da Piedade não subsistiram ao impacto do advento da nova tecnologia sobre suas profissões.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Passeios na ilha:** divagações sobre a vida literária e outras matérias. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1952, p. 204.

ANSALONI, José Armando; ÉSTHER, Angelo Brigato. O impacto do advento das novas tecnologias sobre profissões extintas ou em extinção. *In: Relações de trabalho e inovação tecnológica na gerência de sistemas de uma organização produtora de jornais.* Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: [www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-6551999000200007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-6551999000200007&script=sci_arttext).

- DEBRAY, Régis. **Vida e morte da imagem**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993, p. 28.
- FERNANDES Jr., Rubens. Desconhecidos íntimos: o imaginário do fotógrafo lambe-lambe. *In*: KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. 2. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.
- GONÇALVES, José Ernesto Lima. O impacto do advento das novas tecnologias sobre profissões extintas ou em extinção. *In*: **Os impactos das novas tecnologias nas empresas prestadoras de serviços**. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: [www.scielo.br/pdf/rae/v34n1/a08v34n1](http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n1/a08v34n1).
- GOODMAN, Paul S. *et al.* **Technology and organizations**. San Francisco: Jossey Bass, 1990, p. 281.
- JUNIOR, Rubens Fernandes. O impacto do advento das novas tecnologias sobre profissões extintas ou em extinção. *In*: **Desconhecidos Íntimos: O imaginário do fotógrafo lambe-lambe**. Disponível em: [www.mnemocine.com](http://www.mnemocine.com). Acesso em: [www.mnemocine.com.br/index.php/2017-03-19-18-18-02/artigos-e-criticas/166-lambe-lambe](http://www.mnemocine.com.br/index.php/2017-03-19-18-18-02/artigos-e-criticas/166-lambe-lambe).
- KOSSOY, B. **História e Fotografia. Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. 2. ed. São Paulo: Ateliê editorial, 1999, p. 21 e 32.
- LEITE, M. P. **O futuro do trabalho: novas tecnologias e subjetividade operária**. São Paulo: Scritta, 1994.
- OLIVEIRA, Jaime A. de Araújo; TEIXEIRA, Sônia M. Fleury. **(Im) Previdência Social: 60 anos de história da Previdência no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985.
- RODRIGUES, Alberto T. **Sociologia da Educação**. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2004.
- SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. *In*: **O novo mapa do mundo: fim do século e globalização [S.l.: s.n.]**, 2002.



# **ARTIGOS - CRIMINOLOGIA E EDUCAÇÃO**



# DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA À VIOLÊNCIA ESCOLAR: ANÁLISE DAS PRINCIPAIS VARIÁVEIS DO COMPORTAMENTO VIOLENTO NA ESCOLA

*Maria Alice Canzi Ames<sup>2</sup>*

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar algumas ideias construídas a partir da tese ‘Violências e indisciplinas/incivilidades escolares: um estudo em escolas de Porto Alegre/RS, Santa Rosa/RS e Chapecó/SC’, defendida junto à Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2018 (AMES, 2018), que se propôs a compreender e analisar as principais relações entre as variáveis causais do processo de indisciplinas/incivilidades e violências praticadas por jovens do ensino médio às e nas escolas. O universo da pesquisa compreendeu três regiões de estudo, sendo duas do Estado do RS/Brasil: Santa Rosa (Interior do RS) e Porto Alegre (Capital do RS) e uma do Estado de SC/Brasil: Chapecó (considerada uma cidade em desenvolvimento).

---

2 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Licenciada em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS/Campus Cerro Largo).

A amostra teve 906 questionários respondidos, os quais foram registrados em um banco de dados no sistema Statistical Package for Social Sciences (SPSS 18.0). Entre as variáveis analisadas, estão: contexto socioeconômico e cultural; variação no índice de consumo de drogas individual e familiar; participação em gangues; porte de armas; experiência de violência em casa; tipo de autoridade doméstica; aceitação da autoridade do professor.

Os resultados nos remetem à reflexão sobre a força do contexto externo na socialização das novas gerações, na reprodução da aprendizagem violenta na família e para além da família e escola: a participação do jovem em gangues ou grupos ilícitos aumenta a probabilidade de se envolver com atos violentos na escola. Nesta apresentação faremos o recorte da análise da relação entre a violência do lar e a violência escolar.

## METODOLOGIA

Começamos o trabalho de campo com um Estudo Piloto. Surgiram duas versões do questionário a ser aplicado, com perguntas diretas e indiretas – por exemplo: (direta) você deu soco em alguém? (indireta) você tem algum amigo que deu soco em alguém? – resultando na utilização das duas versões, o que significou a aplicação de 168 questionários para estudantes do ensino médio, nos três turnos de atividades letivas, em duas escolas (Escola I e Escola II) do município de Santa Rosa/RS, sendo considerada essa aplicação em 2009 como pré-teste do instrumento da pesquisa.

Em paralelo à aplicação dos questionários, realizamos uma coleta sistemática de dados no arquivo individual de cada estudante, em que constava a ficha de matrícula, ficha socioeconômica da família, histórico estudantil – anotações diversas, bilhetes e atestados médicos dos estudantes – e verificação das atas da escola, buscando realizar um cruzamento de dados entre as respostas autorreportadas e os registros efetuados nesses documentos. Esse processo transcorreu no período de 2009 a 2010, aliado a uma observação participante, registrando aspectos importantes de conversas com professores, gestores, funcionários, pais e estudantes.

O acompanhamento sistemático de coleta e observação nessas duas escolas e o resultado da aplicação dos 168 questionários aos estudantes, professores e gestores possibilitaram riquíssimos aprendizados, pois ocor-

reram situações bastante inusitadas, as quais poderiam resultar em uma tese somente a partir da análise dos fatos do diário que construímos.

Produzimos oito Quadros da Escola I e seis Quadros da Escola II, nos quais buscamos demonstrar as diferentes formas de registro das ocorrências, as diferentes formas de encaminhamento, a ausência de datas de alguns registros, os registros incompletos, por vezes sem identificação da série escolar, do turno, da idade ou do sexo dos estudantes, além das dificuldades das interpretações de cada registro.

Entre as diferentes formas de registro, destacamos que na Escola I temos uma sistemática de registro longitudinal das ocorrências de incivildades/indisciplinas/violência, diverso da Escola II, que possuía registros pontuais e, por vezes, sem data. Também podemos citar que na Escola II não há registro de nenhuma advertência verbal, diverso da Escola I. Ainda, observa-se na Escola I o registro das solicitações de justificativa aos pais quanto a faltas e atrasos dos alunos, enquanto na Escola II há o registro da própria justificativa dos pais para esse mesmo motivo.

Uma importante constatação durante o levantamento de campo foi a necessidade de tematizar a questão das incivildades (abarcando as indisciplinas), além da abordagem sobre violência escolar.

Do resultado preliminar das Tabelas das Escolas I e II já se verifica que a escola realiza esforços para administrar da melhor forma possível todos esses fatos sociais. Perece, contudo, de um trabalho em rede, com parcerias das diferentes instituições, pois a resolução de casos mais graves é mais complexa que parece. Suspender e transferir possui o mesmo significado que ‘deixar pendente’.

Foi possível definir que as respostas aos questionários com perguntas diretas ou perguntas indiretas não influenciavam na possível veracidade dos fatos. Durante o ano de 2010, presenciamos a invasão de uma gangue na escola. Com o acompanhamento da situação, participamos de reuniões com pais, estudantes e funcionários para tentar compreender o ocorrido e as tentativas realizadas pela equipe gestora para apaziguar os ânimos. Esse fato nos motivou a cercar melhor a problemática de nosso estudo, buscando verificar, além de outros fatores, o impacto do fator gangues na violência escolar em diferentes contextos.

Com o conjunto de dados, informações e vivências, reformulamos o instrumento de pesquisa que, embora extenso, abarcou questionamentos

mais relacionados ao contexto escolar, e definimos os estudantes como unidade de estudo.

Nos anos de 2011 e 2012, atualizamos nosso instrumento de pesquisa e aplicamos mais 483 questionários em outras cinco diferentes escolas do Estado do Rio Grande do Sul. Na região de Santa Rosa/RS, a amostra compreendeu, além das duas escolas públicas estaduais (pilotos), duas escolas particulares, enquanto na região de Porto Alegre/RS, duas escolas públicas estaduais e uma escola particular. Nem todas as escolas (uma pública e uma particular) selecionadas se dispuseram a participar da pesquisa. Dessa forma, somando os questionários aplicados nessas duas regiões, chegamos a um N de 651. Ao agregar a cidade de Chapecó/SC, o N chegou em 906.

Além de selecionar escolas da capital e do interior do Rio Grande do Sul, também se observou que as escolas de cada região estivessem localizadas no centro e no bairro de cada município, para identificar e compreender os possíveis contrastes existentes. Para a realização da pesquisa nas diferentes instituições, elaborou-se uma carta, na qual pesquisadora e instituição assinavam a ciência do processo.

Houve uma delimitação de participação da pesquisa para estudantes do ensino médio, sendo uma turma de cada série. Enquanto nas escolas particulares não há ensino noturno, nas escolas públicas estaduais buscamos comparar os turnos diurno e noturno.

Havendo o aceite, assinávamos um termo de compromisso e, então, realizávamos uma reunião com os professores para verificar quem disponibilizaria uma das suas aulas para aplicação do questionário. Definida essa parte, passávamos nas turmas com os respectivos professores e explicávamos a pesquisa para os estudantes, entregando uma carta de ciência da participação na pesquisa para que levassem aos seus pais e retornassem com elas assinadas para o dia marcado para aplicação do questionário, considerando que a maioria era menor de idade. Ficamos atentos em respeitar a liberdade de participar ou não da pesquisa. Para garantir o sigilo e aumentar a confiança entre pesquisados e pesquisador, solicitamos que não colocassem o nome.

Paralelamente à aplicação do questionário aos educandos, também fizemos a coleta de dados para a pesquisa em documentos (atas e fichas) escolares que registravam as atitudes de incivildades, indisciplinas ou vio-

lências dos estudantes, com o intuito de agregar confiabilidade às informações respondidas pelos educandos. Foram construídos valores numéricos entre 0 a 5, em ordem crescente de gravidade, buscando agrupar alguns tipos de comportamentos, sempre amparados pela literatura.

Atentando para não cair na dicotomia do quantitativo e qualitativo, buscou-se integrar as duas perspectivas como complementares, realizando um esforço na interpretação dos dados que garantisse uma forma mais segura e significativa sobre os resultados e conclusões.

A Análise de Regressão Múltipla foi a técnica estatística aplicada aos modelos, pois permite verificar a relação entre um grupo de variáveis independentes e as variáveis dependentes. Para a pesquisa aqui desenvolvida, essa técnica se mostra adequada porque permite calcular o grau de variação das variáveis dependentes (variação das indisciplinas/incivilidades; variação na violência escolar registrada; variação da violência escolar reportada;) a partir das variáveis independentes listadas e operacionalizadas:

- variáveis dependentes: disciplina/incivilidade; violência registrada e violência reportada;
- variáveis independentes: autarquia escolar/região; participação em gangues; justiça escolar; violência doméstica; porte de armas; consumo de drogas a nível individual; consumo de drogas a nível familiar; posturas práticas pedagógicas; aceitação/rejeição da autoridade do professor; reprovação e expulsão escolar.

Para registrar os dados foi utilizado o sistema Statistical Package for Social Sciences (SPSS), versão 18.0, pois o interesse central são as relações causais. Nesse sentido, criaram-se vários modelos como exercícios de análise, utilizando os recursos do SPSS: rotações varimax e quartimax, para captar melhor as perguntas mais relevantes para cada grupo fatorial, verificando a ocorrência ou não de multicolinearidades entre as variáveis, contribuindo para melhoria da significância e representatividade no conjunto explicativo do fenômeno. Convém destacar que esse recurso do SPSS exclui as variáveis que não apresentam significado relevante estatisticamente.

Formulamos o cálculo da regressão ‘stepwise’, selecionando a variável independente que mais se relacionava com a variável dependente, conforme a significância estatística ( $p < 0.05$ ). Aplicamos esse crité-

rio para todas as variáveis independentes. Após concluir o cálculo de regressão de todas as variáveis independentes, obtivemos modelos de cada variável, que possuíam, cada um, o  $R^2$ , a partir do qual escolhemos o modelo cujo  $R^2$  representasse melhor as variáveis independentes que possuem maior influência estatística ( $\beta$ ) para explicação das variáveis mais relacionadas aos diferentes níveis de indisciplinas/incivilidades ou violências escolares.

Nosso interesse foi captar o processo das criminalidades do estudante agressor. Para verificar isso, foi necessário analisar três fases com entrada de todas as variáveis: a variação nas incivilidades/indisciplinas; a variação no comportamento infracional e, por fim, a variação das variáveis no comportamento criminal agressor à escola e na escola.

Para cada variável formulamos uma hipótese a qual testamos a partir dos dados dos questionários, fichas, entrevistas e literatura. A variável que discutiremos aqui teve a seguinte formulação hipotética: o comportamento violento na escola é reflexo do aprendizado introjetado pelos hábitos adquiridos na socialização primária. A criança que vive em um contexto de violência doméstica tende a reproduzir esse comportamento na escola.

## RESULTADOS E ANÁLISE

Das 19 variáveis (idade; série; sexo; cor; trabalho; classe social; turno; autarquia; urbanização; uso de drogas pela família; uso individual de drogas; participação em gangues; violência doméstica; porte de armas; aceitação/rejeição da autoridade do professor; repetência; expulsão da escola; justiça escolar; justiça doméstica) incluídas no modelo sobre incivilidades, seis foram significativas estatisticamente ( $p < 0.05$ ) e, segundo o  $R^2$ , respondem por 26% dos comportamentos incivilizados.

A *aceitação (ou rejeição) da autoridade dos professores* aparece como a variável mais influente no comportamento incivilizado dos estudantes, apresentando o maior coeficiente ( $\beta = -.30$ ). Esse coeficiente flutua dentro de uma amplitude de variações possíveis entre  $-1,0$  a  $+1,0$ . Nesse caso, o valor negativo da variável 'aceitação da autoridade' significa a rejeição da autoridade, e quanto maior a rejeição, maior a tendência para as incivilidades. Em outras palavras, para uma unidade em ganho de rejeição, haverá .3 pontos de ganho em incivilidades. A *classe social* é a segunda variável mais

influyente no comportamento incivilizado ( $\beta = .21$ ). Como terceira variável mais influente destaca-se o *consumo de drogas no contexto das famílias* ( $\beta = .17$ ). Em quarto lugar, o *porte de armas na escola* ( $\beta = .12$ ) e com a mesma proporção, porém inversa, aparece em quinto lugar a *urbanização* ( $\beta = -.12$ ). Em sexto lugar, temos a *violência doméstica* ( $\beta = .10$ ).

Os resultados obtidos pelo modelo das infracionalidades respondem, conforme  $R^2$ , a 35% do comportamento infrator ocorrido nas escolas, sendo que das 20 variáveis incluídas (aqui se agregou as incivilidades), cinco foram consideradas estatisticamente significativas ( $p < 0.05$ ). Das cinco variáveis mais impactantes no comportamento infrator, a *participação em gangues* é disparadamente a com maior coeficiente beta ( $\beta = .40$ ). Em segundo lugar, aparece o *consumo de drogas individual* ( $\beta = .17$ ), em terceiro, o *porte de armas na escola* ( $\beta = .15$ ), em quarto, na mesma proporção ( $\beta = .15$ ), temos a *violência doméstica* e, em quinto lugar, a variável *turno* ( $\beta = -.08$ ).

No modelo sobre as criminalidades, foi possível perceber que das 21 variáveis incluídas no modelo (foram agregadas as variáveis incivilidades e ato infracional), oito foram consideradas significativas estatisticamente. Essas oito variáveis conseguem responder, juntas, conforme  $R^2$ , a 42% da problemática da criminalidade nas escolas. Separadamente, em primeiro lugar aparece o *ato infracional* como a variável mais influente no comportamento criminal ( $\beta = .25$ ). Em segundo lugar ( $\beta = .22$ ) aparece a variável *participação em gangues*. A terceira variável mais influente é a *violência doméstica* ( $\beta = .18$ ). Em quarto lugar aparece o *porte de armas na escola* ( $\beta = .17$ ). Em quinto lugar temos a variável *classe social* ( $\beta = -.15$ ). Em sexto lugar, o *consumo de drogas pelos indivíduos*, ( $\beta = .14$ ), em sétimo, a *aceitação (ou rejeição) da autoridade dos professores* ( $\beta = -.12$ ) e, em oitavo, a *urbanização* ( $\beta = .10$ ).

A violência doméstica foi uma variável que demonstrou correlação significativa estatisticamente nos três níveis do comportamento: incivilizado ( $\beta = .10$ ); infracional ( $\beta = .15$ ); criminal ( $\beta = .18$ ).

A violência doméstica contra crianças e adolescentes não é um fenômeno isolado e independente, mas ocorre num contexto sociocultural e é parte integrante dele. Por isso, a hipótese de que essa violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes faça parte de uma cultura enraizada no mundo todo não pode ser descartada. Exemplo desse enraizamento cultural é a perpetuação de que a violência como método eficaz de educação e obediência das crianças ainda é utilizado na atualidade.

A aprovação do castigo corporal é preponderante em vários países e regiões. Nas Ilhas do Caribe, 96% acreditam que o castigo corporal significa que os pais gostam dos filhos a ponto de investir seu tempo para educá-los de forma apropriada. Na Coreia, 90% acham o uso de castigo corporal necessário. No Kuwait, 86% aprovam o castigo corporal, sendo que 64% aprovam a surra em caso de mau comportamento grave, 9% aprovam queimar uma criança (com fósforos, por exemplo, cigarros ou objetos de metal aquecidos). Nos EUA, 84% concordam que, às vezes, é necessário disciplinar uma criança com uma boa palmada (DURRANT, 2008).

O exemplo supracitado remete à reflexão sobre o peso de tradições culturais na legitimação de violências, pois muitas vezes é interpretado como um direito, especialmente dos homens em relação a mulheres e crianças. Preocupado com o aprofundamento e entendimento da questão, o Comitê Internacional dos Direitos da Criança dedicou dois dias de discussão sobre a violência contra a criança, em setembro de 2000 e 2001, resultando em uma recomendação internacional que enfatiza o artigo 19 da Convenção sobre os Direitos da Criança, proibindo todas as formas de castigos corporais às crianças, inclusive na família. Historicamente, os direitos foram ampliados para o mundo adulto, mas o mundo infantil não desfruta das mesmas proteções e encontra resistências à mudança. A Iniciativa Global para acabar com todo castigo corporal teve eficácia em 15 dos mais de 190 Estados existentes. Os demais preservam o ‘direito’ dos pais ou responsáveis pelas crianças baterem nelas (NEWELL, 2008). Em muitos países, conforme Newell (2008, p. 26), “existem defesas jurídicas para justificar agressões a crianças – sendo a mais comum a defesa do ‘castigo razoável’, há muito tempo parte do direito comum inglês, exportado por meio da colonização para muitas outras nações do mundo”.

Contrariando o chamado “castigo razoável” e o “direito de bater”, os juízes que legitimaram a proibição nesses 15 países entendem que além de a criança não ser um objeto, uma propriedade, mas gente, como qualquer pessoa, declaram que

[...] o uso de castigos que provocam dor e degradação não contribui para o caráter ou educação da criança, ao contrário: fere seus direitos de pessoa. Fere seu corpo, suas emoções, sua honra e seu

desenvolvimento adequado. Distancia-nos de nossa aspiração de ser uma sociedade sem violência (NEWELL, 2008, p. 26).

Várias pesquisas demonstram que, apesar de não ser linearmente generalizado, as palmadas têm trazido reflexos tanto físicos quanto psicológicos, acarretando inseguranças e medos e reproduzindo a violência a partir de uma escala com batidas leves para cada vez mais intensas.

1) Gershoff (2002 *apud* DURRANT, 2008) faz um levantamento entre o número de estudos que examinam a relação das consequências do castigo corporal para o desenvolvimento infantojuvenil e o número de estudos que confirmam essa relação, e conclui: Quanto maior a frequência com que os responsáveis usam a punição corporal moderada, tanto maior a probabilidade de praticarem violência grave. Embora os responsáveis possam ter uma intenção instrumental ao punir fisicamente uma criança, seu estado de descontrole emocional (frustração, raiva) pode resultar facilmente numa escalada da intensidade da força, que pode chegar a níveis perigosos ou fisicamente lesivos.

2) O castigo corporal está sistematicamente relacionado a menos saúde mental da criança: de 12 estudos que estudaram essa relação, os 12 confirmaram. Essa relação demonstra preditores para a depressão, infelicidade, ansiedade, podendo levar adolescentes a consumirem drogas e se meterem mais em brigas, percebendo dificuldades em sua capacidade de enfrentar os problemas cotidianos.

3) De 15 estudos realizados, 13 constataram que as crianças que são punidas fisicamente têm menos probabilidade de internalizar valores morais que as crianças que não sofrem castigos corporais. “O castigo corporal apresenta um modelo de solução agressiva de problemas sociais que, quando combinado a níveis mais baixos de internalização moral e empatia associados a seu uso, tem o potencial de aumentar a agressividade das crianças” (DURRANT, 2008, p. 83).

4) De um total de 13 estudos, todos comprovaram que há maior deterioração da relação mãe/pai/filhos. Muitas crianças ficam ma-

goadas, sentem medo e falta de amor quando são agredidas pelos pais. Com o tempo, a natureza específica desse tipo de punição pode prejudicar as relações sociais da criança com os pais, os irmãos, os pares e a sociedade.

5) O comportamento delinquente e antissocial também foi apontado como uma questão central entre crianças que sofrem castigos físicos e as que não sofrem. Cinco estudos longitudinais foram realizados nesse sentido, controlando idades e etnias das crianças com os graus de comportamento antissocial por parte das crianças antes dos pais começarem a usar a punição física. Independentemente de situação socioeconômica, grupo étnico, gênero e grau de amor e estimulação dados pelos pais que batem, há uma tendência maior ao comportamento antissocial, mantendo-se na vida adulta (GUNNOE; MARINER, 1997; LOEBER *et al.*, 2000; STRAUSS; SUGARMAN; GILES-SIMS, 1997 *apud* DURRANT, 2008).

6) Reprodução do ciclo de maus-tratos na vida adulta: os pais servem de modelo comportamental, sendo um meio eficaz de ensinar e aprender. As primeiras experiências de violência podem aumentar a tolerância na hora de definir um ato como violento (COONTZ; MARTIN, 1988; RORTY; YAGER; ROSSOTTO, 1995 *apud* DURRANT, 2008). Essas definições pessoais de punição normal e abusiva são transportadas, depois, para as relações íntimas e as práticas de educação dos filhos, que vão influenciar a probabilidade de um ciclo contínuo de maus-tratos (BERGER, 2001; BOWR-RUSSA; KNUTSON; WINEBARGER, 2001; GRAZIANO; NAMASTE, 1990; STRAUSS; SMITH, 1992 *apud* DURRANT, 2008).

O único aspecto positivo constatado por três pesquisas experimentais (BEAN; ROBERTS, 1981; DAY; ROBERTS, 1983; POWERS, 1990 *apud* DURRANT, 2008) relacionou a eficácia das palmadas com a obediência imediata, porém, é feita a ressalva de que esse resultado não é sempre garantido e, além disso, esse resultado positivo é de curto prazo, pois em longo prazo podem acarretar expensas de um desenvolvimento saudável, como as consequências relatadas de danos à saúde mental, física e mo-

ral, propiciando uma crescente hostilidade. Dessa forma, devem-se pensar criar/recrutar outros métodos que possam garantir a obediência das crianças.

Essas pesquisas enfatizam a importância de considerar não somente o impacto físico, mas também o impacto emocional do castigo físico imposto à criança. Certamente que uma criança educada precisa de limites para aprender a conviver em sociedade, respeitando os outros, o ambiente em que vive e isso não é feito sem certo constrangimento. Porém, há várias maneiras de se educar com ciência de seus direitos e deveres, sem agredir. Talvez possamos reaprender a educar com paz e respeito. Tolerar a violência dentro das nossas casas é permiti-la fora.

A família é a primeira instância socializadora das novas gerações, cabendo a elas preparar os novos cidadãos e cidadãs para a entrada na vida pública. No entanto, é dentro da própria família que se encontram muitas formas de violências – físicas, psicológicas, sexuais, de negligência ou abandono. Compreender essa problemática e seus impactos requer uma visão sócio-histórica-cultural, pois os castigos foram construídos como instrumentos pedagógicos, de hierarquia familiar e dominação dos mais fortes. Vários fatores se entrelaçam no desencadeamento da violência doméstica, repercutindo nas ações dos filhos, como: o histórico de abuso dos pais quando crianças, abuso de drogas, falta de condições de sobrevivência, filhos indesejados e outros.

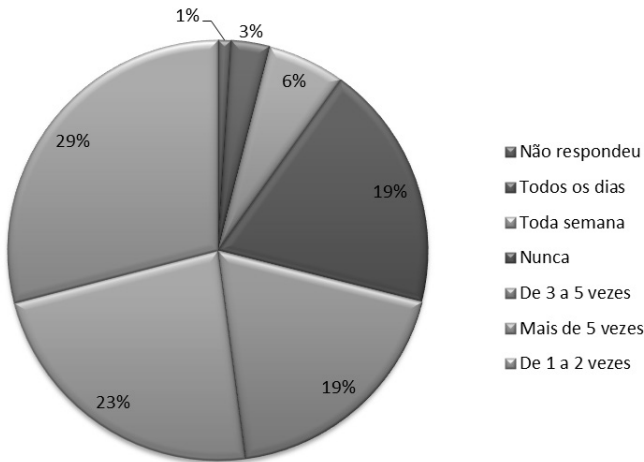
A família é uma ordem simbólica, estruturada nas formas arcaicas do poder patriarcal. O modo patriarcal de ‘governar’ a família era pelo medo e imposição da dor à obediência da mulher e dos filhos. Azevedo e Guerra (2001), ao discutir a violência intrafamiliar, demonstram que desde a colonização há presença de palmatória e tronco, técnicas correcionais introduzidas no Brasil pelos jesuítas. A violência física como correção esteve presente no cotidiano das famílias durante séculos.

O autoritarismo dispensado às crianças não desapareceu. Ele se transfigurou, mas continua vigente. Às vezes, ele aparece por meio do emprego da violência física como pretexto de agir em seu bem. Exemplo disso é o Gráfico 1, que elaboramos a partir das respostas dadas pelos estudantes, em que perguntamos quantas vezes na vida haviam apanhado de seus pais/responsáveis.

Entre as 906 pessoas que responderam ao questionário, 80% declararam ter apanhado alguma vez na vida. Não é algo novo esse resultado.

Apenas comprova mais uma vez a triste conclusão que muitos teóricos já reportaram. Reafirma a importância de educarmos para uma cultura de paz, reconhecendo as necessidades das crianças e adolescentes, respeitando-os como sujeitos de direitos e deveres.

Gráfico 1 – Percentual de autodeclaração da frequência histórica de apanhar dos pais.  
N = 906



Fonte: Pesquisa de campo da autora.

Ressaltamos que a violência doméstica possui várias dimensões, incluindo, além dos abusos físicos, sexuais e psicológicos, a negligência e o abandono. Maldonado (1997, p. 23) explica que “a criança e o jovem negligenciados são aqueles que se encontram privados da satisfação de necessidades básicas para seu desenvolvimento”.

Temos, novamente, o contexto socioeconômico-cultural ‘invadindo’ a escola, desafiando-a a lidar com o ciclo vital das pessoas, pois, como destacamos anteriormente, o novo contexto exige tornar alunos ‘pessoas’, ‘gentes’. O atendimento às necessidades requer a consciência de que a escola sozinha não dará conta de lidar com isso, precisando se articular em rede com outros segmentos, como judiciário e assistência social.

Maldonado e Willians (2005) estudaram o comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. Avaliaram 28 crianças do sexo masculino e suas respectivas

mães, dentre as quais 14 crianças apresentavam comportamentos agressivos na escola (Grupo A), que foram comparadas às 14 crianças do mesmo sexo e nível de renda que não apresentavam tais comportamentos (Grupo B). Os dados foram coletados inicialmente pelas professoras das crianças em três escolas de ensino básico de uma cidade do interior de São Paulo. Em seguida, foram coletados dados com as mães das crianças em visitas domiciliares. Os resultados gerais apontam para a ocorrência de violência em ambos os grupos, porém, com maior incidência e maior severidade no grupo de crianças agressivas.

Outros estudos também vão nessa direção, demonstrando mais uma vez que ainda não superamos nossa herança de castigos, humilhações e punições nas relações interpessoais.

Sendo a família uma instituição fundamental para a garantia dos princípios de solidariedade e ajuda mútua, a constatação de violência nesse espaço demonstra uma desorganização. Pois, conforme a orientação da escola de Chicago, quando a unidade familiar se desorganiza, também a organização comunitária sofrerá fortes impactos. Nas palavras de Tanagerino (2007, p. 82): “a consequência direta é a perda da capacidade de um agir comum baseado em um pensar comum, na medida em que o pensar não é mais tão comum”.

A desorganização não estaria no fato de uma juventude trazer novos elementos para a comunidade, mas na rejeição de padrões por um grupo social, “cindindo a comunidade e, portanto, enfraquecendo sua função organizadora da vida social” (TANGERINO, 2007, p. 83).

Com esse decréscimo da influência da família na vida dos jovens, eles podem estar aptos a buscar outras formas de associação solidária em fraternidades, como gangues, ou proceder a automutilações.

A tese que serviu de base para este artigo (AMES, 2018) mensurou as variáveis que mais impactam em três níveis de comportamento na escola: *as incivilidades*, *as infracionalidades* e *as criminalidades*. Mesmo não sendo conclusivo, entendemos que tendo o direcionamento estatístico significativo das variáveis, é possível construir políticas públicas de prevenção às violências e construção da paz nesses contextos.

Para fazer frente aos comportamentos incivilizados, tendo sido constatados os preditores principais (rejeição da autoridade dos professores; classe social; consumo de drogas nas famílias; violência doméstica;

porte de armas e urbanização), há que se trabalhar na reconstrução da imagem e postura da autoridade dos professores, juntamente com uma política social de redução das desigualdades sociais, metodologia dialógica sobre o consumo de drogas pelas famílias, práticas de redução de estereótipos relacionados aos atos infracionais e discussão sobre a atual disponibilidade das armas.

As infracionalidades podem ser amenizadas prestando atenção à formação de grupos ilegais, incentivando a associação em outras formas de pertencimento, reforçando o controle sobre as armas e drogas, aumentando a coesão e solidariedade entre e com as famílias. Esse olhar deve ter especial atenção aos estudantes no turno noturno, uma vez que nossa pesquisa constatou significância estatística nessa variável, conforme apontamos acima.

Para a amenização das criminalidades, o raciocínio segue a mesma linha de construção das políticas sociais para o melhor controle de armas e drogas, a redução da violência doméstica e das desigualdades sociais. A reconstrução da imagem positiva, segura e confiante das autoridades e lideranças políticas contribui para uma identificação dos jovens e pertencimento a grupos sociais legais.

A eclosão das manifestações das diversas formas de violências no espaço escolar pode ser reflexo do caráter de (des)organização de uma sociedade globalizada e referendada nos princípios econômicos, em que o lucro e o capital financeiro assumem a centralidade das relações sociais e não a valorização da pessoa humana. A invisibilidade das pessoas que não conseguem se inserir nessa sociedade na qual a sedução do consumo é simultaneamente o grande igualador e o grande divisor aumenta o sentimento de desvalia e descarte de pessoas, reforçando uma sociedade 'dual': os que estão incluídos sentem medo dos que não estão inclusos, fragilizando a vinculação dos laços sociais. Quando se é atacado e ferido no âmbito do atendimento às necessidades humanas, perde-se o continente da confiança. A violência, enquanto um grande mosaico, encontra nessa falta de confiança, mormente nas instituições protetoras, uma trilha de possibilidades para uma integração perversa, em que os jovens estabelecem estreitamentos dos laços sociais com gangues e organizações criminosas.

Diante da violência e da exclusão com as quais nos deparamos em nossa sociedade, corremos o risco de entender como natural ao ser huma-

no a violência e de achar que não existe forma eficaz de lidar com ela que não seja por meio de violência. Natural é o conflito, pois é inerente a uma sociedade democrática e pluralista. O que torna um conflito violento é a forma como o administramos. É preciso encontrar meios de enfrentar os pequenos conflitos e tornar visíveis os sentimentos de raiva, desafetos, seja entre pares, seja entre professor e aluno, sem retroalimentar a violência. Para que isso ocorra, faz-se necessário assumir um novo paradigma norteador das práticas escolares, fundado na construção de uma nova cultura, que tenha como princípio o senso de justiça e não de vingança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizamos esta pesquisa tentando compreender e nos aproximar da realidade das violências expressas pelos estudantes em escolas de ensino médio, de diferentes contextos. Temos consciência de que chegamos a aspectos da realidade possíveis de interpretação, mas não a um significado completo e complexo de uma realidade. A realidade é dinâmica e merece estudos permanentes.

A hipótese que aponta que o comportamento violento na escola seria reflexo do aprendizado introjetado pelos hábitos adquiridos na socialização primária, em que a criança que viveria em um contexto de violência doméstica tenderia a reproduzir esse comportamento na escola, ficou correlacionada em parte. Tanto a disciplina quanto a violência são aprendidos. Porém, nem sempre esses comportamentos são reproduzidos contra outros, mas, como demonstrou nossa pesquisa empírica, a violência aprendida às vezes se volta contra si próprio, como automutilação, isolamento, tentativas de suicídio.

Das 19 variáveis analisadas, a violência doméstica foi uma variável que demonstrou correlação significativa estatisticamente nos três níveis do comportamento: incivilizado ( $\beta=.10$ ); infracional ( $\beta=.15$ ); criminal ( $\beta=.18$ ). Certamente, não é uma variável isolada, está aninhada com várias outras. Porém, é essa variável que destacamos neste trabalho. É necessário prestar atenção e ouvir os/as estudantes, tentando ajudar a romper os ciclos de violência que chegam do lar e atravessam o ambiente escolar. Se não criarmos espaços para uma escuta atenta e sensível, podemos estar simplesmente reproduzindo mais espaços violentos, pois silenciar também é violentar.

## REFERÊNCIAS

- AMES, M. A. C. **Violências e indisciplinas/incivilidades escolares:** um estudo em escolas de Porto Alegre/RS, Santa Rosa/RS e Chapecó/SC. Porto Alegre. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. de A. (org.). **Infância e violência doméstica:** fronteiras do conhecimento. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2001.
- DURRANT, J. Castigos corporais: preponderância, preditores e implicações para o comportamento e desenvolvimento da criança. *In:* HART, S. (org.). **O caminho para uma disciplina infantil construtiva:** eliminando castigos corporais. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2008, p. 57-108.
- MALDONADO, D. P.; WILLIAMS, L. C. O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 353-362, set./dez. 2005.
- MALDONADO, M. T. **Os construtores da paz:** caminhos da prevenção da violência. São Paulo: Moderna, 1997.
- NEWELL, P. O imperativo dos direitos humanos de acabar com todo castigo corporal imposto às crianças. *In:* HART, S. (org.). **O caminho para uma disciplina infantil construtiva:** eliminando castigos corporais. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2008, p. 25-56.
- TANGERINO, D. de P. C. **Crime e cidade:** violência urbana e a escola de Chicago. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

# PERSPECTIVAS DE ENFRENTAMENTO AO ALICIAMENTO DE MENORES PARA FINS SEXUAIS, NA INTERNET

*Antonio Lisboa de Castro Viana Sobrinho<sup>3</sup>*

O debate sobre o papel do Estado no enfrentamento ao aliciamento de menores em ambientes digitais mostra que o poder público se preocupa com a integridade dos jovens, da mesma forma como também procura garantir segurança necessária aos direitos fundamentais estabelecidos na Carta Magna. Diante disso, o objetivo deste trabalho é analisar o crime em tela de acordo com sua tipificação, considerando as principais normas jurídicas que atuam sobre o tema.

O conceito de enfrentamento<sup>4</sup> com a aplicação de políticas públicas voltadas para a prevenção visa contribuir para a segurança pessoal de cada sujeito de direito, seja em ambiente físico ou digital, preservando direitos de personalidade para cada criança e adolescente, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.<sup>5</sup>

---

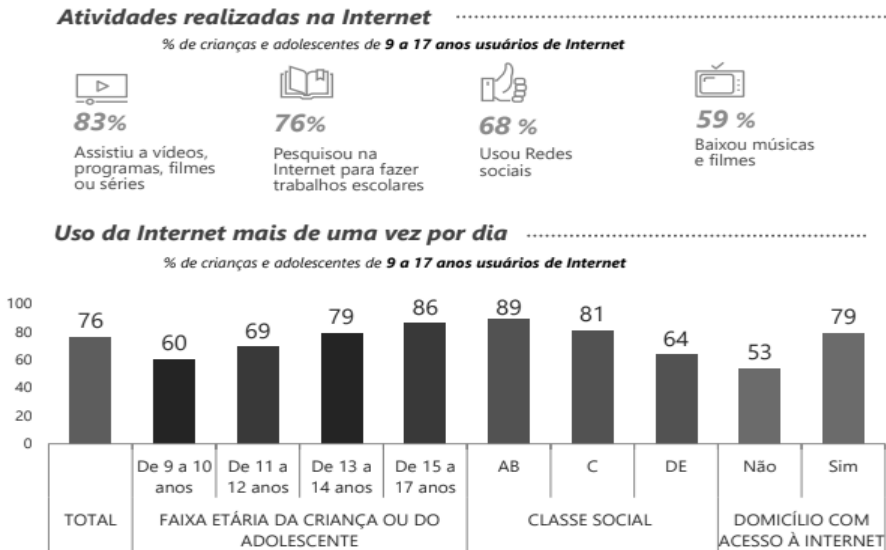
3 Especialista em Direito Constitucional, Direito Penal e Processo Penal; possui graduação em licenciatura plena em Filosofia e bacharelado em Direito. Possui trabalhos no âmbito de análise e enfrentamento a crimes sexuais, bem como trabalhos sobre hermenêutica filosófica e jurídica.

4 De acordo com Dicio (2021), enfrentamento é um substantivo masculino, cujo significado é ação de enfrentar, de encarar de frente um problema. (Disponível em: <https://www.dicio.com.br/enfrentamento/>. Acesso em: 09/10/2021)

5 Art. 3º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Em tempos de distanciamento social, tal como vivemos atualmente ocasionado pela pandemia da Covid-19, o uso da internet foi intensificado como meio de comunicação não somente para informar, mas também para aproximar pessoas, entreter, estudar, trabalhar, em suma, intensificou os contatos entre grupos sociais diversos. No Brasil, por exemplo, mais de 73% das crianças e adolescentes, na faixa etária de 9 a 17 anos, já realizaram alguma atividade com o uso da internet. Os dados são da pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.Br) entre os anos de 2019 e 2020. O estudo também apontou que mais de 13% do público-alvo já teve acesso a conteúdo sensível, como formas de se machucar, cenas de sexo e uso de drogas.

Figura 1: Gráfico sobre as atividades realizadas na internet por crianças e adolescentes



Fonte: CGI.BR/NIC.BR, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Pesquisa realizada entre os anos de 2019 e 2020.

Figura 2: Gráfico sobre o acesso a conteúdos sensíveis por crianças e adolescentes

<b>Auto-dano e conteúdos sensíveis*</b>			
% de crianças e adolescentes de 11 a 17 anos usuários de Internet			
	Total	Masculino	Feminino
Cenas de violência ou com muito sangue	22	17	27
Formas para ficar muito magro(a)	15	10	21
Formas de cometer suicídio	15	9	22
Formas de machucar a si mesmo	12	7	18
Experiências ou uso de drogas	10	8	13

<b>Conteúdo sexual*</b>			
% de crianças e adolescentes de 9 a 17 anos usuários de Internet			
	Total	Masculino	Feminino
Viram na Internet imagem ou vídeo de conteúdo sexual	15	18	12
Se sentiram incomodados após contato com imagem ou vídeo de conteúdo sexual	6	4	7

% de crianças e adolescentes de 11 a 17 anos usuários de Internet			
	Total	Masculino	Feminino
Me enviaram pela Internet mensagens de conteúdo sexual	18	20	16
Já me pediram na Internet uma foto ou vídeo em que aparecia pelado(a)	11	8	13

Fonte: CGI.BR/NIC.BR, Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). Pesquisa realizada entre os anos de 2019 e 2020.

Entre os crimes mais comuns sofridos pelas crianças e adolescentes está o de aliciamento. Aliciar, segundo o *Dicio* (2021), é um verbo transitivo direto e bitransitivo que pode significar atrair a si, seduzir, exercer atração sobre algo ou alguém, trazer para si, propor suborno, corromper alguém propondo lucro, instigar, causar estímulo e incitar alguém a fazer alguma coisa.

Conforme a pesquisa mencionada (CETIC, 2020), apenas 13% dos menores tiveram acesso a conteúdo sensível, contudo, não podemos deixar de considerar que, de um universo de 100 jovens, 13 estão em situação de vulnerabilidade maior, pois estão próximos a conteúdos violentos e também podem estar suscetíveis a pessoas que aproveitam a oportunidade para aliciar suas vítimas.

Estar em um ambiente propício ao cometimento de alguma violência é mais danoso ao menor do que ao adulto. De acordo com Castells (1999, p. 183), a incapacidade de defesa parece ser o fator mais importante no tocante ao emprego de crianças em condições injustas de trabalho. A rela-

ção desta afirmação com a possibilidade de aliciamento está no fato de que os menores, por serem imaturos, têm menos consciência de seus direitos, causam menos problemas, podendo ser cooptados facilmente por algum agressor ou aliciador.

## 1. ENQUADRAMENTO LEGAL

De acordo com o site da Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância – UNICEF,<sup>6</sup> a Convenção sobre os Direitos da Criança foi adotada pela Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Esse ordenamento entrou em vigor em 2 de setembro de 1990 e foi ratificado por 196 países. Em seu artigo 1º, a Convenção “considera como criança todo ser humano com menos de 18 anos de idade”.<sup>7</sup>

Para fins de proteção de menores, o Poder Legislativo tipificou o crime de aliciamento de menores no ordenamento jurídico brasileiro através do artigo 241-D, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA, atribuindo responsabilidade àquele que alicia, assedia, instiga ou constrange, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso. Da mesma forma que também facilita ou induz o acesso à criança de material pornográfico e também pratica condutas com o objetivo de induzir a criança a se expor de forma pornográfica.

De acordo com Queiroz (2020, p. 211), o aliciamento, também conhecido como *grooming*, é uma prática reservada, na maioria dos casos, a produtores de pornografia infantil, cuja abordagem pode acontecer em sites, chats, ambiente de jogos ou redes sociais. Não obstante, ocorrências em que um adulto convence menor de idade a praticar atos de conteúdo sexual podem ser encontrados no ambiente da internet sem muito esfor-

---

6 Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 29/09/2021.

7 Porém, neste mesmo artigo 1º, existe a ressalva de que “salvo quando, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes”. Conforme estabelece o Código Civil de 2002, em seu artigo 5º, todas as pessoas que atingem a maioridade se tornam habilitadas à prática de todos os atos da vida civil. O parágrafo único do artigo 5º do Código Civil de 2002 estabelece algumas possibilidades onde menores de idade podem se tornar civilmente capazes.

ço, como o caso que aconteceu em Minas Gerais, relatado por Salgado (2020), onde um homem de 24 anos ofereceu dinheiro a um menor de 13 anos para praticar relações sexuais em sua residência.<sup>8</sup>

Em se tratando de Estado, o enfrentamento ao aliciamento de menores se dá, principalmente, pela ótica da prevenção. As outras medidas clássicas de enfrentamento se dão por meio de investigações policiais e operações ostensivas policiais. As investigações acontecem quando existe apuração administrativa de um fato, ou seja, um levantamento de informações por meio legal, a fim de confirmar ou refutar a tese de que um crime aconteceu ou que esteja acontecendo. Em contrapartida, as operações ostensivas atuam diretamente na ocorrência de um crime, na maioria das vezes resultando em prisões em flagrante e/ou apreensão de materiais e objetos que confirmam que um crime aconteceu.

Todos trabalhos realizados pelas instituições policiais têm em comum o caráter da eficiência, para que a prevenção<sup>9</sup> se torne mais efetiva. Para Caiden e Caiden (2001, p. 82), a eficiência é a relação entre os insumos e os resultados, em que a obtenção do máximo de resultados é conquistada de acordo com o nível de materiais disponíveis ou estrutura operacional. O Estado, por exemplo, torna-se eficiente quando usa os recursos existentes para atingir o máximo de pessoas para a devida aplicação do art. 26, da Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, que orienta sobre o cumprimento do dever constitucional do Estado na prestação da educação, em todos os níveis de ensino. Tal dever inclui capacitação e outras práticas educacionais, para o uso seguro, consciente e responsável da internet como ferramenta para o exercício da cidadania.

Em 5 de novembro de 2015 ocorreu o 6º Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público. Nesse evento, a procuradora da República que coordena o Grupo de Trabalho de Enfrentamento aos Crimes Cibernéticos do Ministério Público Federal, Neide Mara Cavalcanti Cardoso

---

8 Disponível em: <https://bit.ly/3Drc5p7>. Acesso em: 08/08/2021.

9 De acordo com Dicio (2021), prevenção deriva da junção do verbo prevenir, do latim “*praevenire*”, com o sentido de tomar a frente. A prevenção possui duas linhas de significados possíveis neste trabalho: 1) Conjunto de atividades e medidas que, feitas com antecipação, busca evitar um dano ou mal: prevenção de incêndios, prevenção de doenças; 2) Ação ou efeito de prevenir, de prever por antecipação. (Disponível em: <https://www.dicio.com.br/prevencao/>. Acesso em: 09/10/2021)

de Oliveira, participou do segundo dia de atividades e destacou que dentre as formas mais comuns de crimes cibernéticos estão o assédio e aliciamento de crianças, ameaça, criação e publicação de perfis falsos.<sup>10</sup> Diante disso, em sua apresentação foi mostrado que a repressão é insuficiente, a prevenção é o melhor caminho a seguir na conscientização das pessoas, visto que as crianças e os adolescentes são as principais vítimas.

Tais ações não excluem a responsabilidade do Estado em garantir a segurança através de monitoramento ininterrupto, como também não eximem a administração em prestar apoio no esclarecimento às crianças e adolescentes sobre os benefícios e também os riscos que esta faixa pode encontrar ao estar conectada no ambiente virtual.

A própria Constituição Federal (1988), em seu artigo 227, estabelece deveres não somente da família, mas do Estado e sociedade em geral, para promoção de qualidade de vida e proteção integral das crianças e adolescentes, tais como à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Além disso, conforme ainda preceitua o mesmo artigo constitucional, é necessário colocar a criança a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse sentido, não se exclui a participação efetiva dos pais na formação, tendo esta como matéria de apoio e preceito básico, para a segurança dos menores, pois trata diretamente do exercício do poder familiar. Esse é um instituto voltado à proteção e direcionamento dos filhos menores, preparando-os para a vida adulta, fiscalizando suas ações e ajudando a construir de forma segura sua personalidade, conforme ensina Álvaro Azevedo (2003, p. 188).

## 2. O QUE SIGNIFICA O TERMO *GROOMING*

Apesar de esta palavra não ser tão conhecida, esse termo em inglês é utilizado para definir o aliciamento de menores através da internet. Conforme explica Abrantes (2016, p. 14-16), o *grooming* não possui consenso

---

10 ATUAÇÃO DO MPF NO COMBATE AOS CRIMES VIRTUAIS É TEMA DE PALESTRA NO 6º CBGMP. [cnmp.mp.br](http://cnmp.mp.br), 2015. Disponível em: Atuação do MPF no combate aos crimes virtuais é tema de palestra no 6º CBGMP – Conselho Nacional do Ministério Público ([cnmp.mp.br](http://cnmp.mp.br)). Acesso em: 10/10/2021.

sobre o que esse processo implica exatamente e como se distingue das relações entre um adulto e uma criança. Mas, segundo a autora, investigadores sugerem que o *grooming* é uma forma de aliciamento que tem o objetivo de criar amizade com a criança, estabelecendo um tipo de conexão emocional, e até mesmo com a família, facilitando a diminuição das inibições visando o abuso sexual. De acordo com Bennet e O’Donohue (2014),<sup>11</sup> os molestatadores usam o *grooming* como método para preparar e envolver a criança em um estágio de sedução, antes de cometer o abuso.

Segundo Abrantes (2016, p. 14-16), a aproximação do aliciador pode acontecer não somente pessoalmente, mas principalmente através do uso da internet. Usam *sites*, onde existem a possibilidade de salas de bate-papo, programas ou aplicativos de mensagens instantâneas e também jogos *on-line* que oferecem o recurso de se comunicar com outro jogador. Um *modus operandi* usado pelos agressores é a busca de perfis ou *usernames* que possuem comentários de conotação sexual, indicando que a criança possa ceder com mais rapidez. Também existe a possibilidade de o aliciador buscar perfis que induzem carência afetiva ou vulnerabilidade, resultado de algum problema enfrentado.

É possível perceber que o agressor *on-line* é bastante habilidoso em reunir informações que levam a supor que uma criança detém as características principais para serem subjugadas sexualmente. É nesse sentido que Berson (2003, p. 15) ensina que “o *grooming* envolve um processo inteligente de manipulação, normalmente iniciado através de uma abordagem não-sexual”. Essa técnica usada pelo agressor tende a atrair a vítima para um encontro sexual, explica. Isto acontece porque as inibições da criança tendem a diminuir conforme envolvimento ativo com o “outro”. Pode, inclusive, ser identificado como sedução, visto ser um processo lento e gradual de conquista, aprendizagem e construção de confiança.<sup>12</sup>

---

11 BENNETT, N.; O’DONOHUE, W. The construct of grooming in child sexual abuse: conceptual and measurement issues. *J Child Sex Abus*, 23(8): 957-76, 2014. doi: 10.1080/10538712.2014.960632. PMID: 25258355.

12 Original: The two major commonalities in the definitions reviewed above as well as the empirical studies of grooming are: (a) some sort of inappropriate behavior on the part of the prospective abuser (whether it is a bribe, boundary violation, invasion of privacy, misstatement of morality, mischaracterizing an interaction as a “game”, isolation, emotional manipulation, etc.) and (b) the function of this inappropriate behavior is to increase the likelihood

Claramente esse é um dos crimes mais difíceis de identificar, seja porque o agressor está encoberto pela máscara do IP ou de um avatar, seja pela própria vítima, que pensa que se trata de alguém confiável, ou possivelmente porque a legislação brasileira não compreende a necessidade de atuação mais rígida no assunto. De acordo com dados oriundos da ONG Safernet Brasil,<sup>13</sup> “entre janeiro e abril de 2021 foram denunciadas 15.856 páginas relacionadas com pornografia infantil, das quais 7.248 foram removidas por indício de crime”. Tais números, conforme o mesmo órgão, representam um crescimento de 33,45% em relação ao mesmo período do ano passado.

### 3. INVESTIGAÇÃO E PRODUÇÃO DE PROVA

A investigação de crimes em meio digital e a dedução da acusação no âmbito do processo penal podem ser facilitadas por recursos capazes de exercer um monitoramento constante em redes. Mas não somente isso. Devido ao fato de vítimas sentirem dificuldade em identificar uma investida de um aliciador, reconhecer as técnicas de um agressor e, também, dificuldade em denunciar a tentativa ou a satisfação do perpetrador, o Estado pode continuar investindo em operações em campo e meio digital para captação de provas, com o objetivo de levar à justiça tais criminosos. Em âmbito internacional, de acordo com o Considerando 26 e 27, da Diretiva 2011/93/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011,

A investigação dos crimes e a dedução da acusação em processo penal deverão ser facilitadas, tendo em conta não só as dificuldades que as crianças vítimas destes crimes enfrentam para denunciar os abusos sexuais, mas também o anonimato dos autores dos crimes no ciberespaço. [...] Os responsáveis pela investigação e pela ação penal [...] deverão dispor de instrumentos de investigação eficazes [...] que podem incluir a interceptação

---

that the adult can sexually abuse the child (by for example, gaining access to them, gaining their trust, silencing them, isolating them, desensitizing the child to nudity or sex, etc.).

13 Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/denuncias-de-pornografia-infantil-cresceram-3345-em-2021-aponta-safernet-brasil>. Acesso em: 29/09/2021.

de comunicações, a vigilância discreta, inclusive por meios eletrônicos, o monitoramento de contas bancárias ou outras investigações financeiras, tendo em conta, nomeadamente, o princípio da proporcionalidade e a natureza e gravidade dos crimes investigados. Se for caso disso, tais instrumentos deverão também incluir a possibilidade de as autoridades policiais utilizarem uma identidade falsa na internet.

O documento anteriormente citado veio a ser publicado quase 10 anos após a Convenção de Budapeste (23/11/2001). Isso porque os crimes contra crianças e adolescentes se tornaram preocupantes pelo seu crescente registro de ocorrências e diminuta resolução de crimes. Tal como dito antes, quando as autoridades não se deparavam com as dificuldades de a vítima reconhecer o criminoso, também percebiam o quanto era difícil sua identificação em meio digital, visto que esses criminosos usavam meios de esconder sua identidade, como mascarando o endereço IP e criando perfis falsos.

Em relação à Convenção Sobre o Cibercrime,<sup>14</sup> realizada em Budapeste, 23/11/2001, no Título 3, que trata das Infrações relacionadas com o conteúdo, há algumas informações acerca de como deve ser o combate e também criminaliza algumas ações. Tais orientações são medidas que cada parte deverá tomar, não excluindo outras necessárias, cujo objetivo é estabelecer como infração penal condutas, tais como: produzir, oferecer, difundir ou transmitir, obter e armazenar pornografia infantil<sup>15</sup> usando equipamentos informáticos, seja para si como para outrem.

No Brasil, existe combate ao *cibercrime*, porém através de tipos análogos já elencados no Código Penal Brasileiro. Pereira e Caldas (2021) sistematizam alguns exemplos de crimes cibernéticos impróprios para

---

14 CONVENÇÃO SOBRE O CIBERCRIME. Budapeste, 23.XI.2001.

15 2. Para efeitos do nº 1, a expressão “pornografia infantil” inclui qualquer material pornográfico que represente visualmente: a) Um menor envolvido num comportamento sexualmente explícito; b) Uma pessoa que aparente ser menor envolvida num comportamento sexualmente explícito; c) Imagens realísticas que representem um menor envolvido num comportamento sexualmente explícito; (CONVENÇÃO SOBRE O CIBERCRIME. Budapeste, 23.XI.2001)

classificar condutas com uso de tecnologias de informação e comunicação – TICs.<sup>16</sup>

Para ofensas à honra nas redes sociais ou serviços de mensagem, utiliza-se os crimes de calúnia, difamação ou injúria (art. 138, art. 139 e art. 140 do Código Penal Brasileiro). Para intimidações contra usuários da internet, utiliza-se o crime de ameaça (art. 147 do Código Penal Brasileiro). Na invasão de contas bancárias com subtração de valores, utiliza-se o crime de furto (art. 155 do Código Penal Brasileiro). Para golpes patrimoniais pela internet, crime de estelionato (art. 171 do Código Penal Brasileiro). Na seara da dignidade sexual, utiliza-se o novo crime do art. 218-C do Código Penal Brasileiro **e para pornografia infantil há o crime do art. 241-A da Lei 8.069/1990, do chamado Estatuto da Criança e do Adolescente** (disponível em: <https://jus.com.br/artigos/90334>; grifo nosso).

Como tratado anteriormente, é muito difícil para a criança reconhecer que está sendo vítima de um aliciamento com objetivo de satisfação sexual do criminoso. Porém, faz-se necessário compreender como funciona a atuação da polícia judiciária em ocorrências em crimes digitais, antes de tratarmos sobre as formas de prevenção.

Barreto (2021) trabalha em sua obra, *Vingança Digital*, sobre o compartilhamento não autorizado de conteúdo íntimo na internet e sobre investigação policial. Ocorre que, segundo sua experiência como delegado da polícia civil, os crimes em ambientes digitais se apresentam como um desafio para a polícia judiciária.<sup>17</sup> Isso porque a vítima necessita, conforme o caso, de providências imediatas a serem tomadas, isto para que o mal causado a partir de algum crime, ou ameaça deste, não aumente para um mal maior. Por vezes uma pessoa procurando ajuda recebe a notícia de que a atuação sobre aquele crime não é atribuição daquela delegacia.

---

16 PEREIRA, Jeferson Botelho; CALDAS, Felipe de Ornelas. Crimes cibernéticos e a insuficiente legislação brasileira. Revista Jus Navigandi, Teresina, ano 26, n. 6519, 7 maio 2021. ISSN 1518-4862. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/90334>. Acesso em: 29/09/2021.

17 BARRETO (2021, p. 129).

Ainda, segundo o autor, existe a necessidade de entendimento de que a ameaça cibernética ocorre, muitas vezes, a milhares de quilômetros de distância. O agressor precisa apenas estar de posse de uma Tecnologia de Informação e Comunicação para começar a praticar seus crimes. Uma resolução que fora realizada pela Interpol, em 2011, teve como objetivo fazer com que todos os países membros promovessem uma gestão centrada na vítima de material de abuso infantil em nível nacional, cada país atuando dentro de sua circunscrição, nos seguintes termos:

EXORTA que as Secretarias Centrais Nacionais em causa autorizem as Equipes Nacionais de Identificação de Vítimas a estabelecerem ligação à base de dados do ICSE e a utilizá-la na análise do material, contribuindo assim para o esforço internacional em curso para identificar vítimas e agressores.<sup>18</sup>

Nesse sentido, a Interpol recomenda que exista a criação de um banco de dados com registro de materiais e agressores, para que todas as informações sejam compartilhadas com o objetivo de identificar as vítimas e os agressores, tornando mais célere a atuação de todos os órgãos de polícia e justiça. Esta forma de trabalho, na prática, representa uma tomada de posição no enfrentamento, pelo Estado, de crimes sexuais, visto que os criminosos, por vezes, conseguem encobrir suas evidências digitais, conforme nos explica Goodman (2015, p. 17):

A natureza da internet significa que estamos vivendo, cada vez mais, em um mundo sem fronteiras. Hoje, qualquer um, com boa ou má intenção, pode praticamente viajar na velocidade da luz para o outro lado do planeta. Para os criminosos, essa tecnologia tem sido uma bênção, já que eles podem pular de um país para o outro, hackeando seu caminho ao redor do mundo, em um esforço para frustrar a polícia. Os criminosos também aprenderam a se proteger do rastreamento on-line. Um hacker esperto nunca iniciaria de

---

18 INTERPOL. AG-2011-RES-08. URGES that the National Central Bureaus concerned authorize the National Victim Identification Teams to connect to the ICSE database and use it in the analysis of material, thus contributing to the ongoing international effort to identify victims and offenders.

seu apartamento na França um ataque direto contra um Banco do Brasil. Em vez disso, rotearia seu ataque de uma rede vulnerável para outra, da França para a Turquia e Arábia Saudita em direção ao seu destino final. Essa capacidade de saltar entre países, uma das maiores forças da internet, cria enormes problemas jurisdicionais e administrativos para a polícia, e é uma das principais razões pelas quais a investigação de crimes virtuais é tão desafiadora e, muitas vezes, inútil.

Diante disso, visando a especialização das polícias judiciárias dos estados para fazerem frente aos crimes virtuais, foi aprovada no Congresso Nacional a Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012, que estabelece a criação de núcleos especializados no combate às ações delituosas com uso de equipamentos informáticos, na tentativa de melhorar o enfrentamento aos crimes em meio digital.<sup>19</sup> Com isso, após o conhecimento de uma prática criminosa, como o aliciamento de menores para fins sexuais, com uso de recursos digitais, a autoridade judiciária busca formas de identificar a evidência e preservá-la.

Conforme ressalta Barreto (2021), procuradores do Ministério Público Federal em 2016 publicaram um roteiro de atuação sobre crimes cibernéticos, com o objetivo de garantir a conservação e integridade de evidências digitais. Tal normativa envolveu elementos de praxe nos procedimentos de perícia forense em dispositivos de armazenamento, como discos rígidos, *pendrives* e mídias removíveis. Outra forma, quando se trata de busca de evidências digitais, é fazer o *download* de todo site suspeito ou alvo de investigação para que seja analisado posteriormente o conteúdo em detalhes.

Quando existe a possibilidade ou execução de compartilhamento de imagens íntimas de crianças em meio digital, dependendo do site, é possível verificar de onde ocorreu. Como exemplo, Barreto (2021) nos mostra que existe a possibilidade de alguém fazer *upload* de um arquivo num grupo ou para um terceiro. Da mesma forma em uma rede social aberta

---

19 Lei nº 12.735, de 30 de novembro de 2012. Art. 4º – Os órgãos da polícia judiciária estruturam-se, nos termos de regulamento, setores e equipes especializadas no combate à ação delituosa em rede de computadores, dispositivo de comunicação ou sistema informatizado.

ou fechada. Porém, em ambos os casos é possível a identificação mais fácil do criminoso.

Uma das formas mais usadas por vítimas de aliciamento em meio digital é o *print screen* ou *screenshot*, ou simplesmente captura de tela. Com esta ação a vítima consegue preservar um conteúdo ilegal, seja uma conversa com mensagens de texto, exposição de imagens pornográficas ou imagens violentas. Existem *softwares* capazes de realizar a captura de tela permitindo acrescentar data, hora e tipo de salvamento específico, como os *softwares* *MWSnap*, *GreenShot* e *Camtasia*, assim como a impressão completa da página e suas respectivas informações em segundo plano.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aliciamento de menores no âmbito da internet é um problema social e seu debate é um tanto quanto vasto para explorar formas e políticas públicas possíveis para seu enfrentamento. Tal crime, como observado na perspectiva inicial, decorre principalmente do elevado número de crianças e adolescentes que usam a internet sem qualquer tipo de fiscalização por qualquer autoridade, seja ela realizada pelos pais, seja pelo governo. Para muitos utilizadores<sup>20</sup> de Tecnologias de Informação e Comunicação, a internet é um território aberto onde não há regulamentação. Tal pensamento possibilita tipos de conduta criminosa realizada de forma oculta por vários agressores, violando direitos fundamentais de crianças e adolescentes.

Com isso, surge a necessidade de ação mais efetiva do Estado no enfrentamento a esse problema. Ocorre que já foi tratado que as operações repressivas não surtem um efeito massivo desejado e com isso as ocorrências somente aumentam. A legislação atual que trata de estabelecer direitos e punição àqueles que infringirem a lei não deixa claro o papel do Estado no combate ao aliciamento pela internet, oferecendo brechas para o aumento desse tipo penal. Tal fato pode ser notado quando o art. 26, da Lei nº 12.965/2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil não é colocado em prática. Dessa forma, temos uma falha na prestação de educação em todos os níveis de ensino,

---

20 MAGRIÇO (2014, p. 9).

retirando de crianças e adolescentes o uso seguro, consciente e responsável da internet.

Entendemos que a internet é uma ferramenta para o exercício da cidadania. Porém, quando não existe a consciência efetiva sobre seu uso, pode facilitar uma ação criminosa. Geralmente, criminosos se aproveitam de pessoas com pouco conhecimento ou que estão com algum tipo de problema psicológico ou emocional. Essa situação de abalo emocional facilita a operação de técnicas usadas por agressores voltadas para preparar e envolver a criança e/ou adolescente em um estágio de sedução, antes de cometer o abuso. Essa técnica usada pelo agressor tende a atrair a vítima para um encontro sexual, seja através do consentimento da vítima, que não sabe ou não entende de seus direitos, seja também através do cometimento de outro crime, como a extorsão.

Diante do quadro em que o crime é cometido pela internet, como o aliciamento ou outros tipos penais, como a extorsão, a coleta de informações probatórias mostra-se difícil por aspectos já conhecidos, como a dificuldade da criança e do adolescente em denunciar o crime, visto que na maioria das vezes é apenas a sua palavra, e também o ocultamento dos rastros do agressor, uma vez que constantemente usa um perfil falso ou despista seu rastro com o uso de um IP falso. Quando existe a possibilidade de rastreamento, é de suma importância ações operacionais para busca e apreensão de todos os equipamentos eletrônicos, mídias removíveis ou armazenadores de arquivos, que podem conter até mesmo pistas de como o crime foi realizado.

Qualquer ação nesse sentido visa a satisfação do direito de personalidade das crianças e adolescentes. Porém, como denota a Procuradora Federal Neide Mara Cavalcanti Cardoso de Oliveira, as ações repressivas não conseguem oferecer um resultado satisfatório no combate a esse crime. É necessário a atuação direta do Estado em toda estrutura educacional, seja em casa, seja na escola, no tocante às crianças. Também não se deve esquecer que os pais necessitam de acompanhamento, visto que são responsáveis legais quanto à instrução e orientação dos filhos. Desse modo, levanta-se um ponto para discussão, visto que este acompanhamento poderia partir do Estado, mas talvez existam problemas em garantir este serviço. Tal iniciativa poderia girar em torno de ofertas de cursos obrigatórios ou de extensão para segurança em redes de comunicações.

Outrossim, ressalta-se a necessidade de aprofundar a discussão proposta no âmbito normativo, considerando dados mais recentes sobre o crime de aliciamento de menores na internet.

## REFERÊNCIAS

- ABRANTES, Alexandra Catarina Silva. **O Problema do Aliciamento de Menores através da internet para fins sexuais**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2016.
- ALICIAR. *In*: DICIO, **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aliciar/>. Acesso em: 09/10/2021.
- ATUAÇÃO DO MPF NO COMBATE AOS CRIMES VIRTUAIS É TEMA DE PALESTRA NO 6º CBGMP. [cnmp.mp.br](http://cnmp.mp.br), 2015. Disponível em: **Atuação do MPF no combate aos crimes virtuais é tema de palestra no 6º CBGMP – Conselho Nacional do Ministério Público** ([cnmp.mp.br](http://cnmp.mp.br)). Acesso em: 10/10/2021.
- AZEVEDO, Álvaro Villaça (coord.). **Código Civil Comentado**, v. 15: Direito de Família. Casamento –Arts. 1.511 a 1.590. São Paulo: Atlas, 2003.
- BENNETT, N.; O'DONOHUE, W. The construct of grooming in child sexual abuse: conceptual and measurement issues. **J Child Sex Abus**, 23(8): 957-76, 2014. doi: 10.1080/10538712.2014.960632. PMID: 25258355.
- CAIDEN, Naomi J.; CAIDEN, Gerald E. Enfoques e lineamientos para el seguimiento, la medición y la evaluación del desempeño em programas del sector público. **Revista do Serviço Público**, nº 1, jun.-mar./2001.
- CLEMENTE, Fabiane *apud* GIL, A. C. **Pesquisa qualitativa, exploratória e fenomenológica: Alguns conceitos básicos**. 2007. Sítio Administradores: <https://bit.ly/3akrzyK>. Acesso em: 17 de abril de 2010.

CONVENÇÃO DE BUSDAPESTE. **CONVENÇÃO SOBRE O CIBERCRIME**. Budapeste, 23.XI.2001. Disponível em: <https://bit.ly/3alJsNJ>. Acesso em: 30/09/2021.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p. 15-41.

MAGRIÇO, Manuel Aires. **A exploração sexual de crianças no ciberespaço**. Lisboa: Alêtheia, 2014.

PEREIRA, Jeferson Botelho; CALDAS, Felipe de Ornelas. Crimes cibernéticos e a insuficiente legislação brasileira. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 26, n. 6519, 7 maio 2021. ISSN 1518-4862. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/90334>. Acesso em: 29 set. 2021.

QUEIROZ, Gabriele Nogueira. Exploração sexual infantil e os riscos da internet: vulnerabilidades acentuadas pela pandemia. **TRABALHO INFANTIL E PANDEMIA: diagnóstico e estratégias de combate [recurso eletrônico]** / Fabiana Dantas Soares Alves da Mota e Zéu Palmeira Sobrinho (org.). EJUD/NETIN – Natal: Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região, 2020, p. 201-225.

SALGADO, Rodrigo. Homem é preso em flagrante suspeito de aliciar menor para estuprá-lo. **Jornal Estado de Minas Gerais**, Minas Gerais, 24 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Drc5p7>. Acesso em: 08 ago. 2021.

# A EVENTUAL INFLUÊNCIA DA MÍDIA NO DEVIDO PROCESSO LEGAL NAS DECISÕES SUBMETIDAS AO TRIBUNAL DO JÚRI

*Maria Stephanie Bezerra Camacho*<sup>21</sup>

*Felipe de Magalhães Carvalho*<sup>22</sup>

## INTRODUÇÃO

Muitas vezes a veracidade das publicações não ditam as prioridades dos meios midiáticos. Essa importante ferramenta formadora de opinião se torna perigosa diante da mídia sensacionalista, pois os danos que pode causar à privacidade, à imagem, à honra do indivíduo são latentes.

A imprensa exerce um poder de grande influência atingindo até mesmo os membros do Tribunal do Júri. É nesta direção que este trabalho se propõe a analisar, observando a extensão da influência midiática na sociedade e no âmbito jurídico, verificando de que forma essa influência se reverbera no devido processo legal das decisões submetidas ao sistema do Tribunal do Júri.

O presente trabalho busca analisar a influência que a mídia opera no juiz, jurados e sociedade em relação aos crimes de competência do Tribunal do Júri, uma análise acerca das informações advindas dos meios de

---

21 Bacharel em Direito pela Faculdade CNEC de Rio das Ostras/RJ.

22 Advogado, Doutorando em Direito Penal pela Faculdade de Buenos Aires, especialista em Direito Penal e Processo Penal e professor da Faculdade CNEC de Rio das Ostras/RJ.

comunicação para se fazer o seguinte questionamento: até que ponto os meios midiáticos influenciam o Tribunal do Júri em sua tomada de decisão e conseqüentemente a sociedade?

Dessa forma, antes de adentrar especificamente ao tema, houve a necessidade de analisar a história do Tribunal do Júri, sua competência e também como ele se fortaleceu e passou a exercer importante papel na sociedade através de uma revisão bibliográfica, selecionando artigos relacionados ao tema e também a casos ocorridos no Brasil.

Em seguida, foi abordado o direito à liberdade de imprensa; onde e quando surgiu o instituto que, atualmente, é muito importante para que a sociedade se mantenha informada. Por conseguinte, surgiu a pergunta: quais os impactos que os meios de comunicação exercem sobre a sociedade e conseqüentemente sobre os jurados?

Para responder ao questionamento acima foram analisados casos em que o direito à liberdade de imprensa foi utilizado de forma exagerada, dando especial atenção a crimes que chocam e que podem ser facilmente vendidos como matéria jornalística de grande repercussão e comoção social.

A finalidade e objetivo do artigo é de chamar a atenção à ótica social sobre mídia, imprensa e Tribunal do Júri brasileiro, com o intuito de evidenciar que a mídia, vista hoje como o quarto poder, não é munida de total verdade acerca de suas publicações, tendo esta o dever de se manter imparcial em todas as suas publicações, limitando-se apenas ao direito e dever de informar.

É notório que o júri popular tem como característica a imparcialidade, entretanto, quando os jurados são expostos aos fatos anteriormente, por informações deturpadas advindas dos meios de comunicação, há possibilidade dessa imparcialidade ser afetada, uma vez que o conhecimento da realidade dos fatos do caso julgado é somente apresentado, posteriormente, no momento da audiência. Nessa toada, será analisado se os acusados pelos crimes contra a vida terão um julgamento imparcial, atendendo o seu devido processo legal garantido constitucionalmente.

## 1. O TRIBUNAL DO JÚRI

O Tribunal do Júri é um dos direitos e garantias fundamentais, previsto no art. 5º da Constituição Federal, que em seu inciso XXXVIII dispõe:

XXXVIII – é reconhecida a instituição do Júri, com a organização que lhe der a lei, assegurados: a) a plenitude de defesa; b) o sigilo das votações; c) a soberania dos veredictos; d) a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida;<sup>23</sup>

Sendo assim, o Júri nasce como uma forma de dar poder ao povo e garantir proteção contra a arbitrariedade do soberano, o que pode ser traduzido como a vontade do Estado atualmente.

O instituto do Júri já era existente antes mesmo da independência política do Brasil, a primeira previsão legal do Júri foi um decreto aprovado na sessão de 18 de junho de 1822, sob a forma de portaria, para crimes de imprensa.

O Júri nem sempre teve a competência somente para atuar em matéria criminal. Com a Constituição de 1824, o Júri foi elevado para uma categoria muito importante. O artigo 151 do referido diploma previa que, além da competência criminal, o Júri tinha a competência para julgar matéria cível, apesar de jamais ter funcionado.

Foi mantido nas Constituições de 1824, 1891 e 1934, mas não houve previsão constitucional em 1937. Já na Constituição de 1988, no capítulo destinado aos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, em seu artigo 5º, inciso XXXVIII, tem-se a instituição do Tribunal do Júri, com a devida organização: plenitude de defesa; sigilo das votações; soberania dos veredictos; competência para julgar crimes dolosos contra a vida.

O Tribunal do Júri é um dos institutos mais polêmicos do direito penal brasileiro, alimentado no imaginário das pessoas comuns através de filmes que retratam um glamoroso espetáculo teatral, no qual réu e seus defensores na maioria das vezes se apresentam como vilões e promotoria como paladinos da Justiça (NUCCI, 2018).

Na legislação brasileira, o Tribunal do Júri nasceu no ano de 1822 por decreto do imperador Dom Pedro, recebeu a denominação de “juízes de fato”, composto de 24 homens considerados bons, honrados, inteligentes e patriotas com competência para julgar apenas crimes de imprensa.

---

23 BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 22 set. 2021.

Em síntese, trata-se de um conselho de sentença, formado por cidadãos comuns, escolhidos em uma lista apresentada pelo juiz e presidido por um juiz togado, decidem ao fim do julgamento se o acusado cometeu ou não o crime a ele imputado (SILVA, 2018).

Os julgamentos são geralmente públicos, mas as deliberações do Júri devem ser privadas. Os réus têm o direito de comparecer, testemunhar e chamar testemunhas em seu nome.

Outra característica do Júri é a ideia de uma mitigação do poder do Estado sobre o indivíduo, uma vez que parte da sociedade a condenação ou absolvição do acusado, por outro prisma, se os juízes decidissem todos os casos isso poderia suscitar uma série de preocupações sobre a imparcialidade no processo judicial.

Por exemplo, os juízes designados para o caso podem ser tendenciosos a julgar sob influência política ou às pessoas que os designaram, ou influenciados pela opinião pública em um determinado caso.

Durante a primeira fase do Júri, existe um sistema inquisitorial e não contraditório; os suspeitos podem optar por ser patrocinados ou não por um advogado e, por sua própria iniciativa, podem acessar evidências não seladas a seu respeito.

A intervenção judicial ocorre excepcionalmente, por exemplo, quando é necessária uma prisão temporária.

A segunda fase de julgamento é um sistema contraditório, em que a cláusula do devido processo legal e um julgamento justo são concedidos ao réu, com todos os meios relacionados de acordo com Lopez (2020).

Na fase de plenário, quando os debates são travados, o comportamento do acusado, durante a sessão, a postura assumida pelo ofendido, e as reações das testemunhas às perguntas são alvo dos olhares atento dos jurados. Assim, a percepção do jurado será aguçada não só pelo ouvir dos relatos em plenário, mas também pelo comportamento dos envolvidos durante a audiência.

Com relação à competência do Tribunal do Júri, deve-se observar o disposto na alínea “d” do artigo 5º, inciso XXXVIII, que assegura “a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida”. Da mesma forma, o artigo 74, § 1º do Código de Processo Penal define que:

Art. 74. A competência pela natureza da infração será regulada pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri. § 1º Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes previstos nos arts. 121, §§ 1º e 2º, 122, parágrafo único, 123, 124, 125, 126 e 127 do Código Penal, consumados ou tentados (Redação dada pela Lei nº 263, de 23.2.1948).<sup>24</sup>

Sendo assim, o Tribunal do Júri é um órgão especial, competente em julgamentos de crimes dolosos contra a vida (homicídio doloso, simples, privilegiado ou qualificado; induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio; infanticídio; aborto e crimes conexos.

O julgamento é realizado pelos jurados, que são pessoas comuns, leigas e sem necessidade de conter conhecimento jurídico.

Uma das principais características do Júri é julgar sem pronunciar a fundamentação dos votos, isto ocorre de maneira sigilosa e através da livre convicção dos jurados, adquirida durante a sessão de julgamento.

São quatro os princípios norteadores do júri popular a saber: plenitude de defesa, o sigilo das votações, a soberania dos veredictos e a competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

De acordo com Lopez (2020), sobre a plenitude de defesa, pode-se dizer que algumas doutrinas buscam distinguir esse direito garantido pelo art. 5º, XXXVIII, “a” da Constituição Federal, do termo ampla defesa, Francisco Dirceu Barros afirma que a ampla defesa está diretamente relacionada à defesa técnica, que deve ser conduzida por advogado registrado na OAB ou Defensor Público, enquanto a plenitude de defesa é mais extensa, incluindo defesa técnica, e a autodefesa é uma defesa mais explícita, em que tanto o réu quanto seu advogado usam da psicologia para tentar alcançar o lado sentimental dos jurados e persuadi-los.

Encontram-se implícitos no conceito de plenitude de defesa os princípios da ampla defesa e do contraditório, também previstos constitucionalmente no art. 5º, inciso LV CF/88, devendo estar presente em todos os processos judiciais.

---

24 BRASIL. Código de Processo Penal (1941). Código de Processo Penal de 1941. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm). Acesso em: 22 set. 2021.

Ressalte-se que existe um aspecto muito especial na plenitude de defesa, pois de certa forma exige a defesa oral, usada não apenas para suscitar alegações de cunho jurídico, mas também para que se faça alegações de cunho legal e emocional, conforme dispõe o artigo 476 e seguintes do Código de Processo Penal.

Dessa forma, sabendo que o veredito do júri é feito pelos jurados, a defesa do réu precisa ser perfeita e completa. Vale lembrar que, no Tribunal Popular, a decisão não é fundamentada, pois os jurados só votam respondendo às questões levantadas pelo juiz togado, para condenar ou absolver o réu, devendo, assim, a defesa do réu ficar atenta acerca das teses que deverão ser suscitadas.

A plenitude de defesa implica o exercício da defesa em um grau ainda maior do que a ampla defesa [...] Compreende dois aspectos: primeiro, o pleno exercício da defesa técnica, por parte do profissional habilitado, o qual, não precisará restringir-se a uma atuação exclusivamente técnica, podendo servir-se de argumentação extrajurídica, invocando razões de ordem social, emocional, de política criminal, etc. [...]. Segundo o exercício da autodefesa, por parte dos próprios réus, consistente no direito de apresentação de sua tese pessoal no momento do interrogatório [...] (CAPEZ, 2009, p. 595).

Quanto ao princípio dos sigilos das votações, este garante que a cédula de votação seja sigilosa, isto é, ninguém sabe qual é a decisão tomada por cada um dos jurados. Portanto, cada cédula de voto será coletada e lida “anonimamente”. Regra geral, a sessão do julgamento perante o Tribunal do Júri será pública, só podendo a lei criar restrições a sua publicidade em prol da defesa da intimidade ou do interesse social, conforme estabelece o art. 5º, LX da Constituição Federal.

A fim de proteger de forma plena e segura esse princípio estipulado na Constituição Federal, o Código de Processo Penal estipula as regras a serem seguidas, ao tratar do processo do Júri no Capítulo II, na Seção XIII, quando descreve acerca do questionário e da votação no Plenário, determinando, por exemplo, que os jurados não estão autorizados a se comunicar com outras pessoas; deverão votar em uma sala especial ou, na

falta desta, o juiz presidente determinará que o público se retire, permanecendo somente os jurados, o Ministério Público, o assistente, o querelante, o defensor do acusado, o escrivão e o oficial de justiça; e decisão tomadas por maioria de votos.

A soberania do veredito não exclui a possibilidade de recurso contra a decisão proferida pelos jurados, garantindo assim que o processo será devolvido ao Tribunal do Júri, para que um novo julgamento possa ser feito. Em vista disso, a natureza da soberania não torna julgamento irrecurável.

A soberania dos veredictos não exclui a recorribilidade de suas decisões, limitando-se, contudo, a esfera recursal ao juízo rescindente (*judicium rescindem*), ou seja, à anulação da decisão pelo mérito e a consequente devolução para novo julgamento. Ainda, “do mesmo modo, em obediência ao princípio maior da verdade e em atenção ao princípio da plenitude de defesa, admite-se alteração do *meritum causae*, em virtude de revisão criminal” (CAPEZ, 2020, p. 154).

Por conseguinte, o quarto princípio que norteia as decisões do Tribunal do Júri é a competência para julgar crimes dolosos contra a vida, ou seja, o júri tem o direito de julgar a tentativa ou a consumação dos crimes de homicídio, instigação ou auxílio ao suicídio, infanticídio e aborto.

No entanto, há casos em que mesmo sendo crimes dolosos contra a vida, as partes estão excluídas da jurisdição do júri, devido às suas particularidades, é, por exemplo, no caso do crime de genocídio e do crime de latrocínio, assim como ocorre nas situações em que haja privilégios funcionais, desde que tais privilégios também estejam previstos na Constituição Federal. Neste último caso, o STF decidiu que se houver dois cidadãos envolvidos no mesmo crime, sendo um com foro privilegiado e outro com foro comum, o processo deve ser bipartido (HC 69325 – STF: RTJ 143/925).<sup>25</sup>

---

25 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. HC 83583/PE – PERNAMBUCO, HABEAS CORPUS, Relator(a): Min. ELLEN GRACIE, Julgamento: 20/04/2004, Publicação: 07/05/2004, Órgão julgador: Segunda Turma. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur96463/false>. Acesso em: 29/10/2021

Além disso, no estudo mais aprofundado dos princípios e garantias constitucionais que orientam o júri, não se pode ignorar a pura e fiel observância a princípios como o da imparcialidade dos julgamentos, da presunção de inocência e do próprio fundamento da dignidade da pessoa humana. Sem a observância destes, torna-se impossível realizar um julgamento com toda a sua plenitude, violando, assim, direitos e garantias fundamentais previstos na Carta Magna.

Ao analisar a aplicação dos princípios da presunção de inocência e da dignidade humana, verifica-se que estes são violados frequentemente. Por vezes, o pré-julgamento afetado por meios externos, diferente do que se é produzido pelo plenário, acrescido à garantia de não fundamentação aos votos dos jurados, resulta em sentenças incoerentes com o apresentado nos autos.

Diante da “cultura do medo” desencadeada pela mídia, a proteção de direitos e a ideia de que todos devem ser considerados inocentes antes de se provar o contrário são descartadas, dando lugar a especulações e inferências que afirmam e induzem fatos distorcidos ou mesmo não existentes.

## 2. A REPERCUSSÃO MIDIÁTICA DO CRIME

A alta taxa de criminalidade no Brasil ajudou as notas sensacionalistas na mídia, com a divulgação de imagens e comentários que despertam o sentimento público, mas raramente tocam a verdade dos fatos.

O apelo popular nos crimes contra a vida é tão forte que foi criado um novo formato de programas televisivo com teor policial em diversas emissoras, espetacularizando o cárcere e fomentando um ódio cego ao crime e ao criminoso, e tendo por consequência uma sede por uma suposta justiça, que só se satisfaz através de uma vingança selvagem (MELO, 2017, p. 4).

No entanto, quando as pessoas começam a exercer a justiça, como no caso de um Tribunal do Júri, é bem provável que ocorra injustiça, pois o cidadão traz seu medo, raiva, preconceito e indignação para o tribunal. Nesse caso, quando as emoções prevalecem sobre a racionalidade, tudo o que satisfaz a raiva coletividade, acrescido da sensação latente de falta de segurança nas ruas, torna-se eficaz e justo.

Dessa forma, a mídia acaba por criar uma realidade paralela ao mundo real. Com a potência dos meios telemáticos, tem-se a capacidade de espalhar nas ideias populares um forte temor ao crime, fazendo com que os populares pensem que a violência atinge índices apavorantes, que o sistema penal atual não funciona e a sociedade deve lutar por leis mais rigorosas.

Através do direito à informação, o indivíduo tem assegurado o conhecimento dos fatos e acontecimentos sociais, que é, sem dúvida, uma das mais importantes garantias do nosso ordenamento jurídico, porém, na corrida pela notícia a mídia, em muitos casos, sobrepõe o direito à informação ao direito constitucional da presunção de inocência.

*A priori*, antes de adentrarmos a questão suscitada, cumpre definirmos o conceito de mídia. Na definição literal, nosso dicionário define a palavra mídia da seguinte maneira:

Toda estrutura de difusão de informações, notícias, mensagens e entretenimento que estabelece um canal intermediário de comunicação não pessoal, de comunicação de massa, utilizando-se de vários meios, entre eles jornais, revistas, rádio, televisão, cinema, mala direta, outdoors, informativos, telefone, internet etc.<sup>26</sup>

Diante da análise dos diversos entendimentos acerca da publicidade no processo penal, importante se mostra a compreensão acerca do papel da mídia no judiciário, vez que é a principal percussora da opinião pública nos tempos atuais.

A mídia vê o delito como uma “equação penal”, em que, detectado o delito, a pena é a resposta automática. Essa necessidade por respostas imediatas vai de encontro com a necessidade de respeitar o devido processo legal e as garantias decorrentes dele, incluído o Princípio da Presunção de Inocência.

Freitas (2018) diz que a sociedade procura ser protegida através do rigor punitivo que o Estado exerce, dando margem para os discursos criminalizantes criados pela mídia, e que se destoam da realidade, conforme aponta o autor em seu estudo.

---

26 MÍDIA. In: DICIO, Dicionário Online de Português. 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/midia-2/>. Acesso em: 27/10/2021.

A situação se agrava quando o discurso midiático não busca a veracidade das informações que transmite à população, formulando uma notícia manipulada e fora do contexto em que realmente aconteceu, criando um ambiente de hostil e temerário.

Em verdade, a mídia como canal de comunicação assume o importante papel de transmitir a informação como ela é, entretanto, dissemina o pânico, sob o discurso de que a punição pelo encarceramento dos ‘criminosos’ é a solução mais adequada para se chegar à paz social. Assim, a punição, antes mesmo da certeza, torna-se institucionalizada pela opinião generalizada da população.

Na análise a que se propõe este artigo, fica notória a influência da mídia na opinião popular, a corrida pelo furo da notícia já não é mais o objetivo principal dos canais de comunicação, haja vista que em tempos de rede social os grupos de comunicação precisam “render” a matéria, nesse sentido utilizam da “desgraça alheia” como principal artifício atrativo. Já que, notoriamente, o banho de sangue permeia o imaginário popular, os crimes que chocam geram grande repercussão e podem ser facilmente vendidos como notícia.

Comportamentos dessa natureza podem influenciar os jurados de retornar um veredito imparcial de várias maneiras; por exemplo, os jurados podem se tornar tendenciosos a favor ou contra um réu depois de se familiarizar com as informações pessoais no Facebook (FARIAS, 2014).

As mídias sociais permitem que as pessoas previamente “transmitam suas deliberações e interajam com o público em geral”, comunicar instantaneamente sobre casos e divulgar informações com centenas ou milhares de amigos ou seguidores (MELLO, 2010).

No entanto, é importante observar que é possível que os jurados acidentalmente encontrem informações divulgadas sobre o caso por meio de discussões, atividades e navegação geral em sites de mídia social.

Essas informações adicionais podem resultar em jurados tendenciosos e que podem vir a deixar de julgar puramente com as evidências apresentadas no Tribunal.

Apesar de os membros do júri serem previamente instruídos a não se comunicar com outras pessoas sobre o julgamento, de certa forma esse contato é feito por meio de sites em geral e mídia sociais.

Discussões e interações com as mídias podem gerar uma tendência do jurado, o que pode resultar em erro judicial. No entanto, os jurados nem sempre percebem que usar a mídia social é tão sério quanto se comunicar com pessoas pessoalmente.

A formação de estereótipos, manipulação de fatos, distorções, cortes e ajustes deliberados levam a uma compreensão distorcida da mídia que permeia as casas e o dia a dia de inúmeras pessoas hoje. É sabido que o povo brasileiro tem uma curiosidade aguçada, principalmente quando se trata de fatos chocantes. A mídia jornalística, notoriamente atenta ao assunto que atrai o telespectador, compromete-se, além da veiculação, a preparar a história de forma atrativa, sem se preocupar com a preservação do ocorrido na sua integralidade.

Para fins de entretenimento, a mídia usa a preocupação dos cidadãos como forma de incentivo para que eles se mantenham informados sobre o que está acontecendo na rua antes mesmo de saírem de casa. Causando, assim, tamanho pavor, a ponto de fazer com que as pessoas pensem, ao receber a notícia, que serão as próximas vítimas, levando-as a mudar comportamentos, caminhos, lugares e pessoas para evitar possíveis riscos.

Hoje no Brasil se vive a denominada “cultura do medo”, que representa um sentimento exagerado de medo do crime, caracterizado pela rejeição dos princípios democráticos. Ideia essa criada pela população que deriva de exageros transmitidos dos meios de comunicação, que ocupam o papel de difundir a insegurança por meio de violências que não necessariamente correspondem à realidade, ao incutir o medo do crime na crença popular (FARIAS, 2018).

Assim são criados estereótipos para o agente, denominados “Criminologia Moderna”, correlacionando-os com grupos considerados perigosos, e levando em consideração o vestuário, situação econômica, etnia e outros, sendo definições de caráter mais sérias e duradouras, baseadas em informações desacertadas e discriminatórias veiculadas à sociedade e por ela a seus pares, como forma de conformidade e satisfação social acerca do problema.

Diante dessa política da criminologia midiática, é evidente a existência de um grupo social cego, que acredita ser dotado de saberes, alicerçado nas informações advindas da mídia, que constrói, diante desse incômodo social, um fator de correlação para estabelecer um padrão de medo.

Em geral, o julgamento dos crimes é feito, na maioria das vezes, antes mesmo do conhecimento acerca da autoria e da materialidade, munidos de um presumido conhecimento do fato, que é denunciado de forma repreensível, estereotipando os sujeitos envolvidos e criando uma prévia certeza da causa do comportamento.

A expressão do pensamento é livre e garantida pela Constituição, não fazendo referência à censura preventiva, porém os abusos decorrentes de sua prática abusiva estão sujeitos ao exame e apreciação do Poder Judiciário, com responsabilidade civil e criminal, oriundas de publicações injuriosas por meio da imprensa, a qual deveria supervisionar e controlar o material a ser publicado, confrontando com a verdade real dos fatos.

### 3. A INFLUÊNCIA DA MÍDIA SOBRE A DECISÃO DOS JURADOS

Adaptada à questão criminal, a mídia deixou de ser um terceiro imparcial para participar do debate e não se limitou mais a narrar os fatos, a expor pontos de vista e posições parciais e a pronunciar condenações por intermédio das notícias.

De uma forma geral, os crimes contra a vida têm recebido mais atenção da mídia, isso se deve, segundo dados apresentados pela área de Informática do Sistema Único de Saúde do Ministério da Saúde, ao crescente número de homicídios no Brasil, ocupando a 20ª colocação como o país mais violento do mundo, em 2014, batendo recorde. No entanto, esse não é o principal motivo que mantém o crime no centro da mídia. Apesar desses comportamentos alarmantes e do crescente medo da sociedade, a mídia não tem interesse em expor a realidade.

Optar por convencer seus telespectadores do que é dito e estereotipado de forma banal e taxativa, exibindo as mais complexas causas como algo simples e fácil de resolver, bastando o endurecimento do sistema penal.

A sociedade, em geral, teme por todos esses crimes que atentam contra os bens jurídicos individuais, isto é, a vida, o patrimônio e a dignidade sexual. Por se tratar de um medo clássico, não há vantagem, sob o olhar capitalista da mídia, a exibição de possíveis características do agente. Torna-se mais comercial vender a imagem inicial do vilão criada pela trama midiática do crime.

Em análise aprofundada, concluiu-se que os meios de comunicação não estão interessados apenas em fiscalizar os crimes dolosos contra a vida, que serão julgados pelo Júri, mas também em veiculá-los, diariamente, como se fossem capítulos de uma novela e parte de uma obra de ficção, destacando e enumerando os personagens nas posições já estabelecidas, realizando um processo paralelo ao que se desenvolve na justiça, sem o menor cuidado diante dos rótulos e das graves consequências dessa influência.

O questionamento oportuno diz respeito à legitimidade, constitucionalidade e legitimidade da publicidade massiva do processo penal, sendo esta considerada manifestação de pensamento, a liberdade de opinião e expressão prevista no art. 5º, IV, da Constituição Federal. As atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação são gratuitas, independentemente de censos ou licenças, garantindo a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes culturais nacionais sem restrições.

Assim, a Carta Magna protege a exteriorização do pensamento, que, por sua vez, é um direito fundamental sancionado pela liberdade de expressão e opinião, uma vez que, protegidos pela tutela constitucional, os meios de comunicação, além de essenciais ao exercício da democracia, são consagrados também como direito fundamental à informação, para além do direito à informação previsto pelo destinatário da mensagem.

Ressalte-se que a mídia observa parte do crime e incorpora uma carga muito grande de subjetivismo nesta análise branda, enfatizando os dramas, distorcendo informações e criando mentiras para criar uma solução mágica para os responsáveis pelo infortúnio da desgraça alheia, abordada de forma seletiva. Trata de reconstruir o crime ocorrido dentro dos interesses jornalísticos.

Os meios de comunicação devem repassar a publicidade dos fatos com reservas e cuidado de todos os cuidados, visto que os cidadãos não têm acesso aos autos, não podendo verificar a veracidade das informações recebidas.

A convicção errônea, uma vez formada com base em falsas premissas exasperadas pela mídia, deixa de contribuir para a garantia dos direitos fundamentais e se reverbera em uma nova violação de outros direitos individuais, sem a necessária neutralidade e objetividade exigida pela Cons-

tituição Federal, ficando clara e evidenciada em matérias noticiadas acerca de crimes de competência do Tribunal do Júri.

A população, enraivecida e impulsionada pelos apelos midiáticos ao crime sai às ruas e nas redes sociais em manifestações de repúdio.

Por trás destas políticas e práticas contraditórias, existem enquadramentos criminológicos diametralmente opostos entre si, em aspectos cruciais. Existe uma criminologia do Eu, que caracteriza o criminoso como consumidores normais, racionais, assim como nós; e existe uma criminologia do Outro, do excluído, do ameaçador, do estranho, do marginalizado, do revoltado. Uma é invocada para banalizar o crime, para mitigar os medos desproporcionais e para promover ação preventiva. A outra funciona para demonizar o criminoso, para expressar simbolicamente os medos e ressentimentos populares e para promover apoio ao poder punitivo estatal (FREITAS, 2018, p. 259).

Em 29 de março de 2008, a mídia noticia um dos casos de maior repercussão da história dos veículos jornalísticos do Brasil. Uma menina chamada Isabella Nardoni caiu do sexto andar de um prédio em São Paulo. Alegando que não sabia dos detalhes do crime, o pai e madrasta da criança consideraram a possibilidade de um terceiro ter entrado e cometido o crime (G1, 2008).

Por serem os únicos presentes no local e no momento do crime, foram-lhes conferidos a condição de suspeitos do homicídio da criança, embora negassem veementemente a empreitada criminosa. Isto se impôs fundamentado na rápida investigação realizada pela mídia, tomando a frente da função policial e predeterminando o ocorrido, com uma conclusão final e superficial, vinculou e tornou pública toda a trama fatídica criada em torno do crime, convencendo e incentivando a população a expressar sua indignação. Tomados pela ira, não demorou muito, aglomerados tomaram conta das portas das delegacias, das ruas e da residência do casal, exigindo a punição.

O juiz que proferiu a sentença condenatória do caso narrado exprime no texto sentencial sua perplexidade em face da revolta da população de todo o país contra o crime e contra os acusados.<sup>27</sup>

---

27 SÃO PAULO, 2º Tribunal do Júri da Comarca da Capital: Fórum Regional de Santana. Pa-

Em 9 de abril de 2008, a revista *Veja* publicita o acontecimento Isabella, por meio de palavras e imagens da própria vítima e dos então suspeitos, o pai, Alexandre Nardoni e a madrasta, Ana Carolina Jatobá.

A manchete coloca em letras garrafas o seguinte título: “O ANJO E O MONSTRO” (p. 96), logo abaixo, uma fotografia da vítima. Claramente a palavra a palavra “anjo” qualifica a menina, além de referenciar sua pureza, inocência. A imagem da menina não trouxe nenhuma informação jornalística, a não ser uma nítida designação de que aquela criança com um sorriso inocente foi quem morreu de forma preservada.

Em contraponto à palavra “monstro” é designado aos suspeitos uma foto em que aparece o casal ostentadamente rodeados pela polícia, no momento da prisão.

Diante de uma carta divulgada anteriormente pelas mídias, na qual diz que o pai da menina Isabella promete junto ao caixão da filha que não iria sossegar enquanto não encontrasse o “monstro” que a matou, o uso de tal palavra se torna ambíguo, pois tanto faz referência a um mal absoluto que fez o suposto assassino da menina, quanto se refere ao casal que aparece na fotografia sendo preso.

A morte de uma menina de cinco anos, jogada pela janela do sexto andar, por si só é uma notícia bárbara e se torna ainda mais chocante pelo fato de o pai ter se tornado o principal suspeito do cometimento do crime, o que a revista usa como capa de manchete numa tentativa de forçar uma relação de causa e efeito que naquele momento não é possível, dada a força dos acontecimentos.

Em 23 de abril de 2008, cinco dias após o depoimento dos suspeitos, a revista *Veja*, resolvendo o paradoxo acontecido, destaca em uma capa escura os olhos do casal Nardoni e com o título: “FORAM ELES”. A matéria aponta as causas que deram rumo ao fatídico acontecimento, organizado sob o fato de uma intriga, colocando com força conclusiva que pai e madrasta mataram a menina Isabella.

No caso supracitado, sem perder de vista outros acontecimentos que se tornaram alvos de notícias, a forte influência da mídia sobre a população

---

recer Processo 274/08. Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo. Acusados: Alexandre Alves Nardoni e Anna Carolina Trota P. Jatobá. Relator: Juiz Maurício Frossem, p. 10-11, 2010 a. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/sentenca-nardoni.pdf>. Acesso em: 11/10/2021.

faz com que o casal fosse de pronto moralmente condenado e odiado por um país inteiro. Então a antecipação da punição por meio do espetáculo público se consagra em plenário.

Andando de acordo com o princípio constitucional, ao entrar em plenário, o júri deve extinguir qualquer rótulo anterior, opinião pública e pessoal sobre o condenado, baseando o seu voto apenas na conclusão obtida através das provas contidas nos documentos ou aquelas suscitadas pelas partes.

Desprovido de preparação técnica para expressar um juízo de valor mais aprofundado e coerente, o júri, garantido pelo sigilo de voto e pela falta de fundamento do seu veredito, canalizado pela mídia, vinga-se contra determinados grupos humanos, tornando viável e inquestionável sob a visão do jurado, que se vê na posição de fazer justiça em prol da sociedade, violando manifestamente certos princípios garantidores (FARIAS, 2018).

Frente a atrocidades sem tamanho, cometidas pelo acusado, quem iria ignorar todas as repercussões midiáticas e sociais, pela dúvida de deixar um possível autor impune, apenas por não perceber claramente as provas em plenário, para tal condenação? Ousa-se assegurar que praticamente ninguém teria a audácia de o fazer, não porque não pensa contrário à maioria, mas sim por serem veementemente discriminados por seus pares.

A influência da mídia tem um poder devastador.

Concluamos que além do poder direto, vemos como, indiretamente, a opinião pública e, conseqüentemente, a decisão do júri evolui de acordo com a abordagem capitalista e unilateral que a mídia e as redes sociais mostram o crime, cuidadosamente selecionado para transformar em enredo de novela da vida real.

Por fim, sem perder de vista a importância de manter a sociedade mais próxima dos tribunais e dos julgamentos de seus pares, critica-se a falta de bom senso e limite da mídia na abordagem do conteúdo apresentado à sociedade e os direitos e garantias fundamentais do indivíduo na posição de suspeito.

## CONCLUSÃO

Na era da informação em que vivemos, as notícias se espalham no mundo em questão de minutos pela internet, televisão, jornais e revistas;

mas nem todo indivíduo consegue filtrá-las, especialmente nos casos criminais quando essas notícias são facilmente vendidas e incorporadas na sociedade, chocando o público.

É evidente que a mídia influencia no juízo de valor do indivíduo e que quando se trata de crimes chocantes a mídia busca freneticamente informações para saciar a sociedade. Percebe-se, também, que ao fomentar uma verdadeira cultura do medo, influencia de forma mediata o Júri, selecionando os crimes contra a vida, promovendo cobertura ampla, sensacionalista e espetaculosa, realizando verdadeiros julgamentos paralelos condenando os suspeitos antes do contraditório ou pior, antes mesmo da sentença, ou seja, a mídia extrapola seu direito constitucional de informar e abusa do direito de opinião, além de violar assim os direitos fundamentais do acusado.

Os meios de comunicação são muito importantes nos dias de hoje, desenvolvem papel primordial na sociedade, e deve ser assim já que atualmente ela é exercida sem censura, garantindo cada vez mais a democracia.

Ressalta-se que o direito à liberdade de expressão, a qual garante a liberdade de imprensa, deve respeitar a imparcialidade. Sendo assim, compete à imprensa apenas informar o fato, sem tomar partido de um lado ou de outro, respeitando dessa maneira a dignidade da pessoa humana e os demais princípios do Tribunal do Júri.

Diante do exposto, conclui-se que a mídia deve exercer seu papel com responsabilidade e cautela, controlando as informações repassadas à sociedade; simplesmente informando a população, não ferindo assim direitos fundamentais e, o mais importante, não transformando o fato jurídico em entretenimento; garantindo assim o devido processo legal no Tribunal do Júri, para que os jurados se convençam pelo que foi exposto em plenário, não se deixando influenciar pela opinião pública.

## REFERÊNCIAS

BOLDT, Raphael. **Criminologia midiática. Do discurso punitivo à corrosão simbólica do Garantismo**. Ed. Juruá, 2013.

CAPEZ, Fernando. **Curso de processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2019. Livro Digital.

FREITAS, Paulo Cesar. **Criminologia midiática e Tribunal do Júri**. Ed. Ímpetus, 2018.

LOPES JR., A. **Fundamentos do processo penal**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2020. Livro Digital.

LOURENÇO, Denise Campos; SCARAVELLI, Gabriela Piva. **A influência da mídia no Tribunal do Júri**. 2018.

MARQUES, Maria Vitória Dall'orto. **Influência da mídia nos casos de grande repercussão de competência do Tribunal do Júri e a violação ao princípio da presunção de inocência**. 2020.

MELLO, Carla Gomes de. **Mídia e crime: liberdade de informação jornalística e presunção**. 2010.

MELO, Marcos Luiz Alves de. **Citação de referências e documentos eletrônicos**.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de processo penal e execução penal**. São Paulo: revista dos tribunais, 2013.

SILVA TEODORO, Gustavo. **A influência da mídia no Tribunal do Júri**. 2018.

VALVERDE, Raquel Weneck. **A influência da mídia no Tribunal do Júri**. 2020.

# **ARTIGO - CULTURA E EDUCAÇÃO**



# ONDE ESTÁ O FEMINISMO NAS ESCOLAS?

*Sílvia Cristina de Vargas*<sup>28</sup>

*Stéfani Machado Romero*<sup>29</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe, a partir de uma breve revisão bibliográfica, discutir questões do feminino, feminismo e papel da mulher perpetuado na cultura ocidental dos últimos séculos, em especial o século XX. As obras consultadas são de variados autores que abordam os referidos assuntos em épocas e contextos diferentes, porém específicos quanto a alguns pontos ressaltados acima. Visto o tema, não foi possível nos atermos somente a publicações mais recentes, mas sim as de maior relevância, segundo nossa percepção, não tornado essa uma afirmativa inquestionável.

Ao pensarmos a temática educação, vinculamos diretamente à cultura. Também o contrário se faz verdadeiro, uma vez que cultura nos remete à educação. Entendemos que são indissociáveis.

A educação é um dos meios de inserir o indivíduo na cultura e sempre se inicia no ambiente de origem, onde se está inserido, em geral, a família. Depois vem a escola, que apresenta a educação formal com conteúdo específico em diferentes disciplinas e etapas, traz consigo a socialização, nem sempre adequada, bem como experiências de pessoas próximas e vi-

---

28 Doutoranda em Psicologia na Universidade de Buenos Aires – UBA e professora na Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

29 Acadêmica do curso de psicologia da Universidade da Região da Campanha – URCAMP.

vências particulares que auxiliam o sujeito a lidar com o meio e os espaços sociais vinculados, por exemplo, à religião e outras práticas coletivas que costumam estar presentes desde o nascimento do sujeito, conforme os conceitos da teoria (bio)ecológica de Bronfenbrenner.

O ambiente ecológico de desenvolvimento humano não se limita apenas a um ambiente único e imediato, e deve ser “concebido topologicamente como uma organização de estruturas concêntricas, cada uma contida na seguinte” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 18).

Bronfenbrenner (1996) apresenta um conjunto de estruturas, como em um diagrama, uma encaixada dentro da outra. Estas estruturas interferem mutuamente entre si e conjuntamente ao longo do desenvolvimento do indivíduo. O autor as nominou de: *micro, meso, exo e macrossistema*.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias, misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 2017, p. 1.).

Da mesma forma, ninguém escapa à cultura e ela irá moldar a educação, seja em conteúdo ou forma, conforme seu tempo, bem como a educação em relação à cultura, fazendo com que a formação de crianças e adolescentes tome por base princípios e valores que presenciam inicialmente em casa, ou seja, no seu microssistema, após, na escola e nos círculos mais próximos de interação nos quais estão inseridos.

O conjunto de representações que constituem a cultura está condicionado a uma lógica que determina que viver em sociedade é estar “sob a dominação dessa lógica”: os indivíduos se comportam segundo essa lógica, muitas vezes sem ter consciência disso. Daí resulta que a vida coletiva, assim como a vida psíquica dos indivíduos, se faz de representações, ou seja, de figurações mentais (NOGUEIRA, 2021, p. 61).

Quando pensamos na linha do tempo até aqui, temos registros do surgimento e extinção das mais variadas formas de civilizações. Se não na sua totalidade, quase que em todas elas, as referências são a sociedade política, a religião e família, e dentro destes grupos o papel que a mulher e o papel que o homem ocuparam e desempenharam, ou ainda, o feminino e o masculino em suas formas e suas diferenças. Essas diferenças vêm se perpetuando. Sociedades matriarcais ou de lideranças femininas ficaram na história para apenas serem contadas, às vezes, até mesmo como ‘lenda’ e sempre com muitas ressalvas.

Sabemos pela história, também, que o formato ou modelo de ensino/aprendizagem nunca foi igual para meninos e meninas. Às meninas os ensinamentos eram transmitidos muito mais na ordem prática do que cabia a uma mulher ou pela oralidade, através da contação de histórias por mães, avós e tias, no seguro espaço familiar.

A menina constata que o cuidado das crianças sabe à mãe, é o que lhe ensinam; relatos ouvidos, livros lidos, toda a sua pequena experiência o confirma; encorajam-na a encartar-se com essas riquezas futuras, dão-lhe bonecas pra que tais riquezas assumam desde logo um aspecto tangível (BEAUVOIR, 2019, p. 27).

Eventualmente a presença de uma tutora abria alguns horizontes e possibilidades. Ainda que muito tenha evoluído, são visíveis as diferenças, em todos os níveis da educação, formal ou informal, fruto do atravessamento cultura/educação X educação/cultura, mesmo em sua diversidade atual.

Observamos que, historicamente, os discursos ideológicos e os valores morais vigentes acentuavam distintos papéis ao gênero masculino e feminino, fortalecendo a distância entre eles. O domínio masculino sob a figura feminina, ancorado nas explicações biologizantes e religiosas acerca da inferioridade e periculosidade feminina, configurava-se como campo fértil para a execução de práticas violatórias, tais como a materialização da violência física, psicológica e sexual contra as mulheres em meio à sociedade patriarcal (RODRIGUES, 2018, p. 6).

Cabe à escola, enquanto espaço formal de educação e promoção de conhecimento, intervir de maneira mais assertiva na desconstrução dessa cultura opressora que desqualifica e desvaloriza a menina/mulher. Nenhum demérito há em ser mãe, ao contrário, em uma conta simples, aproximadamente metade da população mundial é mãe ou será, e a outra metade é composta pelos filhos destas.

## 1. O FEMINISMO NO FEMININO

Segundo Sarti (2004), o início do feminismo surgiu na Europa como um movimento político, filosófico e social que defende a igualdade de direitos entre mulheres e homens, fortalecendo-se no período pós-Revolução Francesa. No Brasil, é somente em meados do século XX que o movimento feminista encontra seu espaço.

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise. Por esta sua dupla característica, tanto o movimento feminista quanto a sua teoria, transbordaram seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral (PINTO, 2010, p. 1).

O feminismo não é um movimento sexista, ou seja, que defende a figura feminina sobre o masculino, mas sim uma luta pela igualdade entre ambos os gêneros. Inserindo o feminismo, nos princípios educa-

cionais formais ou não, dentro de uma cultura machista e patriarcal, a escola não necessariamente repete isso, porém ela precisa ser contra isso.

A publicação do livro, em 1949, de *O Segundo Sexo*, da escritora feminista francesa Simone de Beauvoir, desconstruindo a imagem de que a “hierarquização dos sexos” não seria uma questão biológica, mas sim unicamente fruto de uma construção social calcada em séculos de regimes patriarcais, foi um dos símbolos que impulsionou o feminismo.

Tudo contribui para confirmar essa hierarquia aos olhos da menina. Sua cultura histórica, literária, as canções, as lendas com que a embalam são uma exaltação do homem. São os homens que fizeram a Grécia, o Império Romano, a França e todas as nações, que descobriram a Terra e inventaram os instrumentos que permitem explorá-la, que a governam, que a povoaram de estátuas, de quadros e de livros (BEAVOUIR, 2019, p. 34).

A identidade é formada a partir do meio e da representatividade, se ela for positiva o sujeito se insere de forma mais confiante na sociedade, se ela for corrompida, violentada e excluída esse sujeito passa a enxergar o mundo de forma mais ameaçadora, dando continuidade ao privilégio hierárquico presente na cultura. Tratado aqui como o machismo e a falta de representatividade feminina nas escolas.

Segundo Duarte (2003), o feminismo poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo.

Esse movimento marcou a história humana, tirando a mulher das obrigações do lar e dando a ela a possibilidade de ser inserida no mercado de trabalho, podendo estudar, se divorciar, e também forneceu leis que a protegessem. Neste protagonismo pela luta da liberdade, destaca-se o movimento feminista, que tem como marco inicial o final da década de 1960, quando eclodiam grandes discussões da temática nos EUA e na Europa (PEDRO; GUEDES, 2010, p. 6).

Segundo Costa e Sardenberg (2008), para as radicais, todas as sociedades atuais foram estruturadas a partir de uma ideologia patriarcal que construiu o mundo, onde cabe ao homem a exclusividade do poder em

todas as esferas, política, religiosa, familiar, até no esporte, excluindo o grupo feminino e lhe atribuindo os mesmos papéis que, embora vitais para produção e reprodução social, são considerados complementares e subalternos. Ainda complementa que:

Para as radicais, a diferença entre os gêneros não é determinada por diferenças biológicas, que por si só não implicam nenhum tipo de oposição opressor – oprimido, mas por uma ideologia que desvaloriza tudo que é feminino e supervaloriza tudo que é masculino (COSTA; SARDENBERG, 2008, p. 58).

Sobre o feminismo no Brasil, podemos afirmar que:

O movimento feminista no Brasil contemporâneo, que teve sua maior expressão na década de 1970, esteve intimamente articulado com outros movimentos sociais da época: movimentos populares que iam desde a luta por moradia, passando por melhores condições de vida (água encanada, luz, transporte), até a luta pela criação de creches nas fábricas e universidades (o que era uma lei antiga, mas não cumprida); movimentos políticos aí incluídos os movimentos pela anistia aos presos políticos, pela luta contra o racismo, pelos direitos à terra dos grupos indígenas do país e o movimento dos homossexuais (CORRÊA, 2001 p. 1 e 2).

O feminismo se expandiu pelo mundo, chegando ao Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, com um pensamento revolucionário do papel feminino no meio social. Costa e Sardenberg (2008) citam novos grupos que surgiram no Brasil nos anos 1970, sendo eles: O Coletivo de Mulheres do Rio e o SOS, eles eram compostos tanto por feministas radicais como também por partidárias liberais. Esses grupos já eram oficialmente constituídos, abertos, e grande parte de suas integrantes tinham vivido tanto na Europa como nos Estados Unidos e em outros países da América Latina.

Nessa perspectiva, de avanços e de possibilidade de recuo no que se refere à garantia dos direitos das mulheres, vale lembrar que a educação e a formação humana, enquanto práticas constituídas pelas relações sociais, não avançam naturalmente, mas através de

um conjunto de práticas sociais fundamentais, dentre elas, a prática pedagógica e as relações sociais que ocorrem na escola (DAL RI; BRABO, 2015, p. 121).

## 2. O ESTUDO “PERMITIDO” DA HISTÓRIA FEMININA

Existe uma grande representatividade masculina na história, glorificando atos heroicos realizados por homens. Porém, para a representatividade feminina restam poucas representações expostas em sala. Na história real, ela está em massa.

Um grande nome feminino, nos tempos atuais, um pouco mais referido e estudado em aulas de física, é Marie Curie, que, segundo Pugliese (2007), descobriu a radioatividade junto com Pierre (seu esposo) e Henri Becquerel. Pugliese (2007, p. 11) ainda afirma que uma das dificuldades de Marie era publicar suas conclusões, uma vez que a Academia de Ciências só editava trabalhos que fossem apresentados por membros e, entre eles, não aceitava mulheres. Porém, quanto mais a cientista fazia a radioatividade agir sozinha, mais a radioatividade afastava Marie dos problemas com gênero, fazendo com que ela fosse progressivamente mais aceita, quero dizer, tratada como uma exceção (PUGLIESE, p. 17).

A arte já é um lugar que tem grande ocupação feminina, com artistas como Tarsila do Amaral, Anita Malfatti e a artista mexicana Magdalena Carmen Frida Kahlo y Calderón, mais conhecida como Frida Kahlo, que é considerada a pintora mais importante do México (SANTOS, 2018, p. 30), mas também nem sempre foi assim.

Essas artistas, em sua grande maioria, são apresentadas em salas de aula pelo talento com a pintura, contudo um estudo nem sempre aprofundado da obra. Frida Kahlo, em suas obras, mostrava um grito feminista que precisa ser evidenciado para o estudo da história do feminismo.

Frida Kahlo foi uma mulher que viveu à frente do seu tempo em muitos pontos de vista. Era uma mulher intensa, sexualmente liberada e bissexual assumida. Suas obras retratavam a intimidade mais secreta das mulheres: nascimento e aborto, órgãos internos, sangramentos, entranhas do corpo feminino (SANTOS, 2018, p. 39).

Ainda que se estudem mulheres e que elas estejam presentes nos livros didáticos, o que elas precisaram enfrentar para poder ganhar um Nobel de física ou para ter seus quadros expostos foi diferente da naturalidade que o homem dispõe, e ainda dispõe, em exibir seus talentos.

Em muitas sociedades as meninas são desprezadas já no seu nascimento, são assassinadas ou abandonadas a própria sorte e isso é culturalmente aceito, principalmente em países do oriente que promoveram por muito tempo a “lei do filho único”. Nesta situação o entendimento dado ao nascimento de um bebê menina era de estorvo, despesa, problema, prejuízos. A solução estava em se livrar daquela criança e tentar novamente, na busca do filho homem (ROMERO; VARGAS, 2021, p. 112).

Analisando estes poucos fatos narrados, vê-se que inserir o movimento feminista na história humana, dentro de eventos conhecidos e a revolução feminina como um evento próprio e contínuo, se faz necessário para que a reprodução de comportamentos machistas diminua a partir do conhecimento, compreensão e entendimento, que deveriam vir desde a infância, e isso só será possível através da cultura e da educação.

Finalizando este breve olhar sobre a constituição e as demandas dos movimentos feministas, reafirmamos que é preciso resgatar sua história, inclusive na escola, incluindo no currículo não só suas ações, mas de todos os movimentos sociais (DAL RI; BRABO, 2015, p. 116).

Outro desafio deve ser mencionado, a concretização da educação para a igualdade de gênero em todos os níveis de ensino, pois embora a educação não tenha a força para mudar sozinha a sociedade, sem ela não há transformação. Inclusive, através da educação em gênero, há a perspectiva de mudanças no que diz respeito à violência contra a mulher (DAL RI BRABO, 2015, p. 125).

### 3. A PARTICIPAÇÃO FEMININA (QUASE SEMPRE APAGADA) NA HISTÓRIA DO BRASIL

A história brasileira, desde o chamado ‘descobrimento’ do Brasil, quando os portugueses chegaram a um território desconhecido para eles,

porém, já habitado pelos povos nativos, possui violência, escravidão, racismo e patriarcado.

Essa construção histórica conta com o protagonismo masculino, tendo em vista as navegações, as guerras e o comércio. Porém, dentro de todo esse movimento, o feminino esteve presente, seja tentando impedir que tomassem suas terras, lutando por seus direitos, ou com mulheres sendo violentadas porque o sexo masculino era considerado (e após séculos, essa consideração ainda é presente) superior e no direito de possuir o corpo feminino.

No que se refere à violência perpetuada contra a mulher escrava e a mulher negra, destacamos a alta incidência da violência sexual. Inicialmente, a mulher indígena, e posteriormente a mulher negra, eram submetidas à vontade de seu dono, sendo obrigadas a relacionar-se sexualmente com eles, de forma consentida ou não (RODRIGUES, 2018, p. 7).

Quanto à violência sexual, ainda se pode afirmar que:

É sabido que o período de colonização centrado em uma terra momentaneamente sem lei abre margem ao exercício de práticas exploratórias e violentas. Dentre tais fatos, damos relevo à miscigenação entre o homem branco e, inicialmente, as índias nativas desta terra, bem como, posteriormente, a negra recém-chegada. Como mencionado, essas relações, por vezes, podem ter sido estabelecidas consensualmente, como é o caso da tradição indígena, mas, não raramente, tais mulheres eram submetidas às mais cruéis práticas violatórias de seu corpo e de sua moral por parte do homem branco (RODRIGUES, 2018, p. 8).

As embarcações portuguesas e posteriormente as espanholas, que ocorreram a partir de 1500, trouxeram o período colonial e influências ibéricas que mudaram a cultura e o modo de vida do povo nativo. Segundo Rodrigues (2018), o papel da mulher na sociedade colonial variava conforme sua etnia. Mulheres brancas eram destinadas ao casamento, ao provimento da prole e à manutenção do lar, a sua existência era apenas para o âmbito doméstico.

A mulher foi historicamente considerada patrimônio, seja de seu esposo ou de seu dono, como na situação peculiar das escravas, que poderiam ser negras ou indígenas.

Com o passar do tempo, ocorreram fatos históricos no Brasil que marcaram época, um deles foi a ditadura militar, que vigorou durante os anos de 1964 até 1985. Durante esse período ocorreu muita violência contra os opositores, controle da mídia e manipulação governamental. Antes desse período o feminismo brasileiro estava em alta e ganhando cada vez mais força.

Ressaltaremos, num breve olhar sobre a história do movimento feminista, que os direitos das mulheres e a justiça de gênero foram sendo conquistados ao longo do século XX, graças às lutas das mulheres pela educação, pelo trabalho e pela participação política. A luta se deu tanto informalmente, em busca de melhoria da qualidade de vida e/ou nos movimentos sociais e organizações de base, visando influenciar as políticas públicas (DAL RI; BRABO, 2015, p. 110).

A luta feminina não se calou perante a ditadura, resistindo e afirmando ainda mais sua força e seus direitos. Segundo Pedro e Guedes (2010), o protagonismo de grupos de mulheres em resistência à ditadura era registrado através de passeatas, manifestações públicas e organizações clandestinas. Essa conjuntura política possibilitava que muitas mulheres refletissem melhor sua postura social.

O controle da mídia censurava muitas expressões artísticas como a música e a literatura, caso elas tivessem um pensamento oposto ao imposto pelo regime militar ou difamasse seu controle. Rita Lee, 1979, durante a ditadura militar, compôs a música “Elvira Pagã” junto com o seu marido Roberto de Carvalho. No início da música já é declarada a violência contra a mulher:

Todos os homens desse nosso planeta  
 Pensam que mulher é tal qual um capeta  
 Conta a história que Eva inventou a maçã  
 Moça bonita, só de boca fechada  
 Menina feia, um travesseiro na cara  
 Dona de casa só é bom no café da manhã [...]

O feminino está em tudo, durante toda a história da humanidade. Uma mulher só pode publicar um livro se a autoria for do seu marido, o movimento feminista ser tão ocultado da história, as mulheres que participaram ativamente de guerras não serem glorificadas, é apenas um carimbo no sistema patriarcal que necessita de controle para se manter em pé. Segundo Virginia Woolf (2014, p. 55), é por isso que tanto Napoleão quanto Mussolini insistiam tão enfaticamente na inferioridade das mulheres, pois, se elas não fossem inferiores, eles deixariam de crescer.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando os aspectos analisados, considera-se de grande importância o estudo e o conhecimento do movimento feminista ao longo da história, para assim haver uma compreensão da construção social atual e a promoção de mudanças com vieses igualitários. O movimento feminista busca a igualdade e equidade de gênero. Porém nota-se o grande empenho do patriarcado em esconder esses fatos e manter o feminismo em segundo lugar ou, ainda, distorcer o seu conceito e função.

Os conhecimentos adquiridos durante a formação do sujeito determinam grande parte da visão deste perante o mundo a sua volta. Dessa forma, é imprescindível que a escola, bem como a educação informal tragam fatos que evidenciem a resistência feminina durante séculos de servidão e submissão, fazendo com que a educação transforme a realidade atual.

A leitura de livros escritos por mulheres, o estudo da evolução do feminismo, a visibilidade das mulheres nas disciplinas de exatas, humanas e biológicas, o relato do abuso sofrido pelo feminino nas diferentes épocas, pode vir a colaborar com a busca pela igualdade de gênero e ajudar a conquistá-la. Além de contar com a representatividade para meninas e mulheres, que hoje só estão estudando porque um dia uma mulher feminista lutou para que isso fosse possível.

#### REFERÊNCIAS

BEAUVOUR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Brasiliense, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=wmgvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT2&ots=lAcPGiPI4G&sig=IH3ew2zBcHKmy9To-qtPKJnOdb4#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 02/02/2022.
- BRONFENBRENNER, Urie. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. **Cadernos Pagu [online]**. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/Xmvqhg4YYJxm7w5zwwk9dsd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04/02/2022.
- COSTA, Ana Alice Alcantara; SARDENBERG, Cecília Maria B. **O Feminismo no Brasil: reflexões teóricas e perspectivas**. Salvador: UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008. Disponível em: <http://www.neim.ufba.br/wp/wp-content/uploads/2013/11/feminismovinteanos.pdf>. Acesso em: 10/02/2022.
- DAL RI, Neusa Maria; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino. **Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal**. Editora Oficina Universitária, 2015. Disponível em: [https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab\\_editorial/catalog/book/80](https://ebooks.marilia.unesp.br/index.php/lab_editorial/catalog/book/80). Acesso em: 08/02/2022.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estudos avançados**, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/6fB3CFy89Kx6wLpwCwKnqfS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07/02/2022.
- LEE, Rita; CARVALHO, Roberto de. “Elvira Pagã”. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/rita-lee/233980/>. Acesso em: 09/02/2022.
- NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente: Significações de um corpo negro**. São Paulo: Perspectiva, 2021.
- PEDRO, Claudia Bragança; GUEDES, Olegna de Souza. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das

- mulheres. **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.ClaudiaBraganca.pdf>. Acesso em: 03/02/2022.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15–23, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/GW9TMRsYgQNzxNjZNcSB-f5r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12/02/2022.
- PUGLIESE, Gabriel. Um sobrevôo no “Caso Marie Curie”: um experimento de antropologia, gênero e ciência. **Revista de Antropologia [online]**, v. 50, n. 1. p. 347–385, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-77012007000100009>. Acesso em: 03/02/2022.
- RODRIGUES, Viviane Isabela. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL. **Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, v. 16, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22225>. Acesso em: 05/02/2022.
- ROMERO, Stéfani; VARGAS, Sílvia. A naturalização do abuso ao feminino: atenção mulheres, um passo a frente quem nunca foi molestada!. In: ISMÉRIO, Clarisse; PREVEDELLO, Carine (org.). **Nem tudo são rosas: refletindo os preconceitos, as lutas e conquistas femininas**. São Paulo: Vecher, 2021. Disponível em: <https://editora.vecher.com.br/index.php/vel/catalog/book/10>. Acesso em: 09/02/2022.
- SANTOS, Édna Baronio dos. **Educar crianças feministas: projeto de design social com inspiração na vida e obra de Frida Kahlo**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/handle/10737/1782>. Acesso em: 09/02/2022.
- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104026X2004000200003/7860>. Acesso em: 12/02/2022.
- WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.



# **ARTIGO - DESENVOLVIMENTO E EDUCAÇÃO**



# A INTERDISCIPLINARIDADE NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO, DA CIÊNCIA E NA APRENDIZAGEM

*Gabrielli Steinhouser Machado Sanches*<sup>30</sup>

*Raimundo Nonato Cunha de França*<sup>31</sup>

*Sandra Gilene Steinhouser Machado Sanches*<sup>32</sup>

## INTRODUÇÃO

De acordo com Lima e Azevedo (2013), a construção do conhecimento ao longo dos séculos XIX e XX resultou na fragmentação e dissociação das áreas de conhecimento, resultado dos objetivos de pesquisadores e cientistas, que buscavam uma máxima especialização acerca de determinado assunto.

Tal fragmentação e divisão do conhecimento em disciplinas foi de extrema importância para a construção de teorias nas mais diversas áreas

---

30 Engenheira Civil pela Universidade do Estado do Mato Grosso (2017). Esp. em Arquitetura, Construção e Gestão de Edificações Sustentáveis (2020). Esp. em Engenharia de Estruturas em Concreto (2021) e mestranda do Programa de Pós-graduação strictu sensu em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola-UNEMAT.

31 Graduado em Ciência política pela Universidade Federal do Acre (2002) e em Direito. É mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006) e é doutor em Ciências Sociais. Professor Adjunto na Universidade do Estado do Mato Grosso.

32 Pedagoga pelo Instituto Tangaraense de Ensino e Cultura (1993), especialista em Metodologia do Ensino Superior, professora efetiva na Secretaria Municipal de Educação de Tangará da Serra.

específicas de tecnologia e ciência, tanto que Fortes e Guterres (2011) defendem que o conceito de disciplinas é de extrema importância para a compreensão do desenvolvimento das ciências e do pensamento humano.

Entretanto, a falta de interação entre as áreas do conhecimento culminou na dificuldade para compatibilização de ideias, no que se refere à aplicabilidade e transmissão de conhecimento para a solução de problemas.

Nesse contexto, interdisciplinaridade surge como ferramenta para promover a junção de conhecimentos de diversas áreas, a fim de estimular o pensamento holístico, desvinculando o conceito de estudo e análise da fragmentação e divisão no estudo de determinado objeto.

## 1. A INTERDISCIPLINARIDADE

Em meados da década de 1960, o movimento “interdisciplinar” foi crescendo na Europa, especialmente na França e na Itália, período em que iniciaram os movimentos estudantis, os quais foram responsáveis por levantar debates sobre a importância de um novo estatuto para a universidade e escola (FAZENDA, 1999).

Aconteceram nessa época relevantes eventos e ações em favor do fortalecimento do movimento interdisciplinar. Georges Gusdorf foi um intenso impulsionador da causa, chegando em 1961 a submeter a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) um projeto de investigação interdisciplinar direcionado às Ciências Humanas. Esse projeto tinha como intuito organizar um grupo de pesquisadores relevantes da área para debaterem sobre o tema (VILELA, 2019).

Segundo Vilela (2019), após a reunião desses pesquisadores e seus trabalhos, os debates sobre interdisciplinaridade obtiveram impacto internacional. Foi realizado em 1970 um Seminário sobre Pluridisciplinaridade e Interdisciplinaridade nas Universidades, onde Jean Piaget se destacou entre os especialistas presentes, trazendo em sua fala a importância de encontrar um caminho em comum para as disciplinas.

Havia na época o desejo do rompimento de uma educação por fragmentos, já que estavam começando a sentir a necessidade de acabar com uma tendência desarticulada do processo do conhecimento, sendo esse desejo justificado pela percepção da importância da interatividade entre as diversas áreas do saber.

No Brasil, foi apenas no final da década de 1960 que a interdisciplinaridade chegou, apresentando graves distorções e sendo usada como um modismo da época (FAZENDA, 1999). No início da década de 1970, o interesse primordial era obter uma explicitação terminológica da interdisciplinaridade (FORTES, 2012). O pioneiro desse tema no Brasil foi Hilton Japiassu, através de sua obra *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*.

Posteriormente, destacaram-se as contribuições das pesquisas e obras de Ivani Fazenda nesse campo de estudo. Os estudos sobre interdisciplinaridade no Brasil, de maneira geral, estão divididos em três fases: a década de 1970, época em que o processo de estruturação conceitual básica é iniciado; a década de 1980, caracterizada pela pesquisa de epistemologias que explanassem o teórico e o abstrato, com base no prático e no real; e a partir de 1990, que foi a etapa de estabelecimento de uma teoria da interdisciplinaridade (FAZENDA, 1994).

## 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÕES

Na sociedade contemporânea, a interdisciplinaridade pode ser compreendida como um requisito fundamental para o ensino e para a pesquisa (LEIS, 2005). Segundo (FORTES, 2012), o conceito do termo “interdisciplinaridade” varia, não apenas no nome, mas também no significado, e o entendimento dessa palavra é ainda muito debatido, por existirem inúmeras definições para ela e também por haver relação com o ponto de vista e experiência educacional de cada um.

A interdisciplinaridade é entendida como a inter-relação entre disciplinas, que atuam juntas, não havendo supervalorização de nenhuma, o objetivo entre elas é de contribuir no desenvolvimento de ambas, tendo como finalidade o progresso dos alunos (SILVA, 2019).

Para Japiassu (1976, p. 74): “A interdisciplinaridade caracteriza-se pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de interação real das disciplinas no interior de um mesmo projeto de pesquisa.”

Os entendimentos de interdisciplinaridade defendidas por Japiassu e Ivani Fazenda mostram como ponto em comum a superação do fracionamento do conhecimento, através do restabelecimento de um saber unificado (VILELA, 2019). Ainda segundo Vilela (VILELA), o debate sobre

a interdisciplinaridade nas universidades do Brasil aconteceu de maneira mais lenta, sendo incentivado pela própria comunidade acadêmica.

Nos últimos 40 anos, essa movimentação interdisciplinar vem ocorrendo de forma gradual, começando no meio dos Programas de Pós-graduação. Entre 1970 e 1990, cursos de pós-graduação com formato interdisciplinar foram elaborados de forma isolada em certas universidades, tendo o reconhecimento e a institucionalização dessas estruturas somente no começo do século XXI.

A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) assumiu o papel principal, durante essa etapa de estabilização do formato interdisciplinar, formando um comitê multidisciplinar e mais tarde convertendo para um comitê de avaliação do campo interdisciplinar. Dessa forma, a concepção de programas de pós-graduação nesse formato aumentou significativamente.

## 2. INTERDISCIPLINARIDADE E EDUCAÇÃO

Apesar da conceituação sobre a interdisciplinaridade não ser exata, e estar em constante construção, após a contextualização previamente apresentada, chega-se à conclusão que esta é uma ferramenta imprescindível para a educação e construção do conhecimento, e é a ferramenta de união entre as mais variadas áreas do conhecimento, a fim de tornar este mais palpável, compreensível e próximo à realidade da sociedade.

Promover a interdisciplinaridade na educação é estimular o pensamento filosófico e promover questionamento sob diferentes perspectivas de um determinado assunto, mas para que se torne realidade, é necessário que paradigmas de fragmentação de conhecimento sejam quebrados.

### 2.1. A EPISTEMOLOGIA TRADICIONAL E A FRAGMENTAÇÃO DO CONHECIMENTO

A epistemologia, também conhecida como teoria do conhecimento, é o segmento filosófico que conceitua e trata da formação do conhecimento. A aquisição do conhecimento é resultado de uma série de variáveis dependentes diretamente da vivência individual.

Tradicionalmente na educação básica e superior brasileira, o conhecimento científico é transmitido de maneira fragmentada, ou seja, com a separação das disciplinas, com os conteúdos sendo tratados de maneira independente.

Alguns autores como Morin (1991), Moraes (2000) e Capra (2004) defendem que essa fragmentação se originou da perspectiva filosófica separatista entre corpo e mente, salientando a forte influência que o pensamento cartesiano teve no desenvolvimento da ciência.

Para Gerhard (2012), as consequências desse tipo de metodologia resultam em perda de sentido, dificultando a percepção entre as relações das diferentes áreas de conhecimento, impactando de maneira significativa a aprendizagem. A segmentação em disciplinas não leva em consideração a individualidade do aprendiz, o que pode tornar o processo ainda mais dificultoso e ineficaz, considerando que a aquisição de conhecimento depende de uma série de variáveis.

De acordo com Oliveira (2002), a análise, investigação e conhecimento do mundo natural é feita baseada na razão, experimentação, criatividade, nas emoções e influências socioculturais. Assim, tais fatores podem interferir de maneira significativa na tomada de decisões e na expansão de questionamentos a respeito da pesquisa ou entendimento de determinado objeto ou situação.

Oliveira (2002) ainda defende que teorias apresentadas sem a contextualização de seu desenvolvimento pouco contribuem para a o entendimento da ciência ensinada, validando a teoria de Bunge (1973), que afirma que “o ponto de vista lógico é insuficiente para validar a índole da explicação”.

Considerando as variáveis que interferem nessa prospecção, ter a consciência da multiplicidade de perspectivas existentes sobre a formação e definição de informações que um determinado objeto em estudo apresenta faz com que a compreensão sobre o mesmo seja facilitada.

## 2.2. QUEBRA DE PARADIGMAS E O INCENTIVO DO PENSAMENTO HOLÍSTICO

Segundo Weber e Behrens (2010), a abordagem tecnicista (tradicional, fragmentada) traz consigo o paradigma comportamentalista, em que

a ciência tem como função descrever padrões tanto naturais quanto de eventos, em que nem o aluno nem o professor são o foco, e sim a organização racional dos meios, em que o aprendiz é o espectador.

Tal metodologia, amplamente defendida principalmente em meados dos séculos XIX e XX, defendia a escola como formadora de profissionais objetivando prioritariamente o mercado, sem levar em consideração as variáveis envolvidas, principalmente no sentido humano do ensinar.

Weber e Behren (2010) destacam que foi no final do século XX que começaram a surgir novos paradigmas, sustentados por visões inovadoras, que exigiam novas posturas educacionais. O advento da globalização e o surgimento de novas tecnologias, formas de comunicação e aprendizagem vêm implicando na crescente demanda por atualizações e instalação de novos modelos, tanto para o desenvolvimento da ciência quanto para a transmissão de conhecimento, informações e metodologias de ensino. Sob essa perspectiva, Behrens (2005, p. 67) defende:

As perspectivas para o século XXI indicam a educação como pilar para alicerçar os ideais de justiça, paz, solidariedade e liberdade. As transformações econômicas, políticas e sociais pelas quais o mundo vem passando são reais e irreversíveis. A humanidade tem sido desafiada a testemunhar duas transições importantes que afetam profundamente a sociedade: o advento da sociedade do conhecimento e a globalização. A acelerada mudança em todos os níveis leva a ponderar sobre uma educação planetária, mundial e globalizante.

Nesse contexto, surgiram os paradigmas inovadores, nos quais os alunos são a peça central do processo de ensino e aprendizagem. A denominação desse paradigma educacional tido como “Paradigma Emergente” por Santos, em 1989, e posteriormente “Paradigma Holístico”, assim chamado por Cardoso em 1985, objetiva a implantação das ferramentas interdisciplinares como objeto de ensino e aprendizagem.

Tal ferramenta incentiva o pensamento holístico como forma de compreensão e aprendizado, resultando melhor visualização dos objetos de conhecimento, estimulando a inovação, a busca por soluções e a iniciativa como variáveis norteadoras do aprendizado.

### 3. A FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS SOB A PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

#### 3.1. QUEBRA DE PARADIGMAS E O INCENTIVO DO PENSAMENTO HOLÍSTICO

A escola sendo um lugar fundado para aprendizagem, produção e estruturação de conhecimento precisa cada vez mais acompanhar as transformações da ciência contemporânea, adotando e sincronicamente apoiando as exigências interdisciplinares que hoje participam da instauração de novos saberes. A escola precisará acompanhar o ritmo das mudanças que se operam em todos os segmentos que compõem a sociedade. O mundo está cada vez mais interconectado, interdisciplinarizado e complexo (THIESEN, 2008).

Ainda são pequenos os passos no contexto educacional sobre o desenvolvimento de experiências efetivas interdisciplinares. Não é dificultoso identificar as razões dessas limitações, basta apenas verificarmos o modelo disciplinar e desconectado de formação presente nas universidades, a forma fragmentada como estão estruturados os currículos escolares, a resistência dos educadores quando abordados sobre as dimensão e relevância de suas disciplinas, e a importância delas em alguns setores da sociedade, que insistem em um saber cada vez mais utilitário.

Os conteúdos são ensinados desarticulados do cotidiano dos alunos, que não conseguem estabelecer relação entre a teoria e a prática, pois as informações recebidas não apresentam relações com sua realidade. Exemplificando, aprendem cálculos e equações complexas em Matemática irrelevantes em seus contextos de vida. Os alunos não são estimulados a formarem uma visão global do mundo (GARRUTI; SANTOS, 2004).

Em oposição ao que foi exposto acima, Garruti e Santos reforçam que o aprendizado deve ser significativo para que assim os educandos possam construir seu próprio conhecimento, de forma criativa e original. As informações quando são trabalhadas em um contexto de vivência do educando passam a compor a estrutura cognitiva dos mesmos, as informações recebidas se transformam em conhecimento.

De acordo com Garruti e Santos (2004), a escola deve objetivar a formação de cidadãos plenos e com visão crítica da sociedade, adquirida

por meio do conhecimento global. A mesma possui a função de integrar o educando à sociedade, auxiliando-o na construção da identidade pessoal, em detrimento de ser mecanismo de alienação. O relacionamento flexível com a comunidade favorece a compreensão de fatores sociais e culturais que se expressam na escola.

A interdisciplinaridade está sendo compreendida como um plano fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade. A mesma se faz contrária a qualquer homogeneização ou delimitação conceitual. Faz-se necessária a destruição das fronteiras artificiais do conhecimento. A interdisciplinaridade permite o aprofundamento da compreensão.

Um método educativo desenvolvido no ponto de vista interdisciplinar possibilita o aperfeiçoamento da concepção da relação entre teoria e prática, colaborando para uma construção mais criativa, responsável e crítica, colocando a escola e os educadores diante de novos desafios.

### 3.2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES SOB A PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

Apesar da interdisciplinaridade estar presente na proposição e na indução de novos currículos universitários, ainda se necessita pensar mais profundamente a organização de estratégias pedagógicas que envolvam princípios de ação capazes de religar os conhecimentos disciplinares.

A ideia enfatizada é a de que a interdisciplinaridade seria uma prática a ser desenvolvida através de projetos instigantes no currículo e para isso requer uma profunda imersão nos conceitos de escola, currículo ou didática (FAZENDA, 2003).

É possível considerar que desenvolver um trabalho diferenciado, como o da interdisciplinaridade, tornou-se um desafio para alguns professores impulsionados, principalmente, pelo desejo de construir uma escola diferente. Entretanto, é preciso destacar que implantar, articular e consolidar o ensino sustentado pelo princípio da interdisciplinaridade, evidentemente, não se constitui em tarefa simples.

A interdisciplinaridade insinua uma maneira de produção do conhecimento que implica em uma troca de teorias e metodologias, produzindo então novos conceitos, procurando assim atender à natureza múltipla de complexidades fenomenológicas, tratando-se a importância de averiguar

a pertinência e a relevância das diversas áreas do conhecimento a serem ensinados e estimulados no currículo escolar.

O trabalho interdisciplinar é algo que deveria existir nas escolas e muitas vezes não ocorre, e um dos problemas está na fragmentação que existe entre os conteúdos e as disciplinas. Visto que a sociedade está passando por rápidas transformações e que a escola, como parte dessa sociedade, também se modifica, as práticas tradicionais de ensino já são mais efetivas no processo de aprendizagem do aluno. Diante deste novo cenário, a escola necessita de estratégias de ensino inovadoras, criativas, visando romper com o conhecimento fragmentado.

Esse é um dos motivos pelos quais os professores muitas vezes não trabalham determinado conteúdo, pois consideram favoráveis a outra disciplina e deste modo cada qual faz seu planejamento e não permite que o mesmo seja flexível.

O professor interdisciplinar, na visão de Fazenda (1994, p. 31), é um ser que busca, pesquisa, tem compromisso com seus alunos, identifica-se como alguém insatisfeito com o que realiza, é um profissional que luta por uma educação melhor e busca por projetos interdisciplinares em diversas áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade tem como objetivo abranger o máximo de disciplinas que possam ajudar com o conteúdo a ser desenvolvido com determinada turma, além de despertar na comunidade integral dos conteúdos partindo do conhecimento prévio do aluno.

O educador interdisciplinar é aquele que primeiramente busca uma renovação nas formas de ensino, tencionando a formação de um ser completo, e trabalha para isso, prepara as aulas no intuito de que o aluno seja parte ativa delas. Acondiciona relações com os demais professores, com a finalidade de saber se as aulas possuem algum assunto semelhante, pois no caso uma aula mais rica poderia ser elaborada, incorporando os diversos conhecimentos e dando seguimento para a desfragmentação do saber.

Existem grandes avanços também para a instituição de ensino que insere a interdisciplinaridade como eixo de trabalho. Conseqüentemente, ela modifica sua proposta pedagógica, tornando-a mais eficiente e dinâmica, à medida que seus alunos demonstrem um desenvolvimento mais eficaz e harmônico.

Acredita-se que a prática pedagógica, por meio da interdisciplinaridade, vislumbra a construção de uma escola mais participativa e decisiva

na formação do sujeito social. O seu objetivo atual é favorecer a vivência de uma realidade global que interage com as experiências do cotidiano do educando, favorecendo sua autonomia intelectual e moral.

Mais do que interagir, interdisciplinaridade é a ação de partilhar as experiências e conhecimentos entre os seres humanos, se houver troca de vivências e conhecimentos das diferentes áreas do saber, o que possibilita a mudança tanto do indivíduo como da coletividade. Essa relação entre a autonomia intelectual e interdisciplinaridade é imediata.

Por mais que a interdisciplinaridade se encontre presente e possa ser discernida facilmente dentro das áreas de conhecimento, é dificultoso para que ela seja trabalhada de forma adequada.

## 4. A CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA DENTRO DO CONCEITO INTERDISCIPLINAR

### 4.1. CONCEITO DE CIÊNCIAS E INTEGRAÇÃO

A ciência é representada como todo o conhecimento que adquirimos através do estudo, pesquisa ou da prática, baseado em princípios certos. A ciência em geral é muito ampla, abrange vários conjuntos de conhecimento, nos quais são elaboradas as suas teorias baseadas nos seus próprios métodos e pesquisas científicas.

Ao longo dos anos a ciência tem evoluído, surgindo novos métodos para chegar a uma conclusão. A partir da influência dos trabalhos de renomados pensadores modernos como Galileu, Descartes, Newton, Darwin e outros, as ciências foram divididas e com isso se especializando. Para construir uma concepção mais científica do mundo, esses pensadores tinham como meta buscar por procedimentos que levavam a pensamentos mais claros e objetivos, então seus valores máximos para uma afirmação científica são objetividade, exatidão e neutralidade.

Basicamente, a objetividade busca pelo conhecimento aceito como válido, ou seja, o que é possível de ser observado por qualquer observador. A exatidão está ligada à matemática como forma de quantificação e então a ciência moderna desenvolveu o discernimento de probabilidade estática afirmando uma exatidão provável e mensurável, tornando as respostas obtidas validades como aceitas. Já a neutralidade deseja que o cientista

seja um observador neutro dos objetos passíveis de serem observados por qualquer pessoa.

No decorrer da história esses valores constituíram o pensar da ciência moderna, e assim assume o controle entre conhecimento cotidiano, senso comum e conhecimento científico, e caracterizou a forma de aprendizagem e disciplina utilizada até nos tempos de hoje. Com Pombo Olga (2004) sabemos que a especialização do conhecimento científico é uma tendência que nada tem de acidental. Ao contrário, é condição de possibilidade do próprio progresso do conhecimento, expresso das exigências analíticas que caracterizam o programa de desenvolvimento da ciência que nos vem dos gregos e que foi reforçado no século XVII com Descartes e Galileu.

Para lá das diferenças que os distinguem, eles comungam de uma mesma perspectiva metódica: dividir o objeto de estudo para estudar finalmente os seus elementos constituintes e, depois, recompor o todo a partir daí. Então, para descomplexificar o aprendizado as ciências foram agrupadas em disciplinas e passaram a atuar de forma separada uma das outras. Assim, a escola foi influenciada por esse processo de industrialização, em que cada indivíduo passou a exercer uma função específica no processo de produção material. Dessa maneira ocorreu a divisão de funções nos sistemas de ensino.

Com essa fragmentação das ciências não se levou em consideração as conexões solicitadas pelos problemas com outras disciplinas ou outras áreas de conhecimento. Contudo, atualmente há uma necessidade de unificação do saber reconectando as áreas de conhecimento, cada área de estudo apresenta múltiplas relações e na região de fronteira nos limites onde cada uma dessas disciplinas se encontraram, formando assim a interdisciplinaridade, essa aproximação em diversos campos científicos que podem nos ajudar a encontrar novas respostas para problemas muito mais complexos presente na atualidade.

A interdisciplinaridade será sempre uma reação alternativa à abordagem disciplinar normalizadora (seja no ensino ou na pesquisa) dos diversos objetos de estudo. Independente da definição que cada autor assuma, a interdisciplinaridade está sempre situada no campo onde se pensa a possibilidade de superar a fragmentação das ciências e dos conhecimentos produzidos por elas e onde simultaneamente se exprime a resistência sobre um saber parcelado (THIESEN, 2008).

Para Japiassu (1976), a interdisciplinaridade se caracteriza pela intensidade das trocas entre os especialistas e pelo grau de integração real das disciplinas no interior de um mesmo projeto.

## 4.2. A PESQUISA E O TRABALHO EM EQUIPE

Em um mundo globalizado e com problemas tão diferentes, a pesquisa para solução deles não deve ser mais a mesma. O processo de pesquisa linear de um único ponto de vista certamente não será suficiente. A interdisciplinaridade surge como um movimento modernista com característica dialógica, interação das ciências e do conhecimento, buscando assim romper o caráter de hiperespecialização e com a separação dos saberes.

Para trabalhar em equipes com a indisciplinaridade é preciso um tema com norte de averiguação. O tema deve ser suficientemente amplo cujas abordagens não cabem nas limitações de uma única disciplina, forçando assim um grupo de pesquisadores de diversas áreas de conhecimento trabalharem juntos em busca de um resultado ou discussões expostas por essas disciplinas, respeitando um ao outro, sendo humilde para ouvir o outro e expor perguntas e dúvidas.

É preciso que pesquisadores amadurecidos se disponham a estar com os outros com paciência, perseguindo temas mais abrangentes e menos seguros que aqueles de sua área específica. É fundamental que se trabalhe, necessariamente, em grupo e que a região da intersubjetividade seja estabelecida (BICUDO, 2008).

## 4.3. VANTAGENS DA INTERDISCIPLINARIDADE APLICADA À PRODUÇÃO DA CIÊNCIA E TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

A visão de cada especialista para o mesmo caso é a principal vantagem em uma equipe interdisciplinar. A interdisciplinaridade possibilita desenvolver no pesquisador a capacidade de reconhecer os limites do seu próprio sistema buscando um diálogo com outras disciplinas, superando o dualismo entre a pesquisa teórica com a prática. Também traz ao indivíduo a capacidade de novos questionamentos, novas buscas e mudanças de atitudes de assimilar e entender.

Maior qualidade na aprendizagem nas escolas, tornando os assuntos abordados mais interessantes e de melhor compreensão, devido à utilização de várias disciplinas em prol de um conhecimento contextualizado. Apresenta vários lados de um problema e assim favorece um pensamento mais crítico, acesso a diferentes pontos de vista e cooperação entre os indivíduos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do conceito de interdisciplinaridade ser variável, é de comum consenso que este se apresenta como uma ferramenta de interação entre as áreas do conhecimento e tem como objetivo principal inovar, facilitar e tornar o indivíduo como objeto principal em todas as etapas do conhecimento, e não apenas um espectador que objetiva aprender determinada técnica.

Embora o Paradigma Inovador ou Holístico se apresente como uma alternativa atraente para ser vivenciada no cotidiano educacional, na prática, encontramos uma série de obstáculos para a efetiva implantação deste modelo. Várias delas se contrapõem com a própria formação de nossos professores.

Então, conclui-se que para um efetivo estabelecimento das práticas interdisciplinares dentro da cultura educacional de nosso país é necessário que a metodologia no desenvolvimento da ciência e novas tecnologias também levem em consideração essa perspectiva multidisciplinar, visto que a formação de professores e posteriormente dos demais profissionais é inteiramente baseada na ciência.

## REFERÊNCIAS

- BEHRENS, M. A. **Formação Continuada dos Professores e a Prática Pedagógica**. Curitiba: Universitária Champagnat, 1996.
- BICUDO, M. A. V. A pesquisa interdisciplinar: uma possibilidade de construção do trabalho científico/acadêmico. **Euc. Mat. Pesqui.**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 137-150, 2008.
- BUNGE, M. **Filosofia da física**. Lisboa: Edições 70, 1973.

- CAPRA, F. **A Teia da Vida. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.
- FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 4. ed. Campinas: Papirus, 1999.
- FAZENDA, I. (org.). **O que é interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- FORTES, C. C. Interdisciplinaridade: origem, conceito e valor. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. 2012.
- FORTES, C. Clarice. **A Temática da interdisciplinaridade no curso de especialização em gestão educacional no período de 1999 a 2010.** Orientador: GUTERRES J. R. Clóvis. 2011. 46p. Trabalho de conclusão de curso. Curso de Especialização em Gestão Educacional, Universidade Federal de Santa Maria, 2011. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16111/TCCE\\_GE\\_EaD\\_2011\\_FORTES\\_CLARISSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=A%20interdisciplinaridade%20%C3%A9%20o%20processo,que%20possam%20exercer%20criticamente%20a.](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16111/TCCE_GE_EaD_2011_FORTES_CLARISSA.pdf?sequence=1&isAllowed=y#:~:text=A%20interdisciplinaridade%20%C3%A9%20o%20processo,que%20possam%20exercer%20criticamente%20a.) Acesso: 22/03/2021.
- GARRUTI, E. A.; SANTOS, S. R. A interdisciplinaridade como forma de superar a fragmentação do conhecimento. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 4, n. 2, 2004.
- GERHARD, A. C.; ROCHA FILHO, J. B. A Fragmentação dos Saberes na Educação Científica Escolar na Percepção de Professores de uma Escola de Ensino Médio. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 17, n. 1, p. 125-145, 2012.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e Patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- LEIS, H. R. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas.** ISSN 1678-7730 N° 73 – FPOLIS, agosto, 2005.
- LIMA, A. C. S; AZEVEDO, C. B. A interdisciplinaridade no Brasil e o ensino de história: um diálogo possível. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 3, jul./dez. 2013.

- MIZUKAMI, M. da G. N. Formadores de professores, conhecimentos da docência e casos de ensino. *In*: MIZUKAMI, M. da G. N.; REALI, A. M. de M. R. (org.). **Formação de professores, práticas pedagógicas e escola**. São Carlos: EDUFSCar, 2010.
- MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2000.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.
- OLIVEIRA, Maurício. **A História e a Epistemologia no Ensino das Ciências: Dos processos aos modelos de realidade na Educação Científica. A ciência em perspectiva. Estudos, ensaios e debates**. Org: Ana Maria Ribeiro de Andrade. Rio de Janeiro: MAST: SBHC, 2002. (Coleção História de Ciência, v. 1.)
- POMBO, Olga. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Revista do centro de educação e letras da Unioeste**, Campus de Foz do Iguaçu, v. 10, n. 1, p. 9-40, 1º semestre de 2008; **Revista Diálogos Interdisciplinares – GEPFIP**, Aquidauana, v. 1, n. 4, p. 62-76, dez. 2017.
- SILVA, C. R. Interdisciplinaridade: Conceito, Origem e Prática. **Revista Artigos.Com**. ISSN 2596-0253. Volume 3, 2019.
- THIESEN, J. S. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 3, n. 39, set./dez. 2008.
- VILELA, M. V. F. Reflexões sobre o histórico e caminhos da interdisciplinaridade na educação superior no Brasil. **Journal Health NPEPS**, 4(1): 6-15, 2019.
- WEBER, Amélia; BEHRENS Marilda. Paradigmas educacionais e o ensino com a utilização de mídias. **Revista Intersaberes**, Curitiba, ano 5, n. 10, p. 245-270, jul./dez. 2010.



# **ARTIGOS - DESIGUALDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO**



# SOBRE OS IMPACTOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM SOCIEDADES CARACTERIZADAS PELA DESIGUALDADE SOCIAL

*Edna Raquel Hogemann*<sup>33</sup>

## INTRODUÇÃO

A civilização ocidental tem, ao longo de sua existência, assistido ao estabelecimento e imposição da utilização, nem sempre generalizada, de novas tecnologias que hoje estão particularmente voltadas para o campo da informação e que, historicamente, se refletiram e influenciaram os mais diversos setores da sociedade não só ocidental, mas em nível mundial.

Tais movimentos de inovação levam a que sujeitos dos mais diferentes matizes socioeconômicos e culturais venham a conviver, direta ou indiretamente, com muitos modernos frutos que o desenvolvimento científico e tecnológico propicia, ainda que não necessariamente estejam colocados à disposição dos mesmos. Não obstante, todas essas inovações tecnológicas que se sucedem desde o advento da Revolução Industrial inglesa vêm promovendo disparidades e transformações na sociedade, ocasionando distintos impactos e levando à necessidade de atitudes, sejam de ordem

---

33 Doutora em Direito (UGF), com Pós-Doutorado em Direitos Humanos (UNESA). Professora permanente do Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Decana do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas (UNIRIO), coordenadora do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos e transformação Social (CNPq).

assimilativa ou crítica, por parte dos indivíduos perante os novos cenários então descortinados.

O presente ensaio se propõe a se debruçar reflexivamente sobre algumas das possíveis consequências desse caminhar da inovação tecnológica, voltando-se, em específico, para os aspectos relativos à onda tecnológica demarcada pela inteligência artificial (IA), no que concerne aos seus aspectos sociais e ao conseqüente impacto jurídico, diante das possibilidades decorrentes da aplicação da IA e os questionamentos éticos, morais e sociais dela suscitados.

O questionamento que se pretende ressaltar nesse estudo e sobre o qual recaem, em certa medida, as reflexões relativas à concepção de ócio criativo e de organização e concepção de trabalho, delineados por Domenico De Masi, sob a contingência de cenário demarcado por uma sociedade de risco, conforme compreensão de Ulrich Beck, remete à dimensão dos discursos e práticas sociopolíticas que envolvem o crescente avanço do uso da IA na rotina das pessoas, bem como as preocupações sobre o estabelecimento de regras objetivas que orientem, limitem e democratizem esse uso, voltando-o para fins necessariamente pacíficos.

## 1. AS GRANDES ONDAS TECNOLÓGICAS

No passado, os avanços tecnológicos auxiliaram no processo de elevação da renda da maioria das pessoas que puderam deles se valer. Mas não se pode olvidar que, para muitos, em especial nos países não desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, as mudanças envolvidas — tanto para os trabalhadores, as empresas, os diversos setores e o conjunto da economia — foram complexas e custosas.

Aprender sobre o passado vai ajudar a entender o que está chegando agora no quesito transformação tecnológica. Razão pela qual, a partir dos ensinamentos de Masi (2021) e Perez (2002) foram listadas cinco ondas de tecnologia que se sucederam: a Revolução Industrial, a onda das máquinas mecânicas no início do século XIX; a das máquinas eletromecânicas no início do século XX; a da tecnologia da informação nas últimas décadas do século XX; e a da inteligência artificial, atualmente. Esse fenômeno é basicamente definido pela convergência

da tecnologia de computação em nuvem (*cloud computing*), mobilidade, Big Data e plataformas sociais.

Com a rápida evolução tecnocientífica, vivencia-se um processo de transformação digital em praticamente todas as ramificações das interações sociais (negócios, estudos, cultura etc.). As transformações tecnológicas dentro da sociedade possibilitaram um poder maior de escolha e autonomia para as pessoas.

De todo modo, é importante resgatar as observações promovidas por Masi (2021) quando ressalta que cada uma dessas ondas tecnológicas trouxe em seu cerne a retirada de empregos de homens e mulheres, substituindo-os por máquinas e causando o denominado desemprego tecnológico. “As primeiras máquinas e robôs substituíram operários; computadores substituíram funcionários; a inteligência artificial substituirá gestores e profissionais” (MASI, 2021, p. 1).

A Tabela 1 ilustra as ondas tecnológicas principais e suas consequências em termos das infraestruturas e dos aspectos sociopolíticos característicos de cada uma delas, desde o advento da Revolução Industrial na Inglaterra, no século XVIII.

Tabela 1. Aspectos relevantes das ondas tecnológicas

AS ONDAS TECNOLÓGICAS	TECNOLOGIAS INOVADORAS OU REDEFINIDAS	REDEFINIÇÃO OU INOVAÇÃO INFRAESTRUTURAL	CONSEQUÊNCIAS SOCIOPOLÍTICAS
Revolução Industrial.	Processo de mecanização da indústria. Maquinofatura substitui a manufatura.	Energia hidráulica otimizada.	Passagem da sociedade estamental para a de classes. Separação definitiva entre capital e trabalho.
Máquinas mecânicas no início do século XIX.	Máquinas e motores a vapor. Ferro e carvão mineral, bases para o desenvolvimento. Ferrovias e energia à vapor.	Ferrovias, serviço postal (telégrafos) e grandes portos.	Supremacia burguesa na ordem econômica. Política, a ideologia e a cultura gravitavam em dois polos: a burguesia industrial e financeira e o proletariado.

AS ONDAS TECNOLÓGICAS	TECNOLOGIAS INOVADORAS OU REDEFINIDAS	REDEFINIÇÃO OU INOVAÇÃO INFRAESTRUTURAL	CONSEQUÊNCIAS SOCIOPOLÍTICAS
Máquinas eletromecânicas no início do século XX.	Aço, engenharia e química pesada. Equipamentos elétricos (cabos e cobre), indústria do papel e de embalagens. Motor à combustão. Máquinas de guerra, eletrodomésticos.	Transporte náutico (navios de aço e vapor), ferroviários transcontinentais. Telégrafos mundiais. Iluminação elétrica e uso industrial da energia elétrica. Petróleo, automóveis e produção em massa. Telecomunicações analógicas (telegrama, telefone, telex, fax).	Fase do capitalismo financeiro ou monopolista. Concentração de renda. Sociedade de consumo e massa.
Tecnologia da informação nas últimas décadas do século. XX	Desenvolvimento da eletrônica permitiu o desenvolvimento da informática e a automação das indústrias. Informática e telecomunicações. Rápida obsolescência tecnológica.	Rodovias, portos, aeroportos afetos à revolução informática e tecnológica. Cabo de fibra ótica, rádio e satélite.	Elitizadas as tecnologias que levam ao aprofundamento das desigualdades sociais, pelo desemprego e extinção de postos de trabalho. Neoliberalismo e globalização.
Inteligência artificial. <sup>34</sup>	Convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas.	Internet e e-mail. Transportes de alta velocidade, nanotecnologias, novos materiais, impressoras 3D, plataformas, reconhecimento de voz e inteligência artificial, com alto custo financeiro.	Questionamentos éticos e sociais quanto ao uso e controle (Isolamento social, utilização em setores militares).

Fonte: Elaborado a partir de Masi (2021) e Perez (2002).

No que diz respeito aos setores impulsionadores da mudança e da inovação, é possível encontrar em cada período de revolução/disrupção tecnológica acima apontado ramos que demandam os insumos e que vão influenciar profundamente o estilo tecnológico em voga. É o caso das indústrias têxteis apontadas na primeira onda, assim como as locomotivas a

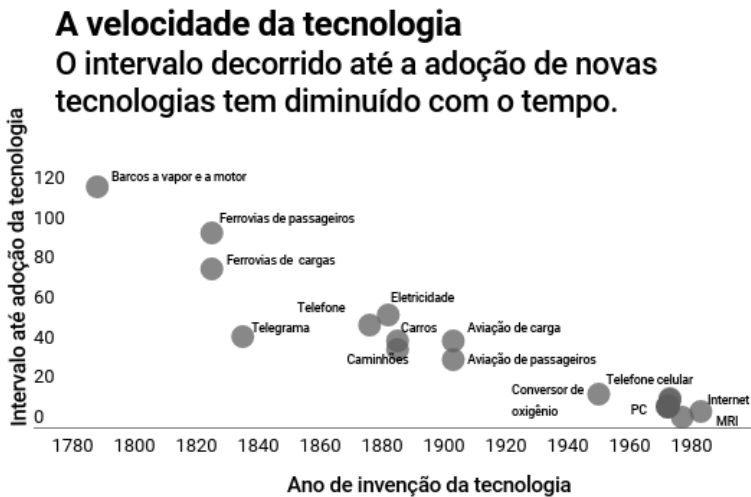
---

<sup>34</sup> Importante demarcar o caráter disruptivo da Inteligência Artificial, na medida em que não se percebe, a despeito das ondas anteriores, um movimento de revolução na ordem estabelecida, mas tão somente inovação.

vapor e os serviços postais sem fio na segunda, os navios de aço a vapor da terceira, os automóveis e eletrodomésticos da quarta e os supercomputadores, smartphones e softwares da quinta.

Perez (1985) também sinaliza os efeitos das revoluções/ disrupções tecnológicas sobre outros setores não diretamente envolvidos no processo inovador, mas que se desenvolvem em razão do crescimento e da participação complementar com aqueles que utilizam as novas tecnologias (*carrier branch*). Assim, à medida que são produzidas as inovações tecnológicas, com os respectivos desdobramentos sociais e institucionais, ao lado do correspondente investimento em infraestrutura necessário para essas tecnologias, surge a possibilidade para que o novo paradigma possa se propagar e generalizar. De tal sorte que o aparecimento de uma plêiade de tecnologias inovadoras pode receber a caracterização de se consubstanciar enquanto revolução, desde que tenha a capacidade de conduzir a uma ampla transformação em todos os cenários, a começar pelas indústrias.

Tabela 2. O intervalo das mudanças tecnológicas



Fontes: Comin e Hobijn (2010)



Fonte: Comin e Hobijn (2010).

Como demonstrado na Tabela 2, a tecnologia nunca mudou tão rápido. O que se vislumbra nos dias hoje é que a gigantesca velocidade com que as inovações científicas e tecnológicas ocorrem pode extrapolar a capacidade do ser humano e das suas estruturas sociais de se integrar democraticamente a tais inovações, assimilando-as adaptativamente. As sociedades vêm se adequando de maneira gradual às mudanças, é verdade, mas também é de se constatar que nem todos os grupamentos sociais e indivíduos conseguem seguir toda essa aceleração.

Importante demarcar que não se trata apenas de um processo de evolução tecnológica, pela adoção das novas tecnologias e mudanças no decorrer do tempo, mas também de um processo de mudança institucional que envolve todos os setores, seja a economia e a administração da coisa pública e privada, nos comportamentos e ideias, nos hábitos e atitudes, nas rotinas das corporações etc. (PEREZ, 2010, p. 195).

Perez (2010) sublinha a relevância dos estudos que mostram que os países que não promoveram as mudanças e adequações institucionais capazes de se ajustarem aos novos paradigmas ficaram para trás nesse processo de desenvolvimento. Nesse aspecto, as direções de crescimento dos países e, assim sendo, do desenvolvimento, estão fundamentalmente relacionadas aos seus esforços em relação à aprendizagem e ao uso das novas tecnologias.

## 2. É CHEGADA A ERA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL(IA)

Fazer previsões com base em um grande volume de dados. Diagnosticar doenças a partir de informações genéticas, históricos médicos e exames. Encontrar o suspeito de um crime com reconhecimento facial. Raciocinar dentro de um cenário de incertezas. Realizar análises financeiras e avaliar os riscos de uma empresa a partir de consultas de megadados. Todas essas tarefas, antes feitas por nós, humanos, já podem ser executadas com inteligência artificial, a IA. Mas, afinal, como definir essa tecnologia que está mudando nosso mundo e promete transformar mais ainda nossa sociedade? (PRADO, 2019, p. 1).

Ao se buscar trazer uma resposta, ainda que parcial, ao questionamento realizado por Prado (2019) no trecho acima citado, é possível conside-

rar que múltiplas são as significações da expressão Inteligência Artificial (IA). Uma dessas definições a concebe como sendo a atividade voltada à produção das máquinas inteligentes, considerando o termo inteligência enquanto atributo que possibilita o funcionamento adequado e em consonância com seu ambiente.

A expressão |”inteligência artificial” surgiu no ano de 1956 durante o Encontro de Dartmouth, proposto inicialmente, pelo matemático e professor norte-americano John McCarthy.<sup>35</sup> O evento realizado em Dartmouth teve principalmente uma dupla importância: reuniu os pesquisadores que nos Estados Unidos da América (EUA) se interessavam pela inteligência artificial e a consagrou como uma nova área científica.

A partir de então as diferentes correntes de pensamento em IA vêm estudando e pesquisando modos de situar comportamentos “inteligentes” nas máquinas. Desse modo, o grande desafio que está colocado para pesquisas em IA, desde o seu advento, pode ser resumido na pergunta colocada por Minsky,<sup>36</sup> do Instituto de Tecnologia do Massachusetts (MIT), em sua obra *Semantic Information Processing*, ainda no final dos anos sessenta: “Como fazer as máquinas compreenderem as coisas?” (MINSKY, 1968).

Ainda que não se tenha uma definição exata, o certo é que a IA envolve tecnologias computacionais que atuam guiadas – ainda que venham a agir de maneira diversa – no modo humano ou de outros seres biológicos de conhecer, perceber, apreender, discernir e decidir. Em outras palavras, é uma área multidisciplinar que objetiva a automatização de atividades que dependem da inteligência humana.

---

35 No verão de 1956, a partir da ideia original de John McCarthy, professor de Matemática no Dartmouth College, em New Hampshire, nos EUA, Allen Newell, Herbert Simon, Marvin Minsky, Oliver Selfridge, investigadores norte-americanos, organizaram uma conferência sobre computação, processamento da linguagem e criatividade. Convidaram outros investigadores e, durante cerca de um mês, juntaram-se a trocar ideias sobre estes temas.

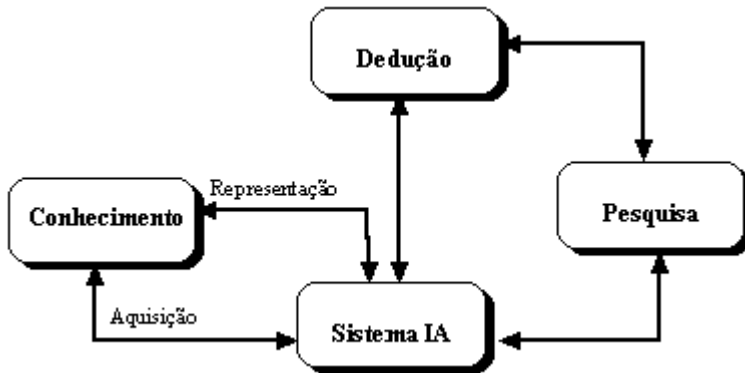
36 Cumpre ressaltar que Marvin Minsky desenvolveu, em 1951, o primeiro simulador de redes neurais, um tipo de programa de computador inspirado no funcionamento do cérebro humano. Além do que, seu colega John McCarthy foi o autor da primeira linguagem de programação de computadores para inteligência artificial, baseada em lógica, a Lisp, acrônimo em inglês de linguagem de processamento de símbolos através de listas. (Adaptado de: Inteligência artificial faz 50 anos. Disponível em: <https://www.publico.pt/2006/07/09/jornal/inteligencia-artificial-faz-50-anos-87953>. Jul. 2006. Acesso em: 20 jan. 2022.)

Um aspecto importante a ser considerado se revela no fato de que a IA não se confunde com a informática, na medida em que se utiliza de linguagens de programação díspares, que permitem que a máquina possa aprender. Não são programas inclusos, especificativos como os habitualmente utilizados nas máquinas, em que um comando corresponde a uma resposta específica e determinada. São programas que buscam copiar o comportamento humano e que, por isso, caracterizam-se por sua flexibilidade. Espelham comportamentos humanos, por exemplo, em sua aptidão de comunicação oral, de compreender idiomas ou decodificar ou interpretar uma imagem ou o tratamento das incertezas, ou seja, deduzir ou inferir novos conhecimentos por sua percepção, manipulação, reprodução e construção, além, é claro, do armazenamento de dados.

Importante demarcar o fato de que as interações entre máquinas e pessoas já fazem parte do cotidiano humano faz algum tempo. Os sistemas que envolvem elementos técnicos e sociais já estão presentes nas vidas da maioria das pessoas, à exceção dos casos derivados da exclusão social, nos últimos vinte anos: é o caso das diversas espécies de *call-center*, como também dos serviços bancários totalmente automatizados. No entanto, o que se tem até então, na maioria dos casos, são situações nas quais os elementos técnicos municiam as pessoas com adjutórios para que elas possam tomar suas decisões. Há, inclusive, instâncias para recursos que podem, em determinados casos, modificar decisões tomadas de forma equívoca, até mesmo com a aplicação de eventuais sanções aos envolvidos para aperfeiçoar os resultados futuros do sistema (SICHMAN, 2021).

Contudo, a inserção da tecnologia de IA em tais sistemas pode alterar tal prática, fazendo que os próprios elementos técnicos venham a tomar algumas decisões. Essa modificação de paradigma pode se revelar boa ou ruim, de todo modo, necessário se faz com que esses sistemas venham a incorporar outras propriedades inerentes à interação humana.

Figura 1. O encadeamento entre os elementos de um sistema clássico de IA



Fonte: Adaptado de Schutzer (1987).

Interessada nos conflitos éticos e culturais decorrentes do advento da inteligência artificial e na concepção de formas de se tornar a IA adequada e clara para as pessoas afetadas por ela, Dignum (2019) resume como se deve trabalhar no desenvolvimento e na sua utilização responsável. A autora portuguesa defende a necessidade de uma postura ética a ser adotada sinalizando para três aspectos distintos: em primeiro lugar, que no curso do processo de projeção de tais sistemas seja garantida a preocupação e a antevisão das equipes com possíveis consequências éticas e sociais do sistema para as pessoas, individualmente e para o tecido social; em segundo lugar, a preocupação com os projetos do comportamento desses sistemas, na perspectiva da representação apropriada das capacidades de raciocínio ético nos agentes inteligentes; e, por fim, um refletir objetivo a respeito do código de conduta dos projetistas e desenvolvedores, por meio de uma regulação normativa acertada e, em especial, processos de certificação garantidores de um agir adequado de todos os atores envolvidos, tal qual se encontra em outras profissões.

### 3. PERSPECTIVAS DIANTE DE UM QUADRO SOCIAL ADVERSO

Criador no início dos anos 2000 do conceito de “ócio criativo” — a ideia de que o justo equilíbrio entre trabalho, estudo e descanso favorece a capacidade inventiva —, De Masi (2001) considera que a única maneira

de evitar que o desemprego aumente de forma incontrolável é reduzir as horas de trabalho à medida que a tecnologia avança. O autor considera que

A plenitude da atividade humana é alcançada somente quando nela coincidem, se acumulam, se exaltam e se mesclam o trabalho, o estudo e o jogo; isto é, quando nós trabalhamos, aprendemos e nos divertimos, tudo ao mesmo tempo... É o que eu chamo de ócio criativo, uma situação que, segundo eu, se tornará cada vez mais difundida no futuro (DE MASI, 2001, p. 38).

Por outro lado, em suas reflexões, demonstra um imenso descontentamento com o modelo ocidental de sociedade, tendo como modelo a sociedade norte-americana, que fincou seus pilares na paixão incomensurável e quase sagrada no mercado, no trabalho e na competitividade.

Masi (2001) estabelece uma série de premissas para a criação de um novo modelo social que necessariamente venha a abranger: a sincronia entre trabalho, estudo e lazer; o foco maior no tempo livre que naquele dedicado ao trabalho; uma distribuição menos desigual da riqueza, bem como uma produção mais eficiente desta; uma redefinição e redistribuição do tempo, do poder, da riqueza, do conhecimento e do trabalho; o estabelecimento de um *ethos* social que privilegie o atendimento satisfatório das necessidades mais basilares, quais sejam, o estar consigo mesmo, a interação com os outros, a amizade, o amor e o entretenimento. Tais premissa pressupõem a existência de um Estado de bem-estar social e políticas de renda básica universal, num mundo onde o emprego é cada vez mais instável.

Em relação à questão das inovações tecnológicas até o advento da inteligência artificial atualmente, De Masi considera que

As máquinas mecânicas e eletromecânicas substituíram muito o trabalho operário. Os computadores substituíram muitos empregados, os robôs estão substituindo outros trabalhos operários e a inteligência artificial vai substituir também muito trabalho criativo (DE MASI, 2021, p. 1).

No que diz respeito às incertezas e temores relacionados à IA, o autor fez as seguintes declarações:

Agora mesmo, há um homem certamente louco, Trump, que pode apertar um botão e acabar com a humanidade. É o oposto da inteligência artificial. [...]

A inteligência artificial cria o que o homem a preparou para criar. Ela nunca vai criar nada de forma totalmente autônoma. Nós nos preocupamos com a inteligência artificial quando temos a burrice humana, que se tornou presidente da república do maior país do mundo. Então, antes da inteligência artificial, eu tomaria cuidado com as várias burrices naturais e humanas (DE MASI, 2019, p. 2).

No contexto de uma sociedade marcada por ambivalências, contingências e incertezas e frente às perplexidades provocadas pelas inovações tecnológicas no campo da automação e da IA, a questão que exsurge está relacionada frontalmente com o seguinte problema: em que medida é possível conciliar o progresso científico e tecnológico com o resguardo da dignidade humana num cenário como o brasileiro demarcado pelas profundas desigualdades sociais?

As descobertas tecnológicas alcançadas pela humanidade, decorrentes do avanço da ciência combinada com a técnica, carregaram a reboque a necessidade da fixação de limites e controle sobre suas consequências ainda no campo do desconhecido, causando, por um lado, a sensação de medo naqueles que enxergam riscos potenciais em torno das novas conquistas e expectativa naqueles que carecem ser contemplados com seus benefícios, mas se encontram à margem de seu alcance, por uma série de motivos, tanto econômicos, quanto sociais ou culturais.

Uma tal sucessão de eventos findou por desembocar numa nova dimensão de sociedade, denominada por alguns como pós-modernidade e por outros como alta modernidade, ou modernidade tardia cujas bases se assentaram sobre a desconfiança, imprecisão, insegurança, ambiguidade, obscuridade, inconsistência, vulnerabilidade, precariedade e instabilidade em todos os campos da ciência. Partindo dessa premissa, Ulrich Beck (1986) idealizou a expressão “sociedade de risco” como uma forma de alerta à comunidade em relação ao mal-estar causado pelo apego à superação dos limites da vida e retratar o acidente nuclear ocorrido na cidade de Chernobyl (Ucrânia) (MOREIRA NETO, 2008, p. 140).

Beck adverte que na sociedade industrial a lógica da produção de riqueza preponderava sobre a geração das contingências, no entanto, na fase da corporificação social do risco essa relação sofre uma inversão, ou seja, na modernidade tardia, alta ou pós-modernidade o acúmulo de fortunas passou a ser acompanhado, sistematicamente, pela eclosão das probabilidades trágicas. O agravamento do cenário de incertezas se deu também em decorrência dos conflitos relacionados à indefinição e à distribuição dos perigos cientificamente criados (BECK, 2010, p. 23).

Novas fontes de riqueza (energia atômica, indústria química, tecnologia genética, inteligência artificial etc.) se transformaram em (im)previsíveis nascentes de ameaças. A evidência dos vilipêndios à vida, oferecidos pelo mercado modernizante e pelas mercadorias evoluídas, proporcionou sentido anacrônico aos discursos encobridores das suas consequências degenerativas e perniciosas (BECK, 2010, p. 62).

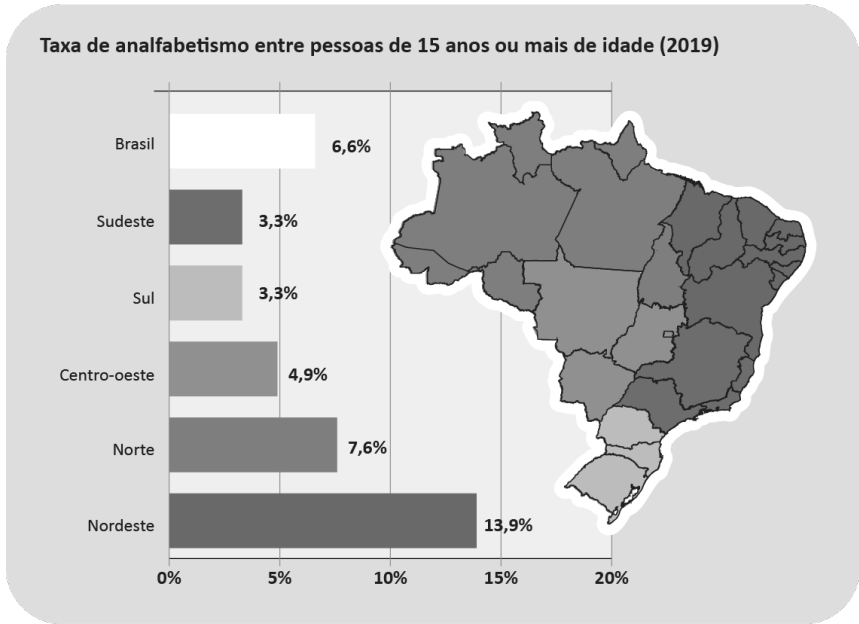
O ser humano passou a temer a si próprio. O crescente consumismo extravagante deslumbrou a sociedade e nublou sua visão, tanto que, ao tentar olhar para o horizonte, apercebe-se impotente, quando não, submissa aos riscos gerados pelo seu comportamento.

No que diz respeito à IA, pondera-se a respeito da necessidade de sua utilização não como uma forma de aprofundamento, mas de superações das desigualdades sociais. No entanto, é patente o desequilíbrio de acesso às tecnologias existentes não somente entre nações desenvolvidas e não desenvolvidas, mas também do seio social de diversas nações em que as disparidades são gritantes e aqueles que têm pleno domínio e acesso às novas tecnologias, em decorrência de uma condição socioeconômica privilegiada, convivem com uma massa de excluídos digitais.

Esse é o caso do Brasil, país que há bem pouco tempo ainda figurava na lista dos recordistas em analfabetismo. De acordo com os números divulgados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) 2019, a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade foi estimada em 6,6% (11 milhões de analfabetos). A taxa de 2018 havia sido 6,8%. Perceba-se que essa redução de 0,2 pontos percentuais no número de analfabetos do país corresponde a uma queda de pouco mais de 200 mil pessoas analfabetas em 2019, segundo informa o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que revela ser a Região Nordeste a que apresentou a maior taxa de analfabetismo (13,9%).

Essa cifra representa uma taxa, aproximadamente, quatro vezes maior que as taxas estimadas para as regiões Sudeste e Sul (ambas com 3,3%). Na Região Norte essa taxa foi 7,6 % e no Centro-Oeste, 4,9%.

Figura 2. Os números do analfabetismo no Brasil (2019)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2019.

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2012-2019.

Some-se a esse quadro o fato de que muito embora quatro em cada cinco lares brasileiros tenham acesso à internet, nosso país ainda concentra um contingente considerável dos denominados excluídos digitais:<sup>37</sup> 45.960 milhões de pessoas, cerca de 25% de toda a população com 10 anos ou mais de idade, não utilizaram a rede no período de referência

---

37 A exclusão digital é a condição em que as pessoas ficam à margem da evolução tecnológica e, conseqüentemente, formam uma massa de analfabetos tecnológicos. A exclusão digital é denunciada em todo o mundo como a forma mais moderna de violência e modalidade sutil de manutenção e ampliação das desigualdades (disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/exclusao-digital/>).

do levantamento Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua – TIC) de 2018, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Cumprir apontar que a renda ainda é um elemento determinante para a conexão digital. O rendimento real médio per capita dos domicílios com acesso à internet foi de R\$ 1.769, quase o dobro do rendimento dos que não utilizavam esta rede, que foi de R\$ 940 (IBGE), num país que possui, segundo dados fornecidos pelo IBGE no segundo trimestre de 2021, um contingente de 13.500 milhões de desempregados, com uma taxa de desemprego que atingiu 12,6%.

O acesso à educação de qualidade é direito fundamental para o desenvolvimento da cidadania e ampliação da democracia e não se configura como uma bandeira recente de reivindicação das sociedades, ao contrário. Razão pela qual priorizar os investimentos públicos em educação é peça fundamental para a redução do abismo social, da miséria, da criminalidade e para que seja possível pensar em crescimento econômico configurado não somente pela produção de bens do agronegócio ou do extrativismo, mas pautado na expansão da atividade industrial inclusiva e sustentável e de tecnologia de ponta, fomentando a inovação, na garantia do bem-estar e acesso aos direitos fundamentais pela população como um todo.

Por óbvio que a discussão a respeito das novas tecnologias e sua utilização pela sociedade necessita levar em conta o ambiente social, econômico e cultural de cada sociedade. Não se revela plausível conceber que esses avanços continuem sendo um privilégio a serviço de uns poucos enquanto o grosso do tecido social se mantém à margem, num cenário de exploração do trabalhador, com cada vez mais episódios de situação análoga à condição de escravos em nosso país, trabalho infantil sem qualquer controle ou fiscalização eficaz e de egoísmos individualistas de caráter global.

Nas palavras do representante-residente adjunto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil, Carlos Arboleda (2021, p. 1): “Frente a essa nova realidade, precisamos urgentemente discutir questões profundas como ética, propriedade e sua forma de utilização para que ela não se transforme em uma ferramenta de ampliação de desigualdades, intra ou entre países.”

A reflexão de De Masi a respeito do *ethos* globalizado das desigualdades apontadas por Arboleda aponta no seguinte sentido:

Estamos muito longe de uma globalização de igualdade, feita de intercâmbio igual dos homens, mercadorias e ideias entre mais países. Aqui nos encontramos perante uma globalização de um tipo imperialista pela qual os produtos americanos são impostos a todo o resto do mundo. Esse tipo de globalização faz crescer as injustiças e as desigualdades, pois os ricos tornam-se sempre mais ricos e os pobres tornam-se cada vez mais pobres (DE MASI, 2002, p. 62).

Basta que se pense nas tecnologias de rede, mídia social, plataformas *peer-to-peer*, internet, *big data*, *blockchain*, automação / robótica e inteligência artificial. Ondas sucessivas de inovação criaram, até então, impensada infraestrutura tecnológica que está transformando todos os aspectos da vida cotidiana.

O efeito dessas mudanças vem sendo a concepção de um novo “mundo digital”. É um mundo que se mantém em permanente e acelerada mudança estruturada em torno de códigos de computadores, algoritmos, identidades fluidas e formas de produção que sinalizam um capitalismo em rápida adequação, mas que se mantém coerente em sua essência.

No entanto, é de se perceber que esse novo “mundo digital” ainda não substituiu totalmente o antigo mundo “analógico”, mas coexiste com ele. Habita-se um complexo espaço de realidades paralelas em que esses dois mundos – “analógico” e “digital” – constantemente se encontram e se misturam. A tensão que existe entre essas realidades paralelas é a característica definidora desses tempos atuais desse século XXI (HOGE-MANN, 2022).

Importante demarcar que a IA se configura como uma das tecnologias habilitadoras da tecnologia 4.0, esse extenso sistema de tecnologias avançadas que envolve também a robótica, a internet das coisas e a computação em nuvem que, em nível mundial, estão modificando o curso das formas de produção e dos modelos de negócios.

A realidade objetiva está para além das pretensas certezas de que a humanidade insiste em querer manter. É que de fato os contornos e significados dessa nova realidade digital são muitas vezes incertos. “Inevitável-

mente, a resposta a essa incerteza é empregar conceitos do ‘velho mundo analógico’ e paradigmas para entender e até regular o novo mundo. O resultado é uma inconsequência” (HOGEMANN, 2022, p. 36).

Em vez disso, o que se carece de realizar é o desenvolvimento de novos paradigmas para identificar os diferentes aspectos dessas múltiplas realidades. Mesmo porque, aqueles indivíduos que são capazes de integrar positiva e proativamente essas realidades paralelas e criar sinergias entre elas e si certamente estarão em melhor posição para agregar valor (HOGEMANN, 2022), na medida em que os caminhos que as sociedades como um todo escolherem tomar agora serão de fundamental importância no tocante à redução ou do abismo digital já existente hoje nos países e entre países e que se transformou em um marcador de desigualdade social aqui e lá fora.

Em um contexto legal, as incertezas desencadeadas pelo surgimento de uma nova realidade digital que abarca as perspectivas decorrentes das possibilidades tremendas decorrentes da IA são particularmente urgentes. Mas identificar a resposta correta para o “novo normal” não é fácil, mormente tendo em conta os desafios colocados pelos cenários adversos da desigualdade e da exclusão social, como é o caso brasileiro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As tecnologias disruptivas demonstram uma capacidade impressionante de extrair informações e padrões de dados que vêm crescendo de modo exponencial diuturnamente. E ainda que a capacidade autônoma, em termos de robótica e IA, no sentido da criação a partir de tais dados e padrões ainda esteja sendo testada e desenvolvida, não se pode negar que essa evolução vem se dando de modo célere e, num futuro muito mais próximo que se possa conceber, a sociedade se defrontará com novidades que poderão tanto encantar quanto aterrorizar, sem que sequer seja perceptível que foram criadas pela IA.

Se, por um lado, procede afirmar e constatar os benefícios decorrentes da utilização da IA na inovação dos setores produtivos e no aumento de produtividades dos negócios em geral, por outro, há que se avaliar – e tem-se elementos para tal avaliação, basta tão somente investir em pesquisas – os dados sobre quantos empregos serão perdidos em decorrência da utilização

da IA, mormente nos setores administrativos, e seus reflexos no que diz respeito à mobilidade social, bem como quais serão os setores mais atingidos por esse fenômeno para que seja possível formular preventivamente políticas públicas que possam minimizar efeitos decorrentes desse processo.

Por outro lado, em termos de Brasil, as tarefas estatais que estão postas alcançam diversos patamares de gestão, urgente se faz a entabulação de políticas públicas em todas as esferas, seja em nível municipal, estadual ou federal, visando superar esse quadro dramático de exclusão digital em que se encontra grande parcela da população brasileira, o que passa não somente pela implementação e democratização de uma educação de qualidade, comprometida com uma nova missão pedagógica que inclua o fomento de habilidades voltadas para a confiança, motivação, comunicação e resiliência, mas também de fixação dos estudantes na escola, já que os índices de abandono escolar no País são historicamente altos, independentemente de adventos excepcionais, como o caso da pandemia de Covid-19.

Por último, ainda que não conclusivamente, porque esse debate recém se inaugura na sociedade e na academia, é importante sublinhar que não se pode desprezar o contributo incomensurável dessas novas tecnologias disruptivas, não somente IA, mas também o aprendizado de máquina, a robótica, *big data* e as redes quanto ao seu papel transformador dos processos de produção.

Importa ponderar, com energia, a respeito da necessária tarefa das autoridades dos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, em adotar medidas para aumentar a produtividade e melhorar a qualificação de sua mão de obra atual – representada pelos trabalhadores – e futura, representada por suas crianças e jovens, garantindo a todos, como mínimo, o acesso à internet, que se configura como elemento capital para o desenvolvimento pleno da cidadania e para o crescimento profissional da população.

## REFERÊNCIAS

ARBOLEDA, Carlos. Inteligência artificial deve ser usada para reduzir desigualdades, diz PNUD. Abr. 2021. Disponível em: Inteligência artificial deve ser usada para reduzir desigualdades, diz PNUD. Acesso em: 30 jan. 2022.

- COMIN, Diego; HOBIJN, Bart. An Exploration of Technology Diffusion. **American Economic Review, American Economic Association**, v. 100(5): 2031-2059, December 2010.
- DE MASI, Domenico. **O ócio criativo. Entrevista a Maria Serena Palieri**. Tradução de Léa Manzi. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DE MASI, Domenico. Entrevista concedida a Pedro Bial. **Programa Conversa com Bial**. 29 jul. 2019. Disponível em: <https://gshow.globo.com/programas/conversa-com-bial/noticia/domenico-de-masi-afasta-receio-de-ia-com-critica-a-trump-me-preocupo-com-a-burricia-humana.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2022.
- DE MASI, Domenico. Crescimento sem emprego veio para ficar. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59528264>. Dez./2021. Acesso em: 19 jan. 2022.
- DIGNUM, V. Responsible Artificial Intelligence – How to Develop and Use AI in a Responsible Way. **Artificial Intelligence: Foundations, Theory, and Algorithms**. Springer, 2019.
- EXCLUSÃO DIGITAL. **Dicionário**. Disponível em: <https://www.educabrasil.com.br/exclusao-digital/>. Acesso em: 31 jan. 2022.
- HOGEMANN, Edna Raquel. O ensino jurídico diante das novas tecnologias e da possibilidade do ensino à distância. In: FRANCISCHE-TTO, Gilsilene (org.). **Educação jurídica 4.0 a inovação em sala de aula**. Florianópolis: Habitus, 2002, p. 34-51.
- IBGE. **Conheça o Brasil – População**. Disponível em: <https://educacao.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18317-educacao.html#:~:text=No%20Brasil%2C%20segundo%20a%20Pesquisa, havia%20sido%206%2C8%25>. Acesso em: 25 jan. 2022.
- IBGE. Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento. **Pesquisa nacional por Amostra de Domicílio Contínua 2012-2019**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101743\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101743_informativo.pdf). Acesso em: 21 jan. 2022.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FAZ 50 ANOS. Disponível em: <https://www.publico.pt/2006/07/09/jornal/inteligencia-artificial-faz-50-anos-87953>. Jul 2006. Acesso em: 20 jan. 2022.

MINSKY, Marvin. (editor). **Semantic information processing**. Cambridge: The MIT Press, 1968.

PEREZ, Carlota. **Technological revolution and financial capital: the dynamics of bubbles and golden ages**. Cheltenham: Edward Elgar, 2002.

PEREZ, Carlota. Microelectronics, long waves, and world structural change: new perspective for developing countries. **World development**, v. 13, n. 3, p. 441-463, 1985.

PRADO, Charles. A era da inteligência artificial. Disponível em: <https://cienciahoje.org.br/artigo/a-era-da-inteligencia-artificial/>. Dez/2019. Acesso em: 20 jan. 2022.

RICH, Elaine. **Inteligência Artificial**. São Paulo: McGraw-Hill, 1988.

SCHUTZER, D. **Artificial intelligence: an applications-oriented approach**. New York: Van Nostrand Reinhold Company, 1987.

SICHMAN, Jaime Simão. Inteligência artificial e sociedade: avanços e riscos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/c4sqrthGMS-3ngdBhGWtKhh/>. Abr./2021. Acesso em: 20 jan. 2022.

# AVANÇOS OU RETROCESSOS DOS DIREITOS DAS MULHERES: UMA ANÁLISE PERANTE O ADVENTO DA LEI Nº 13.467/17

*Jade Silva Machado Gomes*<sup>38</sup>

*Dinara de Arruda Oliveira*<sup>39</sup>

## INTRODUÇÃO

As mulheres possuem inúmeros direitos vigentes, os quais provêm de batalhas travadas ao longo da história, tal como vastos progressos normativos, já que, anteriormente, eram excluídas do exercício da cidadania, quicá detendo proteção dos seus respectivos direitos, em razão de não serem consideradas como cidadãs. Dentre os direitos conquistados pelas mulheres, encontra-se o “direito trabalhista”, considerado dentre todos solenes, haja vista que, no decorrer histórico, em razão do contexto patriarcal, as mulheres eram subordinadas aos homens, seja ele o pai ou até mesmo o marido com a constituição do casamento, sendo determinadas para o trabalho doméstico e familiar, pois eram impedidas de trabalhar.

---

38 Acadêmica do Curso de Direito do Centro Universitário.

39 Doutora em Direito do Estado, Subárea Direito Urbanístico (PUC/SP). Mestre em Direito, área de Empreendimentos Econômicos, Desenvolvimento e Mudança Social (UNIMAR/SP). Pós-graduada em Direito Processual Civil (UNIC/MT). Graduada em Direito (UFMT). Conselheira Estadual da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso – Triênio 2019/2021. Membro da Academia Matogrossense de Direito. Professora Universitária.

Percebidas como objeto, as mulheres só puderam ingressar no mercado de trabalho quando ocorreu a Revolução Industrial Europeia, posto que, no Brasil, a incorporação ocorreu de forma tardia, após a Segunda Guerra Mundial. Desse modo, como eram consideradas reféns da exploração no contexto fabril, má remuneração com jornada excessiva e exposição a locais insalubres, foram consideradas como o passo inicial para a elaboração de normas, as quais protegeriam essa classe trabalhadora, a fim de proibir a exploração excessiva.

Interpreta-se como progresso protecional destas a Organização Internacional do Trabalho, que, buscando protegê-las, redigiu convenções, as quais foram instituídas inicialmente também pelo Brasil, já que somente a partir da Constituição de 1934 começou a busca pela proteção dos direitos das obreiras. Importa salientar que, exclusivamente com a Consolidação das Leis do Trabalho, criaram-se artigos que tratavam do trabalho da obreira, contudo, apenas com a promulgação da Carta Magna, em 1988, verificou-se o ápice da temática.

No entanto, em 2017, foi sancionada e publicada a Lei nº 13.467/17, que modificou mais de 100 artigos da CLT, dentre eles, alguns dispositivos de proteção da mulher, causando maior impacto para as obreiras, conforme expressam os críticos sobre tal reforma. Dessa forma, o tema proposto versa sobre os avanços e retrocessos dos direitos trabalhistas das mulheres brasileiras na perspectiva da Lei nº 13.467/17, procurando a resolução do seguinte problema: O texto da reforma trabalhista implantado é considerado um fator de conquista ou supressão dos direitos trabalhistas das mulheres?

Para responder a essas indagações, descreveu a evolução histórica dos direitos trabalhistas das mulheres, identificando a regularização jurídica destes, ao longo do intervalo temporal das Constituições Brasileiras e da CLT, aferindo mudanças realizadas pela Lei nº 13.467/17, nas normas citadas.

As transformações realizadas nas legislações trabalhistas pactuadas, quando reformadas podem trazer benefícios ou prejuízos para alcançar o equilíbrio igualitário, assim, identificar tais vantagens ou desvantagens são apropriados para realizar as mudanças pertinentes para se atingir a isonomia formal e material entre homens e mulheres.

# 1. A MULHER E O CAMINHAR HISTÓRICO PARA A ASCENSÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

Não há o que se discutir no que se refere à dominação masculina, à qual as mulheres eram submetidas, porque elas eram apreciadas como mero objeto para a concepção, isto é, elas significavam a preservação da prole. Visualizadas aos parâmetros de obediência, procriação, banidas dos assuntos sociais, sujeitas aos padrões impostos, o percurso de romper com tais barreiras era imenso.

No que corresponde ao âmbito trabalhista, um evento considerado relevante para a quebra desse padrão outrora exigido para elas foi o adentro fabril das mulheres nas indústrias, possibilitando observar o ofício ainda que em pouca escala, já que se lidava com uma classe esquecida e com menor garantias.

Essa irrisória prestação de direitos à classe feminina, dentro desse contexto de desenvolvimento industrial, reputa-se importante para a ascensão dos direitos trabalhistas das obreiras em escala mundial, haja vista que as condições fáticas impostas a elas não se assemelhavam às estabelecidas para a classe masculina. Elas eram obrigadas a aceitarem exploração, má remuneração, exposição a locais insalubres, entre outros fatores de desigualdade.

Dessa forma, em virtude de tais condições desumanas, fez-se necessária a redação de algumas leis, exatamente para resguardar a integridade física das mulheres trabalhadoras, posto que o transcorrer evolutivo dos direitos delas em proporção internacional obteve maior velocidade com a instituição de normas que favoreceram a causa feminina, tais como as convenções estabelecidas pela OIT, as quais regularizaram temas como: proteção à maternidade, trabalho noturno, remuneração. Advindo, então, as primeiras diretrizes protetoras da classe trabalhista feminina, tornando-se antecessora de diversas normas e preceitos que procurariam impedir a exploração excessiva de tais trabalhadoras.

## 1.1. O PROCESSO EVOLUTIVO NO BRASIL

Nessa linha, compreendendo que, no Brasil, o decorrer evolutivo das mulheres também esteve arraigado ao sistema patriarcal e levando em conta que elas necessitavam de proteção. Assim, como as conquistas so-

ciais em relação ao trabalho são consideradas tardias, a inserção da mulher no mercado de trabalho aconteceu somente após a Segunda Guerra Mundial, em razão das demasiadas mortes dos homens que se encontravam na linha de frente do combate, necessitando, dessa forma, que as mulheres assumissem os negócios.

Contudo, o ápice do labor feminino, no Brasil, ocorreu depois do processo de industrialização com a adição das siderúrgicas, petrolíferas, químicas, farmacêuticas e automobilísticas, quando as mulheres conseguiram adentrar em diferentes cargos, exatamente por falta de mão de obra masculina.

Nesse contexto, havendo uma ascensão do trabalho feminino nas indústrias brasileiras, surgiram alguns movimentos em busca de seus direitos, portanto, o sistema brasileiro acompanhando as convenções antecedentes realizadas pela OIT, criou a primeira norma para regulamentar o trabalho da mulher nos estabelecimentos industriais e comerciais, o Decreto 21.417-A, de 1932.

De acordo com o estabelecimento desse Decreto, haveria um descanso obrigatório de quatro semanas antes e quatro semanas depois do parto, igualdade salarial sem distinção de sexo, permitindo, assim, que as mulheres atuassem de forma digna e com a famosa equidade pretendida.

Diante dessa linha, surgem as primeiras ideias do Direito do Trabalho delineado como: “complexo de princípios, regras e institutos jurídicos que regulam, no tocante às pessoas e matérias envolvidas, a relação empregatícia de trabalho, além de outras relações laborais normativamente especificadas” (DELGADO, 2019, p. 49). Suas primícias foram adaptadas em torno da relação empregatícia, que outrora não abrangia todos os empregados independentemente de sexo, raça, ou cor, mas que agora tutela todos indescritivelmente, eliminando qualquer barbaridade e discriminação, narrando assim o que preceitua Delgado ao relatar que:

O Direito do Trabalho não apenas serviu ao sistema econômico deflagrado com a Revolução Industrial, no século XVIII, na Grã-Bretanha; na verdade, ele fixou controles para esse sistema, conferiu-lhe certa medida de civilidade, inclusive buscando eliminar as formas mais perversas de utilização da força de trabalho pela economia (DELGADO, 2019, p. 95).

Expõe-se a tutela trabalhista como objeto de revolução da sociedade, não é, pois, necessário procurar outras manifestações ocupacionais em sociedades anteriores, ou mesmo industrial, já que esse objeto está incorporado ao meio histórico adequado, realizando as transformações pertinentes de acordo com seu conceito e intento.

## 1.2. FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO

O surgimento do Direito do Trabalho ocorre com o advento da industrialização, quando a preocupação se concentrou em torno da não intervenção estatal nas relações estabelecidas. Assim, o Direito do Trabalho surge de três fatores, intimamente interligados: econômicos, sociais e políticos.

O fator econômico decorre das situações que proporcionaram o surgimento do ramo especializado, o que foi detalhadamente explanado na trajetória histórica acima. Já o social diz respeito às condições pertinentes próprias para o surgimento. Pode-se citar, como exemplo, a concentração proletária, na sociedade europeia e norte-americana, em torno das grandes cidades industriais.

Por fim, o fator político são as ações desenvolvidas para alicerçar o trabalho e a força componente deste, propiciando, assim, suas fases históricas de formação, intensificação, consolidação e autonomia. Essas divisões de fases foram realizadas por Granizo e Rothvoss e, apesar de salientadas e preconizadas e de serem adotadas por diversos doutrinadores, Delgado (2019, p. 106) expressa que é: “periodização descritiva, mas não explicativa da substância do Direito do Trabalho e dos modelos justralhistas aos quais se refere”, ou seja, as divisões preconizadas por tais doutos são descritivas e não permitem uma compreensão sistemática sobre o processo de organização do mercado de trabalho.

No Brasil, o Direito do Trabalho se estrutura sob a influência do cenário histórico mundial, e é composto por três fases, tal qual expressa Leite:

No Brasil, podemos dividir a história do direito do trabalho em três fases: a primeira, do descobrimento à abolição da escravatura; a segunda, da proclamação da república à campanha política

da Aliança Liberal; e a terceira, da Revolução de Trinta aos nossos dias (LEITE, 2018 *apud* SILVA, 2019).

Dessa maneira, o sistema brasileiro, em progresso momento, acompanha seus antecedentes europeus, e somente com a Proclamação da República, instante em que ocorre a eclosão do constitucionalismo social, situação já vislumbrada em outros países, os direitos trabalhistas ganham notória atenção, sendo inserida, em 1930, a política trabalhista brasileira, com Getúlio Vargas, por intermédio da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

## 2. REGULAMENTAÇÃO JURÍDICA DOS DIREITOS TRABALHISTAS DAS MULHERES

### 2.1. O DIREITO DAS MULHERES AO LONGO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

As Constituições brasileiras, originalmente, discorriam somente sobre a forma do Estado e o sistema de governo. Evidencia-se que a primeira Constituição que se dedicou a tratar sobre o Direito do Trabalho da Mulher foi a de 1934, que assegurou a proibição da discriminação do trabalho da mulher, propiciando igualdade salarial entre homens e mulheres, vedação do trabalho feminino em serviços insalubres, garantia do repouso semanal remunerado para a gestante antes e depois do parto e constituição dos serviços de amparo à maternidade. Nesse sentido, “[...] além de ser a primeira Constituição brasileira a tratar de forma clara os direitos dos trabalhadores, a Constituição de 1934 trouxe as primeiras normas protecionistas ao trabalho da mulher, já com alguns traços de vedação à discriminação” (SOARES; MARCARI; FONSECA, 2017, p. 122).

Seguindo o linear, a Constituição de 1967 incluiu o direito da mulher à aposentadoria aos 30 anos de trabalho, com salário integral, todavia, também manteve as garantias já previstas nas normas anteriores, quais sejam, a Constituição de 1934 e a CLT, instituída em 1943, que sustentou as normas vigentes, surgindo após o Decreto-Lei 6.353, de 1944, que substituiu a proibição do trabalho noturno para a mulher, permitindo os

serviços destas em algumas atividades nesse período, desde que houvesse a idade mínima de 18 anos.

Além disso, salienta-se, ainda, que, em 1967, com a entrada em vigor do Decreto-Lei 229, a CLT sofreu alterações autorizando o regime de compensação da jornada de trabalho mediante acordo coletivo, a possibilidade do trabalho noturno para mulheres maiores de 18 anos, desde que em estabelecimento de ensinos; também houve mudança no que tange ao vestiário, maior rigidez ao empregador em relação ao local apropriado destinado à guarda de filhos de mulheres em período de amamentação e, finalmente, a proibição do trabalho da mulher em período de 4 semanas antes e 8 semanas depois do parto.

Enfim, com a promulgação da Carta Magna vigente, Constituição Federal de 1988, houve a instituição da igualdade formal e material, proibição de diferença salarial, exercício de funções e critério de admissão por motivo de sexo, licença gestacional, com duração de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário, garantia de emprego à mulher gestante, desde a descoberta da gravidez até cinco meses após o parto, seguro maternidade e proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos.

## 2.2. O DIREITO DAS MULHERES NA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS

A CLT aborda a proteção do trabalho da mulher no artigo 372 ao 400, contudo, ao longo do transcorrer histórico, houve a modificação de artigos considerados atentatórios ao princípio da isonomia, a proteção se manteve, a julgar que, conforme declara Freitas, em seu artigo “O Direito das Mulheres no Mercado de Trabalho”, publicado no renomado site Jus.com.br, os fundamentos informados pela doutrina para justificar a intervenção do Direito na defesa das mulheres trabalhadoras são:

Fundamento fisiológico: a mulher não é dotada da mesma resistência física do homem e a sua constituição é mais frágil, de modo a exigir do direito uma atitude diferente e mais compatível com o seu estado; Fundamento social: interessa à sociedade a defesa da família, daí porque o trabalho da mulher deve ser especialmente protegido, de tal modo que a maternidade e as solicitações dela

decorrentes sejam devidamente conciliadas com as ocupações profissionais (NASCIMENTO, 2014, p. 910 *apud* FREITAS, 2016).

Salienta-se que, no texto original da CLT, era proibido à mulher: o trabalho noturno, a prorrogação do horário de trabalho sem que fosse autorizado por atestado médico, o trabalho em locais subterrâneos independente de a obra ser pública ou privada, bem como explícita proibição de desenvolver atividades consideradas perigosas ou insalubres, no entanto, foram revogadas pela Lei nº 7.855, de 1989, buscando adequá-las às necessidades do mercado de trabalho, além disso, na Lei nº 9.799, de 1999, houve a inclusão dos artigos 373-A, 390-B a 390-E e 392, §4º, no texto da CLT.

Dessa forma, cabe, como forma de elucidação e entendimento, comentar as principais premissas legislativas protetivas expressas na CLT, quais sejam: primeiramente, o artigo 372, que exprime que as regras que regulam o trabalho masculino são aplicáveis ao trabalho feminino. O artigo 373, que fixa a jornada de trabalho da mulher em oito (8) horas diárias, exceto nos casos em que houver fixação inferior. O artigo 373-A, em seus incisos, expõe fatos que buscam corrigir situações que interferem no acesso da mulher ao mercado de trabalho, bloqueando diversos comportamentos que interferem nesse ingresso, como, por exemplo, a proibição de anúncios de emprego com referência a sexo, idade, exceto se a natureza assim o exigir.

Os artigos 374 e 375 abordam o pagamento das horas extras realizadas e a impossibilidade de prorrogação do horário de trabalho, ora revogados pela Lei nº 7.855/89; além disso, o artigo 376 permite, em situação excepcional, elevar a duração do trabalho diurno, similarmente revogado pela Lei nº 10.244, de 2001. Além do artigo 377, que dispõe que as medidas protetivas ao trabalho das obreiras são consideradas de ordem pública, não se justificando redução salarial, inclusive por força do texto constitucional, o qual exprime: “Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: VI - irreduzibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo” (BRASIL, 1988).

Vislumbra-se que os artigos 378, 379, 380 e 387, assim como os alhures citados, artigos 374 e 375, foram revogados pela Lei nº 7.855/89,

permanecendo, nessa secção, o artigo 381, que dispõe sobre o trabalho noturno da mulher possuir salário superior ao diurno, além de trazer os percentuais que devem ser acrescentados assim como a definição da hora noturna. Ademais, em relação ao período de descanso, tratado na secção III, a norma que merece evidência é o artigo 384, que, posteriormente, foi revogado, mas que dispunha: “Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho” (BRASIL, 1943).

Ao seu turno, o artigo 389 aborda as medidas de higienização que devem ser adotadas pelas empresas, demonstrando, mediante um rol exemplificativo, quais atitudes poderão ser aplicadas. Já o artigo 390 busca proteger a integridade física da mulher, ao estabelecer um valor máximo que a obreira pode suportar de esforço muscular. O artigo 390-B versa sobre os cursos de formação de mão de obra que devem ser oferecidos a ambos os sexos, por conseguinte, o 390-C determina que “as empresas com mais de cem empregados, de ambos os sexos, deverão manter programas especiais de incentivos e aperfeiçoamento profissional da mão-de-obra” (BRASIL, 1943).

Por fim, a proteção dispendida às mulheres, na última secção de seu capítulo, trata da proteção à maternidade, zelando, de forma inicial, sobre a constituição de matrimônio e estado de gravidez, e estabelece que, nessas hipóteses, não pode ocorrer o rompimento, isto é, a dispensa da trabalhadora, por não ser considerado justo motivo, já que, por força prevista no texto constitucional, se a mulher estiver grávida, possui direito à licença, sem prejuízo do emprego e salário, com duração de 120 (cento e vinte) dias. O artigo 391-A destaca a estabilidade provisória quando se encontrar em estado gravídico, ainda que durante o prazo do aviso prévio.

Já o artigo 392 controla o período de licença-maternidade, qual seja, de 120 (cento e vinte) dias sem prejuízo de emprego ou salário, conforme salientado na Carta Magna, dispondo em seus parágrafos e incisos sobre as regras específicas que deverão ser aplicadas. O 392-A estipula a equiparação da trabalhadora que se tornando adotante terá direito à licença-maternidade, de acordo com as normas estabelecidas no texto da consolidação trabalhista. De imediato, os artigos 392-B e 392-C aludem sobre a concessão da licença-maternidade em caso de morte da genitora e a viabilidade de aplicar os preceitos cabíveis às trabalhadoras, também aos

trabalhadores, quando estes adotarem ou obtiverem a guarda judicial para fins de adoção.

Nessa perspectiva, entende-se que, conforme alhures explanado, não pode ocorrer o rompimento do contrato de trabalho por parte do empregador, quando esta se encontrar grávida. Todavia, o artigo 394 discorre que: “mediante atestado médico, à mulher grávida é facultado romper o compromisso resultante de qualquer contrato de trabalho, desde que este seja prejudicial à gestação” (BRASIL, 1943). Além disso, a empregada gestante ou lactante deverá ser afastada de qualquer atividade considerada insalubre em qualquer um de seus níveis, tendo direito, dentro de sua jornada de trabalho, a dois descansos de meia hora cada, para amamentar seu filho até que complete seis meses de idade.

Enfim, os artigos 399 e 400 dissertam sobre os locais destinados à guarda dos filhos das empregadas e a manutenção de creches. Não se pode esquecer, ainda, que, em caso de aborto não criminoso, desde que comprovado por atestado médico, a mulher possui direito ao repouso remunerado de duas (2) semanas, ficando-lhe assegurado o direito de retornar à função que ocupava antes de seu afastamento.

### 3. A REFORMA TRABALHISTA DE 2017 – LEI Nº 13.467/17

Sancionada e publicada em 2017, o projeto inicial de lei, conhecido como minirreforma, apenas buscava alterar nove (9) artigos da CLT, todavia, modificou mais de 100 artigos, dentre eles, alguns dispositivos de proteção da mulher que foram revogados, ao passo que outros foram alterados e acrescentados. Destaca-se que, apesar de tal reforma ter sido aprovada nas duas câmaras, esta não possuía apoio popular, mesmo assim foi aprovada e promulgada com um *vacatio legis* de 120 dias.

#### 3.1. OS DIREITOS DAS MULHERES COM A REFORMA TRABALHISTA

A reforma trabalhista elaborada modificou quatro (4) artigos referentes às prerrogativas femininas, dispostas no capítulo III, título III da CLT. Desse modo, houve revogações, alterações e acréscimos nessa parte, e,

portanto, como forma de elucidação, a julgar que a primícia maior consiste em analisar os itens modificados pela redação da reforma trabalhista vigente e observar se podem ser considerados conquistas ou retrocessos para os direitos trabalhistas conquistados dessas mulheres, cumpre aqui descrevê-los com maior ênfase.

Salienta-se que os artigos que sofreram tais mudanças são os seguintes: art. 372, 384, 394-A e 396. Precisamente no que diz respeito ao artigo 372, houve a revogação do parágrafo único, o qual estabelecia: “Não é regido pelos dispositivos a que se refere este artigo o trabalho nas oficinas em que sirvam exclusivamente pessoas da família da mulher e esteja esta sob a direção do esposo, do pai, da mãe, do tutor ou do filho” (BRASIL, 1943). Frisa-se que o caput do referido artigo exprime que as normas, que regulamentam o trabalho masculino, são extensivas ao trabalho feminino, aplicando-se às obreiras, desde que não colidam com a proteção especial que estas dispõem em capítulo próprio da CLT.

Dessa forma, anteriormente à reforma, entendia-se que as regras que tutelam o trabalho masculino se aplicam ao feminino, todavia, se a mulher trabalhasse em um local que operasse exclusivamente pessoas da família, e fosse conduzida pelo esposo ou pelo pai, essa norma não seria aplicada. Nessa linha envoltória, tal supressão encontrou amparo constitucional, já que era considerada norma discriminativa e não igualitária, indo contra o princípio da igualdade positivado na ordem jurídica brasileira.

A lei da reforma ainda revogou o artigo 384, que instituía: “Em caso de prorrogação do horário normal, será obrigatório um descanso de 15 (quinze) minutos no mínimo, antes do início do período extraordinário do trabalho” (BRASIL, 1943). Nesse contexto, afastou uma vantagem adicional conferida à mulher trabalhadora, concernente ao direito a um intervalo de 15 minutos antes de qualquer prorrogação da jornada padrão laboral. Admite-se que, em relação a esse dispositivo, houve grandes divergências doutrinárias, já que havia o questionamento se este encontraria amparo na CF/88, que traz em seu bojo a proibição da diferença de exercício de função por motivo de sexo.

O artigo 394-A havia sido acrescentado à CLT um ano antes da reforma trabalhista, pela Lei nº 13.287, com a seguinte redação: “A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo

exercer suas atividades em local salubre” (BRASIL, 2016). Todavia, com a reforma efetuada, foi alterada, no que concerne ao caput, a inserção dos incisos I, II e III, e dos parágrafos 2º e 3º, sendo ainda vetado o parágrafo 1º, passando a reger da seguinte forma:

Art. 394-A. Sem prejuízo de sua remuneração, nesta incluído o valor do adicional de insalubridade, a empregada deverá ser afastada de: I - atividades consideradas insalubres em grau máximo, enquanto durar a gestação; II - atividades consideradas insalubres em grau médio ou mínimo, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a gestação; III - atividades consideradas insalubres em qualquer grau, quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher, que recomende o afastamento durante a lactação (BRASIL, 2017).

Assim, a referida norma traz o afastamento automático da mulher gestante quando laborar em local considerado insalubre, ou seja, local considerado de risco, enquanto durar a gestação, apenas quando o contexto de insalubridade for grau máximo (inciso I). Já nas situações em que o grau de insalubridade é considerado médio ou mínimo, o afastamento deve ocorrer somente quando a mulher apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, o qual recomende o seu afastamento (inciso II).

Nesse sentido, percebe-se que a modificação realizada nesse artigo traspassou a barreira que dificultava a contratação de mulheres, pois muitas empresas não empregavam mulheres preocupadas com a possível gestação que poderia impossibilitá-las de exercer sua função, embasando tal posicionamento informando que este período pode causar prejuízos à empresa. Por fim, ainda é possível ocorrer o afastamento durante o período da amamentação, independentemente do grau de insalubridade, desde que apresente atestado médico de saúde, recomendando seu afastamento (inciso III).

Por insalubridade, Melo (2013), citado por Brito (2017), considera que são atividade insalubres “[...] aquelas que expõem os trabalhadores a agentes nocivos à saúde acima dos limites legais permitidos e que afetam

e causam danos à sua saúde, provocando, com o passar do tempo, doenças e outros males, quase sempre irreversíveis” (MELO, 2013, p. 207 *apud* BRITO, 2017, p. 33).

Ainda em relação à alteração realizada no artigo 394-A, seus parágrafos exprimem as seguintes recomendações: primeiro, a empresa deve pagar o adicional de insalubridade à gestante ou à lactante de acordo com a súmula 228 do Tribunal Superior do Trabalho, deve ser calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo, variando de 10, 20 ou 40%. Segundo, não sendo possível afastar a mulher gestante de suas funções, ela deverá desenvolvê-las em locais considerados salubres na empresa, todavia, se não houver esse local salubre ou sendo a própria atividade enquadrada como insalubre, a empregada deverá ser plenamente afastada do trabalho, enquadrando-se na hipótese como gravidez de risco, devendo ser pago o salário-maternidade no período de afastamento.

Por fim, no artigo 396, que trata dos horários de descansos previstos durante a jornada de trabalho para amamentar o filho até que complete seis meses de vida, foi acrescentado o parágrafo 2º: “Os horários dos descansos previstos no caput deste artigo deverão ser definidos em acordo individual entre a mulher e o empregador” (BRASIL, 2017). Dessa forma, o parágrafo explicita o que já ocorre na prática efetiva, ou seja, a definição consensual acerca do melhor horário para se cumprir os intervalos estabelecidos, favorecendo assim tanto o empregado quanto o empregador, os quais poderão dirimir de acordo com a necessidade.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as lineares históricas, grandes mudanças ocorreram no que tange aos direitos das mulheres, já que se compreende que, apesar de estas terem várias garantias, em alguns períodos descritos, não possuíam proteção no que diz respeito a estes, porque quicá detinham os direitos de forma plena. Os direitos das mulheres surgem de forma integral somente após a institucionalização de algumas normativas, que permitiram tal evolução.

No Brasil, demasiado progresso não ocorreu de forma diferente, sobretudo no que se refere ao “direito trabalhista”, já que o sistema brasilei-

ro, no que diz respeito ao referido, acompanhou os progressos realizados anteriormente, como, por exemplo, as convenções realizadas pela OIT. Dessa forma, exorbitantes normas e preceitos surgiram para tutelar e proteger os direitos trabalhistas das mulheres.

Como todo preceito legislativo se modifica para buscar melhorias, tais regimentos também sofreram mutações, transformando-se, durante os anos, para alcançar um direito trabalhista igualitário para ambos os gêneros, tal como a CLT, que delibera as normas regulatórias das relações individuais e coletivas de trabalho. Todavia, tais reformas podem causar avanços ou retrocessos, tornando assim pertinente analisar, com afinco, tal situação.

Em face disso, a hipótese de que a reforma trabalhista realizada na CLT era considerada retrocesso, não foi corroborada, a julgar que, mediante as análises bibliográficas realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa, verificou-se que a reforma realizada foi considerada uma conquista aos direitos trabalhistas das mulheres, pois ocorreu um avanço de tutela a estas, procurando ampará-las de acordo com o princípio da isonomia material, que possui como propósito aplicar a lei de forma justa, minimizando as diferenças dos indivíduos dentro da sociedade.

Com a criação das normas, acréscimos, alterações e modificações, tornou-se possível a proteção de forma íntegra à trabalhadora que não detinha tal prerrogativa. Sua custódia começou com convenções, decretos, avançando posteriormente com a promulgação das constituições que apresentavam resguardo às mulheres, em vários aspectos, até a criação da CLT, quando houve a concentração das normas para tutelar a questão trabalhista.

Outro fator importante se apresentou ao vislumbrar que todas as modificações realizadas pela reforma, apesar de vários críticos em relação a essas modificações exprimirem que elas se assimilam como um retrocesso aos direitos trabalhistas conquistados pelas mulheres durante a trajetória histórica, não criam condições de equidade entre os gêneros, ao contrário, criam medidas que mitigam as proteções das mulheres, violando as conquistas e atacando a dignidade conquistada pela luta e exploração.

Ao fim deste estudo, tornou-se possível apreender que as alterações ocorridas nos artigos da CLT, que tratam da proteção do trabalho da mulher, são consideradas avanços, já que procurou igualar algumas normas

que ainda poderiam ser consideradas discriminatórias, por atentar a princípios positivados em texto constitucional, o qual é considerado lei maior.

Na verdade, igualaram-se ambos, haja vista que conceder o tratamento isonômico é justamente tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, conforme a medida de suas desigualdades, visto que o intuito deve ser construir uma equiparação, de acordo com suas circunstâncias de fato. Não obstante, mesmo que tal reforma seja considerada um avanço, não significa que não haja pontos a melhorar e mais direitos a se conquistar, ao contrário, uma vez que ocorrem mudanças mundiais e há muito a ser conquistado.

Concluiu-se que a reforma trabalhista, realizada no ano de 2017, pela Lei nº 13.467/17, representa um avanço aos direitos trabalhistas das mulheres, considerando todo o caminhar de lutas ultrapassado por elas para alcançar de forma ampla suas garantias, bem como os esforços normativos em tentar protegê-las de acordo com suas condições fáticas de exploração durante toda a jornada histórica.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [1988]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Brasília, DF: Presidência da República, [1934]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. O Congresso Nacional, invocando a proteção de Deus, decreta e promulga a seguinte Constituição do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, [1967]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 229, de 28 de fevereiro de 1967**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providen-

cias. Brasília, DF: Presidência da República, [1967]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0229.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0229.htm). Acesso em: 05 jun. 2021.

**BRASIL. Decreto-lei nº 6.353, de 20 de março de 1944.** Corrige erros dactilográficos e de impressão e dá nova redação a dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República [1944]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del6353.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del6353.htm). Acesso em: 05 jun. 2021.

**BRASIL. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, [1943]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 12 abr. 2021.

**BRASIL. Decreto nº 21.417-A, de 17 de maio de 1932.** Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [1932]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21417-a-17-maio-1932-526754-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm). Acesso em: 12 abr. 2021.

**BRASIL. Lei nº 13.287, de 11 de maio de 2016.** Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/civil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13287.htm](http://www.planalto.gov.br/civil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13287.htm). Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.244, de 27 de junho de 2001.** Revoga o art. 376 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para permitir a realização de horas-extras por mulheres. Brasília, DF: Câmara de Deputados, [2001]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/L10244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/L10244.htm). Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.799, de 26 de maio de 1999.** Insere na Consolidação das Leis do Trabalho regras sobre o acesso da mulher ao mercado de trabalho e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1999]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19799.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19799.htm). Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 7.855, de 24 de outubro de 1989.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, atualiza os valores das multas trabalhistas, amplia sua aplicação, institui o Programa de Desenvolvimento do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [1989]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7855.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7855.htm). Acesso em: 05 jun. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Súmula nº 228. O adicional de insalubridade será calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo. **Diário de Justiça da União**, Brasília, DF. 09 maio 2008.

BRASILIA, OIT. **Convenções.** Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: [https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS\\_234869/lang--pt/index.htm](https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_234869/lang--pt/index.htm). Acesso em: 12 abr. 2021.

BRITO, Yasmin Viana. **Reforma Trabalhista e o Direito da Mulher: Avanço ou Retrocesso?** 2017. Disponível em: <https://attenu.ufpe.br/bitstream/123456789/24502/1/Monografia%20Completa.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2021.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho:** obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudências posteriores. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.

DELGADO, Mauricio Godinho; DELGADO, Gabriela Neves. **A reforma trabalhista no Brasil**: com os comentários à Lei n. 13.467/2017. São Paulo: LTr, 2017.

FGV. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**. Anos de Incerteza (1930-1937). Ministério do Trabalho. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/PoliticaSocial/MinisterioTrabalho>. Acesso em: 05 jun. 2021.

FREITAS, Felipe Santiago. **O Direito das Mulheres no Mercado de Trabalho**. 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/46824/ou-direito-das-mulheres-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 23 jul. 2021.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SILVA, Rubiana Padilha de. **A formação e evolução histórica do Direito do Trabalho no Brasil e no Mundo**. 2019. Conteúdo Jurídico *apud* LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/53078/a-formacao-e-a-evolucao-historica-do-direito-do-trabalho-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SOARES, Fernanda Heloisa Macedo; MARCARI, Elisângela; FONSECA, Josimar Rodrigo da. A Evolução dos Direitos Trabalhistas das Mulheres sob o Prisma dos Limites da Flexibilização no Direito do Trabalho. **Científic@ Multidisciplinay Journal**, v. 4, n. 2, 2017. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/2295/2151>. Acesso em: 05 jun. 2021.

UCHÔA, Marcelo Ribeiro. **Mulher e mercado de trabalho no Brasil**: um estudo sobre igualdade efetiva: baseado no modelo normativo Espanhol. São Paulo: LTr, 2016.



# **ARTIGO - ECONOMIA E EDUCAÇÃO**



# DA LIBERDADE DE FORMA NAS CESSÕES DE CRÉDITO DE PRECATÓRIOS

*Isabella Hissae Bittencourt Fokuda*<sup>40</sup>

*Nilson Tadeu Reis Campos Silva*<sup>41</sup>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta como objetivo central debater a possibilidade da cessão de crédito de precatórios por instrumento particular, ou se esta deve, necessariamente, ser efetivada por meio de escritura pública, lavrada em Cartório de Registro, bem como a análise das consequências jurídicas e sociais sobre o tema.

Adotando-se o método intuitivo e a pesquisa bibliográfica, será analisada a definição de precatório desde sua origem, com crítica dos seus regulamentos, contextualizando-o a partir da evolução normativa, em especial, com o surgimento da aplicação do instituto da cessão de crédito dos officios-requisitórios.

---

40 Pós-graduanda em Direito Tributário na modalidade Latin Legum Magister, pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Maringá.

41 Pós-doutor em Ciências Histórico-Jurídicas (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa). Doutor em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos (Instituição Toledo de Ensino). Professor Associado da UEM. Professor Visitante do Doutorado em Ciência Jurídica da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

Em um segundo momento, disserta-se sobre os princípios da manifestação da vontade e da liberdade de forma, e de seus moldes especiais de aplicação, sendo este um instituto basilar do Direito Civil contemporâneo.

Por fim, o último tópico diz respeito à análise do Informativo nº 720, do Superior Tribunal de Justiça, originado a partir do Mandado de Segurança nº 67.0005 – Distrito Federal, Brasília, que afastou a aplicação do art. 107, do Código Civil de 2002, no qual se encontram os alicerces da liberdade das formas, apresentando-se duas exceções: a produção de efeitos perante terceiros, ou caso de preexistência de lei local, com exemplos práticos, para melhor análise.

## 1. DA ORIGEM DO INSTITUTO DO PRECATÓRIO E A SUA EVOLUÇÃO

De início, o Estado era mero espectador dos litígios, voltado apenas à aplicação da Justiça. Com o transcurso do tempo, somado com a complexidade das relações sociais e crescente necessidade administrativa, o Estado-Juiz se tornou parte das demandas, em defesa dos seus interesses (CARVALHO, 1982). Sendo assim, a execução contra a Fazenda Pública era idêntica às realizadas contra os particulares, utilizando-se de penhora, uma vez que não havia uma proteção aos bens do Estado, existindo um rol de impenhorabilidade restrito.

Com a outorga da Constituição de 1824, a doutrina começou a divergir sobre a existência de inalienabilidade dos bens do Estado (MOREIRA, 2019), pois a impenhorabilidade alcançava, apenas, os bens nacionais, sendo estendida aos bens das províncias e municípios. Em contrapartida, apesar da codificação normativa da impenhorabilidade dos bens da Fazenda Pública, não havia qualquer previsão legal relacionada à execução sobre ela, de modo que coube à jurisprudência enfrentar originalmente a questão (MOREIRA *et al.*, 2019).

Com a Constituição Federal de 1934 (BRASIL, 1934, *on-line*), o tema se consolidou no âmbito constitucional. Anteriormente, a Fazenda Pública se beneficiava do regime de impenhorabilidade dos bens e, dessa forma, decidia arbitrariamente quem seria o privilegiado com o pagamento de suas dívidas, e sob quais condições (MOREIRA, 2019). Entretanto, com a constitucionalização da questão, e apesar de ser ex-

clusivo o pagamento em relação à Fazenda Federal, tornou-se necessária a sua evolução.

O Código de Processo Civil de 1939 (BRASIL, 1939) trouxe a observância da ordem cronológica de apresentação e incluiu, também, no regime de precatórios, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; estendendo a competência para a expedição de ordem de pagamento para o presidente do respectivo Tribunal de Apelação (MOREIRA, 2019).

A Constituição Federal de 1946 (BRASIL, 1946) estendeu ao nível constitucional o sistema de precatórios também às Fazendas Estaduais e Municipais, uniformizando o modelo, que, de início, cabia a cada Estado-Membro, em sua própria Constituição, criar ou não o regime de pagamento de precatórios, afrontando o Código de Processo Civil de 1939.

Posteriormente, a Constituição Federal de 1967 (BRASIL, 1967) adicionou a obrigatoriedade da inclusão no orçamento das entidades de Direito Público, da verba necessária para o pagamento dos seus débitos até o dia primeiro de julho (MOREIRA, 2019).

Com base no texto constitucional, o Código de Processo Civil de 1973 (BRASIL, 1973) regulou, pela primeira vez, o procedimento para a execução por quantia certa em face da Fazenda Pública, reproduzindo as disposições acerca do pagamento por ordem cronológica e sobre a possibilidade de sequestro em caso de preterição (omissão), assim como a requisição de pagamento, que seria realizada por intermédio do Presidente do Tribunal competente.

De se salientar que a Execução ocorreria em processo autônomo, sendo a Fazenda citada para opor Embargos, não para pagar, uma vez que seus bens são impenhoráveis (MOREIRA, 2019).

Em sua redação original, a Constituição Federal de 1988 tratou dos precatórios em seu art. 100, da seguinte forma:

Art.100 - À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim (BRASIL, 1988a, *on-line*).

É certo que um dos principais avanços foi a criação da preferência no pagamento dos créditos alimentícios, consolidando-se, posteriormente, na Súmula nº 655, do Supremo Tribunal Federal (STF, 2003). Por conseguinte, estes créditos apresentariam preferência em relação aos demais, mas ainda assim deveriam ser submetidos ao procedimento dos precatórios.

Sob esta perspectiva, o texto trouxe também outros avanços sobre a matéria, tais como: a exclusão da necessidade de ouvida do Procurador-Geral da República ou do Procurador-Geral de Justiça, para se proceder o sequestro, quando houver preterimento da ordem cronológica, determinada desde 1934, salvo os casos previstos no art. 129, da Constituição, o qual atribui as funções do Ministério Público; assim como os pagamentos deveriam ser realizados na ordem cronológica de apresentação dos precatórios; além disso, aludiu expressamente que seriam submetidos à atualização monetária dos valores quando da apresentação desses. Por fim, retirou o termo “créditos extra orçamentários”, previstos desde a Constituição de 1946, e passou a utilizar “créditos adicionais abertos” (FAIM FILHO, 2018).

O mais sério e persistente impacto, que apresenta consequências até a contemporaneidade, reside nas normas do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que explanou pela primeira vez sobre parcelamento ou moratória unilateral.

Com esta normativa, tornou-se possível o parcelamento do precatório, salvo os casos de natureza alimentar, facilitando, em tese, o adimplemento da obrigação, e se incluiu no mesmo todos os pendentes de pagamento, até o dia da promulgação da Constituição (dia 05, de outubro de 1988), ou seja, houve uma unificação e reestruturação da lista já existente.

O pagamento, agora, seria feito em moeda corrente atualizada, em no máximo oito parcelas anuais iguais e sucessivas, a contar do dia 01 de julho de 1989, a critério discricionário do Poder Executivo, que poderia optar por esse regime de pagamento em até cento e oitenta dias da promulgação da Constituição (FAIM FILHO, 2018).

Outro ponto importante está no parágrafo único, do art. 33, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que autorizou as entidades devedoras a emitir títulos da dívida pública, os quais não seriam computáveis para efeito no limite global de endividamento (FAIM FILHO, 2018).

Sendo assim, entidades públicas devedoras emitiam os documentos com a finalidade de captar investimentos para financiar o déficit orçamentário. Isto é, há uma promessa de que no futuro, numa data específica, este terceiro que disponibilizou o dinheiro irá recebê-lo acrescido de juros.

Com relação às Emendas Constitucionais, estas são modificações pontuais impostas ao texto da Constituição Federal após sua promulgação, com o propósito que esta permaneça atualizada, diante das relevantes mudanças sociais (FAIM FILHO, 2018). A partir de então, foi por meio de Emendas à Constituição que ocorreram as mais substanciais e recentes alterações no sistema de precatórios.

Estas começaram quando da promulgação da Emenda Constitucional nº 3, de 17 de março de 1993, a qual previu que a Fazenda Pública, até 31 de dezembro de 1999, somente poderia emitir títulos da dívida pública na quantia necessária para refinarciar o montante principal referente às obrigações representadas por esse título, em vista do disposto no art. 33, da ADCT, originando o “Escândalo dos Precatórios”, resultando na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos títulos públicos, realizada em 1996 (SENADO NOTÍCIAS, 1998).

O Supremo Tribunal Federal enfrentou essa questão no Recurso Extraordinário nº161.695, cujo relator foi o Ministro Celso de Mello, que em decisão negou a aplicação do art. 33, do ADCT, por entender ser incompatível com o Princípio da Isonomia, além da incompatibilidade com as normas Constitucionais.

A Emenda Constitucional 20, promulgada em 15 de dezembro de 1998 (BRASIL, 1998), criou a categoria das Requisições de Pequeno Valor (RPV), não sujeitas ao regime de precatórios, somando o parágrafo terceiro ao art. 100, da Constituição Federal (FAIM FILHO, 2018).

Já a Emenda Constitucional 30, de 13 de setembro de 2000, inseriu o Distrito Federal no rol de entidades públicas que utilizam esse procedimento, embora o entendimento anterior fosse que este estava incluso implicitamente (FAIM FILHO, 2018).

Outra alteração relevante ocorreu no §1º, do art. 100, da Constituição Federal, pois agora a atualização monetária dos débitos passou a ser realizada quando do seu efetivo pagamento, não quando de sua apresentação, evitando, assim, a esquivas do ente público e eternização do paga-

mento por necessidade de complementação do valor restante, para repor perdas inflacionárias, por exemplo.

Nesse deslinde, torna-se importante destacar que a mora no pagamento existe apenas após o término do exercício financeiro, do ano em que deverá ocorrer a quitação, sendo este ponto abarcado pela Súmula Vinculante nº 17, do Supremo Tribunal Federal (STF, 2009, *on-line*).

Somando-se a isto, a Emenda Constitucional aprovou, também, que as Requisições de Pequeno Valor apresentassem valores diversos, de acordo com a capacidade econômica de cada entidade. Atualmente, cada entidade pública determina em Lei esparsa o que entende por “pequeno valor”, norma que o Supremo Tribunal Federal entendeu constitucional.

Além das inovações já expostas, o texto trouxe outros avanços sobre o tema, quais sejam: tipificou o crime de responsabilidade do Presidente do Tribunal que tentar frustrar ou retardar o pagamento dos precatórios (art. 100, §4º); explicitou que os débitos são originários de sentenças transitadas em julgado; especificou o que se considera por débitos de natureza alimentícia (art. 100, §1º-A); e ainda previu uma segunda moratória (parcelamento unilateral) (BRASIL, 1988).

Ademais, permitiu expressamente, pela primeira vez, a possibilidade de realizar cessão de crédito constante nos ofícios-requisitórios. Tema pertinente para o desenvolvimento do objetivo do presente trabalho.

Os créditos desta segunda moratória poderiam ser cedidos (art. 78, ADCT), ou decompostos pelo credor (art. 78, §1º, ADCT), quando não quitados dentro do prazo estabelecido (§2º) (MOREIRA, 2019). Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal decidiu que essa regra valia apenas para o valor da prestação não paga, e não para a totalidade do débito, restringindo, mais uma vez, o direito dos credores.

Sob esta perspectiva, estão excluídos o parcelamento de RPVs, os créditos de natureza alimentar, e de igual maneira os abrangidos pelo art. 33, do ADCT. E por fim, a omissão do orçamento ou o não pagamento no prazo das parcelas autoriza o sequestro de valores por parte do Presidente do Tribunal competente (§4º).

E certo “novo parcelamento” foi planejado para durar apenas dez anos, com os créditos sendo pagos em prestações anuais iguais e sucessivas, corrigidos monetariamente, e acrescidos de juros legais. Contudo, no

ano de 2011, a eficácia do parcelamento foi afastada, reconhecendo a sua inconstitucionalidade (FAIM FILHO, 2018).

Em seguida, a Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002 (BRASIL, 2002), estabeleceu expressa vedação da expedição de precatório complementar, bem como vetou o fracionamento para incluir parte do pagamento na categoria de RPV.

No que tange à ADCT, tratou em seu art. 86 sobre a possibilidade de fracionamento em duas parcelas anuais dos valores não incluídos no parcelamento a que se refere o art. 78, do mesmo diploma (trazido pela Emenda Constitucional nº 30) (BRASIL, 2000). Por outro lado, no art. 87, determinou os valores provisórios (iguais ou inferiores) de 40 salários mínimos para Estados e Distrito Federal, e de 30 salários mínimos para Municípios, respectivamente, para a definição das RPV, criando também a possibilidade de renúncia pelo credor ao valor excedente (MOREIRA *et al.*, 2019).

Com a Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009, a regra da ordem cronológica de pagamento deixou de ser absoluta, aplicando-se a partir de então uma série de exceções, por meio da institucionalização do duplo grau de preferência, agora com três níveis de credores: os de precatórios ordinários (critério objetivo geral); os de precatórios de natureza alimentar (critério objetivo especial); e, por fim, os precatórios alimentícios com qualificação personalíssima (critério objetivo-subjetivo especial) (MOREIRA *et al.*, 2019). Além disso, a qualificação é indisponível, pois advém da sentença condenatória e do precatório por ela originado.

Com relação à previsão de sequestro, que já existia anteriormente, somou-se o quesito de não alocação orçamentária do valor necessário à satisfação do débito (art. 100, §6º). Entretanto, esta medida não pode ser deferida de ofício, dependendo de requerimento expresso do credor, submetido à prévia manifestação do Ministério Público.

Por fim, emergiram outros quesitos: cláusula expressa de responsabilização do Presidente do Tribunal que retardar ou frustrar a liquidação de precatórios (§7º); possibilidade da utilização dos precatórios para compra de imóveis públicos (§11); previsão de compensação do precatório com valores que sejam devidos pelo credor à Fazenda Pública (§§9º e 10); índice de correção dos precatórios (§12); possibilidade de regime especial

para os demais entes federados e para a União assumir seus débitos, refinanciando-os (§§ 15 e 16).

Além disso, emergiu-se a possibilidade de cessão de precatórios para terceiros (§13), o que, anteriormente, era um entendimento difuso.

Ocorre que parcela dessas regras positivadas pela Emenda Constitucional 62/2009 (BRASIL, 2009) no art. 100 acabou sendo afastada pelo Supremo Tribunal Federal, quando do julgamento das ADIs nº 4.357 e 4.425, quais sejam: a parcial inconstitucionalidade do art. 100, §2º, ao excluir a expressão “na data de expedição do precatório”, para permitir a preferência daquele que tem o seu estado alterado após a expedição; a inconstitucionalidade total dos §§9º e 10, que abordavam a regra sobre a compensação dos precatórios; bem como o §12, que estabeleceu o índice da caderneta de poupança para a correção monetária do valor (MOREIRA *et al.*, 2019).

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, definiu que para aqueles entes federativos que estivessem em atraso nos pagamentos da dívida judicial, o prazo de 31 de dezembro de 2020 seria o termo final. Contudo, no ano seguinte, em 14 de dezembro de 2017, sobreveio a Emenda Constitucional nº 99, que alterou novamente o regime especial, dilatando o prazo até 2024 (MOREIRA *et al.*, 2019).

Como visto, as dívidas da Fazenda Pública sempre passaram por uma espécie de procedimento, parte no âmbito judicial e parte no âmbito administrativo, bem como há uma expressiva evolução histórica, com diversas alterações, sempre com o escopo de solucionar da melhor maneira o problema dispendioso do pagamento.

## 2. DO PRINCÍPIO DA LIBERDADE DE FORMA DA MANIFESTAÇÃO DA VONTADE E O DIREITO CIVIL CONTEMPORÂNEO

O atraso no pagamento dos precatórios judiciais é manifestadamente estrutural, em que pese ao invés de quitar pontualmente seus débitos, os governantes se omitem e se valem da delonga dos processos judiciais, para promover o adimplemento do crédito apenas décadas depois. De instrumento republicano destinado a beneficiar igualmente os credores do Poder Judiciário, o precatório se transformou em uma prática, imoral e violadora, absolutamente institucionalizada (MOREIRA *et al.*, 2019).

Com efeito, a cessão de crédito foi expressamente permitida no ordenamento jurídico brasileiro, podendo o credor, para tanto, decompor as parcelas a seu critério. Este instituto é regido pelo Código Civil, nos arts. 286 a 298, não sendo necessário o consentimento do devedor para que ele ocorra, bastando a sua simples notificação como estabelece o art. 290,<sup>42</sup> do Código Civil (FAIM FILHO, 2018).

Sobre o tema, os §§13 e 14 do art. 100 da Carta Magna assim dispõem:

Art. 100 § 13. O credor poderá ceder, total ou parcialmente, seus créditos em precatórios a terceiros, independentemente da concordância do devedor, não se aplicando ao cessionário o disposto nos §§ 2º e 3º.

§ 14. A cessão de precatórios somente produzirá efeitos após comunicação, por meio de petição protocolizada, ao tribunal de origem e à entidade devedora (BRASIL, 1988, *on-line*).

A Emenda Constitucional 62/2009 expressamente previu que o credor de precatórios pudesse ceder seu crédito a terceiros, razão pela qual houve a exclusão do §2º, do art. 100, pois tal parágrafo se referia às preferências, as quais só se aplicariam ao titular do precatório, e não ao cessionário (FAIM FILHO, 2018). Por conseguinte, é certo que eventuais vantagens personalíssimas do cedente (maior de 60 anos, doença grave etc.) não são repassadas para o cedido, sendo, então, usualmente utilizados os precatórios comuns, sem qualquer direito de preferência.

Torna-se mister salientar que a cessão na modalidade de precatório não se aplica para as RPVs, sendo este o entendimento do Conselho da Justiça Federal, conforme art. 29 da Resolução 168/2011, e art. 16 da Resolução 115/2012. Ocorre que a cessão representa uma vantagem por acelerar o recebimento dos valores, mas uma desvantagem no montante do valor, pois se cede por um valor menor do que o que se iria receber. Dessa forma, como a RPV é paga de forma célere, a intenção da norma

---

42 Art. 290. A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita.

seria evitar a cessão de RPVs, pois a vantagem de receber mais rápido não compensaria a perda monetária daí decorrente (FAIM FILHO, 2018).

A declaração de vontade é elemento essencial do negócio jurídico, sendo um dos seus pressupostos. A vontade, sua declaração, além de condição de validade, constitui elemento do próprio conceito e, portanto, da própria existência do negócio jurídico.

Dessa forma, portanto, a liberdade de contratar pode ser vista sob dois aspectos distintos, mas presentes quando da concretização da cessão de crédito: primeiro, pelo prisma da liberdade propriamente dita de contratar ou não, estabelecendo-se o conteúdo do contrato; segundo, pelo prisma da escolha da modalidade do contrato (VENOSA, 2017).

Por conseguinte, a liberdade contratual permite que as partes utilizem os diversos modelos contratuais constantes no Ordenamento Jurídico (contratos típicos), ou criem uma modalidade de contrato de acordo com suas necessidades (contratos atípicos). Em tese, a vontade contratual somente sofre limitação perante as normas de ordem pública (VENOSA, 2017).

Segundo a doutrina civilista, é requisito de validade dos negócios jurídicos obedecerem à forma prescrita, ou não adotarem a forma proibida pela Lei. Nesse contexto, aqueles que dependem de determinada forma para terem validade são os atos formais ou solenes, em contrapartida, se não se exige, o negócio pode ser provado por qualquer dos meios permitidos em Direito (VENOSA, 2017).

Por outro lado, a formalidade só é exigida para a prova do negócio em situações em que a Lei não impõe como validade do ato, ou para a geração de algum efeito entre as partes, aplicando-se de forma residual.

Isto posto, resta manifesta a evidência de que a modalidade de cessão de precatórios é um artifício idealizado como tentativa de adimplir os Títulos Executivos, para não tornar letra morta preceitos normativos constitucionais.

### 3. DA ANÁLISE DO RMS 67.0005 – DF E O INFORMATIVO 720 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

No ordenamento jurídico pátrio vigora o Princípio da Liberdade de Forma, disposto no art. 107, do Código Civil de 2002, sendo que somen-

te quando a Lei estipular que o ato deva se revestir de determinada forma, é que sua preterição o viciará de nulidade.

Art. 107. A validade da declaração de vontade não dependerá de forma especial, senão quando a lei expressamente a exigir.

Já o art. 166, em seus incisos IV e V, do mesmo Diploma Legal, em complementação, diz ser nulo o ato jurídico quando não se revestir da forma prescrita em Lei e quando for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para sua validade.

Art. 166. É nulo o negócio jurídico quando:

IV - não revestir a forma prescrita em lei;

V - for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade;

No caso da cessão de crédito, o art. 288 do Código Civil afirma que: em regra, não se trata de contrato solene. Em contrapartida, para se valer perante terceiros, é necessário que seja celebrada por instrumento público ou por instrumento particular inscrito no Registro Público, conforme decidiu a 1ª Turma, do Superior Tribunal de Justiça, no Mandado de Segurança nº 67.005 – Distrito Federal, Brasília, cujo relator foi o Ministro Sérgio Kukina, julgado em 16/11/2021, do qual originou o Informativo da casa nº720.

Art. 288. É ineficaz, em relação a terceiros, a transmissão de um crédito, se não celebrar-se mediante instrumento público, ou instrumento particular revestido das solenidades do § 1º do art. 654.

Art. 654. Todas as pessoas capazes são aptas para dar procuração mediante instrumento particular, que valerá desde que tenha a assinatura do outorgante. § 1º O instrumento particular deve conter a indicação do lugar onde foi passado, a qualificação do outorgante e do outorgado, a data e o objetivo da outorga com a designação e a extensão dos poderes conferidos.

Em regra, todo e qualquer crédito pode ser objeto de cessão de direito, salvo quando presentes algumas das vedações indicadas no art. 286 do

Código Civil, supramencionadas. Dessa forma, no caso dos precatórios existe autorização constitucional expressa, prevista no art. 78 do ADCT, e no art. 100, §13 e §14, da Constituição Federal.

Segundo Silvio de Salvo Venosa, alguns autores tratam como sinônimos, contudo as consequências jurídicas da distinção são importantes, em que pese o contrato solene ser aquele que exige escritura pública, sendo que a ausência de forma o torna nulo. Nesse sentido, o formalismo renasce hoje em muitos negócios jurídicos para conceder melhor segurança às partes.

Outrossim, a Lei Complementar Distrital 52/97, Distrito Federal, trata sobre a compensação de créditos líquidos e certos devidos pelo ente público, suas autarquias e fundações. Esta normativa disciplina a forma como se deve proceder a compensação de tributo, e não precatório propriamente dito. Por conseguinte, o legislador distrital afastou a regra geral, e exigiu escritura pública para cessão de precatório apenas em uma única hipótese: quando esse precatório for utilizado para compensação de débitos de natureza tributária de competência do Distrito Federal.

Isto posto, o art. 4º, V, da Lei supramencionada se configura, em regra, de natureza excepcional, ao implantar interpretação de forma restrita. Em suma, para a cessão de crédito em precatório, em regra, não há obrigatoriedade que se realize por escritura pública.

## CONCLUSÕES

A Constituição Federal elege como um dos Direitos Fundamentais a razoável duração dos processos administrativos e judiciais, o que evidentemente inclui as fases de Cumprimento e de Sentença ou Execução, sendo estas, na realidade, as fases mais importantes, pois é então que o direito lesado será recomposto, e a “promessa” da tutela jurisdicional passa por um processo de concretização.

No Estado Democrático de Direito, o objetivo da jurisdição não é mais visto apenas como realizar a vontade concreta da Lei, mas a de prestar a tutela ao direito material envolvido em crise de efetividade. Sob esta perspectiva, o texto constitucional determina que nenhuma lesão ou ameaça a direito será subtraída à apreciação do Poder Judiciário, conforme estabelece o art. 5º, XXXV, da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Quando se trata da temática precatórios, os preceitos constitucionais são visivelmente desrespeitados, tendo em vista que os credores observam constantemente seus direitos serem reduzidos, pois o processo não é efetivo, por não existir satisfação às execuções, em que pese serem praticamente intermináveis. A separação dos Poderes também é desconhecida em termos de precatórios, considerando-se o poder mais que absoluto que o Executivo detém sobre o orçamento, executando-o de acordo com sua exclusiva vontade e conveniência política, esquivando-se do cumprimento das decisões judiciais. A mesma atitude caracteriza o Poder Legislativo, que, constantemente, cria parcelamentos intermináveis (FAIM FILHO, 2018).

Este tema é extenso e carregado de necessidade de se trazer uma gama imensa de informações às quais a grande maioria das pessoas não têm tido acesso, mesmo aqueles que possuem formação jurídica, uma vez que é pouco debatido na comunidade acadêmica, o que torna necessária a sua inserção nos currículos acadêmicos envolvendo a economia e a educação.

Daí esta pesquisa analisar o Informativo nº 720, originado a partir da decisão da 1ª Turma, do Superior Tribunal de Justiça, no Mandado de Segurança nº 67.005 – Distrito Federal, para enfatizar que a subtração da formalidade imposta por eventual normativa pode ocasionar nulidade do negócio jurídico, prejudicando ainda mais os credores de precatórios, na busca de se oferecer uma resposta consciente para a melhoria do sistema.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **ADCT de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/conadc/1988/constituicao.adct-1988-5-outubro-1988-322234-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1946.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm). Acesso em: 11 fev. 2022.

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967.**

Diário Oficial da União, Brasília, 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em: 11 fev. 2022.

**BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 11 fev. 2022.

**BRASIL. Emenda Constitucional n. 30**, de 13 de setembro de 2000.

Altera a redação do art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 78 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente ao pagamento de precatórios judiciais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc30.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc30.htm). Acesso em: 11 fev. 2022.

**BRASIL. Emenda Constitucional n. 37**, de 12 de junho de 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2000.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc37.htm). Acesso em: 11 fev. 2022.

**BRASIL. Emenda Constitucional n. 62**, de 9 de dezembro de 2009.

Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc62.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc62.htm). Acesso em: 11 fev. 2022.

**BRASIL. Lei Complementar Distrital n. 52/97**, de 23 de dezembro de 1997. Diário Oficial do Distrito Federal, Brasília, DF, 2000.

Disponível em: <http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=52&txtAno=1997&txtTipo=4&txtParte=>. Acesso: 11 fev. 2022.

BRASIL. **Lei n. 1.608**, de 18 de setembro de 1939. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1608.htm). Acesso: 11 fev. 2022.

BRASIL. **Lei n. 5.869**, de 11 de janeiro de 1973. Código de Processo Civil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1973. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/15869impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15869impresao.htm). Acesso: 11 fev. 2022.

CARVALHO, Vladimir Souza. Iniciação ao Estudo do Precatório. **Revista de Informação Legislativa**, v. 19, n. 76, p. 325-364, 1982.

FAIM FILHO, Eurípedes Gomes. **Precatórios e Requisição de Pequeno Valor no Direito Constitucional e no Direito Financeiro**. São Paulo: Editora IPAM, 2018, v. 3.

MOREIRA, Egon Bockmann *et al.* **Precatórios e o seu novo regime jurídico: A visão do Direito Financeiro, integrada ao Direito Tributário e ao Direito Econômico**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

SENADO NOTÍCIAS. **CPI dos precatórios foi ponto alto do mandato**. 1998. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/1998/10/23/cpi-dos-precatorios-foi-ponto-alto-do-mandato>. Acesso em: 11 fev. 2022.

STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO: RE 160486/SP. Relator: Min. Celso de Mello. 2º Turma. DJ: 11/10/1994. **STF**, 1994. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=1556542>. Acesso em: 11 fev. 2022. *on-line*.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: Contratos**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: Parte Geral**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.



# **ARTIGO - FILOSOFIA E EDUCAÇÃO**



# FAVELIZAÇÃO: UMA CHAGA SOCIAL

*Luana Neves da Fonseca*<sup>43</sup>

*Maria Clara Rojas Cabral*<sup>44</sup>

## INTRODUÇÃO

A palavra *favela* surge no episódio histórico conhecido como Guerra de Canudos. A cidadela de Canudos foi construída junto a alguns morros, entre eles o Morro da Favela, assim batizado em virtude da planta *cnidoscolus quercifolius* (popularmente chamada de favela por produzir uma semente leguminosa em forma de favo), que encobria a região. Alguns dos soldados que foram para a guerra em 1897 deixaram de receber o soldo, instalando-se no Morro da Providência. O local passou então a ser conhecido como Morro da Favela, em relação à favela original.

A Segunda Revolução Industrial aconteceu por volta de 1860, e o êxodo rural intensificou a urbanização acelerada. Entre a batalha de Waterloo (1815) e a declaração da Primeira Guerra Mundial (1914), quase quadruplicou a população da Inglaterra e do País de Gales. Com isso, eles se aglomeravam em barracos aos arredores das fábricas, onde famílias inteiras viviam em pequenos quartos sem condições higiênicas e sujeitas a doenças provenientes da fumaça das fábricas.

Ou seja, a favelização surge em decorrência de disparidades socioeconômicas, da urbanização acelerada, da industrialização e mecanização

---

43 Graduada do Oitavo Período do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade do Estado do Amazonas(UEA).

44 Graduada do Oitavo Período do Curso de Bacharelado em Direito da Universidade do Estado do Amazonas(UEA).

do campo etc. As principais medidas de combate à favelização envolvem o planejamento urbano, ações sociais, criação de escolas, integração urbana das comunidades faveladas e remoção, nos casos extremos, bem como o estabelecimento de infraestrutura habitacional e de transporte público.

Com a reforma urbana preconizada pelo então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Pereira Passos, a qual visava derrubar habitações precárias, como cortiços, estalagens, estâncias etc., a fim de construir avenidas, jardins e edifícios mais modernos, várias residências foram destruídas ao som do famoso bordão “Bota-Abaixo”. Um dos objetivos principais dessa reforma era livrar a capital federal da pecha de cidade insalubre, assolada por constantes epidemias de febre amarela, varíola e malária, com sérios prejuízos para a atividade comercial do país. O seu deslocamento ou extinção se converteu em exigência de saúde pública. Dessa forma, um grande número de indivíduos se moveu para os subúrbios e morros, originando, em parte, as favelas.

Outra explicação para o surgimento das favelas seria a interligação entre Êxodo Rural e Industrialização. Devido à mecanização do campo e concentração fundiária, as pessoas, então, migraram para as cidades, buscando condições de vidas que pudessem satisfazer suas necessidades. Nas áreas urbanas, as indústrias e fábricas estavam emergindo ainda que de forma precária. Os migrantes provenientes do meio rural começaram a trabalhar nessas fábricas, e cada vez mais as cidades se tornavam preferência para habitação. Assim sendo, devido à rápida urbanização, ocorreu o que se chama Macrocefalia Urbana. Com a falta de organização, os centros urbanos não conseguiam conter toda aquela população e como os salários eram baixos e os aluguéis possuíam preços altos, diversos cidadãos se instalaram nas periferias e morros.

Com o decorrer do tempo, as favelas foram reconhecidas como fonte do mal, sede do perigo, da ameaça aos bons costumes, que necessitava de campanhas moralizadoras para garantir o bem social. Entretanto, ainda era preciso mantê-los por perto, era imprescindível ter a mão de obra abundante e barata para trabalhar em qualquer serviço, a fim de ganhar míseros salários para a sobrevivência. Através de suas manifestações culturais, tentam retirar o preconceito enraizado no resto da sociedade, buscam mostrar que possuem tanta cidadania quanto aqueles que desfrutavam moradias estáveis. Podem-se citar exemplos de

indivíduos nascidos e criados em favelas que desenvolveram grandes trabalhos: Guti Fraga, que criou no Vidigal um grupo de teatro, depois a escola de teatro Nós do Morro. Caio Ferraz, que criou a Casa da Paz. José Junior, criador do AfroReggae. Junior Perim, que veio das áreas pobres de São Paulo para incluir o circo na agenda cultural da juventude fluminense. Entre outros que desejam retirar o aspecto de vitimização e carências que as favelas possuem, e em contrapartida mostrar que seus habitantes têm potencial vital e criativo.

Curiosidades brasileiras:

- 44% da população latino-americana vivem em favelas ou subúrbios com infraestrutura precária.
- 33% da população dos países em desenvolvimento vivem em favelas.
- 11% da população de São Paulo vivem em favelas, e no Rio de Janeiro 22% vivem em tais moradias.

Segundo o censo do IBGE (2010), a cidade com maior número de pessoas vivendo em favelas é o Rio de Janeiro, com 1.393.314 habitantes.

A nível mundial, um bilhão de pessoas mora em favelas ou cortiços. No encontro de Nairobi, em abril de 2008, que reuniu delegados, sociedade civil e ongs para tratar da alocação de recursos para o programa da ONU para assentamentos humanos (UM-Habitat), o secretário-geral Ban Ki-moon alertou que, por conta da crise econômica, o número de moradores de favela no mundo pode chegar a 3 bilhões até 2050. De acordo com o relatório de Raquel Rolnik, relatora das Nações Unidas para o direito à moradia, as regiões mais comuns onde a população não usufrui desse direito é na África Subsaariana, com 62%, sul da Ásia com 43% e Ásia Oriental com 37%.

Segundo o relatório, a favelização atinge cada vez mais regiões ricas, como Madri, Lisboa, Paris e Los Angeles. Do total de pessoas que vivem em cortiços e favelas no mundo, a Europa é responsável por 6%. De acordo com os dados do IBGE de 2010, o Brasil apresenta 6.329 favelas em todo o país, sendo que 6% da população vivem em moradias irregulares, processo comum nos grandes centros (maiores capitais), como São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Salvador, Recife e São Luís. Merece destaque a

Favela da Rocinha, posto que é a maior favela do país situada na zona sul do Rio de Janeiro, com aproximadamente 700 mil habitantes.

## 1. SEGUNDO A ÓTICA DE ENRIQUE DUSSEL – LIVRO 1492: O ENCOBRIMENTO DO OUTRO

No livro *1492: O encobrimento do Outro* se vê que existe o problema da marginalização, que subsistia na América Latina, conhecida como “Periferia do Mundo”, e que com o processo de favelização, existiam pessoas marginalizadas, como os índios e povos da América Espanhola.

[...] Este povo, o Norte Europa (para Hegel, sobretudo Alemanha e Inglaterra), tem, assim, um “direito absoluto” por ser o portador do Espírito neste “momento de seu Desenvolvimento”. Diante de cujo povo todo *outro povo* “não tem direito” [...] (DUSSEL, 1993, p. 22).

Conforme o processo de exploração foi passando, foi ficando cada vez mais difícil a integração na sociedade, e a exemplo do processo de favelização, foram se estabelecendo em zonas periféricas, em condições subumanas. Existe uma similaridade entre os europeus que exploravam os nativos e o processo de exploração que deu origem à favelização. Ambos têm um contexto histórico muito denso, repletos de particularidades de violência, seja física, ou psíquica.

### 1.1. POLÍTICA DA LIBERTAÇÃO – HISTÓRIA MUNDIAL E CRÍTICA

No livro *Política da Libertação*, no capítulo 1, Localização do lugar crítico e político nos sistemas regionais anteriores a 1492, observa-se que houve uma preparação para a tomada de poder, e se pode fazer alusão também ao Brasil, com Portugal e os grandes sempre prontos a explorar, e a situação dos nativos e escravos, sempre tão explorados e marginalizados. Pode-se exemplificar bem isso no seguinte trecho, que fala de Santo Agostinho:

[...]Em sua obra mais original, *De Civitate Dei*, propõe as categorias originárias de uma política crítica: a) Em primeiro lugar, a categoria de totalidade, da ordem política positiva estabelecida, vigente, do-

minante (a “cidade terrena, de Caim”) e b). Em segundo lugar, a categoria de exterioridade, o âmbito das vítimas, da alteridade que interpela, criticamente, como futuro (a “cidade celeste”, utópica, transcendental no tempo, “de Abel” (DUSSEL, 2014, p. 99-100).

## 1.2. FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO – CRÍTICA À IDEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

É comum observar que os indivíduos nascem enquadrados dentro de um mundo, e passarão a conviver com as ideologias que se desenvolvem interiormente e a respeito dele. Dessa forma, no seio de nascimento de alguns se instala a ideia de dominador, e em outros a de dominado, excluído pelo sistema, reduzido a aceitar a exploração. Assim sendo, quando se encara a “Totalidade”, o Outro é tido como o.... Ele representa a parte funcional e não o sujeito de ação. No sistema, seus interesses não são levados em consideração, visto que eles são o foco dos interesses daqueles que detêm o poder. Dessa maneira, esse cenário é identificado dentro das favelas, onde a classe hegemônica possuidora do controle político, econômico e social ambiciona a estagnação do desenvolvimento da favela a fim de restringir sua participação na vida da metrópole, usá-la como mão de obra barata e abundante e ser espaço para dominação ideológica de políticos. Portanto, essa alienação gera o que se chama “Coisificação” do Outro, conforme explicita Dussel:

Dentro de qualquer “mundo da vida”, comunidade de comunicação ou ética orientada para objetos (isto é, em qualquer horizonte ontológico com virtudes ou valores), *sempre e necessariamente*, existirá um Outro *oprimido*, negado (caso contrário, nos encontraríamos já no sistema definitivo, absoluto, sem mais futuro). Só que esse oprimido é, muitas vezes, considerado coisa normal – como coisa que não existe ou, pelo menos, não é percebida nem descoberta, por estar oculta – pelos que buscam o bem, o objetivo (o *télos*), as virtudes e os valores (1995, p. 109-110, grifo do autor).

Dessa forma, há um grande problema, o qual precisa ser solucionado. A razão é de suma importância para se chegar a alguma solução, em que se inicia um debate com a seguinte pergunta ao Outro: “Você está

sofrendo?” Para que assim o excluído tenha a oportunidade de expressar o que o atormenta. Assim sendo, cabendo interpretar o tipo e a causa do sofrimento, como melhor trata Dussel sobre o assunto:

[...] creio que o dialogo poderia continuar de maneira honesta e séria graças a duas perguntas; a primeira: “*Por que sofres?*”, e a segunda, inevitável se a solidariedade de Rorty fosse séria: “Como poderei te ajudar?”. Só que, para alguém fazer estas duas perguntas de maneira honesta e séria, é preciso que esteja disposto a “entender”, a “compreender”, a “raciocinar”... sobre o que o Outro me disser (1995, p. 154, grifo do autor).

Portanto, é necessária uma visão menos egoísta e individualista, que tire a sociedade de seu conforto, que embora a situação de alguns esteja estável, outros precisam de ajuda. É importante que se preocupe com aquele o qual, ainda que longe, está perto e precisa ser ouvido e ajudado.

### 1.3. 20 TESES DE POLÍTICA POR ENRIQUE DUSSEL

Para começar, faz-se necessário entender o processo da configuração do poder, em que há dois culpados, aquele que seria o mantenedor do poder e o subjugado por ele, o que seria denominado, respectivamente, potestas e potentia. Potestas seria o poder institucionalizado, que quando não age corretamente, ocorre a fetichização do poder. E potentia seria o poder do povo, que se mostra passivo muitas vezes, torna-se subjugado.

Em relação ao processo de favelização, pode-se demonstrar o Estado Brasileiro daquele período, em que os mais pobres não tinham nenhuma chance de viver dignamente, ou seja, a potentia tem dificuldade de virar potestas. Tal questão pode ser explicitada no seguinte trecho:

[...] A necessária institucionalização do poder da comunidade, do povo, constitui o que denominamos a *potestas*. A comunidade institucionalizada, ou seja, tendo criado mediações para seu exercício possível, cinde-se da mera comunidade indiferenciada (DUSSEL, 2007, p. 32).

## CONCLUSÃO

Depois do explanado no presente trabalho, podemos verificar que as favelas ou cortiços surgem de um processo histórico-cultural muito forte no Brasil e no mundo, tendo como panorama as Revoluções Industrial, de Canudos, e a própria escravidão. É importante salientar o processo do “Outro”, marginalizado, que sofre e pede clemência na pessoa da favela, que vira um “ser ambulante”, tal como exposto no livro *O Cortiço*, de Aluísio Azevedo, em que as próprias pessoas e o local de sua moradia entram em simbiose e influenciavam o destino dos personagens.

Trata-se de um problema sociopolítico e econômico, que vem se agravando, até em locais considerados de elite, crescendo também a violência; em termos de Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, o qual tem a favela da Rocinha, como a maior favela do país.

Nota-se que nesse estado houve a intervenção federal, procedimento regulado pelos artigos 34 e 36 do capítulo VI da Constituição. No caso do Rio de Janeiro, foi invocado o inciso 3 do artigo 34, que permite uma intervenção federal para “pôr termo a grave comprometimento da ordem pública”. Embora alguns, como o Ministro de Direitos Humanos no governo FHC, Paulo Sérgio Pinheiro, terem dito que a medida era inócua e que não ia resolver absolutamente nada.

É necessária uma mudança de mentalidade e ações que desenvolvam esse lado para melhorar a vida nas favelas, como projetos de ressocialização, construção de escolas, sistematização dos transportes públicos etc. O problema não seria de todo resolvido, mas melhoraria esse quadro.

## REFERÊNCIAS

- ATHAYDE, Celso; MEIRELES, Renato. **Um País chamado Favela**. Brasil, 2014.
- BURNS, Edward McNall. **Historia da Civilização Ocidental**. Trad. Lourival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. Porto Alegre: Rio de Janeiro, Globo, 1982.
- DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação**: crítica à ideologia da exclusão. Trad. Georges I. Massiati. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção pesquisa e projeto.)

- DUSSEL, Enrique. **1492: O encobrimento do Outro: A Origem do Mito da Modernidade: Conferências de Frankfurt**. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- DUSSEL, Enrique. **20 Teses de Política**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 21.
- DUSSEL, Enrique. **Política da Libertação – História Mundial e Crítica**. Trad. Paulo Cesar Carbonari (coord.). Passo Fundo: IFIBE, 2014.
- FAVELIZAÇÃO NO BRASIL. **Toda Matéria**, 2017. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/favelizacao-no-brasil/>. Acesso em: 18 fev. 2022.
- POLAK, Marek. Relações de poder na favela carioca: um breve esforço analítico. **Espaço e Economia [Online]**, 5, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/1141>. Acesso em: 18 fev. 2022.

# **ARTIGOS - LITERATURA E EDUCAÇÃO**



# EXILIO POLÍTICO Y DICTADURA MILITAR EN “APESAR DE VOCÊ”, DE CHICO BUARQUE, Y “SOLEDADES”, DE PACO URONDO: UN ANÁLISIS COMPARATIVO<sup>45</sup>

*José Henrique Aquino de Souza*<sup>46</sup>

## INTRODUCCIÓN

Este artículo es resultado de una investigación desarrollada para la asignatura de Literatura Comparada. Las innumerables posibilidades ofrecidas por la perspectiva comparativista nos permitió enfocar el presente estudio en las dictaduras militares de Brasil y Argentina a través de una interconexión entre la canción “Apesar de Você”, de Chico Buarque, y el poema “Por soledades”, de Paco Urondo. Las obras fueron el principal objeto para comparar ese momento histórico tan conturbado para ambos países y artistas.

A lo largo de la investigación fue perceptible que, aunque las obras y los autores compartan periodos y situaciones semejantes, los abordajes y los enfoques tanto de Buarque como de Urondo, se presentan distintos pues “Apesar de você” habla sobre la esperanza y que lo bueno volverá,

---

45 Orientadora: Iaranda Jurema Ferreira Barbosa. Doctora en Teoría de la Literatura por la Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

46 Graduado en Letras/Español por la Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

es decir, bajo una mirada optimista a pesar de cesión de derechos, persecución, censura y, en otra perspectiva, “Por soledades”, retrata de modo más explícito y menos metafórico el momento de percusión que la población argentina sufrió.

Es importante destacar que la Literatura Comparada, que es un campo de estudio de la Teoría Literaria va más allá de una simple comparación de autores/obras pues “La comparación posibilita a ese tipo de estudio literario una exploración adecuada de sus campos de trabajo y el alcance de los objetivos a que se propone”<sup>47</sup> (CARVALHAL, 2006, p. 2, traducción propia).

Aun así, el trabajo presenta la manifestación política a través de la literatura, una temática muy importante para muchos países que vivenciaron marcos históricos como la dictadura militar. Es necesario hacer hincapié a discusiones relacionadas a ese contexto pues las producciones artísticas son herramientas de protesta, teniendo en cuenta que el régimen torturaba de diversas maneras, masivamente, las personas, hasta mismo a la muerte.

## 1. “APESAR DE VOCÊ” Y LA DICTADURA MILITAR EN BRASIL

Precisamente en 1961, Jânio Quadros asume la presidencia brasileña y, en este año, renuncia a su cargo ejecutivo “Debido a su política, que se presentaba de izquierda para los políticos que estaban en contra al Comunismo, Jânio perdió el apoyo político que necesitaba para mantenerse en el gobierno” (BORGES; NORDER, 2008, p. 1, traducción propia)<sup>48</sup>. Debido a esa concepción ideológica y bajo presión, él renuncia al cargo y João Goulart, el vice, asume la jefatura. Algo es importante destacar, ambos tenían algunas concepciones en común sobre algunos proyectos para el país. Goulart tenía en mente una reforma administrativa, universitaria, agraria, algo no tan bueno, pues había muchos latitudinarios y parlamentares en contra. En este sentido, Borges y Norder (2008, p. 2, traducción propia) destacan que:

---

47 “A comparação possibilita a esse tipo de estudo literário uma exploração adequada de seus campos de trabalho e o alcance dos objetivos a que se propõe”.

48 “Devido a sua política, que se mostrava de esquerda para os políticos que eram contra o Comunismo, Jânio perdeu o apoio político que precisava para se manter no governo”.

Las reformas que João Goulart trajo al gobierno asustaron a las élites. En marzo de 1964, después de rebeliones, de la pérdida de la sustentación popular y de la pérdida del apoyo de los políticos, militares y políticos de derecha se unen y derriban el gobierno de João Goulart, e introducen una dictadura militar que trató rápidamente de desprestigiar a los políticos y las instituciones<sup>49</sup>.

Para tanto, Carvalho (2019, s/p, traducción propia) habla que este período:

[...] Fue un momento de demasiada efervescencia y polarización política entre la población. Hubo apoyo de parte de la población para la derrota del gobierno – principalmente de los sectores más conservadores de la sociedad y de partes de la clase media<sup>50</sup>.

De ahí, a partir de todo ese contexto, en 1964 es instaurada la dictadura en Brasil que perduró hasta 1985, teniendo, aproximadamente, 5 mandatos militares y varios actos institucionales extremadamente violentos que hicieron parte del movimiento dictatorial:

[...] Lo más escabroso y violento fue de número 5. El AI-5, cambiado en 13 de diciembre de 1968, reeditó los principios del AI-1, suspendió el principio del habeas corpus y estableció, de forma clara y objetiva, la tortura y la violencia física en contra a los opositores del régimen (PRIORI; POMARI *et al.*, 2012, p. 201, traducción propia)<sup>51</sup>.

---

49 “As reformas que João Goulart trouxe ao seu governo assustaram as elites. Em março de 1964, depois de rebeliões, da perda da sustentação popular e da perda do apoio dos políticos, militares e políticos de direita se unem e derrubam o governo de João Goulart, e instauram uma ditadura militar que cuidou rapidamente de desprezar os políticos e as instituições”.

50 CARVALHO, Talita. Ditadura Militar no Brasil. Politize, 2019. Disponible en: <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>. Accedido en: 14 sept. 2020.

“[...] foi um momento de bastante efervescência e polarização política entre a população. Houve apoio de parte da população para a derrubada do governo – principalmente dos setores mais conservadores da sociedade e de partes da classe média”.

51 “[...] o mais polêmico e violento foi o de Número 5. O AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, reeditou os princípios do AI-1, suspendeu o princípio do habeas corpus e instituiu,

Costa y Serogl (2007) destacan que la década de 1960 fue un momento de agitación en el campo político social. Los movimientos se volvieron un poco intensos por el escenario dictatorial y, por lo tanto, surgieron algunas resistencias por parte de la clase estudiantil, operaria y de los agricultores. Aún de acuerdo con Costa y Serogl (2007), en el primer momento los efectos del régimen no habían sido sentidos por la clase artística y cultural del país, pero después del año 1964, las cosas empiezan a empeorar. Es a partir del gobierno de Médici que las persecuciones se intensifican tanto para los artistas como para la sociedad civil:

Lanzado la “política de desaparición”, Médici empieza una verdadera “caza de brujas”, cerrando, torturando y exilando muchas personas. La censura es instaurada en el teatro, en la televisión y en el cine, en la canción y hasta en las universidades. Eso deshace casi que totalmente la posibilidad de brotar una cultura crítica (GABEIRA, 1984, p. 119 apud COSTA Y SERGL, 2007, p. 36, traducción propia)<sup>52</sup>.

Aún en contexto de dictadura, Chico Buarque se autoexilia en Italia, con duración de menos de 1 año y cuando vuelve se depara con una situación de guerra y censura en todos los niveles y clases, pero, sobre todo, entre los artistas. Dentro de ese contexto surge, en 1970, la canción “Apesar de Você” de su autoría. Así que Buarque intenta expresar su sentimiento frente a un contexto muy triste, de represión y de regresión de derechos. Para Rosell (2014, p. 117, traducción propia) “la canción de Chico Buarque se transformó en un himno de la resistencia”<sup>53</sup> y fue utilizada en muchas manifestaciones en contra el gobierno y sus actos. En ese sentido, de acuerdo con Silva (2016, p. 9) “[...] Chico Buarque sorteaba

---

de forma clara e objetiva, a tortura e a violência física contra os opositores do regime”.

52 “Lançando a “política do desaparecimento”, Médici inicia uma verdadeira “caça às bruxas”, prendendo, torturando e exilando muitas pessoas. A censura é instaurada no teatro, na TV e no cinema, na música e até nas universidades. Isso elimina quase que totalmente a possibilidade de germinar uma cultura crítica”.

53 “A canção de Chico Buarque se tornou um hino da resistência”.

la censura con maestría, presentando al pueblo toda su indignación con la dictadura militar”<sup>54</sup>.

El análisis de algunos fragmentos de la obra nos permite percibir que el autor usa estrategias lingüísticas (figuras de lenguaje, retóricas y literarias) que nos remiten al referido contexto político.

Hoje você é quem manda  
Falou, tá falado  
Não tem discussão  
A minha gente hoje anda  
Falando de lado  
E olhando pro chão, viu  
Você que inventou esse estado  
E inventou de inventar  
Toda a escuridão  
Você que inventou o pecado  
Esqueceu-se de inventar  
O perdão

La canción comienza con el adverbio de tiempo para situar a los lectores sobre el momento que representa el contexto histórico, alrededor de la década de 1970. Primeramente, el autor nos trae la idea de autoritarismo en el fragmento “Falou, tá falado Não tem discussão”. Él sigue diciendo “A minha gente hoje anda, Falando de lado [...]”, hay metafóricamente la realidad del régimen: la obediencia, la censura, el miedo, además de la percepción de que las personas hablaban escondidas, con temor.

Con relación a la figura retórica, es importante destacar que es un recurso muy utilizado en la canción “Y en este punto Chico Buarque fue maestro. Consiguió, por medio de metáforas, ir al fondo en sus composiciones, sorteando el severo control de la censura impuesta por los militares” (CARMO, 2008, p. 11-12, traducción propia)<sup>55</sup>.

---

54 “[...] Chico Buarque driblava a censura com maestria, mostrando ao povo toda a sua indignação com a ditadura militar”.

55 “E neste ponto Chico Buarque foi mestre. Conseguiu, por meio de metáforas, ir fundo em suas composições, driblando o severo controle da censura imposta pelos militares”.

Carmo (2008) sigue destacando que la forma que Buarque escribió la canción denota una breve discusión entre pareja y, así, el lector puede pensar que, de hecho, se trata de una discusión, siendo, en realidad, sobre el momento de agitación política social. Ello es evidenciado a través de algunas figuras retóricas.

El pronombre posesivo “minha”, también hace referencia a un contexto grupal, es decir, a la población – todos estaban bajo el mismo comando: el militarismo. El fragmento “Toda a escuridão” remite a un período de muchas violencias, prejuicios por parte del gobierno, muertes, desaparición. En seguida, continuamos con el análisis donde puntea otras figuras retóricas y la percepción analítica del fragmento.

Apesar de você  
 Amanhã há de ser  
 Outro dia  
 Eu pergunto a você  
 Onde vai se esconder  
 Da enorme euforia  
 Como vai proibir  
 Quando o galo insistir  
 Em cantar  
 Água nova brotando  
 E a gente se amando  
 Sem parar

Buarque tiene una perspectiva que las cosas van a mejorar, pese a todo el régimen y toda la negatividad que él trae para la sociedad. Eso es importante pues hay una dura crítica y a la vez una fe en días mejores. En seguida, él hace un afrontamiento a los militares “onde vai se esconder da enorme euforia”. O sea, todo va a pasar ¿y dónde ellos se van a refugiar?

Vemos en seguida “Água nova brotando”, una metáfora, aún pensando en prosperidad y que días mejores vendrán y, de acuerdo con Garcia (2013, p.10, traducción propia), “en otro momento Chico Buarque apunta el surgimiento de una nueva juventud, ‘Água nueva germinando’”<sup>56</sup>. Con

---

56“Em outro momento Chico Buarque aponta o surgimento de uma nova juventude, “Água nova brotando”

las manifestaciones de este periodo, nuevos adeptos del movimiento van surgiendo y la clase juvenil fue de expresiva participación en la lucha por la redemocratización del país.

Otra figura retórica, de pensamiento, presente en la obra es la antítesis, la exposición de ideas opuestas, cuando el autor habla “hoje”, en la estrofa anterior y “amanhã”. Siendo la primera refiriéndose a la situación del momento (presente), de autoritarismo y violencia; y la segunda, en una perspectiva de futuro y optimismo. Tal figura marca la expresividad y la oposición de argumentos que juntos marcan el momento dictatorial.

Silva (2016) habla que, a pesar del régimen militar y el fuerte autoritarismo, muchos autores lograron manifestarse, por ejemplo, a partir de la canción, por la complejidad (letras) y la metáfora.

Quando chegar o momento  
Esse meu sofrimento  
Vou cobrar com juros, juro  
Todo esse amor reprimido  
Esse grito contido  
Este samba no escuro  
Você que inventou a tristeza  
Ora, tenha a fineza  
De desinventar  
Você vai pagar e é dobrado  
Cada lágrima rolada  
Nesse meu penar

Esta estrofa trae una carga de significado muy grande, pues es nítida que la represión va más allá de las ideologías, pensamientos, forma de ser, sino también al amor.

Rosell (2014, p. 124, traducción propia) destaca que:

Esa quizá sea la estrofa que más claramente traduce la amenaza inscrita en la canción, mezclándola con el diagnóstico de la violencia del Estado sobre los individuos por las expresiones “amor reprimido”, “grito contenido” y “samba en el oscuro”<sup>57</sup>.

---

57 “Essa talvez seja a estrofe que mais claramente traduz a ameaça inscrita na canção, mes-

Otra marca de figura retórica (fónica) presente en el texto es la paronomasia, cuando Buarque habla “Vou cobrar com juros, juro”. Las expresiones “juros, juro” nos traen un efecto sonoro marcados por parónimos, evidenciando la voluntad de él que el régimen pague por todos los hechos.

Las expresiones “grito contenido” y “Samba en el oscuro” remiten nuevamente al periodo de violación de los derechos humanos, a la libre manifestación sea cultural o ideológica y la censura de algunos estilos artísticos pues, para los generales, remetían a prácticas subversivas.

Silva (2008) destaca que Buarque expresa claramente que “queda claro el deseo de ser compensado por toda la represión sufrida”<sup>58</sup>. La canción destaca que “Você vai pagar e é dobrado”, refiriéndose a los generales. Sin embargo, eso, infelizmente, no pasó en la práctica, visto que fue aprobada una ley de Amnistía y algunos militares torturadores salieron ilesos.

Apesar de você  
 Amanhã há de ser  
 Outro dia  
 Você vai se dar mal  
 Etc. e tal

Meneses (2000, p. 76 apud ROSELL, 2014, p. 128, traducción propia) hace una referencia bien importante cuanto a la amenaza que Buarque pronuncia en la última estrofa: “Que se arranca en este cartel de oposiciones es una reiterada amenaza a esa entidad represiva, una especie de encarnación del poder represor: tú”<sup>59</sup>. Como hemos visto, el poeta destaca el pronombre personal “você” para referenciar al alguien (general) por tantas atrocidades que este régimen practicó. Garcia (2016, p. 08, traducción propia) habla que:

Chico Buarque afirmó para los sensores que ese alguien sería un amante que abandonó al otro, y que la canción se trataba apenas

---

clando-a com o diagnóstico da violência do Estado sobre os indivíduos pelas expressões “amor reprimido”, “grito contido” e “samba no escuro”.

58 “Fica evidente o desejo de ser compensado por toda a repressão sofrida”

59 “[...] o que se recorta nesse quadro de oposições é uma reiterada ameaça a essa entidade repressiva, uma espécie de encarnação do poder repressor: você”.

de una relación entre dos personas. Pero, en realidad, el alguien retratado en la letra de la canción era una metáfora para el gobierno dictatorial de la época<sup>60</sup>.

Infelizmente, a partir de 1972, la obra fue censurada y Buarque fue intimado a dar explicaciones sobre la producción utilizada como herramienta de protesta.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO DE LA DICTADURA EN ARGENTINA Y LA OBRA DE PACO URONDO

La dictadura militar en Argentina no fue muy diferente si comparada a la brasileña, en sentido de las catástrofes que el movimiento culminó. Pero cuando consideramos las fechas, nos damos cuenta de que, en Argentina, en 1966, hubo un inicio de golpe de estado conocido como “Revolución Argentina”, comandado por Juan Carlos Onganía y, por lo tanto, “[...] la expresión «terrorismo de Estado» sólo se utiliza para hacer referencia al último de ellos, que es la de 1976” (TERRORISMO DE ESTADO EN ARGENTINA, 2014, p. 24).

Fue en marzo de 1976 que de hecho hubo la última dictadura y las fuerzas armadas tomaron la Argentina e instauraron el movimiento dictatorial en el país. Vale resaltar que estaba en el poder la presidenta María Estela Martínez de Perón que fue instituida a partir del golpe de estado, con su estructura semejante al de Brasil, es decir, pensando en la estructuración del país y en la reorganización económica, social y cultural y, por lo tanto:

Removió los poderes ejecutivos y legislativos, nacionales y provinciales; cesó en sus funciones a todas las autoridades federales y provinciales como así también a las municipales y las Cortes de Justicia nacionales y provinciales” (TERRORISMO DE ESTADO EN ARGENTINA, 2014, p. 19).

---

60 “Chico Buarque afirmou para os censores que esse alguém seria um amante que abandonou o outro, e que a música se tratava apenas de uma relação entre duas pessoas. Mas, na verdade, o alguém retratado na letra da canção era uma metáfora para o governo ditatorial da época”.

El documento *La Última Dictadura* (2009, p. 4) elaborado por el Ministerio de la Educación de Argentina puntea que “El país fue dividido en Zonas, Subzonas y Áreas que coincidían con los comandos del Cuerpo del Ejército. De esta forma, se organizó la tarea represiva sobre lo que la dictadura llamó el «accionar subversivo»”. Esto es, las tres armas: Ejército, Marina y Aeronáutica participaron del movimiento y, todavía, cada una se volvió responsable por un área/administración.

Pensando en este contexto tan conturbado en el país, es evidente que algunas clases apoyaron el golpe, como también otras fueron resistentes, como vimos en el contexto de Brasil – universitarios, trabajadores y algunas personas de la sociedad civil. En contrapartida “no hubo de parte de los principales dirigentes sindicales llamados de atención ni críticas públicas hacia el régimen y los métodos ilegales y violencia extrema [...]” (BARROS, 2009, p. 88). Más una vez vemos el silencio y la intimidación instaurada en la sociedad por el régimen dictatorial del periodo.

El documento *La Última Dictadura* (2009, p. 4) habla que “La dictadura buscó implementar una feroz represión para disciplinar a la sociedad en un contexto caracterizado por la creciente organización y movilización social, cultural y política”. Y es pensando en eso que ellos van a utilizar la expresión “subversión” para denominar todo que iba en contra de los presupuestos que diseñaba el plano dictatorial “La eliminación de la subversión era considerada un prerequisite para el restablecimiento del orden” (BARROS, 2009, p. 87). Aun pensando en la subversión, fue instaurada la pena de muerte para los delitos de orden pública, o sea, todo aquello que representaba amenaza al país. Haciendo referencia a Brasil, pese a las fuertes represiones, desapariciones y muertes, no fue instaurado algo semejante. Lo que singularizó a la dictadura de 1976 fue algo que ninguno de los regímenes hizo: la desaparición sistemática de personas.

En Argentina funcionaban más de 500 centros clandestinos de detención en sedes del gobierno, por ejemplo, y, con eso, más de 30 mil personas desaparecieron, fueron muertas o torturadas.

El documento *La última dictadura* (2009) habla que el régimen se apropió de, aproximadamente, 500 hijos e hijas de las personas desaparecidas y muertas. De acuerdo con el Terrorismo de Estado en Argentina

(2014, p. 29), los militares raptaban los herederos “el objetivo era que los niños «no sintieran ni pensarán como sus padres, sino como sus enemigos»”. Podemos decir que pese a los múltiples regímenes autoritarios que ocurrió en la América Latina, en Argentina fue donde más hubo desaparición de personas.

Es en este contexto de guerra que surge Paco Urondo, periodista, escritor y director de arte. Él luchó arduamente (no solo intelectualmente) contra el régimen del periodo, un poco diferente de Chico Buarque que luchó con su obra “Apesar de você”, animando a las personas para salir a la calle, luchar por un país mejor. Urondo fue Redactor del Diario Noticia en pleno periodo dictatorial, exponiendo lo que el régimen hacía.

Saglul (2020, s/p), del sitio Canal Abierto, habla que Paco fue “un hombre con buen entrenamiento militar”<sup>61</sup>. Es decir, luchó por su patria y los movimientos sociales. Infelizmente, murió dos años después del régimen de dictadura.

Ahora, introduciremos el contexto de dictadura en Argentina, a partir de la obra “Por Soledades”, de Urondo, haciendo un contrapunto en Brasil.

#### “Por soledades”

Un hombre es perseguido, una familia entera, una organización, un pueblo. La responsable de esta situación no es la codicia, sino un comerciante con sus precios, con la imposición de las reglas del juego. Los empresarios, la policía con la imposición de las reglas del juego. Por eso ese hombre, ese pueblo, esa familia, esa organización, se siente perseguida.

Empezamos el análisis por el título “Soledades”, que hace referencia al contexto dictatorial del periodo. Es decir, un momento de oscuridad y represión. Enseguida, Urondo nos presenta la situación que las familias vivenciaban: persecución. Toda y cualquier “subversión” que era practicada, aunque de orden “simple” era un motivo

---

61 SAGLUL, Carlos. Paco Urondo, la memoria donde arde. Canal Abierto, 2020. Disponible en: <https://canalabierto.com.ar/2020/06/17/paco-urondo-la-memoria-donde-arde/>. Accedido en: 14 sept. 2020.

de llamamiento para prestar esclarecimientos y, hasta mismo, prisión, torturas - “La violencia política ilegal ejercida desde el Estado contra todo aquel que fuera considerado una amenaza o desafiara al poder fue una característica repetida en la historia argentina” (MINISTERIO DE EDUCACIÓN, 2009, p. 8).

Igual que Buarque, Paco Urondo también utiliza la metáfora en su obra cuando dice “Los empresarios, la policía con la imposición de las reglas del juego”. Esto es, en todo ese contexto lo que prevalece son las reglas que el régimen dicta a la sociedad y, por lo tanto, ellos deben obedecer y seguir adelante “La ciudadanía toda, la familia y el público en general eran llamados a obedecer las reglas del Proceso, denunciar alguna desviación y mantener un silencio absoluto” (BARROS, 2009, p. 83).

Enseguida, vemos otra figura retórica – analogía - “La responsable de esta situación no es la codicia, sino un comerciante con sus precios, con la imposición de las reglas del juego”. El autor hace una relación de semejanza entre el comerciante (y las características del precio y juego), con el régimen militar. Ellos hablan y los demás obedecen, siguiendo el juego.

Algo importante a destacar es que, Buarque, en su obra, presenta el contexto histórico de la situación, como Paco, pero este demuestra fuertemente la persecución que pasaba en el momento.

Es más, comienzan  
 a perseguirse entre ellos, a delatarse,  
 a difamarse, y juntos, a su vez, se lanzan a perseguir  
 quimeras, a olvidarse de las legítimas,  
 de las costosas pero realizables aspiraciones;  
 marginan la penosa esperanza.

En esta estrofa evidenciada por el autor, la dictadura también fue un movimiento que además de censura, persecución, represión, por ejemplo, hacía que las personas delatasen unas a otras, para continuar sobreviviendo y protegiendo a su familia. Fue un juego muy utilizado por el régimen. De acuerdo con Barros (2009, p. 83):

El ciudadano que “colaboraba espontáneamente” era el único ciudadano reconocido bajo el universo discursivo del PRN<sup>62</sup> y, en este sentido, todo comportamiento que difería de aquella actitud de colaboración era considerado como sospechoso y excluido como posiblemente subversivo.

Urondo habla brevemente sobre la esperanza, no como Buarque, enfatizando que días mejores vendrán (teniendo fe y optimismo), pero que con todo el hecho de la situación hace que la esperanza va alejándose. Es perceptible un pesimismo en la obra “Soledades”, pues a pesar del momento de lucha vivenciado en los dos países, Buarque expresa con nitidez la esperanza de que el régimen va a pasar y todos van a pagar por las atrocidades hechas a las personas; ya Urondo destaca más las perversidades del momento histórico.

[...]la  
llama que se consume sin el viento, los aires  
que soplan sin amor, los amores que se marchitan  
sobre la memoria del amor o sus fatuas  
presunciones.

Es perceptible entre las líneas de los versos de Urondo el silenciamiento que las familias sufrían ante el régimen dictatorial. Montali (2019, p. 36) nos dice que:

Sus textos parecen sugerir que el dilema implícito en toda creencia es el silenciamiento de la voz del otro, su reducción y apropiación por una lengua dominante que busca homogeneizar aquello que está por fuera de una pretendida identidad en común.

Con eso, el dictador a través de su “lengua dominante”, como Montani presenta, dicta sus reglas y la sociedad, la margen de todo este contexto dictatorial y represión, sigue sus pretendencias.

Pese a la exposición de la realidad subalterna presente en el momento de guerra, Urondo también reflexiona sobre el imaginario que el pueblo

---

62 Proceso de Reorganización Nacional.

crea a partir de los momentos de pesimismo, tristeza, evidenciado por las duras realidades en los trechos de la obra, pero también, la lucha de los movimientos de izquierda (que él mismo participó), contribuyendo con la caída del gobierno. Montali (2019, p. 35) habla perfectamente sobre la reflexión hecha “de allí que el contenido de la palabra política no se limite en sus textos a la denuncia de las condiciones de opresión, sino que también incorpore el debate de estrategias, aspiraciones y deseos [...]”.

## CONSIDERACIONES FINALES

En efecto, es notorio que las dictaduras de Brasil y Argentina presentaron particularidades, pese a que Argentina se reflejó a partir de las prácticas dictatoriales del territorio brasileño, pero es evidente como sangriento fue el proceso en Argentina del punto de vista de desaparición de personas y muertes sistemáticas.

Además, en Brasil hay una negación del momento histórico dictatorial, mientras que, en la Argentina, eso no pasa. Eso refleje en los contextos de producciones de Chico Buarque y Paco Urondo, siendo “Apesar de você” una obra más “discreta” que utilizó muchas metáforas para pasar desapercibida por los militares; ya “Por soledades” representa todo el contexto de persecución sin “suavización”, diferente de lo que hizo Buarque, que produjo fuerte crítica al general Médici por medio de metáforas.

El trabajo ha traído una comparación de obras (canción y poema) en la dictadura, donde expresó diferentes contextos: ubicación, contexto social, económico, visiones, a partir de las consideraciones de los contextos dictatoriales. Por lo tanto, es evidente que las dos obras tratan de un momento muy importante para el contexto histórico que los dos países vivenciaron.

Es importante destacar que los artistas estaban en modos de vidas y pensamientos distintas, mismo teniendo el mismo contexto dictatorial. Las causas sociales y la importancia del conjunto no estaban en el ADN de los militares. En Brasil, lo más importante era la estructuración política y económica del país.

Es evidente que, los periodos destacados en el trabajo, trajeron diversas consecuencias a la población: muertes, desaparición, represión y, sobre todo, autoritarismo – marca del movimiento.

Con todo el abordaje, es comprensible que el proceso de “reorganización” nada contribuyó con el avance de la nación – Brasil y Argentina, sino un momento de regresión de derechos y oscuridad. Romantizar el momento de dictadura militar es no comprender lo malo que fue el periodo histórico para todo el continente.

## REFERENCIAS

BARROS, Mercedes María. El silencio bajo la última dictadura militar en la Argentina. **Pensamento Plural**, n. 5, p. 79-101, 2014. Disponible: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/05/04.pdf>. Accedido en: 14 sept. 2020.

BORGES, Adriana Cristina; NORDER, Luiz Antônio Cabello. TORTURA E VIOLÊNCIA POR MOTIVOS POLÍTICOS NO REGIME MILITAR NO BRASIL. **Seminário de pesquisa em ciências humanas**, v. 7, 2008. Disponible en: <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/AdrianaCBorges.pdf>. Accedido en: 14 sept. 2020.

CARVALHAL, Tânia Franco. (1943). **Literatura comparada**. 4.ed. rev. e ampliada. - São Paulo: Ática, 2006.

CARVALHO, Talita. **Ditadura Militar no Brasil**. Politize, 2019. Disponible en: <https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>. Accedido en: 14 sept. 2020.

COSTA, Carina Gotardelo; SERGL, Marcos Julio. A música na ditadura militar brasileira-Análise da sociedade pela obra de Chico Buarque de Holanda. **Iniciação Científica**, 2007, 1.1: 35-40. Disponible en: [http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos\\_teses/2010/Historia/artigos/8costa\\_artigo.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/artigos/8costa_artigo.pdf). Accedido: 14 sept. 2020.

DO CARMO, W. A. N. **FIGURAS DE LINGUAGEM NAS COMPOSIÇÕES MUSICAIS**. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC - FACULDADE DE EDUCAÇÃO SÃO LUÍS NÚCLEO DE APOIO DE MOEMA. SÃO PAULO – SP, p. 33,

2008. Disponible en: <https://www2.jf.jus.br/pergamumweb/vinculos/00001c/00001c69.pdf>. Accedido en: 14 sept. 2020.

GARCIA, Leilian. ANÁLISE SEMÂNTICO-DISCURSIVA DE CANÇÕES COM TEOR DE PROTESTO NOS ANOS 70: UMA LEITURA DA DITADURA MILITAR NO BRASIL. **Letras Escreve**, v. 2, n. 1, p. 131-151, 2013. Disponible en: [https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/524/pdf\\_43](https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/524/pdf_43). Accedido en: 14 sept. 2020.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. Presidencia de la Nación Buenos Aires. **LA ÚLTIMA DICTADURA**. Eudeba, 2009. Disponible en: <http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL005391.pdf>. Accedido en: 14 sept. 2020.

MONTALI, Gabriel. Escribir desde la tensión. Conflictos político-ideológicos en la producción intelectual de Eduardo Galeano y Francisco Urondo, 1955 y 1976. **A Contra corriente**, Vol. 16, Num. 2 (Winter 2019): 9-39. Disponible en: <https://acontracorriente.chass.ncsu.edu/index.php/acontracorriente/article/view/1858/3222>. Accedido en: 14 sept. 2020.

**Pensar la dictadura:** terrorismo de Estado en Argentina: preguntas, respuestas y propuestas para su enseñanza / María Celeste Adamoli; Cecilia Flachsland; Pablo Luzuriaga. – 2. ed. – Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2014. Disponible en: <http://www.bnm.me.gov.ar/giga1/documentos/EL005099.pdf>. Accedido en: 14 sept. 2020.

PRIORI, A., *et al.* História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem, 2012. **A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais**. pp. 199-213. ISBN 978-85-7628-587-8. Disponible en: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-15.pdf>. Accedido: 14 sept. 2020.

ROSELL, Mariana Rodrigues. O projeto frustrado de Apesar de Você: A canção de Chico Buarque e o processo de redemocratização brasileiro. **Epígrafe**, 2014, 1.1: 117-130. Disponible en: <https://www>.

revistas.usp.br/epigrafe/article/view/79668/90677. Accedido en: 14 sept. 2020.

SAGLUL, Carlos. **Paco Urondo, la memoria donde arde**. Canal Abierto. Disponible en: <https://canalabierto.com.ar/2020/06/17/paco-urondo-la-memoria-donde-arde/>. Accedido en: 14 sept. 2020.

SILVA, B. C. O. MÚSICA E DITADURA: A MANIFESTAÇÃO DO DIREITO ANTE A CENSURA. In: 16º Congresso de Iniciação Científica, v.4, 2016. **Faculdade Eniac. Anais... São Paulo – SP: CONIC-SEMESP, 2016. Disponible en:** <http://conic-semesp.org.br/anais/files/2016/trabalho-1000023270.pdf>. Accedido en: 14 sept. 2020.

# ANÁLISIS DEL CUENTO “LA ABUELITA Y EL PUENTE DE ORO”, DE CLARIBEL ALEGRÍA, Y EL PAPEL DE LA MUJER EN CONTEXTO DE GUERRA CIVIL EN EL SALVADOR<sup>63</sup>

*José Henrique Aquino de Souza* <sup>64</sup>

## INTRODUCCIÓN

En este trabajo se propone un análisis del cuento “La abuelita y el Puente de Oro”, de Claribel Alegría, en perspectiva del contexto histórico que estaba inserida la obra literaria, abarcando la guerra civil de El Salvador y el papel de la mujer. Aún, este trabajo trae rasgos del costumbrismo presente en la producción y, con eso, el movimiento literario “(...) vendrá a ser una manifestación de la popularización del retrato, testimonio para la posteridad de un pueblo original que merecía ser retratado” (GÄTGENS, 1991, p. 222, apud GARCÍA, 2008, p. 38). Es decir, el retrato social y la crítica sobre el género que se propone en este trabajo.

La metodología se dará a partir de estudios teóricos (análisis bibliográficos) de algunos autores sobre la temática, además del análisis de la obra

---

63 Orientadora: Iaranda Jurema Ferreira Barbosa: Doctora en Teoría de la Literatura por la Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

64 Graduando en Letras/español por la Universidad Federal de Pernambuco – UFPE.

“La abuelita y el puente de oro”. Para el marco teórico fueron utilizados autores como Deras (2001), Mauro (2008) y García (2008).

Estudiar el papel de la mujer, a partir de Alegría, y el contexto histórico son importantes para saque podamos comprender como el género femenino era representando en el periodo de guerra, aunque son evidentes las regresiones de derechos y la masiva violencia sea psicológica o física. Desde hace mucho tiempo, la mujer ejerce un papel de marginalización frente al hombre y la sociedad, imponiendo lo qué debe hacer y cómo hacer. Y, en esta perspectiva, el artículo va a exponer algunas ideas sobre los contextos mencionados.

## 1. LA GUERRA CIVIL Y LA FIGURA DE LA MUJER

El Salvador pasó por un momento histórico muy conturbado y violento con la guerra civil que, para muchos estudiosos, empezó alrededor de 1979 hasta 1991 y, en este periodo, hubo muchas peleas y muertes, sumando un total de más de 75 mil vidas perdidas. Según el periódico La Vanguardia, fue un momento que “está marcado por la instauración de la violencia de manera sistemática, y el terror y la desconfianza en la población civil, así como la desarticulación de cualquier movimiento opositor”.<sup>65</sup>

La guerra empezó con la Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), una guerrilla de izquierda formada también por sectores de la población (que pedía cambios) y Las Fuerzas Armadas (gobierno) de El Salvador. A partir de ideologías distantes y ganas de poder, surge una de las mayores guerras ya vistas.

Es importante hacer un puente de este momento histórico con la dictadura militar, es decir, de muchas represiones, autoritarismo (sobretudo), censuras, corrupción y manifestaciones populares.

Frente a ese momento histórico surge el papel de la mujer en la guerrilla y también sociedad civil. Ya hemos visto que la vida no estaba fácil para ninguna persona y, por lo tanto, muchos circulaban en el medio social con mucho miedo y preocupación.

---

65 La guerra civil salvadoreña – Periódico La Vanguardia. Disponible en: <https://www.lavanguardia.com/20150519/54431340042/la-guerra-civil-salvadorena-escenario-de-75-000-muertes.html>. Accedido en: 16 sept. 2020.

Pensando en todo ese escenario de lucha, Deras (2001) puntúa que frente al momento que todos vivenciaban y las presiones de las camadas sociales por procesos democráticos, nacieron organizaciones de mujeres luchando por los mismos ideales y peleas específicas. El FMLN <sup>66</sup> fue un movimiento con representatividad femenina en la guerra aunque indirectamente. El Frente dejó de lado las demandas de ellas, e incluso en el tratado de paz que los dos movimientos pleiteaban. En este momento, vemos una marginalización frente al papel de la mujer en el periodo. Mismo con tantos rechazos, las mujeres han participado, en su minoría, de los movimientos de la guerra civil, según Deras (2001).

Un hecho importante es que la participación de la mujer en la vida laboral en la guerra, más precisamente en el acampamiento del (FMLN), no pasó de 30% de la población que había en aquel momento (DERAS, 2001). Además de eso, ellas desempeñaron actividades de apoyo, esto es, cocinar, cuidar a los niños, cuidar a los enfermos.

“Las mujeres destacadas asumieron mandos militares, pero el precio físico y emocional que tuvieron que pagar para demostrar que eran capaces de asumir un puesto destinado tradicionalmente a los hombres, fue muy grande” (DERAS, 2001, p. 109). No tenemos idea de los esfuerzos que ellas fueron capaces de hacer para tener la oportunidad de participar de los mandos, pero es evidente el retrato de incapacidad que las mujeres tenían en una época marcada por una fuerte represión e ideologías prejuiciosas del sexo “frágil” y cuidadora del lar.

En suma, a partir del contexto presentado de la figura de la mujer en la guerra civil, surge el cuento “La abuelita del puente de oro” de Claribel Alegría – un retrato de una mujer vieja (espía) y “loca”, que ayudó a la guerrilla a combatir la tropa del otro lado.

La autora también vivenció un momento de muchas batallas en Nicaragua y El Salvador y, por lo tanto, sensibilizada a las causas femeninas de la época.

En el inicio del cuento, la narradora nos sitúa sobre la narrativa “Manuel tenía una cantidad infinita de anécdotas acerca de su abuela loca que tenía una choza y un terrenito a medio kilómetro del Puente de Oro”. El

---

66 Gran parte de la participación de las mujeres en la guerra fue a partir del Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), un movimiento de rechazo a las concepciones del gobierno salvadoreño y busca por la construcción social.

nieto, Manuel, presentará la historia que es un tanto prejuicioso en algunos trechos que sigue: “— Era loca, pero muy emprendedora —sonrió—, estaba orgullosa de su gran puente colgado sobre el Lempa. “Mi puente-cito”, le decía<sup>67</sup>.”

Es perceptible en la narrativa que su nieto utiliza constantemente el adjetivo “loca” para designar a su abuela. Es decir, la mujer que es decidida, que hace su propio trabajo y contribuye con la transformación social de su país - es una sin noción, no puede ser considerada que está en su plena normalidad. Mauro (2008, p. 10) puntea que “la locura entonces es utilizada como una treta más débil, para invertir el orden social”. Y, después, hay una compensación, mismo estando fuera de la “normalidad” es emprendedora. El cuento sigue:

— Bueno, desde que prendió la guerra, el ejército puso retenes a cada extremo del puente para protegerlo. A mi abuela se le ocurrió que iba a hacer fortuna sirviéndole de cocinera a la tropa. Cada mañana se levantaba a las cuatro, para cocinar frijoles, echar tortillas y hacer una olla de arroz. Ponía todo en su carretilla y se iba a servirles el desayuno a los soldados del lado más cercano (...)

— Muy enérgica, pero de loca nada —observó Luisa.

Bien, Manuel hace un retrato de la vida de su abuela, Mamá Tancho: un retrato de la mujer en busca de su sobrevivencia y, a cima de todo, trabajadora. Ella despertaba todos los días para servir a los soldados, dónde, en realidad, iba a observar el escenario y ganar dinero con sus vendas y, posteriormente, pasar informaciones a la guerrilla “muy habitualmente, la abuela, a través de oficios tradicionales asignados a la mujer como el cocinar y servir a los hombres, ritos sacrificiales o ritos de entrega, traspasa los límites y se infiltra en la guardia” (MAURO, 2008, p. 12). Pensemos: la mujer ya era vista como un ser inútil y, aun, vieja ¿qué haría de mal a los soldados? Más un retrato de una cultura patriarcal y machista. Y, a la vez, ella se utiliza de una estrategia de sobrevivencia frente al momento de batallas y violencias.

---

67 ALEGRÍA, Claribel. La abuelita y el Puente de Oro - ~ El Salvador/Nicaragua – Disponible en: [https://langacq.weebly.com/uploads/2/1/1/8/21189980/25-la\\_abuelita\\_y\\_el\\_puente\\_de\\_oro.pdf](https://langacq.weebly.com/uploads/2/1/1/8/21189980/25-la_abuelita_y_el_puente_de_oro.pdf). Accedido en: 16 sept. 2020:

Luisa retruca diciendo a Manuel que tener una vida como la de Tancho no es locura, sino una persona activa. Podemos decir que ella sale en defensa de la abuela. Y termina Luisa “— La locura era que les cobraba tan barato por una comida tan rica y tan abundante, que no ganaba nada”.

La narrativa sigue:

— Hubo un enfrentamiento bien tremendo antes de que los compas lo volaran. Tuvieron que aniquilar a los retenes de los dos lados para que el equipo de zapadores pudiera colocar los explosivos. En la refriega cayó un compa y le encontraron el plano de las trincheras defensivas, los nidos de ametralladoras y el número exacto de efectivos instalados a cada lado. Días después una señora del mercado le advirtió a mi abuela que la guardia buscaba a la cocinera de tropa.

Con la ayuda de la abuelita (espía), finalmente los guerrilleros logran volar el puente y oponer a los soldados, pero en el día siguiente ella es procurada para prestar esclarecimientos, pues pasa a ser una sospechosa. Lo más interesante es el juego que hace frente a los soldados. Ella se tiñe el pelo (de rojo) y se pasa por Celestina de un burdel de Suchitoto para parecer respetable y, con eso, no levantar sospechas de la participación en el acto. De loca no tenía nada, y pone su vida en peligro para intentar hacer que la situación (luchas) fuera apaciguada.

Por fin, el cuento cierra con el pasaje:

—Hola, Mamá Tancho —la saludó el primer responsable. Como no sabía que era mi abuela, me dijo:

—Esa es la vieja que nos facilitó los planos para el ataque al Puente de Oro.

Le ayudamos a amarrar la lanchita debajo de un árbol y me abrazó quejándose.

—Ay, Memito —me dijo—, cada día esos babosos me hacen la vida más difícil. Desde que volaron el puente todos los días tengo que venir remando hasta aquí.

El jefe guerrillero le preguntó riéndose: —¿Y qué más nos traes, Mamá Tancho?

Es perceptible a lo largo de la narrativa la denominación que se hace a la mujer: la “vieja. A pesar de poder ser un elemento de cohesión para evitar la repetición, **pero** analizo como una forma peyorativa de referenciación a ella. Además de percibir que en ningún momento hay un agradecimiento a la gran ayuda que Tancho fue para la invasión al puente. Nuevamente, más una realidad dura de la depreciación de la figura de la mujer o quizá la obligación de ser sirviente a los hombres. Mauro (2008, p. 15) ejemplifica que:

El texto contiene otros tres elementos importantes: lo que el narrador nos dice de la abuela, lo que dicen los compas de la abuela y lo que ella en realidad es. Estos elementos están en constante relación de contradicción, pues son elementos rituales del sacrificio.

En ningún momento hay el habla de la mujer a respeto de la situación de opresión, de violencia, desprecio que ella sufrió a lo largo de la batalla que enfrentó. Luego, también no hay cambios cuanto a su papel en aquella realidad histórica, pues siguió con su vida vendiendo frutas para su sobrevivencia. ¿Dónde queda la exaltación de la mujer frente a un momento que ellas fueron importantes y, en este contexto, de la abuela?

Queda claro que el personaje principal ha logrado luchar por su país, mismo sofriendo una fuerte represión y riesgo. Como ya he aclarado, pocas mujeres han logrado servir como soldada en favor de su región/ciudad/continente, pues su papel aún era ligado a la sirviente del lar y sumisión al hombre de familia que, incluso, aun contribuye con el estereotipo de la mujer frágil e incapaz para los servicios de “hombres”.

## 2. EL COSTUMBRISMO EN LA OBRA

El cuento presentado en este trabajo contiene marcas del costumbrismo en sentido de retratar los tipos sociales (las mujeres) en plena guerra civil en El Salvador, además de hacer una crítica sobre los estereotipos que son creados a partir de visiones machistas sobre el género: incapacidad, fragilidad y sirviente al hombre y cuidados domésticos.

Como el mismo nombre ya sugiere, el costumbrismo es un movimiento cuya finalidad es retratar las costumbres en una sociedad deter-

minada y, en este caso, la guerra civil. Como ya hemos visto a partir del análisis del cuento, la mujer siempre fue tratada con inferioridad al hombre, mismo con tantos avances. El prejuicio de lo que puede o no hacer, cuanto a ellas, aún está presente en pleno siglo XXI, a pesar de tantas luchas y logros.

Según Montano “El movimiento costumbrista creció en un periodo de cambios sociales y políticos, sin dejar de lado las consecuencias que tuvo la Revolución Industrial”<sup>68</sup>. Y, en este contexto, pasa la misma cosa en El Salvador con la guerra civil, un momento de efervescencia en el campo político (la guerra) y cambios sociales. De ahí surge la representación de las camadas femeninas en busca de reconocimiento, a pesar del autoritarismo impuesto y visto en el cuento.

Aun segundo Montano “Esta crítica contenida en las obras, especialmente en la literatura, ha provocado que algunos expertos afirmen que el costumbrismo tenía algunas características de la literatura política”<sup>69</sup>. Creo eso va en dirección con la producción que hemos estudiado, a pesar de hacer una reflexión del momento histórico, muy importante para la comprensión de lo que estaba pasando en El Salvador, pero también demuestra (haciendo una crítica embutida) de las vivencias de las mujeres en pleno siglo de represión, autoritarismo y prejuicios. El costumbrismo tuvo presente en varios estilos artísticos: la pintura, el arte, la literatura y, en esta, su mayor expresión de la realidad.

Aunque el costumbrismo sea un movimiento de transformación y crítica de los tipos sociales, para García (2008)

La literatura costumbrista de los tipos sociales es descaradamente misógina. Recordemos que también tiene esta actitud la literatura satírica del siglo XVIII, tanto española como hispanoamericana. En los artículos costumbristas de tipos femeninos se practica desde el sarcasmo cruel.

---

68 MONTANO, Joaquin. Costumbrismo: origen, características, representantes y obras. Disponible en: <https://www.lifeder.com/caracteristicas-costumbrismo/>. Accedido en: 19 sept. 2020.

69 MONTANO, Joaquin. Costumbrismo: origen, características, representantes y obras. Disponible en: <https://www.lifeder.com/caracteristicas-costumbrismo/>. Accedido en: 19 sept. 2020.

Mismo con rasgos transformistas y una mirada hacía a la realidad y la crítica de las costumbres de la sociedad, aún es evidente el carácter de discriminación conforme García ha apuntado. Esto es, son marcas de una cultura que está presente hasta hoy.

### 3. CONSIDERACIONES FINALES

Este trabajo ha abordado la figura de la mujer en periodo de guerra civil, además de contextualizar el momento histórico tan conturbado para los salvadoreños y el costumbrismo presente en la producción. Y, en esta perspectiva, un análisis del cuento “La abuelita y el Puente de Oro”.

Este artículo fue importante pues ha retrato el género femenino en un dado momento histórico (guerra civil) – de mucha represión, prejuicio y desprecio. Y aun haciendo un comparativo del cuento, que también es ubicado en este momento de batalla civil. Así, comprenderemos más allá la imposición que siempre fue atribuida al género femenino.

Es evidente que la mujer siempre fue vista con una mirada de inferioridad al hombre y la sociedad, además del género ser vista como un ser coadyuvante en relación al hombre. E, infelizmente, hasta hoy, vemos rasgos de una sociedad machistas, misógina y que no acepta la equiparación de los dos géneros. Mujeres como la abuelita son importantes para la construcción de una sociedad más igualitaria.

Por lo tanto, este marco analístico a partir de la obra, nos hace reflejar un dado momento temporal de los acontecimientos de regresión de derechos y visiones retrógrados para con las mujeres a partir la abuelita Tancho. Llevando en consideración la abuelita, vemos que ella estaba al frente de su tiempo, haciendo cosas que, hasta entonces, eran abominables para su género. Tal análisis fue importante para comprendernos que, en siglos pasados, había muchas represiones y que, afortunadamente, muchas mujeres hacían lo que le daba la gana.

### REFERENCIAS

AGUIÑADA DERAS, Dinora. Una mirada feminista sobre la participación de las mujeres en la guerra. **Genève: Graduate Institute Publications**, 2001. ISBN: 9782940503773, DOI: 10.4000/books.iheid.6146.

ALEGRÍA, Claribel **La abuelita y el Puente de Oro** - ~ El Salvador/Nicaragua. Disponible en: [https://langacq.weebly.com/uploads/2/1/1/8/21189980/25-la\\_abuelita\\_y\\_el\\_puente\\_de\\_oro.pdf](https://langacq.weebly.com/uploads/2/1/1/8/21189980/25-la_abuelita_y_el_puente_de_oro.pdf). Accedido en: 16 sept. 2020.

GARCÍA, Dorde Cuvardic. La construcción de Tipos Sociales en el costumbrismo latinoamericano. **Revista de Filología y Lingüística de la Universidad de Costa Rica**, p. 37-51, 2008.

LA VANGUARDIA. **La guerra civil salvadoreña.**, 2015. Disponible en: <https://www.lavanguardia.com/20150519/54431340042/la-guerra-civil-salvadorena-escenario-de-75-000-muertes.html>. Accedido en: 16 sept. 2020.

MAURO, Carmen. El juego multiforme del poder. La abuelita y el Puente de Oro, de Claribel Alegría. Temas de Nuestra América. **Revista de Estudios Latinoamericanos**, v. 24, n. 46, 2008.

MONTANO, Joaquin. **Costumbrismo: origen, características, representantes y obras.** Disponible en: <https://www.lifeder.com/caracteristicas-costumbrismo/>. Accedido en: 19 sept. 2020.

## ANEXO

### LA ABUELITA Y EL PUENTE DE ORO

#### LA COCINERA

Manuel tenía una cantidad infinita de anécdotas acerca de su abuela loca que tenía una choza y un terrenito a medio kilómetro del Puente de Oro.

—Era loca, pero muy emprendedora —sonrió—, estaba orgullosa de su gran puente colgado sobre el Lempa. “Mi puentecito”, le decía. Manuel era dirigente de una organización de campesinos salvadoreños que había venido a Europa a dar una serie de charlas.

—¿Qué tenía de loca? —preguntó Luisa.

—Bueno, desde que prendió la guerra, el ejército puso retenes a cada extremo del puente para protegerlo. A mi abuela se le ocurrió que iba a hacer fortuna sirviéndole de cocinera a la tropa. Cada mañana se levantaba a las cuatro, para cocinar frijoles, echar tortillas y hacer una olla de arroz. Ponía todo en su carretilla y se iba a servirles el desayuno a los soldados del lado más cercano. Después cruzaba el puente, casi dos kilómetros, ¿se imagina?, para darles el desayuno a los del otro lado. De allí se iba a su casa a prepararles el almuerzo y otra vez a empujar la carretilla.

—Muy enérgica, pero de loca nada —observó Luisa.

#### LA DESTRUCCIÓN DEL PUENTE

—La locura era que les cobraba tan barato por una comida tan rica y tan abundante, que no ganaba nada. Por si eso fuera poco, después de que los compas volaron «su puente» se le ocurrió teñirse el pelo de colorado.

—¿Cómo? —lo miró Luisa incrédula.

—Hubo un enfrentamiento bien tremendo antes de que los compas lo volaran. Tuvieron que aniquilar a los retenes de los dos lados para que el equipo de zapadores pudiera colocar los explosivos. En la refriega cayó

un compa y le encontraron el plano de las trincheras defensivas, los nidos de ametralladoras y el número exacto de efectivos instalados a cada lado. Días después una señora del mercado le advirtió a mi abuela que la guardia buscaba a la cocinera de tropa. Lo único que se le ocurrió a la bendita señora fue conseguir achiote y un lápiz de labios y regresar a su finquita. Una pareja de guardias se apareció al día siguiente preguntando por ella. Mi abuela sin inmutarse les dijo: —Debe ser la vieja a la que le alquilé la finca hace una semana. La voladura del puente le destrozó los nervios y me dijo que se iba a San Vicente, donde estaba su hija.

—¿Y usted quién es? —le preguntaron los guardias.

—Soy la respetable dueña de una casa de placer en Suchitoto —les respondió —, pero con los subversivos hostigando el cuartel constantemente, se me acabó la clientela y tuve que jubilarme. Así es la guerra —suspiró.

## MAMÁ TANCHO

Luisa y Manuel se echaron a reír y Manuel prosiguió; —La historia no termina allí. Unas semanas después me encontraba en un campamento, a la orilla del río Lempa, cuando veo venir a mi abuelita pelirroja remando fuerte contra la corriente en una lanchita llena de canastas.

—Vendo jocotes, papaya, limones, naranja dulce, ¿quién me compra? —pregonaba.

—Hola, Mamá Tancho —la saludó el primer responsable. Como no sabía que era mi abuela, me dijo:

—Esa es la vieja que nos facilitó los planos para el ataque al Puente de Oro. Le ayudamos a amarrar la lanchita debajo de un árbol y me abrazó quejándose.

—Ay, Memito —me dijo—, cada día esos babosos me hacen la vida más difícil. Desde que volaron el puente todos los días tengo que venir remando hasta aquí. El jefe guerrillero le preguntó riéndose:

—¿Y qué más nos traes, Mamá Tancho? Ella quitó una capa de mangos de una de las canastas y siguió cantando con su voz de pregonera. —Granadas de fragmentación, cartuchos para G-3, obuses de mortero ¿Quién me compra?

# **ARTIGO - MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO**



# MUDANÇAS CLIMÁTICAS: SEUS IMPACTOS DIRETOS E INDIRETOS AFETANDO A GOVERNANÇA E GESTÃO DAS CIDADES

*Glauco Robson Vicente*<sup>70</sup>

## INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas e seus efeitos já estão nas nossas portas, e também os desafios impostos a nós por elas, a exigir participação ativa e urgente dos governos locais e da sociedade civil como um todo, para enfrentar seus impactos nas vidas das pessoas e na gestão pública-político e administrativa das cidades, pois é nas cidades, nos municípios em que as pessoas vivem, e não no estado ou na união, que essa necessidade se faz absolutamente prioritária e é extremamente urgente uma formulação de políticas públicas por parte dos governos locais, mais especificamente nos municípios, de maneira a incluir a agenda ambiental na agenda governamental, com formulações de políticas e ações intersetoriais e transversais,

---

70 Gestor Público, com 26 anos de experiência no setor público e atuação nas três esferas de poder – Federal, Estadual e Municipal. Atuando no Poder Executivo e Poder Legislativo. Integrou a equipe do Governo de São Paulo na Conferência da ONU Sobre Desenvolvimento Sustentável, participou da COP 26. Integrou equipe de coordenação do Programa Ambiental Estratégico “Município Verde Azul” e o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos hídricos do Governo de São Paulo. Foi Conselheiro Estadual de Segurança Alimentar e Conselheiro Estadual de Desenvolvimento Rural. Área temática: Meio ambiente e educação.

mobilizando todas as atenções dos governantes e da sociedade, para que assim possam entender que precisamos nos mobilizar e agir para inicialmente frear e retardar essas mudanças e seus impactos e em um segundo momento iniciar um processo de reversão dos danos ambientais causados pelo ser humano ao meio ambiente. Tudo isso é um grande desafio, uma tarefa hercúlea, porém necessária e que irá demandar tempo, responsabilidade e consciência de que não chegaremos a lugar nenhum sem a devida educação ambiental dessa e principalmente das novas e futuras gerações. Esse é um trabalho para iniciarmos, são as sementes de uma grande floresta que não seremos nós a ver e desfrutar das sombras e dos benefícios, mas sim todos aqueles que virão após nós, mas precisamos corrigir nossos erros e assim não condenar todos que estão por vir ainda, as futuras gerações têm o direito a ter sim um meio ambiente adequado, saudável e diferente do que herdamos e estamos deixando para eles. Esse ciclo vicioso e destrutivo precisa se encerrar e um novo ciclo, um ciclo virtuoso, iniciar e isso precisa ser feito agora, não dá mais para esperar e postergar. Se queremos um futuro, esse futuro tem de começar já.

## 1. AGENDA AMBIENTAL NA AGENDA GOVERNAMENTAL

São muitos os impactos diretos e indiretos causados pelas mudanças climáticas, e mesmo a grande maioria da população ainda não está se dando conta da gravidade da situação e os gestores públicos locais ignoram que esses efeitos causam e causarão grandes demandas sociais, ambientais, econômicas e estruturais nas suas cidades, essas mudanças já estão aí, nas nossas portas e é urgente que passemos a dar a devida atenção para esse tema e para as ações que possam ser desenvolvidas para poder enfrentar todas as consequências desse desastre anunciado e negligenciado sob os mais diversos argumentos. É cada vez mais urgente e emergencial que os governos locais passem a ampliar, qualificar e dar a importância que o tema exige a respeito das Mudanças Climáticas e implantar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030, para o enfrentamento dos cenários cada vez mais adversos que estão se apresentando diariamente, e os governos locais são os mais afetados, pois são as cidades, as pessoas das comunidades locais que são afetadas diretamente e indiretamente por essas mudanças. É preciso que os governos locais comecem a

se mobilizar, discutir e propor meios de implementação de efetivos dessa agenda, trazer a agenda ambiental para a agenda governamental. Governos locais precisam atentar para a incorporação de elementos dos ODS e da Agenda 2030 e suas metas como instrumentos de planejamento e na construção das políticas públicas. É preciso que revisem e elaborem seus instrumentos de planejamento orientados pelos ODS e pela Agenda 2030 para que assim cada município, cada gestor local, reconhecendo em qual estágio de implementação dessas agendas está, possa então avançar, de acordo com o contexto local, na articulação e implementação das políticas públicas e também na mobilização da sociedade, mas o principal é que realmente os gestores locais entendam a essência da frase “desafio global, ação local”. A interface entre as Mudanças Climáticas e diversos desafios enfrentados pelos governos locais tem se destacado cada vez mais.

## 1.1. DESAFIOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GOVERNANÇA PÚBLICA E A IMPLEMENTAÇÃO DA AGENDA 2030 E OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

É cada vez mais urgente e emergencial que os governos locais passem a ampliar, qualificar e dar a importância que o tema exige a respeito das Mudanças Climáticas e a implantação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, para o enfrentamento dos cenários cada vez mais adversos que estão se apresentando diariamente, afetando diretamente os governos e suas comunidades. É preciso que os governos locais comecem a se mobilizar, discutir e propor meios de implementação efetivos dessa agenda, trazer a agenda ambiental para a agenda governamental. Governos locais precisam atentar para a incorporação de elementos dos ODS e da Agenda 2030 e suas metas como instrumentos de planejamento e na construção das políticas públicas. É preciso que revisem e elaborem seus instrumentos de planejamento orientados pelos ODS e pela Agenda 2030 para que assim cada município, cada gestor local, reconhecendo em qual estágio de implementação dessas agendas está, possa então avançar, de acordo com o contexto local, na articulação e implementação das políticas públicas e também na mobilização da sociedade, mas o principal é que realmente os gestores locais entendam a essência da frase “desafio global,

ação local”. Nunca foi tão real como agora, as mudanças climáticas são o maior desafio que a humanidade enfrenta atualmente, tudo mais é decorrente direta ou indiretamente delas, e se são o grande desafio global, a ação local é extremamente importante.

São muitos os impactos diretos e indiretos causados pelas mudanças climáticas, e mesmo a grande maioria da população ainda não se deu conta da gravidade e os gestores públicos locais ignoram que esses efeitos causam e causarão grandes demandas sociais, ambientais, econômicas e estruturais nas suas cidades, essas mudanças já estão aí, nas nossas portas e é urgente que passemos a dar a devida atenção para esse tema e para as ações que possam ser desenvolvidas para poder enfrentar todas as consequências desse desastre anunciado e negligenciado sob os mais diversos argumentos. Essas mudanças já causam e causarão impactos e reflexos na qualidade do solo, comportamento, mutações e até extinção de espécies animais e vegetais, alterações drásticas na qualidade do ar com aumento da poluição e com isso causando enormes demandas nas estruturas de saúde com aumento das doenças respiratórias e inclusive óbitos, alteração no regime de chuvas e com isso mexendo na estrutura de planejamento econômico do setor agrícola, como também trazendo secas e aumento de volumes de chuvas em períodos diversificados e em diferentes localidades, causando impactos estruturais que envolverão defesa civil, assistência social, saúde, setores de serviços urbanos etc.

Grande parte desses impactos diretos e indiretos serão sentidos pelos setores de saúde dos municípios com o aumento das doenças infecciosas, levando-se em conta que essas doenças são transmitidas por alguns vetores, e como as mudanças climáticas provocam mudanças na temperatura, precipitação e umidade, temos como resultado o aumento do risco de transmissão de doenças, e inclusive já é esperado e monitorado que as mudanças climáticas vêm alterando os padrões de doenças, com algumas regiões enfrentando aumentos consideráveis, enquanto outras apresentam reduções de algumas delas, porém apresentam novas doenças atípicas.

Ainda na questão de saúde, grande gargalo dos municípios e um verdadeiro saco sem fundos tal o tamanho dos desafios e necessidades enfrentados pelos gestores locais, os mesmos não olham para a questão das mudanças climáticas como alguma coisa que seja de sua competência,

acreditam que isso é um assunto de cientistas ou mesmo do governo federal, mas é um engano, passou da hora de sair do dilema e da grande armadilha da gestão pública em geral, principalmente a municipal, onde se passa o tempo todo apagando incêndios, fazendo com que as ações importantes sejam sempre deixadas de lado devido às ações urgentes, sendo que é necessário sim cuidar das urgentes, sem deixar de lado as importantes. Voltando à questão de saúde especificamente, lembremos que temos um grande número de doenças que são de veiculação hídrica e o ciclo da água está diretamente ligado ao clima, sendo assim, mudanças no clima que alterem o regime de chuvas podem provocar o aumento de ocorrências de eventos hidrológicos extremos, como inundações, e também longos períodos de estiagem, sendo ambas as situações também causadoras de enormes problemas em outras áreas da vida da comunidade, afetando não apenas a saúde, mas também estruturalmente, socialmente e economicamente. Esses eventos afetam a oferta e a qualidade da água, ameaçando os suprimentos de recursos hídricos para todos, seja no abastecimento humano, animal e econômico. As inundações e estiagens causadas pelos impactos das mudanças climáticas são os principais impactos dessas mudanças sobre a disponibilidade e da qualidade da água a ser ofertada às populações. Por exemplo, fica bem claro e nítido que a estiagem provocada pelo impacto da mudança climática vai implicar no mínimo na modificação da superfície e na qualidade da água subterrânea, provocando inclusive racionamento no abastecimento de água.

Nesse sentido, os governos locais têm um papel fundamental, sua atuação é a essência para que se comece a pensar em um sucesso na implementação dessa agenda de enfrentamento dos efeitos causados pelas mudanças climáticas, principalmente no Brasil, onde os municípios têm autonomia política e administrativa compartilhada com estados e União no que se refere à formulação e implementação de políticas públicas que garantam o acesso a direitos pela população. Afinal, é nas cidades que as pessoas vivem, é nas cidades que as pessoas acessam os serviços e equipamentos públicos, como postos de saúde, creches e escolas, centros de atendimento de assistência social, acesso a saneamento básico, distribuição de água e energia, coleta de lixo, entre outros. Então, sim, trata-se de uma agenda global, mas que tem nos seus atores locais seus principais aliados para a implementação, pois são importantes agentes promotores de ações e

políticas que permitirão alcançar os objetivos que são fundamentais nesse enfrentamento.

Os desafios de implementação e localização dos ODS e implementação da Agenda 2030 nos municípios ainda são muitos, primeiramente pela dificuldade de a grande maioria dos gestores locais, principalmente quanto menor for o município, entenderem a importância dessa pauta e dessa agenda, e segundo pela dificuldade na atualização de dados disponíveis, seguido por engajamento de todas as partes envolvidas do próprio poder público, conhecimento da população sobre a Agenda 2030 e os ODS e de suas importâncias para os municípios e para a estruturação das peças de planejamento, levando em consideração as metas dos ODS, que se forem buscadas e atingidas, conseguimos implementar a Agenda 2030 e assim também termos uma série de ações práticas e eficazes localmente de enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas, e por pequena que seja, será uma colaboração para a diminuição desses efeitos e impactos.

Ano a ano temos testemunhado o aumento de vítimas, muitas delas fatais, e grandes perdas materiais, patrimoniais e financeiras em decorrência de enchentes urbanas e deslizamentos de encostas. Diferentemente de países castigados por fenômenos de origem natural, como terremotos, vulcões e furacões, no Brasil essas reincidentes tragédias hidrológicas, geológicas e geotécnicas estão direta e intimamente associadas à ação humana, especialmente no que toca ao enorme descompromisso com que as administrações públicas, os governos locais e a iniciativa privada têm tratado as relações entre a expansão urbana e as características naturais das áreas ocupadas. A questão ambiental muitas vezes não é levada em conta, e tudo isso agora se agrava com os efeitos causados direta e indiretamente pelas mudanças climáticas. Ou seja, no caso brasileiro, essas tragédias não são exatamente naturais, podendo, portanto, serem evitadas, dependendo apenas de decisões humanas.

Um dos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas como já citamos é a alteração nos ciclos de chuva, e também na sua intensidade, e uma das coisas que mais causa preocupação dos gestores locais é exatamente o período das chuvas. Acontece que esses períodos ou ciclos estão ficando desordenados, desequilibrados e isso também afeta o planejamento das ações a serem executadas. Ainda que com importantes características próprias de cada local, e que devem sempre ser levadas em conta, as enchentes urbanas vêm castigando um número cada vez maior de cidades

brasileiras. Agravantemente, o sistema de drenagem urbana, composto de drenagens naturais e construídas, tem sua capacidade de vazão sensivelmente reduzida pelo volumoso assoreamento provocado por sedimentos originados de processos erosivos especialmente ocorrentes nas frentes periféricas de expansão urbana, entulho de construção civil e lixo urbano. Com o aumento das chuvas devido aos efeitos das mudanças climáticas essas enchentes se tornarão cada vez mais constantes e os prejuízos sociais, ambientais, urbanos, estruturais e econômicos proporcionalmente também aumentarão e se tornarão mais constantes, a menos que realmente se comece a encarar de frente o problema e entender que as mudanças climáticas e seus efeitos já estão batendo às nossas portas há algum tempo.

Quando falamos em governos locais, estamos falando principalmente de municípios, que sim, tal como se apresenta hoje, atualmente é o resultado de uma longa evolução. De simples burgo ou aldeia onde habitavam as populações antigas, transformou-se na célula mater do estado moderno. De fato, a cidade constitui o centro dos fenômenos de ordem social e outros que interessam à convivência humana. Como já dito e repetido, é na cidade que vive a população.

É natural, portanto, que o município tenha se tornado no século XX objeto de tratamento especial, conquistando espaço próprio e competências para a consecução de seus fins. No Brasil, a partir da Constituição de 1988, tornou-se ente federativo, com poder de organizar-se com Lei Orgânica própria, elaborada pelos seus próprios legisladores, integrantes da Câmara Municipal.

Nesse contexto, muitas questões assumiram grande relevo, na medida de sua repercussão nas vidas das pessoas que habitam o município. Trabalho, moradia, meio ambiente, transporte, atividades econômicas, trânsito, saúde, educação, tornaram-se temas obrigatórios na dinâmica municipal.

Paralelamente, os espaços necessários à habitação e ao exercício das atividades verificadas no município passaram a constituir grande preocupação. Afinal, tornou-se indispensável a compatibilização das atividades urbanas com tais espaços, de modo harmônico, visando à integração, o desenvolvimento local, com a busca da melhor qualidade de vida.

Assim, redefinido o papel do município e os direitos e expectativas de seus habitantes, restava conjugar esses elementos urbanos, visando alcançar a expansão e o desenvolvimento possível, que proporcionasse o convívio

pacífico, sustentável e compatível. Essa tarefa, demasiadamente complexa, só poderia ser implementada através de um projeto de planejamento global, com estudo, definição de situações e implantação de diretrizes condicionadoras de toda atividade urbana, acomodando-as de modo a garantir o seu desenvolvimento, de modo integrado e cooperado. Esse projeto foi denominado Plano Diretor, a princípio recomendado como modelo de desenvolvimento integrado municipal.

Observando as transformações havidas no cenário urbano nas últimas décadas, passando pela análise dos princípios e dos condicionamentos trazidos pela Constituição Federal de 1988, destacando a função do plano diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento urbano, para chegar ao Estatuto da Cidade, que coloca a elaboração do plano diretor como condição da efetiva utilização dos mais modernos instrumentos de atuação urbanísticas, que são por ela enfocados isoladamente ou no contexto do processo de planejamento.

No plano diretor são definidas as políticas públicas no tocante ao desenvolvimento urbano em um dado município. Uma vez definidas, por lei, tais políticas passam a ser de observância obrigatória pelo Executivo Municipal, gerando direitos para a coletividade que, em caso de eventual desrespeito, podem ensejar a intervenção do Ministério público no sentido de exigir, pelos meios mais adequados, a efetiva aplicação de suas normas.

O plano diretor municipal, antes visto e entendido como um programa de embelezamento da cidade, é atualmente um instrumento básico de política urbana, destinado à previsão e orientação geral do desenvolvimento da área de planejamento do município.

Tendo em vista que para atingir tal objetivo de planejamento urbano e indutor do desenvolvimento municipal em todas as suas áreas através do plano diretor, temos seis áreas de enfoque principais que mostram maior relevância, aqueles que são os mais indicados e suscetíveis de serem enfrentados de modo mais eficaz através de utilização de certos instrumentos jurídicos. Sendo eles: O desenvolvimento e as transformações urbanísticas, Princípios constitucionais no direito urbanístico, Constituição e políticas urbanas, O planejamento das atividades municipais e o plano diretor, Política urbana – responsabilidades e obrigações, lei 10.257/2001 e o plano diretor.

A finalidade desse enfoque tão grande dado à questão do plano diretor é exatamente mostrar as ferramentas que os gestores públicos locais têm em

mãos e colocá-los frente a frente com as questões das Mudanças Climáticas, Agenda 2030 e ODS, além das questões de segurança alimentar, que estão também presentes em todas essas ações, tendo em vista sua intersetorialidade e transversalidade. E quando falamos de um amplo planejamento, utilizando o Plano diretor para irmos ao encontro aos desafios a serem enfrentados e que são impostos pelas mudanças climáticas, através da implementação da Agenda 2030 e dos ODS, também estamos falando de enfrentamento da insegurança alimentar causada por essas mudanças e por todo um outro contexto socialmente cruel e que está no nosso dia a dia também causando um aprofundamento desses cenários de grande vulnerabilidades que só se agravam com todo esse cada vez maior desequilíbrio socioeconômico-ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há mais como afastar o tema ambiental das discussões diárias em nossas vidas. Desde problemas planetários debatidos nas Conferências do Clima, da Biodiversidade, Rio+20, e tantas outras, como a modificação do sistema viário de nossa cidade ou bairro, tudo nos envolve direta e indiretamente, tudo passa direta e indiretamente pelos governos locais, tudo nos afeta direta e indiretamente, então é hora de começarmos a dar a devida atenção a esses temas e começar a nos mexer e fazer alguma coisa enquanto há tempo para isso, nosso tempo está se esgotando.

Cada dia que passa, o olhar sobre os problemas da cidade, sobre seus conflitos socioeconômicos-ambientais, torna-se mais relevante, na medida em que cerca de 85% da população brasileira vive hoje nos centros urbanos. Pode-se com certeza afirmar o poder dos gestores locais para serem indutores das mudanças necessárias, esse poder advém do poder de controle jurídico-ambiental, dentre todas as outras formas de inserção para proteção ambiental e fomento ao desenvolvimento sustentável, um poder que exerce articulação destacada no interesse da coletividade em seu agir local, e assim enfrentar todos os desafios e vencê-los, se não na escala global, mas na escala local. Assim, se cada um fizer sua parte, na devida missão do servir que esses agentes públicos possuem ou deveriam possuir, conseguiremos enfrentar a insegurança alimentar, a pobreza, a miséria, proporcionar o desenvolvimento sustentável e diminuir os impactos dos efeitos causados pelas mudanças climáticas.

## REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **PORQUE OS ODS SÃO IMPORTANTES PARA OS MUNICÍPIOS.**

Disponível em: <https://ods.cnm.org.br/agenda-2030#conhecaOsods>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS. Disponível em: <https://fnp.org.br/noticias/item/2138-prefeitos-e-gestores-debatem-ods-na-76-reuniao-geral>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE. **Zoneamento Econômico Ecológico.** Disponível em: <http://redezee.datageo.ambiente.sp.gov.br/geonetworkzee/srv/por/catalog.search;jsessionid=570D1C5224B24D227BD3298B3CE3C535#/home> e <http://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/portalzee>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

GOVERNO FEDERAL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Política Nacional de Educação Ambiental.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

SITE <http://www.preventionweb.net/sendai-framework/sendai-framework-for-disaster-risk-reduction>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Tribunal lança plataforma para monitorar ODS no Estado de SP.** Disponível em: <https://www.tce.sp.gov/6524-tribunal-lanca-plataforma-para-monitorar-ods-estado-sp>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Maioria dos municípios paulistas não está preparada para as mudanças climáticas.** Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/maioria-dos-municipios-paulistas-nao-esta-preparada-para-as-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

# **ARTIGOS - SAÚDE E EDUCAÇÃO**



# CATÁSTROFE AMBIENTAL CAUSADA PELA COVID-19 VINCULADA À SOCIEDADE DE RISCO NA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

*José Nivon da Silva*<sup>71</sup>

## INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é “Catástrofe ambiental causada pela Covid-19 vinculada à sociedade de risco na quarta indústria”, com base na Lei 13.709, 2018 e na Lei 6.938, de 1981. Além disso, também apresenta as orientações da Constituição Federal de 1988 e do Direito Ambiental. Em particular, demonstra as Mudanças provocadas pela pandemia da Covid-19.

A problemática tem origem nas seguintes questões: Que mudanças a pandemia da Covid-19 trouxe até o presente momento para a sociedade? E quais são os efeitos e impactos negativos da Indústria 4.0?

---

71 Doutor em Saúde Pública pela Universidade Americana, Asunción, Paraguay. Mestre em Patologia pela Universidade Federal do Ceará. Título de Especialização em Pediatria pela Universidade Federal do Ceará. Título de Especialização em Pediatria e Infectologia Pediátrica – Sociedade Brasileira de Pediatria – Associação Médica Brasileira. Bacharel em Direito pela Universidade Estácio do Ceará. Especialização em Direito Civil e Processual Civil; Direito Penal e Processual Penal, Direito em Saúde; Direito e Processo do Trabalho e Previdenciário. Mestrando em Direito Profissional, Compliance, Mercado e Segurança Humana, Complexo de Ensino Renato Saraiva – Universidade CERS.

O objetivo geral é promover a reflexão sobre o impacto da complexidade industrial no ambiente urbano e indicar o foco da transformação digital urbana. A expressão tecnológica caracterizada pela Indústria 4.0 tem várias etapas do sistema de produção e serviço de transformação industrial tendo a digitalização como objetivo principal.

Com os objetivos específicos: discorrer sobre as essências do Direito ambiental, analisar as facetas da responsabilidade civil efetivadas por danos ambientais, investigar como se dá a efetivação da quarta revolução industrial e os impactos no direito ambiental.

Para ilustrar esse trabalho em detalhes, se fez necessário estudos bibliográficos, documentos e doutrinas de estudiosos renomados (como Daniela Adamek, Frederico Amado, Luana Azeredo, José Gomes Cantoilho, Konrad Adenauer etc.), bem como sites jurídicos que disponibilizam até data e informações sobre o assunto, alguns documentos de Legislação e leis baseadas na Lei nº 13.709 de 2018 e Lei nº 6.938 de 1981. Além disso, propôs diretrizes para a Constituição Federal de 1988 e a Lei do Meio Ambiente.

Para promover a melhor compreensão do tema, a estrutura do presente trabalho foi dividida em duas seções:

A primeira seção: Tratando do Direito Ambiental, considerada um ramo autônomo do Direito Público, por meio dele sistematizam-se normas e princípios voltados à proteção do meio ambiente para garantir uma qualidade de vida saudável às gerações presentes e futuras.

Por fim, provar que o verdadeiro dano ambiental é causado por descasos ambientais dispersos, intangíveis, indivisíveis e altruístas, com consequências genéticas e epigenéticas, e esclarecer que nenhuma delas será confundida com interesses privados ou corporativos por danos ambientais.

A segunda seção: apresenta a quarta revolução das indústrias, do primeiro ponto de vista técnico, a revolução pode ser entendida como uma adaptação ao meio digital, físico e biológico, além de uma adaptação multicultural e multifacetada, permite também o desenvolvimento de projetos multilíngues. A quarta revolução industrial é uma expressão que inclui algumas tecnologias de automação e troca de dados e usa sistemas ciberfísicos, a internet das coisas e conceitos de computação em nuvem.

O foco da quarta revolução industrial é melhorar a eficiência e a produtividade do processo. Demonstrando que a crise da qualificação é um desafio para a sociologia crítica.

## 1. ESSÊNCIAS DO DIREITO AMBIENTAL

Na maioria das doutrinas costuma ser considerada redundante, mas cuida de uma entidade nova e autônoma, diferente do simples conceito de meio ambiente, pois uma gama mais ampla de expressões é considerada mais extensa do que ambientes simples (RODRIGUES, 2021).

Assim sendo, o termo meio ambiente é reconhecido na conceituação do legislador da atuante Lei 6.938, de 1981, em que se desdiz não apenas o conceito de espaço, mas também um ambiente simples: “Art. 3º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I — meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; [...]” (BRASIL, LEI 6.938, 1981).

A dimensão ecológica obrigará ao repensamento da localização da pessoa humana na comunidade biótica, conjuntamente com outros direitos fundamentais dos seres vivos (dos animais, das plantas). Por outro lado, a irradiação ecológica da República justificará a expressa assumpção da responsabilidade dos poderes públicos perante as gerações futuras em termos de autossustentabilidade ambiental (CANOTILHO, 2020, p. 25).

O principal objetivo da legislação ambiental brasileira é controlar a poluição, dentro de padrões aceitáveis, alcançar o desenvolvimento econômico sustentável, atender às necessidades das pessoas contemporâneas sem privar as gerações futuras da dignidade ambiental, como um dos princípios que sustentam a dignidade ambiental, para se ter a proteção do meio ambiente, incluir o tratamento diferenciado com base no impacto de produtos e serviços no meio ambiente e seu processo de formulação e entrega, é o que está mencionado no artigo 170, VI da Constituição Federal (AMADO, 2020).

O “conceito” de desenvolvimento sustentável indicado no documento Nosso Futuro Comum e seus reflexos nos princípios funda-

mentais da Constituição Federal Elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento e dentro de um contexto em que “o meio ambiente não existe como uma esfera desvinculada das ações, ambições e necessidades humanas (grifos nossos)”, o “desenvolvimento sustentável” na definição estabelecida em referido documento, “é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CANOTILHO, 2020, p. 3366).

O direito ambiental é considerado do ramo autônomo do direito público, onde as normas e princípios que visam à proteção do meio ambiente são sistematizadas por meio dele para garantir qualidade de vida saudável às gerações presentes e futuras, o escopo do direito ambiental é proteger o meio ambiente a fim de manter o equilíbrio ecológico e de conservar uma vida saudável para as gerações presentes e futuras, assim destaca o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB, 1988).

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (CRFB, 1988).

Ressalta-se que o artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) é uma cláusula em que se confere o maior grau de proteção legal ao meio ambiente, ecologicamente equilibrado e tem como um baseamento a proteção da vida e da saúde, a manutenção da dignidade humana e a funcionalização ecológica da vida social.

## 1.1. FACETAS DA RESPONSABILIDADE CIVIL EFETIVADAS POR DANOS AMBIENTAIS

Segundo o que se tem no direito ambiental, em que permanecem duas teorias que servem para explicar a responsabilidade civil objetiva recomendada pela PNMA, abrigada pela Constituição Federal de 1988, nos termos do artigo 225, parágrafo 3º (CRFB,1988).

Os procedimentos e atividades que são considerados danosos ao meio ambiente serão sujeitos aos infratores, sendo pessoas físicas ou jurídicas, e as sanções criminais e de administração são independentemente de serem obrigadas a reparar os danos causados (ADAMEK, 2020).

Sobre a declaração que foi aprovada pelo STJ na edição da Jurisprudência em teses que fala sobre o Direito Ambiental:

Em matéria de proteção ambiental, há responsabilidade civil do Estado quando a omissão de cumprimento adequado do seu dever de fiscalizar for determinante para a concretização ou o agravamento do dano causado (ADAMEK, 2020, p. 135).

As restaurações que foram arguidas por responsabilidade civil, os danos ambientais poderiam ser consertados através de restauração natural, como restauração de sítios degradados, compensação ecológica, só quando a restauração for estranha. Pois a restauração natural, através da restauração de outra área similar ou como último recurso, era através de compensação monetária, quando a restauração natural nem compensação ecológica eram possíveis (ADAMEK, 2020).

O direito ambiental possui três facetas da responsabilidade civil que são ocasionadas por danos ao meio ambiente, são conhecidas como preventiva, repressiva e reparadora (RODRIGUES, 2021).

De acordo com o § 1º do artigo 14º da Lei 6.938/81:

§ 1º - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente (BRASIL, LEI 6.938, 1981).

O parágrafo 1º do artigo 14 da mencionada lei acima dispõe que mesmo sem culpa ou dolo, o poluidor deve ser obrigado a indenizar, como sanção de penalidades pelo dano causado.

## 1.2. DANOS AMBIENTAIS

O conceito de poluição dá-se a qualquer coisa deteriorada da qualidade ambiental, ou seja, alterações adversas ao meio ambiente características do ambiente, podendo-se inferir que seja direta ou indiretamente, as atividades que põem em risco a saúde, a segurança e bem-estar da população são fontes de poluição (RODRIGUES, 2020).

Segundo Rodrigues (2020), o dano ambiental real por bens ambientais dispersos, imateriais, indivisíveis e altruístas terá consequências hereditárias e extra-hereditárias, sendo esclarecidas que nenhum dos dois se confundirá com interesses privados ou corporativos por causa de danos ambientais. O dano social é um dano que está fora do balanço do meio ambiente, sua recompensa é altruísta, não tendo apenas a soma de seus interesses pessoais.

Ressaltando que essa distinção pode até ser extraída de nosso direito positivo, a saber, dano patrimonial e extrapatrimonial, aos interesses coletivos em um sentido amplo, é o que está no artigo 1º da Lei 7.347/85 (lei de ação civil pública): “Art. 1º: Regem-se pelas disposições desta Lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: I — ao meio ambiente; [...]” (BRASIL, 7.347, 1985).

A responsabilidade civil pelos danos materiais e morais é causada ao consumidor, ao meio ambiente etc., é evidente notável que o termo moral que foi usado é o oposto de dano material, por isso é o impacto do dano, e tem como melhora de retirá-lo do balanço patrimonial (RODRIGUES, 2020).

Nem toda mudança do ambiente quer dizer que constitui dano ecológico, pois de modo óbvio nem todos os danos podem ocorrer danos à natureza, como atividades de baixo impacto que estão listadas na resolução do CONAMA de nº. 369/2006.

## 1.3. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO DIREITO AMBIENTAL

Para construir o assunto de responsabilidade civil corretamente dano ambiental e dano moral ambiental, é mister realizar pesquisas sobre princípios básicos que fornecem informações para as diretrizes do direito ambiental.

Os princípios poluidores – pagador, é um dos princípios mais extraordinários para garantir a eficácia das políticas ambientais, e atravessar entre eles, o direito ambiental se aproxima da ciência econômica de reduzir as falhas de mercado que levam à degradação ambiental (ALMEIDA, 2018).

Sobre os princípios do desenvolvimento econômico sustentável, são os pilares básicos do direito ambiental brasileiro, eles nutrem as mais diversas formas de controle sobre as atividades potencialmente poluidoras e possuem derivados inúmeros de ações para resguardar as populações tradicionais delas (ALMEIDA, 2018).

Embora no texto da Constituição a República se afirme apenas como princípio politicamente constitutivo, parece legítimo acrescentar-se um outro elemento estruturante – o elemento ecológico. O princípio antrópico sedimenta ainda a base fundacional da República mediante o expresse reconhecimento da dignidade da pessoa humana, mas a Constituição tem importantes sugestões textuais no sentido de uma República ecologicamente autossustentada (CANOTILHO, 2020, p. 25).

Quanto ao princípio das responsabilidades, está estabelecido no parágrafo 3 do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB, 1988) que atualmente a responsabilidade ambiental é dividida em civil, direito administrativo e direito penal:

Art. 225. [...], § 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (CRFB, 1988).

O princípio da prevenção é um dos axiomas mais importantes no direito ambiental, seu fundamento está abertamente relacionado ao fato de que, uma vez ocorrido algum dano ambiental, é impossível repará-lo efetivamente (AZEREDO, 2020). As espécies extintas são danos irreparáveis, é impossível restaurar a flora e a fauna e todos os componentes ambientais em um processo de equilíbrio profundo e contínuo como antes, o desmatamento ocasionará danos irreversíveis, em qualquer caso, no meio ambiente.

## 2. A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E OS IMPACTOS NO DIREITO AMBIENTAL

Na época, a revolução industrial ocorreu com a criação da máquina a vapor que foi feita há 200 anos, constituindo uma mudança importante para o mundo, pois, afinal, a organização econômica, política e social será radicalmente alterada com o avanço da tecnologia. Imagine, então, o impacto da quarta revolução industrial no mundo (FACILES, 2019).

O termo “Quarta Revolução Industrial” ganhou destaque com a sua inserção nos debates do Fórum Econômico Mundial, de Davos (Suíça) a partir de 2015–2016. Um dos fundadores do Fórum, Klaus Schwab, publicou dois livros sobre o tema (SCHWAB, Klaus, 2018 *apud* ADENAUER, 2020, p. 95).

Atualmente, existem muitos tipos de influências no mundo, como alguns exemplos de influências econômicas, ambientais e sociais, e vamos encontrar cada tipo de influência entre elas. Impacto econômico, os elementos técnicos acima podem precisar formar uma cadeia de mercado por meio de plataformas de pequenas empresas, e pequenas empresas que podem se autocontrolar, exceto para fabricantes, suas cadeias de suprimentos podem se tornar cada vez menores. Portanto, com a ajuda da tecnologia, novos modelos de negócios podem ajudar a reduzir a desigualdade social em áreas de baixo desenvolvimento (FACILES, 2019).

Seria possível inserir a Quarta Revolução Industrial, portanto, na atual fase de radicalização da microeletrônica, com desdobramentos para tanto para a “Internet das Coisas”, como para o uso intensivo de algoritmos e sistemas de aprendizado de máquina, em processos que são denominados como “Inteligência Artificial” (VERONESE, Alexandre, 2018, *apud* ADENAUER, 2020, p. 95).

Pesquisas sobre o impacto da quarta revolução industrial exibiram que em certos países, como Alemanha, Japão, Estados Unidos e Reino Unido, a pendência por atenção ao trabalho em risco é imensa em quantidade, pois nas próximas duas décadas, devido à automação da inteligência artificial, poderá ocorrer um risco de extinção de 35% a 47% (FACILES,

2019). No entanto, como ocorre com qualquer mudança, o impacto também pode se ajuizar no meio ambiente e no meio social.

## 2.1 *BIG DATA* NO CONTEXTO DA QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Inicialmente, salienta-se que em dezembro de 2019 surge na China, cidade de Wuhan, um tipo de vírus que trouxe uma nova realidade para a sociedade, e com o surgimento de problemas relacionados à saúde humana, ao transporte público e às atividades econômicas, tais como a indústria, comércio e serviços, que são repentinamente interrompidos, e devido a esta interrupção, é possível advertir que essas ações são ocasionadas em ambiente (GRUBER, 2020).

A Covid-19, segundo Organização Mundial de Saúde (OMS, 2021), como todos conhecem, é causada pelo coronavírus no código SARS-CoV-2, espalhou-se rapidamente em várias partes do mundo e tem diferentes decorrências em humanos.

O coronavírus pertence à família dos vírus que causam infecções respiratórias, é o principal culpado desta doença chamada Covid-19. No entanto, antes de se acercar dos humanos, a pesquisa mostrou como hospedeiro intermediário o pangolim, que é um mamífero vendido na China por sua carne, escamas e uso tradicional na medicina chinesa, mesmo que, no início, os animais não fossem bens vendidos no mercado de Wuhan, a cidade onde o primeiro caso de coronavírus foi registrado, e que podem ser comercializados ilegalmente (ARAÚJO, 2020).

Esses esforços nos levam a discussões e soluções que precisam tratar de forma compartilhada o volumoso conhecimento, mas com uma visão abrangente e global, provocando processos que alteram a maneira de pensar, se comportar e utilizar a tecnologia. É nesse sentido que este relato propõe uma reflexão e debate sobre as questões ligadas ao tema Big Data na direção das transformações na sociedade e na ciência (ADENAUER, 2020, p. 95).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), cerca de 90% da população mundial respiram ar poluído, muitos relatam que a po-

lução do ar é um fator de risco para doenças crônicas não transmissíveis, pois segundo o que os dados mostram em um curto espaço de tempo o meio ambiente é capaz de se restaurar, o que fortalece o conceito de que múltiplas ações podem promover a restauração da qualidade ambiental.

A noção de “Big Data” foi cunhada em 1997 por Cox e Ellsworth (1997), ao debaterem sobre o tratamento de extensos conjuntos de dados em processos centrados na entrada de registros das investigações científicas. Mais adiante, em 2003, nos projetos desenvolvidos junto à Universidade de Washington, surgiram iniciativas empresariais em diferentes instituições para tratar grandes volumes de dados (ADENAUER, 2020, p.94).

Porém, devido à limitação da acumulação e à ineficiência deliberada do país em acabar ou mitigar o impacto da crise, suas consequências estão se tornando cada vez mais destrutivas, e os desastres ambientais também fazem parte dela.

Destarte, além de acessar aplicativos que nos permitem monitorar com eficácia a pandemia, frequentemente recebemos dados e informações de pesquisas, bem como a evolução dos casos (ADENAUER, 2020).

Os eventos que trouxeram como consequência as Revoluções Industriais: a chegada da máquina a vapor – a 1ª. Revolução; a introdução da energia elétrica – a 2ª. Revolução; e o desenvolvimento de circuitos, processadores, chips e posteriormente da internet – a 3ª. Revolução; até chegarmos ao momento do crescimento exponencial da capacidade de computação e a possibilidade de combinar diferentes temáticas e tecnologias. Esse último movimento está sendo nomeado de 4ª. Revolução Industrial (MAGALHÃES; VENDRAMINI, 2018 *apud* ADENAUER, 2020, p. 95).

Segundo Adenauer (2020), partindo-se da primícia do ponto de vista tecnológico, em análise a última Revolução, compreende-se que se trata de alinhamento para adaptação de contextos digital, físico e biológico, no qual se permite elaboração de projetos multilíngues, além de adaptações multiculturais e multifacetadas.

Segundo Adenauer (2020), em razão dos grandes avanços tecnológicos se fizeram necessárias soluções e adaptações, para que haja uma melhor forma de compartilhar as diversas informações, principalmente quanto ao recebimento da grande quantidade de conhecimento. Assim, surge as reflexões e debates entre a utilização do Big Data e as diversas transformações no momento atual, entre o meio social e a ciência propriamente dita.

Como leciona Azeredo (2020), o bombardeio de informação ocorre em diferentes contextos, é precisamente com base no pensamento da catástrofe que tomamos a conexão estrutural da crise como a entendemos, como a base da crise em que nos encontramos, a crise de qualificação é um desafio na literatura sociológica crítica. Atualmente, mesmo com diferentes interpretações da realidade e dos processos históricos, parece haver alguma convergência nos verdadeiros limites da recuperação capitalista desde os anos 1970.

## 2.2 LGPD (LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS): REFLEXOS SOBRE A QUARTA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Avanços significativos na tecnologia social tiveram um grande impacto sobre os dados pessoais dos indivíduos. Com a comodidade e os inúmeros serviços prestados pela globalização, os dados pessoais se tornaram frágeis, o que suscita preocupações quanto à privacidade dos dados do usuário. Diante disso, surgiu a importância da promulgação de uma lei especial (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018) no ordenamento jurídico para garantir a proteção e o tratamento desses dados pessoais.

Em consonância com o avanço significativo da tecnologia na sociedade, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) estabeleceu uma nova realidade, em que é estabelecido que as empresas brasileiras se submetem a um armazenamento de dados para a utilização das informações dos clientes (LIMA, 2020).

A Lei Geral de Proteção de Dados “LGPD” (BRASIL, 2018) nasce com o intuito de gerir a regulamentação dos dados, desde a coleta até o descarte, bem como garantir o direito à privacidade. Sobre o avanço da tecnologia e o direito à privacidade, diminuindo as possibilidades de conflitos.

Destarte, a Quarta Revolução Industrial se caracteriza pela capacidade de fusão das tecnologias entre o mundo físico, mundo digital, até mesmo o mundo biológico, no qual pode gerar mudanças significativas, aprofundando-se em impacto sistêmico (SCHWAB, 2016).

O objetivo principal da LGPD é regulamentar o tratamento dos dados das pessoas físicas por instituições públicas ou privadas, embasados nos princípios da finalidade. Em consonância com a Quarta Revolução Industrial, surge uma nova adequação, caracterizando-se pela necessidade de transparência de novas tecnologias, efetivando-se através de análise de dados, denominados como “big data” (LIMA, 2020).

Vários temas emergentes no campo da gestão de organizações empresariais podem ser identificados hoje. Dentre esses temas, destaque para a Indústria 4.0, também conhecida como Quarta Revolução Industrial. A Indústria 4.0 surge como um novo paradigma industrial, aliado a dispositivos inteligentes, que visa coletar, analisar e utilizar grandes quantidades de dados em tempo real para simplificar o processo e a gestão do sistema produtivo (SCHWAB, 2016).

O desenvolvimento de tecnologia é essencial para otimizar a comunicação e tornar possível e estreitar o relacionamento interpessoal. O mesmo é válido para transações jurídicas. A Quarta Revolução Industrial culminou com a melhoria e aceleração do processo de transmissão e armazenamento de informação (LIMA, 2020).

Conforme mencionado por Schwab (2020), este “acontecimento” alterou profundamente a organização da atividade empresarial e a relação que se estabeleceu entre as empresas e as pessoas singulares ao longo da história, sejam clientes, fornecedores, efetivos parceiros e até trabalhadores prestadores de serviços.

## 2.3 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS AMBIENTAIS E O ENTENDIMENTO DOS TRIBUNAIS

De acordo com o artigo 25, § 3º da Constituição Federal, que previne a incidência cumulativa de sanções administrativas e criminais contra os agressores ambientais, involuntariamente da indenização civil pelos danos, portanto, nas três situações geralmente independentes, um comportamento pode resultar na responsabilidade de uma pessoa singular ou

coletiva, a menos que haja uma disposição legal clara na direção oposta (AZEREDO, 2020).

Nesta linha de entendimento, colacionasse decisão do STF reconhece que também o dever de solidariedade que se projeta a partir do direito fundamental ao ambiente, gerando uma obrigação de tutela ambiental por parte de toda a coletividade (ou seja, particulares) e não apenas por parte do Estado (CANOTILHO, 2020, p. 27).

No entanto, a regra comum é que todas as entidades políticas têm uma capacidade material comum para proteger o meio ambiente e controlar as várias formas de poluição, bem como legislar sobre florestas, caça, pesca, animais, proteção da natureza, defesa do solo e do ambiente natural ao mesmo tempo. Recursos, proteção ambiental e controle de poluição (AMADO, 2020).

Ressalte-se que o poder de licenciamento ambiental não se confunde com o poder de exercício de fiscalização ambiental, podendo ser exercido por diversos ramos, pois todos os entes federados têm o poder constitucional de controlar a poluição da seguinte forma no art. 23, IV, da Constituição Federal:

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural (CRFB, 1988).

Segundo o artigo, os aspectos econômicos da divisão de autoridade entre as entidades e o tipo de cooperação, que é especificado, no entanto, os outros aspectos, como a política, as leis ou a cultura social só podem ser apenas considerados automaticamente (CRFB, 1988).

No entendimento do STJ, onde diz que caso o órgão estadual não realize fiscalizações, mesmo que seja emitida uma licença ambiental, o IBAMA pode exercer o poder de polícia administrativamente, pois não há necessidade de confundir autoridade licenciadora com autoridade fiscalizadora (AMADO, 2017).

O Estado tem o dever de garantir a incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144) através da atividade de prevenção, vigilância e repressão de condutas delituosas. O objetivo das políticas públicas de segurança não deve ser senão o de preservar um ambiente de tranquilidade que permita aos particulares desenvolver suas aspirações e potencialidades. A segurança concebida como redução dos riscos se manifesta também na esfera ambiental (CANOTILHO, 2020, p. 27).

O acordo federal dá às quatro entidades da Federação a capacidade de proteger o meio ambiente por meio de fiscalizações. Pois as agências ambientais federais, sendo incluídas as artes em diferentes campos, têm supervisão constitucional, pois a lei federal, de acordo com o artigo 76 da Lei 9.605/98, estipula a possibilidade de atuação simultânea dos integrantes do SISNAMA (AMADO, 2020).

Contudo, o IBAMA pode fiscalizar atividades que apresentem risco de dano ambiental em benefício da aliança, mesmo que a permissão pertença a outra entidade da aliança. Com isso, a Lei Complementar 140 (BRASIL, 2011), ao registrar alta proporção de infrações administrativo-ambientais, foi encerrada, dando preferência a admitir que os órgãos ambientais cumpram o poder de polícia ambiental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, portanto, que o legislador reconhece o termo meio ambiente na conceituação das leis existentes, 6.938 de 1981. Ademais, não só rejeitou o conceito de espaço, mas também rejeitou o ambiente simples, além disso, o principal objetivo da legislação ambiental brasileira é controlar a poluição, dentro de padrões aceitáveis, alcançar o desenvolvimento econômico sustentável e atender às necessidades das pessoas contemporâneas sem privar as gerações futuras da dignidade ambiental, é o que está mencionado no artigo 170, VI da Constituição Federal.

Destarte, quanto ao meio ambiente degradado, compreende-se que só pode ser restaurado por meio de restauração natural, como restauração de sítios degradados, compensação ecológica etc. Para a restauração natural, através da restauração de outra área similar ou, em último recurso,

através de compensação monetária, no caso de não haver restauração natural nem compensação ecológica.

Os reais danos ambientais causados por bens ambientais dispersos, imateriais, indivisíveis e altruístas terão consequências hereditárias e epigenéticas, e esclarecem que nenhum deles será confundido com interesses privados ou corporativos devido a danos ambientais.

Naquela época, ocorreu a Revolução Industrial com o nascimento da máquina a vapor, ocorrida há 200 anos, que constituiu uma grande mudança no mundo, afinal, a organização econômica, política e social sofrerá mudanças fundamentais junto com o progresso.

No entanto, imagine o impacto da Quarta Revolução Industrial no mundo. Atualmente, existem muitos tipos de influências no mundo, tais como influências econômicas, ambientais e sociais, e encontraremos todos os tipos de influências entre elas. Impacto econômico, os elementos técnicos acima podem precisar formar uma cadeia de mercado por meio da plataforma de pequenas empresas.

A primeira coisa a notar é que em dezembro de 2019 um vírus surgiu em Wuhan, China, trazendo novas realidades para a sociedade e problemas relacionados à saúde humana, transporte público e atividades econômicas, como indústria, comércio e atividades econômicas. O serviço é interrompido repentinamente, e por causa dessa interrupção, pode-se avisar que esses comportamentos são causados no ambiente.

A quarta revolução industrial está sendo vivida por meio de novas tecnologias baseadas na análise massiva de dados (“big data”) a partir de fatores como inteligência artificial e robótica, em um mundo onde os objetos estão interconectados. Os dados estão sendo processados e valorizados cada vez mais economicamente, são considerados o principal insumo da sociedade contemporânea e equivalem ao petróleo em outras épocas.

Ademais, quanto ao principal objetivo da LGPD, acredita-se que é regulamentar o tratamento de dados pessoais por instituições públicas ou privadas.

Destarte, com base no princípio da finalidade, e consistente com a quarta revolução industrial, surgiu uma nova adaptabilidade, que se caracteriza pela necessidade de novas tecnologias e transparência, à análise efetuada se dá o nome de “big data”.

Nessa perspectiva, o progresso tecnológico desempenha um papel central no desenvolvimento da economia capitalista. Desde a primeira revolução industrial, a ciência foi assimilada como a chave para resolver problemas de produção e desenvolvimento de produtos.

## REFERÊNCIAS

- ADAMEK, Daniela. **Direito Ambiental**. Brasília: CP Iuris, 2020.
- ADENAUER, Konrad. A quarta revolução industrial: inovações, desafios e oportunidades. **Cadernos Adenauer xxi**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, n. 1, abril 2020.
- ALMEIDA, Maria Pilar Prazeres de. **O dano moral ambiental coletivo**. Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.
- AMADO, Frederico. **Direito ambiental**. 5. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. (Coleção Sinopses para concursos.).
- AMADO, Frederico. **Sinopses para Concursos - v.30 - Direito Ambiental**. Salvador: JusPodivm, 2020. (Coleção Sinopses para concursos, v. 30.).
- ANDRADE, Robson Braga de. **A proteção de dados veio para ficar**. Disponível em: <https://noticias.portaldaindustria.com.br/artigos/robson-braga-de-andrade/a-protecao-de-dados-veio-para-ficar/>. Acesso em: 28 nov. 2021.
- ARAÚJO, Alana Ramos *et al.* **Covid – 19 [recurso eletrônico] ambiente e tecnologia**. Liton Lanes Pilau Sobrinho, Cleide Calgaro, Leonel Severo Rocha (org.). Dados eletrônicos. Itajai: Ed. da Univali, 2020.
- AZEREDO, Luana Fernandes dos Santos; PEREIRA, Tatiana Dahmer. Colapso do capital e a pandemia como desastre ambiental. **PerCursos**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 136-161, maio/ago. 2020.
- BRASIL. Jusbrasil. **Parágrafo 1º Artigo 14 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. 1981. Disponível em: <https://www.jusbrasil.>

com.br/topicos/11331400/paragrafo-1-artigo-14-da-lei-n-6938-de-31-de-agosto-de-1981. Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL, CRFB. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL, **LEI COMPLEMENTAR Nº 140, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp140.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp140.htm). Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL, **LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm). Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6938compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938compilada.htm). Acesso em: 13 nov. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm). Acesso em: 13 nov. 2021.

CANOTILHO, J. J. Gomes *et al.* **Comentários a Constituição do Brasil**. 2. ed. Saraiva Jur, 2020.

FACILES. Negociação de sucatas industriais, 2019. 4ª revolução industrial: qual o impacto para as indústrias? Disponível em: <https://faciles.com.br/blog/4-revolucao-industrial-impacto-para-industrias/>. Acesso em: 13 nov. 2021.

GRUBER, Arthur. Covid-19: o que se sabe sobre a origem da doença. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/covid2-o-que-se-sabe-sobre-a-origem-da-doenca/>. Acesso em: 29 nov. 2021.

LIMA, Ana Paula Moraes Canto de; ALMEIDA, Dionice de; MOROSO, Eduardo Pereira. **LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados:**

sua empresa está pronta? São Paulo, SP: Literare Books Internacional, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. OMS anuncia nomenclaturas simples e fáceis de pronunciar para variantes de interesse e de preocupação do SARS-CoV-2. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/1-6-2021-oms-anuncia-nomenclaturas-simples-e-faceis-pronunciar-para-variantes-interesse-e>. Acesso em: 29 nov. 2021.

REIS, C. F. B.; HEIDRICH, F.; FACÓ, J. O impacto competitivo na indústria brasileira com a aplicação dos conceitos da indústria 4.0. *In: XX SIMPOI – SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INDUSTRIAIS*, São Paulo/SP, 2017.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental**. 8. ed. Coord. Pedro Lenza. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**. 7. ed. Coord. Pedro Lenza. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. (Coleção Esquematizados@).

RODRIGUES, Marcelo Abelha. **Direito ambiental esquematizado**®. 3. ed. Coord. Pedro Lenza. São Paulo: Saraiva, 2016.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

TRENNEPOHL, Terence. **Manual de direito ambiental**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

# A SAÚDE MENTAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA APRENDIZAGEM

*Luzanilde Oliveira Aguiar*<sup>72</sup>

*Willianny de Souza Silva*<sup>73</sup>

## INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde é o estado completo de bem-estar físico, mental e social e não apenas ausência de uma doença ou de uma dada enfermidade. Ainda de acordo com a OMS, a saúde mental está relacionada às capacidades de desenvolver todas as habilidades, mesmo em meio a situações de todo tipo de estresse e de todos os problemas que surgem, portanto o indivíduo que consegue trabalhar, manter sua vida de forma produtiva e contribuir de fato com a sociedade é considerado saudável, visto que uma pessoa que tem algum problema com saúde mental não consegue ser produtiva, trabalhar e/ou dar continuidade à vida como um todo.

Para compreender como os sujeitos funcionam e respondem aos estímulos externos, podendo se manter ou não saudável, principalmente do ponto de vista mental, faz-se necessário entender um pouco mais sobre o comandante de todo esse processo – o cérebro –, órgão mais importante e complexo do ser humano, capaz de desempenhar todas as funções do corpo. Vale destacar não só a existência de seus dois hemisférios – o es-

---

72 Pedagoga. Especialista em Psicopedagogia e Mestre em Ciência da Educação pela The Grendal College And University (2015).

73 Graduada do Curso de Licenciatura em Química do IFSertãoPE Campus Petrolina.

querdo, responsável pela interpretação lógica e o direito, responsável pelos aspectos emocionais, mas também a diferença entre emoção e sentimento. A emoção representa a forma como o indivíduo reage a um estímulo, refletindo diretamente no comportamento e as respostas desses estímulos às atividades químicas classificadas como hormônios e neurotransmissores (SANTOS, s.d.; MIGUEL, 2015); já o sentimento é produzido, sendo a maneira como o indivíduo interpreta a emoção, havendo nitidamente, para cada sentimento, uma expressão facial e uma postura comportamental característica dos sentimentos primários como o medo, a raiva, a tristeza, a alegria, a surpresa e o nojo (MIGUEL, 2015), sendo, portanto, de extrema relevância a compreensão da atuação dos neurotransmissores em relação aos aspectos de cunho emocional.

## 1. A QUÍMICA DO CÉREBRO E OS TRANSTORNOS MENTAIS/EMOCIONAIS

Os neurotransmissores são substâncias químicas produzidas pelos neurônios, agindo como mensageiros, percorrendo distâncias curtas e permitindo a comunicação entre os neurônios, criando uma sinapse (DE ANDRADE, 2003). Os neurotransmissores são classificados em três categorias: excitatório (gera sinal elétrico e estimula a célula alvo), inibidor (diminui as chances de a célula alvo agir e inibe alguma ação no corpo) e moduladores (contrário aos demais, não está restrito à fenda sináptica), além de possuir um papel fundamental no sistema nervoso. Podendo ser relacionado às emoções e sentimentos (PIMENTA, 2018).

A dopamina ( $C_8H_{11}NO_2$ ) pertence à família das catecolaminas e das feniletilaminas, é um neurotransmissor inibidor, associado às sensações de prazer e satisfação, e atua de diferentes formas no cérebro e no corpo. A liberação ocorre pela estimulação da célula nervosa que percorre para o espaço sináptico por meio da exocitose (DE ANDRADE, 2003). Enquanto no organismo, a dopamina é liberada através de exercícios, alimentos com baixo índice glicêmico e ricos em tirosina, músicas, meditação, dentre outros (CFQ, 2020).

A serotonina ( $C_{10}H_{12}N_2O$ ) é o hormônio e neurotransmissor associado ao humor e bem-estar. Atua no cérebro através de comunicações entre as células nervosas. É responsável por estabilizar e regular o estado de hu-

mor, sono, apetite, temperatura corporal e ritmo cardíaco. A serotonina pode ser liberada por meio de alimentos ricos em triptofano e prática de exercícios. Também é encontrada em diversos cogumelos e plantas (DE ANDRADE, 2003; BASTOS, 2020; CFQ, 2020).

Ocitocina ou oxitocina ( $C_{43}H_{66}N_{12}O_{12}S_2$ ), mais conhecido como o neurotransmissor do amor, é produzido pelo hipotálamo e liberado na corrente sanguínea, responsável por promover não só a sensação de prazer e afetividade de forma geral, mas também a contração durante o parto e período de amamentação, além da melhoria de bem-estar social e coletivo, controle de vícios e estresse, e aumento do prazer sexual. Pode ser liberado por alimentos estimulantes como o chocolate, oleaginosas e proteínas e por meio de medicamentos indicados para o tratamento do Transtorno de Depressão Maior e Transtorno de Ansiedade Generalizada (CFQ, 2020).

O ácido gama-aminobutírico ( $C_4H_9NO_2$ ), conhecido como GABA e neurotransmissor que inibe o sistema nervoso central causando sensação de calma e relaxamento, e indução do sono. Também é responsável pelo tônus muscular. Hábitos saudáveis, prática de exercícios e restrição de cafeína podem elevar os níveis de GABA no corpo humano (BASTOS, 2020; CFQ, 2020).

Acetilcolina ( $C_7H_{16}NO_2$ ) foi o primeiro neurotransmissor a ser descoberto, possui grande importância no sistema nervoso central e atua como regulador da memória, aprendizado e sono. É fundamental que a concentração de acetilcolina seja mantida para que não haja comprometimento da memória e concentração, e o processo de aprendizagem, além de contribuir para a prevenção da doença de Alzheimer. Alimentos ricos em colina e vitamina B5 são recomendadas para que o organismo produza o hormônio neurotransmissor (DE ANDRADE, 2003).

O neurotransmissor noradrenalina ou norepinefrina ( $C_8H_{11}NO_3$ ) pertence à família das catecolaminas e precursor da adrenalina. Possui diversas funções no corpo e está relacionado diretamente ao sistema de alerta e concentração, e atua como hormônio quando fora do sistema nervoso. Em situações de estresse, o sistema de fuga e luta é acionado e desencadeia uma série de sintomas como o aumento da frequência cardíaca, dilatação das pupilas, respiração ofegante, e outros. É possível que a falta/redução da noradrenalina, serotonina e dopamina na fenda sináptica provoque sintomas de depressão (DE ANDRADE, 2003; CFQ, 2020).

Adrenalina ou epinefrina ( $C_9H_{13}NO_3$ ) é liberado pela corrente sanguínea e trabalha sobre o sistema cardiovascular, mantendo o corpo em estado de alerta. É produzida quando em situações de medo, prática de esportes, antes de situações importantes ou de fortes emoções. Mantém a frequência cardíaca e pressão arterial, e em excesso pode ocasionar o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, neurológicas, psiquiátricas e outras (DINIZ, 2020; CFQ, 2020).

A endorfina ( $C_{17}H_{19}NO_3$ ) age como mensageiro por meio de comunicação entre as células nervosas, atua como neurotransmissor da felicidade, bem-estar, bom humor, e alívio de dores, estresse e tensão. O carinho, a afetividade e exercícios produzem o hormônio. É essencial a liberação de endorfina para impedir as constantes oscilações de humor, ansiedade, falta de ânimo etc. (DE ANDRADE, 2003; CFQ, 2020).

Partindo do conhecimento da química cerebral humana e tendo em vista que antes da pandemia os estímulos externos eram diferentes, pois as pessoas eram multitarefas, davam conta de várias atividades ao mesmo tempo, tinham uma vida mais agitada com tantos compromissos e que, de repente, foram freadas numa interrupção abrupta, ficando confinados em seus lares, tendo que mudar os hábitos e repensar a sua realidade, fica perceptível que todas essas alterações também modificaram o funcionamento da química do cérebro.

A pandemia de 2020 trouxe muitas instabilidades para todos, porém aos poucos está sendo controlada, apresentando desenhos de que a vida está voltando ao normal, o que gera questionamentos sobre se, realmente, o normal de cada um poderá voltar a ser como antigamente, se terá que se adaptar aos acontecimentos ou se será bem diferente de agora em diante. Essas mudanças e preocupações agravaram os índices relacionados aos transtornos mentais e comportamentais, em especial no Brasil, pois conforme dados de uma pesquisa realizada pela OMS em 2017, a depressão afetava mais de onze milhões de pessoas, o transtorno de ansiedade mais de 18 milhões, além de todos os outros, como a síndrome do pânico, os transtornos relacionados ao estresse e alimentares. Esses percentuais foram ampliados com a pandemia.

A depressão foi negligenciada por muito tempo por ser confundida com tristeza, por isso é importante saber que faz parte da normalidade o sujeito sentir tristeza quando um evento esporádico acontece em sua vida,

mas quando essa tristeza se torna profunda demais, duradoura demais, merece mais atenção. Além disso, a depressão era considerada pieguice e, até o momento presente, há aqueles que não compreendem bem os transtornos emocionais e acabam por lidar inabilmente com essa questão. Vale ressaltar que o público feminino tem sido mais afetado em relação à depressão pela variação hormonal, não querendo dizer que homens não sofrem também com esse transtorno.

É preciso entender que a depressão se apresenta em diferentes níveis, podendo culminar em tragédia caso não seja tratada. Uma pessoa com depressão vai perdendo sua própria identidade e vai deixando de ser quem ela é e vai desenvolver transtorno de sono e falta de viscosidade, não conseguindo realizar atividades antes rotineiras para ela, e sem o tratamento adequado, os problemas vão se agravando.

Após a pandemia, o número de pessoas com transtorno de ansiedade aumentou consideravelmente, mas é importante saber que a ansiedade é um processo de defesa e preservação da nossa espécie. Trata-se de uma reação do corpo, gerada pelo sistema nervoso autônomo que age de forma independente do pensamento racional em situações específicas, todavia quando ela se torna crônica, o indivíduo sente o tempo todo as reações – medo, frio na barriga, falta de ar, taquicardia, síndrome do pânico, fobias, dentre outras, sem motivos aparentes. Ressalta-se que os transtornos mentais/emocionais causam impactos severos na aprendizagem e na educação, visto que uma pessoa que não está saudável emocionalmente dificilmente desempenhará com louvor atividades escolares, exames de qualificação e até mesmo engajamento na vida social.

Os transtornos referentes ao estresse liberam uma grande quantidade de cortisol, substância que impacta de diversas maneiras o organismo, uma delas é acabar com o sistema imunológico, deixando-o mais suscetível a infecções oportunistas, além de fragilizar diretamente uma região cerebral conhecida como hipocampo, uma estrutura cerebral que modula a formação de memórias de longo prazo.

O estresse é o estado emocional desagradável que ocorre quando as pessoas estão inseguras quanto a sua capacidade para enfrentar um desafio percebido em relação a um valor importante. (HOLLENBECK, 2006 *apud* PEREIRA, L. 2012). Portanto, um sujeito em estado de estresse

tem maior dificuldade em armazenar informação, isto é, em transformar memórias de curto prazo em memórias de longo prazo.

Na pandemia também foram desenvolvidos os transtornos alimentares, tanto com a ausência da alimentação quanto com o aumento da obesidade. No segundo caso, há o consumo excessivo de alimentos ricos em açúcares, que interferem numa via dopaminérgica cerebral relacionada ao centro de prazer do cérebro, demonstrando que, na verdade, o sujeito busca a satisfação por intermédio da comida.

## 2. FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRANSTORNOS MENTAIS/EMOCIONAIS E AS IMPLICAÇÕES NA APRENDIZAGEM

Diante da compreensão em relação aos vários distúrbios que podem se manifestar em qualquer indivíduo independente da faixa etária, torna-se essencial conhecer os fatores de risco que não só na pandemia, mas em todos os momentos da vida podem levar ao desenvolvimento de um dos transtornos citados anteriormente. O primeiro deles é a pressão por alta performance, pois vive-se numa sociedade na qual não há vagas em todas as áreas e, por isso, é preciso se destacar para atingir o objetivo almejado, ou seja, fazer o que os outros não fazem para chegar aonde os outros não estão. Quando essa pressão começa a impactar na vida social, na aprendizagem, é o momento de parar e refletir, não que a pessoa tenha que fazer menos, mas precisa aprender a lidar com esse tipo de situação. Para tanto, em alguns momentos a atividade física, o acompanhamento terapêutico/psicológico e a meditação são estratégias que ajudam a colocar esse indivíduo no prumo novamente, ou melhor, em equilíbrio.

Outro fator de risco é o isolamento social, haja vista que o homem é uma espécie social e não foi concebido para se manter em isolamento. Desse modo, a falta de contato com os pares gera alto nível de estresse e diversas situações que propiciam o surgimento dos transtornos de saúde mental. Nessa perspectiva, é fundamental interagir com seus pares, sentir-se benquisto dentro de um grupo e poder aliviar as tensões do dia a dia, através desse tão importante convívio social.

O terceiro fator de risco, é o chamado “excesso de telas”, que nas crianças, por exemplo, acaba castrando a criatividade, impedindo o

desenvolvimento da coordenação motora fina, acentuando problemas com o sono, como também problemas no armazenamento das memórias, pois os pequenos estão cada vez mais delegando para o computador a tarefa de armazenar as informações. Dando continuidade, o quarto fator de risco é a digitalização das relações, onde se tem milhares de amigos nas redes sociais, mas ao chegar ao final de semana, não há com quem conversar. Vale refletir acerca das relações virtuais e como estas interferem na saúde mental, pois é comum ver a vida do outro nas redes sociais, com registros indo a festas, sempre bem vestido, sem problemas financeiros, sem problema de saúde e ter a impressão de que a vida dele é melhor, quando na verdade nem sempre o que está posto condiz com a realidade.

Por último e não menos importante, está o fator de risco inerente à redução da qualidade do sono, muito visível no grupo dos adolescentes que sempre tem muito sono, mas que agora estão demonstrando problemas para dormir e mesmo quando dormem muito, a qualidade desse sono não está sendo boa e isso vai impactar também na formação de novas memórias e, conseqüentemente, na aprendizagem. Portanto, torna-se imperioso fugir um pouco dos fatores de risco a fim de preservar a saúde mental e a capacidade de aprender, já que a aprendizagem

É uma atividade individual que se desenvolve dentro de um sistema único e contínuo, operando sobre todos os dados recebidos e tornando-os revestidos de significado. Este ato não é limitado à intenção ou ao esforço para reter itens ou habilidades deliberadamente repetidas de momento a momento, mas se amplia na qualidade do aprendido, no grau de abstração e com o transcorrer da idade (CIASCA, 2004, p. 24).

### 3. AS FUNÇÕES EXECUTIVAS CEREBRAIS E SUA RELAÇÃO COM A APRENDIZAGEM

Não há como dialogar sobre transtornos mentais e aprendizagem sem discorrer sobre as funções executivas, entendidas como conjuntos de habilidades que permitirão o engajamento de qualquer pessoa na tomada de uma determinada atitude, pois as referidas funções regularão o com-

portamento, a aprendizagem e a emoção, além de corroborarem na definição de um objetivo e no estabelecimento de metas. Ressalta-se que as funções executivas ficam alocadas numa região cerebral chamada córtex pré-frontal, região do cérebro que começa a se desenvolver no nascimento e termina o seu desenvolvimento por volta dos vinte e quatro anos de idade. Durante esse período, essas funções são trabalhadas, estimuladas e interagem com as demais áreas corticais.

O córtex pré-frontal está intimamente conectado com o córtex associativo posterior, a mais elevada estrutura de integração perceptiva e de reconhecimento multissensorial (visual, auditivo e tátil - cinestésico), e obviamente conectado com o córtex pré (psico) motor, com os gânglios da base e com o cerebelo, todos envolvidos na planificação, controle e execução da motricidade (FONSECA, 2009, p. 20).

As funções executivas, de forma simplificada, são compostas por memória operacional ou de trabalho, controle inibitório e flexibilidade cognitiva, os quais impactam todos os âmbitos da vida do sujeito, assim sendo, quanto melhor for o desenvolvimento das ditas funções, com mais sucesso será a vida futura, pois a capacidade de planejamento, de solucionar problemas e de raciocinar serão exitosas em todas as áreas.

O controle inibitório pode ser compreendido como a capacidade de resistir à tentação, a reflexão antes da ação e das dificuldades, assim como a habilidade em permanecer focado numa dada tarefa apesar do tédio, da falha inicial e dos contratempos. Pessoas com melhor controle inibitório possuem melhor saúde, melhores empregos, maiores rendas, menos problemas com a lei, maior qualidade de vida, casamentos mais duradouros, entre outros (TERRIE MOFFITT *et al.*, 2011, p. 4).

A memória operacional ou de trabalho permite a realização de determinadas funções cotidianas por um curto período. A memória de curto prazo, por exemplo, dura pouco, mas dura mais do que a memória de trabalho. Diante disso, a aprendizagem dará mais um passo, que é a consolidação da memória de curto prazo em memória de longo prazo, para tanto, é necessário entrar em contato com a informação várias vezes para

obter uma via metabólica mais robusta, haja vista que os neurônios, os axônios aumentam de tamanho cada vez que a pessoa tem uma memória de longo prazo sendo formada.

Quando a emoção está envolvida em determinada situação, esse evento vira uma memória de longo prazo muito mais facilmente. Vale lembrar que a aprendizagem nada mais é do que ter atenção em uma determinada situação, portanto, não se aprende nada sem atenção, então, ter atenção, consolidar a informação, exercitar pra depois acessar essa informação quando for necessário é de extrema relevância, assim como é preciso ter uma boa alimentação, nutrientes disponíveis, pois o cérebro não funciona sem combustível.

Para consolidar a memória, o sono é um elemento importante, sem ele aquela memória do que foi aprendido pela manhã, por exemplo, não virará memória de longo prazo, logo, ter sono de qualidade é essencial para a realização de conexões neurais que façam o indivíduo evocar essa memória e sendo o hipocampo a região responsável pelo processamento da memória, por alocar essa memória de longo prazo e estar próximo à amígdala cerebral, região relacionada à questão emocional, pode-se afirmar que as emoções contribuirão efetivamente para a consolidação da memória de longo prazo.

Flexibilidade cognitiva foi a habilidade mais desenvolvida nesse período pandêmico, já que é a capacidade de se adaptar a diferentes situações, de ter empatia pelo outro, de pensar fora da caixa e de entender que para uma mesma situação existem respostas diferentes. Essa flexibilidade auxilia a superar obstáculos, tirar vantagens de atividades inesperadas, admitir o erro, desenvolver um novo plano de ação, desenvolver a criatividade e trilhar novos caminhos e perspectivas.

Em síntese, as funções executivas impactam diversas áreas da vida e dependem do córtex pré-frontal e de algumas regiões interconectadas para se desenvolverem e corroborarem para a aprendizagem e na saúde mental do sujeito, tendo em vista que o cérebro humano trabalha melhor quando não está em estado emocional de estresse. Quando muito estressados, os indivíduos liberam excessivamente o cortisol que agirá diretamente no hipocampo que, por sua vez, não conseguirá consolidar a memória de longo prazo da maneira com a qual deveria.

## 4. DETERMINANTES QUE AUXILIAM A SAÚDE MENTAL, MANTENDO O EQUILÍBRIO E ASSEGURANDO APRENDIZAGEM

É preciso relaxar, já que nada está sob nosso controle, não precisa ser tão duro consigo mesmo quando se comete erros, o ser humano não é um robô, é passível de falha. A maior fonte de estresse é sentir que não conseguirá dar conta, que não suprirá as expectativas dos outros, por isso se faz necessário motivar crianças e adolescentes para uma nova visão de ser e viver. Outro aspecto a considerar é que o cérebro funciona melhor quando não se sente sozinho ou socialmente isolado, o que prova o impacto devastador que a pandemia causou na cognição de todos, em especial das crianças e adolescentes.

Torna-se primordial manter hábitos sociais e emocionais saudáveis, como também se alimentar bem, praticar atividades físicas que melhoram as funções executivas e buscar manter o equilíbrio evitando os fatores de risco, através de pequenas mudanças na rotina como desligar todo e qualquer tipo de tela pelo menos uma hora antes de dormir, porque a iluminação dessas inibe a produção da melatonina que agirá em diversas áreas cerebrais, principalmente no momento do sono, convertendo a memória de curto em longo prazo. Quando o sujeito acaba de usar a tela e dorme imediatamente produz níveis menores de melatonina, ocasionando problemas na consolidação de memória.

Uma prática cientificamente comprovada como eficiente é a meditação, entendida como uma excelente ferramenta para o retorno ao estado de equilíbrio e para a modulação de diversas regiões do cérebro, desde o hipocampo, córtex pré-frontal, ínsula, dentre outros.

A Saúde Mental é o elo entre o aprender e o poder viver na escola, ou em sociedade. É preciso dissociar que aprender é apenas uma questão cognitiva, da inteligência e comportar-se, uma questão moral ou afetiva. Os interesses de aprendizagem das crianças e dos jovens, as suas reações emocionais, como se relacionam com as pessoas e com suas tarefas, fazem parte de um TODO e implicam na saúde mental (RANIERI, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo constata que a saúde mental fragilizada apresenta inúmeras interferências no cotidiano das pessoas, como trabalhar, estudar e/ou desempenhar qualquer outra atividade. Um fato interessante que vale salientar é que em março de 2020 a OMS avaliou que a Covid-19 caracterizava-se como pandemia, e essa notícia não trouxe apenas um alarde para os dias futuros, mas também uma enorme sobrecarga emocional, onde o isolamento social se fazia necessário e essencial para a sobrevivência de todos, dando adeus aos abraços acolhedores e sorrisos esperançosos para a vinda de abraços virtuais e uso de máscaras faciais. E com isso os casos de ansiedade e depressão aumentaram drasticamente, principalmente em jovens.

Apesar da saúde mental ser debatida frequentemente atualmente, a temática ainda é um assunto delicado. As pessoas sentem receio de falar abertamente sobre seus problemas e de buscar ajuda profissional, por isso o debate é extremamente necessário, para que essas questões sejam normalizadas. Para tanto, é essencial o conhecimento de todos os fatores que ocasionam e/ou agravam o desenvolvimento de transtornos mentais, assim como o entendimento de que alguns neurotransmissores são apontados como as principais fontes da depressão. Logo, é necessário que haja a compreensão e identificação dos neurotransmissores que foram prejudicados em decorrência da depressão (DINIZ, 2020). Portanto, a adoção de cuidados com a saúde mental deve ser diária para manter o estado mental e emocional em equilíbrio e uma qualidade de vida satisfatória.

## REFERÊNCIAS

- BASTOS, Sarah Viana Barreto. **Neuroquímica da depressão**: uma revisão integrativa. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biomedicina) – Faculdade Nova Esperança de Mossoró. p. 17-28, 2020.
- BRASÍLIA. Conselho Federal de Química. **A química das emoções**. Brasília, p. 3-10, 2020.
- CIASCA, S. M. Distúrbios e dificuldades de aprendizagem: uma questão de nomenclatura. *In*: Ciasca SM, ed. **Distúrbios de aprendi-**

**zagem:** proposta de avaliação interdisciplinar. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, p. 24.

DE ANDRADE, Rosângela Vieira *et al.* Atuação dos neurotransmissores na depressão. **Sistema nervoso**, v. 2, p. 3, 2003.

DINIZ, Júlia Pickina *et al.* Ação dos neurotransmissores envolvidos na depressão. **Ensaio e Ciência C Biológicas Agrárias e da Saúde**, v. 24, n. 4, p. 437-443, 2020.

FONSECA, V. **Psicomotricidade e neuropsicologia:** abordagem evolucionista: Rio de Janeiro: Wak; 2009, p. 20.

MIGUEL, Fabiano Koich. Psicologia das emoções: uma proposta integrativa para compreender a expressão emocional. **Psico-usf**, v. 20, p. 153-162, 2015.

MOFFITT, Terrie E. *et al.* A gradient of childhood self-control predicts health, wealth, and public safety. **Proceedings of the national Academy of Sciences**, v. 108, n. 7, p. 2693-2698, 2011. Disponível em: [pnas201010076](https://doi.org/10.1073/pnas.201010076) 2693..2698. Acesso em: 24/12/2021.

PEREIRA, Luciano Santana. Motivação de indivíduos e grupos de trabalho. **Maringá: Cesumar**, p. 28-35, 2012.

PIMENTA, Tatiana. Conheça todos os tipos de neurotransmissores e saiba por que eles são importantes para sua saúde. **Vittude**. Disponível em: <https://www.vittude.com/blog/neurotransmissores/>. Acesso em: 24/12/2021.

RANIERI, P. Saúde Mental e aprendizagem, uma relação fundamental. **Pedagogia e Psicopedagogia**. Disponível em: [www.priscillaraniei.com.br](http://www.priscillaraniei.com.br). Acesso em: 20/01/2022.

SANTOS, Vanessa Sardinha dos. Cérebro humano. **Brasil Escola**. Disponível em: <https://brasilescuela.uol.com.br/biologia/cerebro-humano.htm>. Acesso em: 24/12/2021.

# REFLEXÕES ACERCA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE

*Diego Freitas da Silva*<sup>74</sup>

## INTRODUÇÃO

Antes de mais nada, é relevante ressaltar que saúde é um dos espaços sócio-ocupacionais que mais demanda a mão de obra do serviço social no cenário brasileiro, sobretudo a partir das alterações ocorridas na relação entre o Estado e a sociedade civil decorrentes de algumas conquistas históricas reconhecidas na Constituição cidadã de 1988. Ademais, vale lembrar que dentro das instituições em que a profissão é chamada a atuar na área as principais atividades a serem desenvolvidas estão relacionadas a seu caráter eminentemente pedagógico, assumindo um compromisso direto com a educação popular. Nesse sentido, o presente texto tem como intuito realizar uma reconstrução da questão da saúde no Brasil e da própria história da profissão, não apenas para contribuir com o acúmulo teórico acerca da importância da atuação da profissão na área da saúde como também para discorrer sobre a sua relação com a educação popular em saúde. A metodologia adotada aqui foi a revisão da bibliografia considerada pertinente à temática em consonância com análise de alguns documentos oficiais do país e do conselho de classe dos(as) assistentes sociais. Outrossim,

---

74 Graduando em Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

o método adotado para interpretar esses documentos e a bibliografia foi o materialismo histórico-dialético.

## 1. SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: UM DIREITO EM DISPUTA

Em primeiro lugar, é pertinente destacar que para compreender as atuais estratégias de atenção à saúde no Brasil é relevante realizar o resgate de alguns elementos que envolvem a própria questão sanitária na constituição sócio-histórica do país. Nesse sentido, partindo da abolição da escravidão, que ocorreu em 1888, e, respectivamente, com o advento da república velha, em 1889, é possível identificar que houve um expressivo aumento da densidade populacional, em território nacional, tendo em vista as estratégias de embranquecimento da população brasileira, fomentadas pelo Estado, por meio da importação de mão de obra europeia (POPULAR, 2020).

Vale lembrar que esse contexto é marcado pela produção de café para o exterior e, dessa forma, a população, que constituía a força de trabalho da época vivia amontoadas aos arredores dos portos onde ocorriam as exportações. É nesse contexto que a temática envolvendo o processo saúde-doença começa a se tornar relevante socialmente tendo em vista as expressões da radicalização da questão sanitária do país na classe social hegemônica uma vez que não só o estado de saúde das famílias ricas que estava começando a ser ameaçado como também o próprio processo de acumulação privada dos barões de café, já que o cenário não era muito propício à importação de mão de obra e nem mesmo para a exportação do seu produto. Então, é nesse contexto que o Estado, pressionado pelas classes dominantes, começa a investir em pesquisas acerca do assunto (POPULAR, 2020).

Ambas as condições – tanto o aumento da população quanto o aumento da exportação do café – elevaram a quantidade de epidemias, como febre amarela, tifo, cólera, peste bubônica. Essa situação levou a elite brasileira a pressionar o Estado para que intervisse na situação formulando políticas públicas objetivando combater tais doenças. A preocupação da elite não era cuidar de todos, mas

para se proteger e salvar a exportação do café, uma vez que a grande quantidade de epidemias no Porto de Santos dificultava a exportação de café e a entrada de imigrantes, fundamentais para atender a necessidade de mão de obra para os barões cafeicultores (POPULAR, 2020, p. 47).

Num primeiro momento, os serviços de oferta de saúde, a partir da perspectiva científica, eram muito poucos e restritos aos segmentos mais abastados da população, sobrando para a massa a “medicina tradicional”, praticada por curandeiros (FILHO, 2000). No entanto, com o tempo a lógica da caridade cristã atrelada à radicalização da situação epidemiológica no país e, respectivamente, o medo da classe dominante de ser afetada por esse cenário, surgem as primeiras iniciativas destinadas aos cuidados com a saúde dos pobres. Esses foram realizados nas denominadas casas de caridade e tinham um viés centrado na difusão da doutrina judaico-cristã.

No entanto, o cenário brasileiro é bastante alterado a partir da década de 1930, quando a economia brasileira para de depender apenas do café e, por sua vez, o país começa a industrializar-se. Então, é nesse contexto de integração social de expressivos contingentes de trabalhadores na estrutura sindical getulista que o Estado começará a implantar as políticas sociais, atendendo a algumas demandas históricas da classe trabalhadora (SIMÕES, 2006). Isso se dá não apenas devido à pressão do movimento político organizado da classe trabalhadora, na reivindicação de seus direitos, como também aparece enquanto uma estratégia de Getúlio para conter processos revolucionários, impulsionados pelos ideais anarquistas e marxistas que são bem expressivos no cenário à época. Ou seja, as políticas sociais surgem enquanto produto da mediação de interesses entre os setores que representam a burguesia e aqueles que representam a classe trabalhadora.

Outrossim, é diante desse contexto que surgem as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) e, em seguida, os Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) e, assim, foi sendo constituído não apenas um sistema de previdência social como também de assistência à saúde que, aliás, perdura até 1988, quando, finalmente, são substituídos pelo atual SUS (Sistema Único de Saúde), com um caráter eminentemente corporativista (POPULAR, 2020).

Entretanto, é pertinente enfatizar que o SUS não aparece enquanto fruto de um processo de aperfeiçoamento inevitável das CAPs e das IAPs, mas como produto de uma longa disputa, da classe trabalhadora organizada politicamente, na sociedade civil e no Estado, pelo reconhecimento do direito à saúde que tem início com o movimento em prol da reforma sanitária no começo da década de 1970. Esse movimento foi importante porque propunha muito mais do que apenas revisão do conceito de saúde como também a atribuição do papel do Estado no que concerne a sua proteção, promoção e recuperação (PAIM, 2007).

O Sistema Único de Saúde é fruto de uma luta social pela redemocratização do Estado brasileiro, de uma concepção de sociedade que efetive, por meio de políticas de desenvolvimento (emprego, renda, moradia e saneamento), de seguridade social e de saúde, o direito de todos os cidadãos terem boa qualidade de vida. Essa compreensão atribui ao Estado um papel fundamental na constituição, no financiamento e na efetivação de políticas públicas em geral e, especificamente, de seguridade e saúde (POPULAR, 2020, p. 58).

Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988, absorvendo a demanda desses sujeitos, prevê, em seu texto, a saúde enquanto um direito social fundamental que deve ser garantido por meio de políticas sociais e econômicas. Logo em seguida, a Lei Federal 8080, de 19 de setembro de 1990, veio para regulamentar o Sistema Único de Saúde brasileiro. Este surge com o objetivo da implantação/formulação de uma política nacional de saúde destinada a garantir condições de vida salubres, prevenir riscos, doenças e agravos à coletividade e, além disso, assegurar o acesso equitativo aos serviços assistenciais de atenção à saúde, garantindo, assim, atenção integral aos usuários. Ademais, compete aos SUS identificar os fatores condicionantes e determinantes da saúde. (BRASIL, 1988) Além disso, diferente das demais políticas da seguridade social brasileira (a assistencial social e a previdência), o sistema único de saúde caracteriza-se por sua universalidade:

O SUS é um sistema universal, de que é usuária toda a população brasileira, rica ou pobre. Mesmo os que não o utilizam, dele se beneficiam por meio de campanhas de vacinação, ações de prevenção

e de vigilância sanitária (como o controle de sangue e hemoderivados, registro de medicamentos e outros) e de eventual atendimento de alta complexidade, assumido pelos hospitais públicas universitários, onde se encontram os melhores especialistas, quando é recusado pelos planos particulares de saúde (SIMÕES, 2006, p. 128).

Esse sistema é responsável por ofertar um conjunto de ações de atenção à saúde, na perspectiva da promoção, prevenção e assistência. As estratégias de prevenção são fomentadas em âmbito nacional, e envolvem ações de vigilância sanitária acerca de produtos, alimentos e serviços, ações de vigilância epidemiológica no que diz respeito a doenças e agravos, a vigilância ambiental, incluindo ambientes de trabalho, e as ações de imunização em relação a um conjunto de doenças. Além disso, ele tem diversas outras funções essenciais à nossa dinâmica societária, tais como a formulação de política de medicamentos, equipamentos e imunobiológicos; fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebida para o consumo e na formulação/execução de políticas que envolvam sangue e seus derivados (BRASIL, 1988).

## 2. O OBJETO DO SERVIÇO SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM A SAÚDE

Acima de tudo, é importante elencar que o serviço social é uma especialização sociotécnica do trabalho coletivo voltada a realizar intervenções nas expressões da questão social que, de acordo com a perspectiva de Carvalho e Yamamoto (1983, p.77) pode ser definida da seguinte forma:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

Assim sendo, é possível compreender que a profissão está diretamente relacionada com o desenvolvimento e consolidação do modo de produção

capitalista. Dessa forma, as intervenções do serviço social sobre a realidade visam propiciar as condições sociais e materiais para a reprodução da classe que vive do trabalho e, respectivamente, a garantia da existência do capitalismo enquanto forma de produzir e “distribuir” os bens necessários à existência humana (IAMAMOTO, 1998). Ou seja, não é só o objeto da profissão que é contraditório como também o próprio fazer profissional e, inclusive, o produto de seu processo de trabalho.

Por ser uma profissão generalista, o serviço social é chamado a atuar, sobretudo dentro das políticas públicas/sociais, em diversos espaços sócio-ocupacionais, tais como: educação, assistência social, previdência social, sócio-jurídico e saúde. Este último espaço começa a demandar mais os(as) assistentes sociais, sobretudo devido à conceituação de saúde, caracterizada por sua amplitude, elaborada pela Organização Mundial de Saúde, em 1948, levando em considerações aspectos biopsicossociais do processo saúde-doença (FRANÇA; CAVALCANTI, 2013). Isto é, a profissão é demandada a atuar sobre os determinantes sociais do processo de adoecimento que, inclusive, são reconhecidos pela Constituição Federal de 1988:

Os níveis de saúde expressam a organização social e econômica do País, tendo a saúde como determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, a atividade física, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1988, art. 3º).

Vale lembrar que a nova concepção de indivíduo social oriunda da Constituição de 1988 e reiterada na Lei 8.080 traz consigo uma demanda por um novo perfil de profissionais na área da saúde pública. O serviço social, após seu movimento interno de reconceituação, responde completamente a esse novo perfil, tendo em vista seu engajamento e compromisso com causas coletivas e sua contribuição para a construção de políticas universais (SANTOS; BETTIOL; CARVALHO, 2011). Outrossim, faz-se relevante salientar que de acordo com o CFESS (2010, p. 41), o serviço social, na saúde, é responsável por atuar em quatro eixos: atendimento direto aos usuários; mobilização, participação e controle social; investigação, planejamento e gestão; assessoria, qualificação e formação profissional.

Ou seja, trata-se de uma profissão com uma atuação complexa e heterogênea e que é demasiadamente necessária, na contemporaneidade, no que diz respeito à atenção em saúde. Além disso, sua perspectiva teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa está completamente comprometida com o movimento político em prol da reforma sanitária, o que reitera a importância da sua presença no Sistema Único de Saúde.

### 3. A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE E O SERVIÇO SOCIAL

A perspectiva de educação em saúde adotada pela reforma sanitária, chamada de dialógica, vai de encontro com aquela hegemônica no cenário brasileiro, no início do século XIX, que dizia respeito à normatização das classes subalternas, por meio da disciplina e repressão, culpabilizando-as pela precariedade de suas próprias condições de vida. Ela se caracteriza por ser centrada no diálogo, tal como sua própria denominação sinaliza, objetivando interlocuções com os saberes populares. Ou seja, a educação é entendida aqui como muito mais que algo meramente técnico (SANTOS; SENNA, 2017).

Implica escuta interessada, humildade para aprender, amorosidade para o encontro, esperança na mudança de si, do outro e da realidade. O diálogo e colaboração, troca, interação e se faz numa relação horizontal em que a confiança de um no outro é consequência. Implica um respeito mútuo que o autoritarismo não permite que se constitua. O pensamento crítico de um, não anula o processo de construção do pensamento crítico do outro e os conflitos são explicitados e não silenciados. Não nivela, não reduz um ao outro, não é bate-papo ou conversa desinteressada; a palavra traz a riqueza da história de vida de cada um e seu posicionamento, avaliação e coerência entre o pensar e o agir frente à realidade (BRASIL, 2012, p. 14-15).

A educação popular surge enquanto parte de um movimento libertário demasiadamente comprometido com as classes subalternas, fomentando sua autonomia, a promoção da cidadania participativa e contribuindo em direção a sua emancipação social, humana e material. Na área da saúde

de, a educação popular emerge, sobretudo, na década de 1970, quando há a radicalização das expressões da questão social sobre a massa da população que enfrentava uma série de dilemas ao tentar ter acessos aos bens e serviços essenciais para sua existência, tais como alimentação, moradia, saúde, saneamento básico.

Nesse mesmo período, intensifica-se a criação dos Departamentos de Medicina Preventiva e Social e os projetos de Medicina de Família e Comunidade nas universidades brasileiras. Assim como, a constituição e fortalecimento do campo da Saúde Coletiva e de experimentação de projetos de extensão universitária aderentes ao movimento ideológico da Saúde/Medicina Comunitária, estratégia norte-americana criticada por promover a atenuação das tensões sociais e a inserção de comunidades como grupos de consumidores de serviços de saúde. Tais projetos, influenciados pelos princípios da Medicina Preventiva, mas introduzindo conceitos inovadores como participação comunitária, regionalização e integração docente-assistencial abriam espaços nos quais a discussão sobre saúde se processava tendo como referência a expropriação da força de trabalho pelo capitalismo como determinação essencial da doença (BRASIL, 2012, p. 6).

Por sua vez, no que diz respeito especificamente ao serviço social, as ações socioeducativas permeiam o seu fazer profissional, nas diversas instituições em que é chamado a atuar tendo em vista o caráter eminentemente pedagógico da profissão. De acordo com Abreu e Cardoso (2009 *apud* ABREU 2002), suas intervenções na realidade incidem sobre a forma de pensar e agir dos usuários e isso tem impacto direto na formação da própria subjetividade desses sujeitos e, respectivamente, no próprio modelo de sociabilidade vigente.

É importante esclarecer que a perspectiva tida aqui não é idealista, ou seja, não se parte do pressuposto de que as transformações no campo das ideias por si só transformam a realidade. O entendimento parte de um viés materialista, por meio do qual é possível entender que as ideias, que dizem respeito ao campo da práxis imaterial, incidem sobre os homens e as mulheres que no movimento que estabelecem entre si e com o mundo

ao seu redor, produzindo e reproduzindo as condições materiais da sua existência, podem se apropriar delas para transformar a realidade.

Nesse sentido, não por acaso as ações socioeducativas também permeiam a atuação dos(das) assistentes sociais na saúde, fazendo parte do seu primeiro eixo de atuação, aquele que se refere ao atendimento direto aos usuários. Essas ações constituem a principal atividade desenvolvida pela categoria nos processos de trabalho em que é inserida no campo da saúde. Aliás, ela envolve diversos elementos:

informação e debate sobre rotinas e funcionamento das unidades tendo por objetivo a sua democratização e as necessárias modificações; análise dos determinantes sociais das situações apresentadas pelos usuários; democratização dos estudos realizados pela equipe (com relação à rede de serviços, perfil epidemiológico, socioeconômico e cultural dos usuários); análise da política de saúde e dos mecanismos de participação popular (CFESS, 2010, p. 55).

Por não se tratar de algo meramente técnico, às ações socioeducativas, que devem ser realizadas pela categoria, não podem ser tratadas como o mero repasse de informações, mas sim enquanto um processo que visa fomentar a construção de uma consciência sanitária nos usuários, enfatizando sua participação na produção de conhecimento crítico acerca da realidade e, inclusive, de estratégias de enfrentamento coletivo para transformá-la (CFESS, 2010). Assim, o assistente social, nesse cenário, é um tipo de facilitador responsável por induzir os usuários a uma prática reflexiva sobre o real com o intuito de que a população possa captar o seu movimento e participar, ativamente e conscientemente, do próprio processo histórico.

[...] EP está presente na dimensão do trabalho político-pedagógico que visa a reflexão por meio do diálogo, da problematização, da conscientização, e tem como ponto de partida a realidade de sujeitos, preservando a sua autonomia acima das imposições e demandas institucionais em que o/a assistente social exerce o seu trabalho. Trata-se de uma construção concreta, possível de ser realizada entre esses/as profissionais e as classes trabalhadoras em seus espaços de atuação.

Orientado pelo pensamento marxista e amparado pelo PEP, para o Serviço Social a transformação da consciência não se dará apenas pela crítica, mas pela mudança das condições históricas determinadas. Nesse sentido, o diálogo, a problematização e a conscientização presentes na EP ganham uma dimensão coletiva e histórica e seu resultado depende também do quão avançadas estão as lutas do conjunto da classe trabalhadora (COSTA; SANTOS, 2020, p. 79).

Ou seja, a educação popular pode ser entendida enquanto algo inerente à profissão do serviço social, sobretudo quando aplicada à área da saúde. Durante a atuação, o profissional do serviço social, se engajado com o projeto de sociedade idealizado pela profissão, pode fortalecer o movimento em prol da transformação da infraestrutura da forma de sociabilidade vigente, ou seja, do modelo de produção e distribuição dos bens e serviços socialmente necessários à existência humana. Isso porque a partir da perspectiva materialista, corrente teórica dominante na profissão, entender o processo saúde-doença sem analisar o quanto o modo de produção capitalista constitui-se como um palco para o adoecimento coletivo não faz sentido.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que a inserção e a atuação da profissão na saúde não estão descoladas e não pode ser entendida fora de uma dimensão mais ampla, macrossocietária, das disputas que são estabelecidas, na sociedade civil e no Estado, entre as classes sociais fundamentais com interesses antagônicos que compõem a sociabilidade capitalista. Nesse cenário, a profissão tem uma atuação eminentemente contraditória, mas tende a se posicionar mais, desde seu movimento interno de reconceituação, em detrimento da classe que vive do trabalho não só a partir da perspectiva da garantia e viabilização de direitos como também do fomento da sua consciência sanitária e no fortalecimento de sua organização política. Assim, a educação em saúde aparece como instrumento de trabalho primordial para a atuação do serviço social na área, perpassando quase todo, quando não todo, seu fazer profissional.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 abr. 2021.
- BRASIL. **Lei 8080, de 19 de setembro de 1990**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em: 20 nov. 2020.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Brasília: DF, 2012. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/diverpsi/arquivos/PNEPS-2012.PDF>. Acesso em: 10 jan. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/diverpsi/arquivos/PNEPS-2012.PDF>. Acesso em: 11 jan. 2022.
- CARDOSO, F. G.; ABREU, M. M. Mobilização Social e Práticas Educativas. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, v. 1, p. 593-608.
- CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2010]. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros\\_para\\_a\\_Atuacao\\_de\\_Assistentes\\_Sociais\\_na\\_Saude.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf). Acesso em: 01 jan. 2022.
- COSTA, L. T. da C.; SANTOS, J. W. B. dos. Serviço social, educação popular e saúde: elementos de debate sobre o caráter educativo do trabalho profissional. **Revista de Educação Popular**, [S. l.], p. 67-82, 2020. DOI: 10.14393/REP-2020-53271. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/53271>. Acesso em: 11 fev. 2022.

- FRANÇA, M. C.; CAVALCANTI, P. B. A intersetorialidade e o assistente social na saúde. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS, INTERSETORIALIDADE E FAMÍLIA, 2013, Porto Alegre. **Desafios éticos no ensino, na pesquisa e na formação profissional**. Porto Alegre: EDIPUCRS Editora Universitária da PUCRS, 2013. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sipinf/edicoes/I/12.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2022.
- FILHO, Claudio Bertolli. **História da saúde pública no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora Afiliada, 2000.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1983.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.
- PAIM, Jairnilson Silva. **Reforma Sanitária Brasileira: compreensão e crítica**. Salvador, 2007. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva/Instituto de Saúde Coletiva/UFBA, 2007. Fragmentos da Tese (p. 133 a 152).
- POPULAR, Centro de Educação e Assessoramento. **O SUS e a efetivação do direito humano à saúde**. 2. ed. Passo Fundo: Passograrc, 2020.
- SIMÕES, Calos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, E. R.; Bettioli, L. M.; CARVALHO, B. G. Educação Permanentemente em Saúde: a experiência do serviço social com equipes saúde da família. **TEXTOS & CONTEXTOS**, Porto Alegre, v. 10, p. 16-25, 2011.
- SANTOS, Marta Alves; SENNA, Mônica de Castro Maia. Educação em Saúde e Serviço Social: instrumento político estratégico na prática profissional. **REVISTA KATÁLYSIS (IMPRESSO)**, v. 20, p. 439-447, 2017.

# REDE DE ENFRENTAMENTO E PROTEÇÃO DA VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DE INTIMIDADE: PERCEPÇÃO DOS ESTUDANTES DE ENFERMAGEM DE UMA UNIVERSIDADE DO INTERIOR DA BAHIA

*Vivian Ranyelle Soares de Almeida*<sup>75</sup>

*Glessia Carneiro Guimarães*<sup>76</sup>

*Sinara de Lima Souza*<sup>77</sup>

*José Eduardo Ferreira Santos*<sup>78</sup>

## INTRODUÇÃO

A violência, nas diversas categorias, representa um problema para a saúde pública mundial de difícil resolução, afetando tanto as pessoas en-

---

75 Graduada em Enfermagem pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Integrante do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Vulnerabilidade e Saúde (NIEVS).

76 Enfermeira. Mestre em Enfermagem. Docente na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

77 Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Bolsista pelo PNPd CAPES/FAPESB do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica de Salvador.

78 Doutor em Saúde Coletiva pelo ISC/UFBA. Docente do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica de Salvador.

volvidas diretamente, quanto os familiares, amigos e sociedade (SOUZA; PASCOALETO; MENDONÇA, 2018). Entre as diferentes apresentações das violências, nesse estudo priorizamos a Violência nas Relações de Intimidade (VRI), pois atualmente tem uma diversidade de categorias de relações, como: ficar, pegar, crush, entre outros, e a maioria dos estudos tratam mais da violência no namoro ou no casamento.

Segundo Santos e Murta (2016), identificar o conceito de VRI na prática é mais difícil, pois consiste em diversas definições e ações, variando de cultura para cultura. Sendo assim, a VRI é entendida como qualquer atitude, da menor até a maior forma de agressão, variando entre verbal, física, moral ou simbólica, apresentando-se de diversas formas, podendo causar até a morte da vítima (SILVA *et al.*, 2017).

A VRI pode começar na adolescência e se perpetuar até a vida adulta, sendo acometida tanto pelo sexo masculino quanto pelo sexo feminino. Porém, na maioria das vezes a violência é percebida apenas quando ocorre na natureza física, passando despercebidos pequenos atos de violência de outras naturezas que acontecem diariamente, consideradas aceitáveis e normalizadas. Muitas pessoas procuram o serviço de saúde por queixas secundárias, que dificulta a identificação da violência, como por exemplo enxaquecas, gastrites, dores difusas e outros problemas, e a maioria não relata que viveu ou vive em situação de violência por vergonha de se expor, medo do que possa acontecer (MINAYO; ASSIS; NJAINE, 2011; MARQUES *et al.*, 2018).

Com essas dificuldades de identificar a violência, há uma subnotificação dos casos, principalmente na violência de gênero, pois existe também uma desvalorização enquanto problema social; sendo que a notificação é importante para dar visibilidade e evitar novas ocorrências (FRANZOI; FONSECA; GUEDES, 2011; MELO; SOUZA; BEZERRA, 2017). Sendo assim, deve haver uma preocupação na aquisição de habilidades e competências para identificar e notificar os casos de VRI, colocando a rede de apoio como aliado na saúde da vítima, tanto para garantir o direito delas, quanto para responsabilizar os agressores (CARVALHO, 2018).

Além disso, é necessário que se haja uma prevenção eficiente, com articulação da saúde, educação, segurança e comunidades, ou seja, um acordo institucional, intersetorial e interdisciplinar (NJAINÉ; ASSIS; CONSTANTINO, 2013). Essas articulações permitem a compreensão

do amplo conceito de saúde, indo muito além do cuidado apenas de patologias, permitindo a realização de estratégia eficaz de promoção da saúde e prevenção da ocorrência de VRI para contribuir decisivamente para a eficácia, a resolutividade e o impacto social das mesmas (BRASIL, 2010).

Portanto, acredita-se que o profissional de saúde pode estar trabalhando com ações de prevenção à VRI (BESERRA *et al.*, 2016), considerando que todos os indivíduos em algum momento buscam os serviços de saúde, quer para prevenir ou resolver alguma situação. Além disso, o setor saúde é considerado como o desaguadouro de todas as ocorrências de violência e/ou seus agravos (MINAYO, 2006)

Por fim, em estudos realizados por Melo, Souza e Bezerra (2017), notou-se que estudantes de enfermagem reconhecem a importância do atendimento de enfermagem mais acolhedor e humanizado às pessoas vítimas de violência, buscando apoiar e ouvir. Nesse mesmo estudo foi evidenciado que esses estudantes não se sentem preparados para lidar com esses tipos de casos, relatando que são poucos os estudos voltados para esse tema na sua formação acadêmica. Faz-se necessária uma maior articulação e compreensão de como esses estudantes, desde a sua formação, identificam e lidam com os diversos tipos de violência, principalmente a VRI, para assim ter sucesso como futuros profissionais de saúde.

Considerando essas inquietações e problemática, além do reconhecimento desta como um problema de saúde pública, este artigo, que se constitui em um recorte da pesquisa intitulada “Violência nas relações de intimidade: percepção dos estudantes de enfermagem”, teve como objetivo compreender como os estudantes do curso de enfermagem da Universidade Estadual de Feira de Santana-BA (UEFS) percebem a rede de enfrentamento e proteção da VRI.

## 1. ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

O estudo teve natureza qualitativa, com caráter descritivo e exploratório, por apresentar melhor adequação ao objeto do estudo. A pesquisa foi desenvolvida na Universidade Estadual de Feira de Santana-BA (UEFS), com estudantes do curso de graduação em Enfermagem. A coleta de dados ocorreu no primeiro semestre do ano de 2021, após aprovação no

Comitê de Ética e Pesquisa envolvendo seres humanos (CEP) da UEFS com o parecer nº 4.735.361.

Com a pandemia pelo novo coronavírus (Covid-19), a Organização Mundial de Saúde (OMS) divulgou estratégias de prevenção como o isolamento social e a quarentena. Sendo assim, as entrevistas foram realizadas de forma virtual.

Os critérios de inclusão foram: ser estudante do 4º ao 7º semestre do curso de enfermagem da UEFS; idade igual ou superior a 18 anos; ambos os sexos, independente da orientação sexual. A delimitação em trabalhar apenas com estudantes de enfermagem se deu pelo fato de a equipe de enfermagem ser maioria nos serviços de saúde, da (o) enfermeira (o) prestar cuidados e liderar equipe. E exclusão: alunos que trancaram ou abandonaram o semestre, do mesmo semestre da pesquisadora, que estavam em licença médica ou licença maternidade, que fossem casados ou que estivessem em uma união estável, por critérios metodológicos para homogeneização da amostra e por apresentar suas especificidades.

O encerramento da coleta de dados se deu por meio da saturação teórica que é quando, na avaliação do pesquisador, nenhum novo elemento é encontrado na coleta de dados, apresentando certa redundância que não acrescentará informações relevantes à pesquisa, suspendendo a inclusão de novos participantes (NASCIMENTO *et al.*, 2018).

A abordagem com os discentes foi feita virtualmente, onde foi exposta a proposta da pesquisa e realizado o convite. Após o contato e a aceitação da(o) participante no estudo, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, uma permaneceu com o pesquisador e a outra com o participante, em seguida foi agendada a entrevista semiestruturada, que ocorreu através da plataforma de Reuniões Zoom, autorizada pela Carta Circular nº 7/2020 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) (BRASIL, 2020). Para manter a privacidade e a identidade deles, utilizou-se um número para cada participante, seguindo a ordem das entrevistas.

Para a coleta de dados utilizou-se a técnica de entrevista semiestruturada, antecedendo a entrevista, foram coletados dados sociodemográficos, os quais permitiram o acesso a informações importantes para análise dos dados, possibilitando estabelecer o perfil dos participantes da pesquisa. As entrevistas foram gravadas e filmadas a fim de garantir a veracidade dos

dados coletados, com anuência dos participantes. Por fim, utilizou-se para nortear a entrevista 07 perguntas.

1. O que você pensa a respeito da violência nos relacionamentos afetivos?
2. Sabemos que muitos jovens quando estão apaixonados cometem atos violentos com o (a) parceiro (a). Como você vê esta situação?
3. Quais os tipos de violência possíveis, mais comuns nesse tipo de relacionamento?
4. Na sua opinião, como podemos prevenir essa situação?
5. Você já presenciou alguma ocorrência de violência entre parceiros (namorados, ficantes etc.)? Como foi?
6. Caso acontecesse algo desse tipo com você ou com alguém muito próximo, a quem você pediria ajuda?
7. Você se sente preparada (o) pela graduação a lidar com algum caso de violência entre parceiros?

Para analisar os dados coletados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, do tipo temático, proposta por Minayo (2016), e pela utilização do *software* Iramuteq. A análise de conteúdo de Minayo é composta de três fases: pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A primeira fase diz respeito à ordenação dos dados, que objetiva a organização do material coletado, para isso é necessária uma leitura fluente que requer do pesquisador um contato direto e intenso com o material de campo. Na fase pré-analítica, surgem as hipóteses, pressupostos ou teorias relacionadas ao tema. Na segunda fase o material é reduzido a palavras ou expressões significativas e que são classificadas em categorias, para isso é necessária uma exploração grande dos materiais em posse. A terceira e última fase é onde se desvenda o que foi dito pelo objeto a partir das características do fenômeno analisado (MINAYO, 2016).

Após esta análise, foi utilizado *software* denominado Iramuteq (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), uma interface criada por Pierre Ratinaud em 2009, na França, e está ancorado

ao *software* R, sendo utilizado para realização do processamento e análise dos dados.

O Iramuteq é um *software* que possibilita diversas espécies de estudo de elementos textuais, englobando desde a mais simplória, como a lexicografia: Cálculo da Frequência de Palavras, até os estudos multivariados: Classificação Hierárquica Descendente (CHD), estudo de similitude. Ainda possui como particularidades a simples compreensão e uma visualização cristalina: Análise de Similitude e Nuvem de Palavra, possibilitando um modo estrutural e distributivo do vocabulário (CAMARGO; JUSTO, 2018). Nesta pesquisa, utilizamos nuvem de palavras que apresenta as co-ocorrências e a análise de similitude que exploraram as conexidades entre as palavras.

Para utilização do *software* Iramuteq, foi construído um arquivo único com as 17 entrevistas, organizadas contendo apenas as falas dos participantes, no padrão específico para leitura do *software*, denominado *corpus*. Portanto, para organização desse *corpus* foi realizada a lematização. Esse processo consiste em promover a mudança de uma palavra por meio da deflexão para que seja determinado seu lema, ou seja, o ato de transformar as diversas flexões de uma palavra em uma base comum (FERNANDES, 2019).

No presente estudo a lematização se deu com os ajustes das seguintes palavras: de “familiar” para “família” e de “presenciei” para “presenciar”, tendo um aproveitamento de 88,67% segmentos de texto (ST) com 6030 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos). A partir da análise com o *software* Iramuteq foram eliminados artigos, conjunções, onomatopeias, pronomes e preposições do *corpus* e utilizadas apenas as ocorrências que tinham de 45 até 07 repetições.

Seguimos, portanto, os critérios éticos em pesquisa envolvendo seres humanos Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata da autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, e regulamentam as pesquisas envolvendo seres humanos (BRASIL, 2012). Também atendemos à orientação da Resolução nº 510/16, que estabelece normas para a coleta de dados cuja fonte direta é o ser humano, a fim de evitar exposição a riscos maiores que os existentes no dia a dia (BRASIL, 2016).

Em virtude da pandemia, seguimos as orientações da Carta Circular Nº 1/2021 do CONEP, que orienta pesquisadores em como proceder

com os participantes e/ou coleta de dados em qualquer etapa da pesquisa, em ambiente virtual, com o intuito de preservar a proteção, segurança e os direitos dos participantes de pesquisa (BRASIL, 2021).

## 2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este item se destina à apresentação dos achados do trabalho de campo a partir das falas dos participantes, inferências da autora e estabelecimento do diálogo com os teóricos que investigam o objeto explorado nesta pesquisa.

### 2.1. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

O estudo contou com a participação de 17 estudantes de Enfermagem, entre o 4º e o 7º semestre, sendo 14 do sexo feminino e 3 do sexo masculino, com faixa etária entre 20 e 27 anos de idade. Sobre a raça/cor, 6 participantes alegaram ser brancas, 6 negras/pretas e 5 pardas. Somando-se a quantidade de participantes negras/pretas e pardas, é possível verificar que estes se constituíram maioria.

Em relação à religião, 6 eram católicos, 5 evangélicos, 4 não tinham, 1 umbandista e 1 testemunha de Jeová, podendo observar que a maioria dos participantes declararam ser cristãos. No que se refere à renda familiar variou entre menos de 1 e 3 salários mínimos, sendo que a maioria referiu ganhar 1 e 2 salários mínimos. Ao se tratar da orientação sexual, 14 pessoas relataram ser heterossexuais, 2 bissexuais e 1 homossexual. Além disso, 6 entrevistados declararam não estar em nenhum tipo de relacionamento no momento, 3 ficando/pegando e 8 namorando.

### 2.2 REDES DE ENFRENTAMENTO E PROTEÇÃO DA VRI

Conforme descrições apresentadas acerca da ocorrência das violências nas falas dos participantes deste estudo, na figura 1, observa-se a nuvem de palavras elaboradas a partir do *software* Iramuteq que representa de forma gráfica a organização e agrupamento das palavras de acordo com a sua frequência, utilizando a ilustração gráfica que permite com facilidade e rapidez a identificação das palavras-chave de um *corpus* (CAMARGO; JUSTO, 2018).



pode confiar para buscar apoio dessas pessoas, pra sair dessa situação, para tomar uma iniciativa porque muitas das vezes as pessoas elas acabam não encontrando forças dentro dela para sair daquela situação (P14).

Eu tentaria fazer o que essa pessoa ela saísse desse relacionamento na verdade, se não fosse eu que conseguisse mais eu ia pedir ajuda a alguém da família ou até mesmo é algum profissional de saúde, um psicólogo; alguém do tipo que que possa chegar e instruir essa pessoa e mostrar fazer com que ela veja o relacionamento que ela tá (P16).

As ocorrências de VRI necessitam ser enfrentadas de uma forma que possua sincronismo entre a segurança pública, os recursos humanos operantes nesses serviços, serviços ambulatoriais, a educação escolar, as campanhas educativas, pretendendo à assistência às vítimas de violência, a prevenção e o reconhecimento de casos (HAMBURGO, 2019).

A árvore de similitude elaborada a partir do *software* Iramuteq apoia-se na teoria de que os galhos permitem observar as co-ocorrências entre as palavras, ilustrando a conexão entre elas, possibilita a separação das partes comuns e das especificidades nas categorias detectadas anteriormente (MARCHAND; RATINAUD, 2012). Tanto a nuvem de palavras quanto a árvore de similitude reforçaram as categorias identificadas na análise de Minayo (2016), triangulando os dados e permitindo um olhar diferenciado para os resultados obtidos neste estudo.



Figura 2 – Recorte da árvore de similitude elaborada pelo Iramuteq.

No recorte da árvore de similitude acima (figura 2), observa-se a confirmação dos resultados obtidos nas entrevistas, em que mostra a palavra ‘tentar’ conectada à ‘conversar’ que está unificada a ‘pessoas próximas’, correspondendo aos relatos de pedir ajuda a pessoas próximas, conversando sobre a situação vivida. No outro extremo da árvore está a palavra ‘família’ ligada à ‘ajuda’, que por sua vez se une à ‘pedir’ e à ‘dar’, demonstrando que ao vivenciar uma situação de VRI, os entrevistados tendem a buscar/pedir ajuda a pessoas do núcleo familiar, como na fala abaixo:

A primeira coisa que eu faria era comunicar com alguma pessoa de confiança, alguma pessoa próxima, [...] para ter também um suporte social, um suporte familiar; sendo a família para mim tanto pessoas com laços consanguíneos, quanto pessoas que não possuem o seu sangue; para você ter um suporte psicológico mesmo, suporte emocional (P11).

Apesar da família ser considerada um fator de risco para a VRI, a mesma também demonstra-se como agente protetor, promovendo atitudes positivas, pois relacionamentos saudáveis entre os pares assumem laços estruturados e importantes para relacionamentos com maior intimidade e segurança; no entanto, é necessário que o ambiente familiar seja envolvido na educação sobre violência e formas de prevenção através de capacitação e de aliança com a escola para que ocorra ajuda no processo da educação do jovem (NELAS *et al.*, 2015).

A ligação da palavra ‘denunciar’ com ‘direito’ no recorte da árvore de similitude (figura 2) diz respeito à denúncia e ao cumprimento das leis que foram vistas nos relatos referentes à rede de apoio. Demonstrando nas falas dos participantes a importância de denunciar e que essas medidas de proteção sejam realizadas de forma segura e eficaz, já que a aplicação da lei, muitas vezes, é falha.

Se é uma violência física com certeza né, partir pra delegacia para denunciar, a psicológica depois que eu entender que aquilo é uma violência psicológica eu também posso ir na delegacia para denunciar e como consequência romper relações. [...] Ia conversar com a pessoa, tentar mostrar né (P05).

Acontecer a lei realmente, ser cumprida, entendeu? e não só uma coisa no papel, deveria ser realmente executado, entendeu? e não dar brechas para, por exemplo, às vezes demora tanto para ser julgado que, até lá, a mulher já morreu ou então a mulher foi violentada de novo, entendeu? (P07).

Existe uma incompreensão da rede de apoio a indivíduos vítimas de violência no geral. As Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher (DEAM) e a lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que agem protegendo vítimas de violência que representam o papel social de mulher (homem homossexual, transexual, transgênero ou Cis), são as que possuem maior visibilidade (BRASIL, 2006). A criação das DEAM que oferecem atendimento especializado às vítimas de violência, os centros de referência que custeiam serviços de psicologia, assistência social, além de se articular com outros serviços da rede, entre outros, foi um passo relevante e evidencia que a violência contra a mulher é um problema social e que seu enfrentamento necessita de ações públicas (HAMBURGO, 2019).

Além dos canais supracitados, temos também a atenção primária à saúde, que realiza inicialmente as providências essenciais para as vítimas de violência, integrando a rede de apoio, os centros de referência Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência (CREAS). Todos objetivam a assistência especializada às vítimas de violências, sejam elas de qualquer natureza ou tipo, buscando por meio da escuta qualificada o cuidado sensível, a prevenção e o rompimento de ciclos (CARVALHO, 2018).

As observações apresentadas articuladas às falas dos universitários reforçam a necessidade de compreensão da violência como um fenômeno complexo que requer ações articuladas em rede visto que demanda intervenções de vários setores do saber.

Foram relatadas as seguintes estratégias de prevenção como rede de proteção da VRI: conhecimento sobre a temática, educação familiar, educação escolar e, em uma das falas, o feminismo. A rede de proteção é uma articulação das instituições, órgãos e atores que agem no atendimento de pessoas em situações vulneráveis e seus familiares, visando uma atenção integral (FARAJ; SIQUEIRA; ARPINI, 2016).

Primeiramente, deveria vir da família, da escola, da rede que o adolescente se insere; [...] existe um tabu da família conversar em relação, com os jovens, de tudo, às vezes até a pessoa sofre violência sexual e não tem consciência, que eu acho que é o que menos tem consciência quando você está dentro de um relacionamento (P13).

Terapia, estudar sobre, por exemplo, feminismo, emancipação da mulher, o que é violência. Educação de gênero, desde a infância, explicando os tipos de violência que existem, como não agir de forma violenta, ensinando comunicação não violenta (P17).

Ao se tratar do movimento feminista, estudos evidenciam que o mesmo colabora para o avanço da sensibilização da violência contra mulher nas relações de intimidade. Dessa forma, os estudos sobre a temática voltada para a problemática da agressão entre parceiros tiveram seu início na perspectiva da vitimização da mulher e na agressão masculina (MANUEL, 2014). Contudo, na atualidade a compreensão da VRI é que a mesma se constitui em relacional e que vítima e agressor podem alternar essas posições em dadas circunstâncias, apesar de majoritariamente a mulher ocupar a posição de vítima.

Considerando que as instituições de ensino são os principais âmbitos de convívio social dos adolescentes e jovens, a prática da sexualidade compõe dimensão essencial da experiência escolar, para que quando adultos estejam bem informados e com competência suficiente para realizar suas decisões de forma responsável e cuidadosa, seja no âmbito social ou sexual (SOUZA, 2019). Entretanto, a educação sexual ainda é pouco abordada com jovens escolares, tornando-os mais vulneráveis a abusos, exploração, violência, gravidez indesejada, Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST s), entre outros (UNESCO, 2010).

Falando sobre o assunto, porque muitas pessoas sofrem violência de forma disfarçada e não sabem identificar, então falar sobre o assunto nas escolas, nas universidades, nos principais meios de comunicação que atinge essa população, e também, falar sobre educação sexual em casa (P10).

Portanto, para alguns estudantes de enfermagem é necessário que desde o início da fase escolar sejam promovidas intervenções relacionadas

à construção dos relacionamentos, buscando apresentar aos jovens quais são os tipos de violência existentes, possíveis causas, atitudes abusivas, os sinais e as formas saudáveis de resolutividade de conflitos.

No que tange ao gênero que pratica algum tipo de violência no namoro, as intervenções propostas devem ser consideradas para ambos os sexos, não havendo assim um aumento que diferencia essa prática por eles; de forma inovadora contribuindo para mudanças nos comportamentos de risco e que visem a ascensão de comportamentos saudáveis, mostrando como realizar escolhas seguras e responsáveis (AFONSO; TEIXEIRA, 2015).

Educação a começar desde pequeno e na escola [...], conversando com as crianças, porque eu acho que é a base de tudo começar ali [...] na infância, é conversar sobre essas questões de violência, sobre identificar uma violência, o que fazer quando você sofrer algum tipo de violência e também acredito que através de campanhas, aparece algumas propagandas na televisão (P05).

A prevenção seria a educação emocional, sexual; logo no início né, logo quando eles começam na fase da puberdade ou até quando criança né? Porque quanto mais cedo aprender sobre relacionamento com certeza isso vai refletir no futuro (P09).

Contudo, existem pais que revelam certa resistência e precaução sobre as repercussões da educação sexual, baseadas em conhecimentos limitados ou incorretos sobre a estrutura e ações dessa educação. Uma vez que os pensamentos e comportamentos dos jovens são motivados por herança familiar/coletiva, costume e circunstâncias sociais, demanda buscar apoio e assistência da família e da sociedade (UNESCO, 2010).

Com a finalidade de que as mudanças de conduta frente ao impasse da VRI consigam ser viabilizadas e consolidadas, o trabalho preventivo em ambiente escolar necessitará de uma frequente articulação entre a escola, sociedade e família (NELAS *et al.*, 2016). Caridade, Saavedra e Machado (2012), comprovam que conforme maior adaptabilidade e conexão entre família e jovens, o risco de VRI diminui, já que a violência intrafamiliar predispõe a ocorrência de abusos nos relacionamentos, seja como agressor ou vítima.

Um entre quatro estudantes universitários já foram vítimas de algum tipo de conduta abusiva, e que em razão dos jovens não perceberem bem

a ocorrência da violência e não levarem a sério certas ações como sendo de abuso, esse fato ocorre. Assim, quando nos propormos a estudar um fenômeno como a violência, é necessário entender que todos são co-participantes da sua ocorrência, seja como agressores, ou como vítimas (HAMBURGO, 2019).

É importante destacar que apesar de estar ou já ter tido contato com a temática sobre violência durante a graduação em algum componente curricular, os 17 participantes relataram não se sentirem preparados para lidar com a situação, o que pode ter ocorrido devido a uma possível superficialidade sobre a temática como assunto proposto, podendo levar a uma insegurança dos graduandos em relação a esse tipo de violência.

Não acho, apesar que a gente teve uma aula sobre isso, [...] teve explicação né sobre todo o processo, mas se chegar uma paciente para mim precisando da minha ajuda profissional eu não saberia ao certo para onde ir é, o que fazer (P09).

Pela graduação não, esse assunto é muito pouco debatido, na verdade acho que em seis semestres eu só vi só tive uma aula sobre violência (P10).

Não, vou ser realista. [...] e aí você não tem aquela preparação quando você se depara com situação dessa você fica muito assim meu Deus o que eu devo falar como eu devo falar e realmente isso é uma violência ou é coisa da minha cabeça então assim você não sai preparado de jeito nenhum (P16).

Diante do reconhecimento dessa fragilidade no ensino da assistência à saúde é importante que as faculdades e universidades procurem materiais e formas que possibilitem uma formação mais abrangente com profissionais mais comprometidos, politicamente e tecnicamente, com as dificuldades de saúde dos cidadãos do Brasil (COSTA, 2015).

Essa fragilidade se reflete também na constatação da ausência da citação do setor saúde como componente da rede, ao qual se pode acionar em situações de violência, mesmo diante da evidência de que o setor saúde se constituiu no desaguadouro de todas as situações de violência (SOUZA, 2019).

Por derradeiro, em pesquisas feitas por Melo, Souza e Bezerra (2017), observou-se que discentes de enfermagem admitem a relevância da assistência de enfermagem mais acolhedora e humanizada aos indivíduos vítimas de agressões, objetivando escutar e amparar. Ainda foi demonstrado no estudo que esses discentes com relação a esses casos não se percebem capacitados para os enfrentar, enfatizando que não são muitas as pesquisas voltadas para essa temática no seu ensino universitário.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado da pesquisa apresentou como rede de enfrentamento: família/amigos/pessoas próximas, conversa, psicólogo, denúncia e garantia do cumprimento das leis. Já sobre as redes de proteção identificou-se o movimento feminista e suas conquistas que se mostra como forte aliado para a prevenção e o enfrentamento da violência contra mulher nas relações de intimidade; a família ocupa uma posição dúbia; que ora se apresenta como fator de risco, ora como fator de proteção; e a escola se apresenta como instituição relevante, interligada com a família no processo de educação.

No que se refere ao sentimento de os estudantes de enfermagem estarem preparados para lidar com esses casos, apesar de já terem tido contato com a temática em algum momento do curso, todos relataram não estarem preparados, revelando lacunas do conhecimento, que podem ser minimizadas com a inserção do tema em todos os componentes curriculares, visto que a violência pode ocorrer em todas as etapas do desenvolvimento humano. Porém, devido à sua complexidade, é difícil alguém se revelar totalmente preparado para lidar com esse fenômeno.

Ainda, foi revelada a fragilidade do ensino em relação à temática, o que torna essencial um olhar aprofundado dos gestores do curso para esta lacuna, já que os graduandos irão prestar assistência a pessoas em situação de violência, e eles mesmos estão suscetíveis a sofrer VRI.

Sendo assim, é de grande relevância que seja feita uma ampla articulação e entendimento de como esses universitários reconhecem e operam com as várias formas de violência, especialmente a VRI, para então conseguirem êxito como futuros profissionais da saúde diante dos desafios do cotidiano.

## REFERÊNCIAS

- AFONSO, J.; TEIXEIRA, F. Olhares sobre a violência no namoro: um projeto com adolescentes do ensino secundário. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n. 2, p. 504-523, 2015. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v10i2.7846>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7846>. Acesso em: 15 nov. 2021.
- BESERRA, M. A. *et al.* Prevalência e características da violência no namoro entre adolescentes escolares de Portugal. **Escola Anna Nery - Revista de Enfermagem**, v. 20, n. 1, p. 183-191, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5935/1414-8145.20160024>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452016000100183](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452016000100183). Acesso em: 15 out. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 20 nov. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Diretrizes Nacionais para atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2010. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/diretrizes\\_nacionais\\_atencao\\_saude\\_adolescentes\\_jovens\\_promocao\\_saude.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvsm/publicacoes/diretrizes_nacionais_atencao_saude_adolescentes_jovens_promocao_saude.pdf). Acesso em: 28 jan. 2020.
- BRASIL. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n.

12, p. 59, 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

BRASIL. **Carta Circular nº 7/2020-CONEP/SECNS/MS**. Autorização, em caráter excepcional, para a realização de reuniões por meio de videoconferência ou aplicativo web de videochamada. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: [http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Carta\\_Circular\\_7\\_2020.pdf](http://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/CARTAS/Carta_Circular_7_2020.pdf). Acesso em: 28 jan. 2020.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. Tutorial para uso do Software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). **Laboratório de Psicologia Social de Comunicação e Cognição – UFSC**. 2018. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 10 out. 2021.

CARVALHO, M. M. de. **Violência contra a mulher**: acolhimento da(o) enfermeira(o) nas unidades de atenção primária a saúde. 2018. 97f. Monografia (Bacharelado em Enfermagem) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, 2018.

CARIDADE, S.; SAAVEDRA, R.; MACHADO, C. Práticas de prevenção da violência nas relações de intimidade juvenil: Orientações gerais. **Análise Psicológica**, v. 30, n. 1/2, p. 131-142, 2012. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/3411>. Acesso em: 1 nov. 2021.

COSTA, R. R. de O. *et al.* O uso da simulação no contexto da educação e formação em saúde e enfermagem: uma reflexão acadêmica. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v. 16, n. 1, p. 59-65, 2015. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/44686/1/Educacao-FormacaoEnfermagem\\_Costa\\_2015.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/44686/1/Educacao-FormacaoEnfermagem_Costa_2015.pdf). Acesso em: 20 nov. 2021.

- FARAJ, S. P.; SIQUEIRA, A. C.; ARPINI, D. M. Rede de proteção: o olhar de profissionais do sistema de garantia de direitos. **Temas psicol.**, v. 24, n. 2, p. 727-741, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.9788/TP2016.2-18>. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2016000200018&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2016000200018&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 18 nov. 2021.
- FRANZOI, N. M.; FONSECA, R. M. G. S. da; GUEDES, R. N. Violência de gênero: concepções de profissionais sobre as equipes da estratégia de saúde da família. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 3, p. 589-597, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692011000300019>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/4ZPD696bp3JcqMf4WN8mNXx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- FERNANDES, I. A. T. **Iramuteq**: um software para análises estatísticas qualitativas em corpus textuais. 2019. 40f. Monografia (Bacharelado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Exatas e da Terra, Departamento de Estatística. Natal, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/34291/2/Iramutequmsoftware\\_Igor\\_2019.pdf](https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/34291/2/Iramutequmsoftware_Igor_2019.pdf). Acesso em: 15 nov. 2021.
- HAMBURGO, V. P. **Violência nas Relações de Intimidade**: Percepções dos Estudantes de Enfermagem. 2019. 64f. Monografia (Graduação em Enfermagem) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.
- MANUEL, S. C. G. **A violência no namoro entre jovens adultos**. 2014. 53f. Dissertação (Mestrado em Educação para a Saúde) – Instituto de Saúde Pública da Universidade do Porto, Porto, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/143409143.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.
- MARCHAND, P.; P. RATINAUD. L'analyse de similitude appliquée aux corpus textuels: les primaires socialistes pour l'élection présidentielle française. **Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles, Liège**, Belgique, p. 687-699, 2012.

- MARQUES, S. S. *et al.* Estratégias para identificação e enfrentamento de situação de violência por parceiro íntimo em mulheres gestantes. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 38, n. 3, p. 1-8, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2017.03.67593>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S1983-14472017000300405](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S1983-14472017000300405). Acesso em: 17 mar. 2020.
- MELO, R. A. de; SOUZA, S. de L.; BEZERRA, C. S. Cuidados de enfermagem à criança e adolescente em violência doméstica na visão de graduandos de enfermagem. **Avances Enfermería**, v. 35, n. 3, p. 293-302, 2017. DOI: <https://doi.org/10.15446/av.enferm.v35n3.61453>. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0121-45002017000300293](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0121-45002017000300293). Acesso em: 18 mar. 2020.
- MINAYO, M. C. de S. **Violência e Saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.
- MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; NJAINE, K. (org.). **Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do 'ficar' entre jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011.
- MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 1ª reimpressão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.
- NASCIMENTO, L. de C. N. *et al.* Saturação teórica em pesquisa qualitativa: relato de experiência na entrevista com escolares. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, p. 228-233, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0616>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/SrfhX6q9vTKG5cCRQbTFNw-J/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2020.
- NELAS, P. *et al.* Violência no namoro, adaptabilidade e coesão familiar em estudantes do ensino superior. **Jornal Internacional de Psicologia Educacional e do Desenvolvimento**, v. 2, n. 1, p. 357-364, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3498/349851777036/html/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

NJAINÉ, K.; ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P. **Impactos da violência na saúde**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7yzzrw/pdf/njaine-9788575415887.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.

SANTOS, K. B.; MURTA, S. G. Influência dos Pares e Educação por Pares na Prevenção à Violência no Namoro. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 36, n. 4, p. 787-800, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000272014>. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932016000400787&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932016000400787&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 20 jan. 2020.

SILVA, L. M. P. *et al.* Violência entre namorados adolescentes em Pernambuco, Brasil. **Adolesc Saúde**, v. 14, n. 3, p. 63-70, 2017. Disponível em: [http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe\\_artigo.asp?id=673](http://www.adolescenciaesaude.com/detalhe_artigo.asp?id=673). Acesso em: 20 jan. 2020.

SOUZA, T. M. C.; PASCOALETO, T. E.; MENDONÇA, N. D. A vivência do acompanhamento pré-natal segundo mulheres assistidas na rede pública de saúde. **Revista Psicologia e Saúde**. Campo Grande, v. 10, n. 3, p. 31-43, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/pssa.v0i0.663>. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2018000300009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2018000300009&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 02 nov. 2019.

SOUZA, G. K. O. de. **Representações sociais dxs adolescentes acerca da violência nas relações de intimidade**. 2019. 142f. Dissertação (Mestrado profissional) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019.

# PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: UM COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DA PSICOLOGIA

*Camila Louise Baena Ferreira*<sup>79</sup>

## INTRODUÇÃO

As diretrizes das políticas de atenção à infância e adolescência provêm de um extenso marco legal nacional e internacional; entre eles cita-se: a Constituição Federal de 1988; a Convenção sobre os Direitos de Crianças e Adolescente de 1989; e o Estatuto da Criança e do Adolescentes de 1990 (BRASIL, 2020).

O Brasil se constitui num dos primeiros países signatários da Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, e os princípios de tal convenção se encontram também na Constituição Federal. Desse modo, compromete-se na efetivação dos direitos infantojuvenis como prioridade absoluta. Nesse contexto, sob a influência das normativas internacionais e da Constituição Federal, surge o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) através da Lei n. 8.069/1990 (BRASIL, 2020).

Destaca-se que o ECA foi a primeira inovação jurídico-social significativa para os países latinos, tornando-se assim um importante marco legal não apenas para o Brasil (MENDEZ, 2006). Pode-se afirmar que,

---

79 Mestre Multidisciplinar em Saúde na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Psicóloga no Hospital Universitário/UFSC. Psicóloga no Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB/Londrina-PR) entre 2014 e 2018.

no mínimo, 15 (quinze) legislações latino-americanas foram inspiradas no ECA; período que corresponde ao enfrentamento dos governos autoritários na região. Ou seja, este novo marco legal associa-se a um contexto mais amplo que vai além da proteção de crianças e adolescentes; contribuindo, assim, para a promoção da democracia (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2008).

Uma importante ruptura promovida pelo ECA foi com a categoria “menor”, termo utilizado anteriormente para classificar crianças e adolescentes numa perspectiva que trazia a ideia de “anormalidade”; que por sua vez remetia a um caráter de exclusão e desigualdade. No novo paradigma jurídico indicado pelo ECA, a criança e adolescente são contemplados como “ser humano” em condição peculiar de desenvolvimento. Isto significa que as crianças e adolescentes não atingiram a maturidade biológica, psicológica e social; assim há a necessidade de maiores intervenções para a promoção de seu desenvolvimento integral e a proteção diante de riscos que podem impedir tal desenvolvimento. Desse modo, compreende-se que as crianças e os adolescentes são titulares de direitos humanos gerais e especiais no sistema internacional de direitos humanos (BRASIL, 2020).

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) afirma que os profissionais da categoria são convocados “ao compromisso ético-político da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de modo geral, com absoluta primazia de todas as crianças e adolescentes” (BRASIL, 2020, p. 12). Entre os Princípios Fundamentais do Código de Ética Profissional consta que “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 2005, p. 07).

Entre as diversas formas de violência que as crianças e adolescentes podem estar submetidos, evidencia-se a violência sexual como uma das mais graves formas de desrespeito aos direitos humanos. O enfrentamento da violência sexual infantojuvenil constitui um grande desafio para o Poder Público; no qual é necessário envolver diversas áreas como saúde, assistência social, educação, segurança pública, entre outras (BRASIL, 2020).

Diante do exposto, o presente trabalho pretende apresentar sobre a contribuição da Psicologia na Atenção Básica de Saúde para a prevenção da violência sexual às crianças, através de intervenções realizadas junto ao

Programa Saúde na Escola (PSE) no município de Londrina/PR. Desse modo, nos capítulos a seguir será apresentado uma breve contextualização sobre a Atenção Básica de Saúde e o PSE, a temática da sexualidade nas escolas e o enfrentamento da violência sexual infantojuvenil; por fim, a ação preventiva de forma articulada entre a área da saúde e educação.

## 1. ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE E O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

A Atenção Básica se constitui no primeiro nível de assistência do Sistema Único de Saúde (SUS); no qual possui a Equipe de Saúde da Família como responsável pelo cuidado longitudinal aos indivíduos em território adscrito, com prioridade para as ações de promoção e prevenção da saúde (BRASIL, 2012). A equipe de Saúde da Família é composta por, no mínimo, médico, enfermeiro, auxiliar ou técnico de enfermagem e agentes comunitários de saúde (BRASIL, 2000).

Em 2008 é instituída nova equipe, atualmente designada como Núcleos Ampliados de Saúde da Família e Atenção Básica (Nasf-AB), com o objetivo de ampliar o escopo de ações e resolubilidade da Atenção Básica. Tais equipes são constituídas por profissionais de diversas categorias – incluindo a Psicologia –, que devem atuar em conjunto com a equipe de Saúde da Família (BRASIL, 2012, 2000).

Nesse contexto, destaca-se o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído pelo Decreto Presidencial n. 6.286/2007; uma parceria entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação de forma a ampliar ações específicas de saúde aos alunos da rede pública de ensino (BRASIL, 2009). Assim, as equipes de Saúde da Família e do Nasf-AB atuam diretamente com os alunos em dois componentes: “Avaliação das condições de saúde” e “Promoção da saúde e prevenção dos agravos”. Este último componente tem como objetivo a implementação de estratégias envolvendo temas prioritários para cada nível de ensino como: alimentação saudável, atividade física, drogas, sexualidade, entre outros (BRASIL, 2015). Entre as ações desenvolvidas pelos psicólogos do Nasf-AB no município de Londrina/PR, encontra-se a prevenção à violência sexual infantil.

Embora este artigo apresente ações promovidas por profissional da Psicologia durante atuação no PSE, considera-se que as intervenções

que serão descritas não estão restritas a tal contexto. Assim, podem ser promovidas em outros ambientes (como consultórios, por exemplo) e por demais profissionais que possuam vínculo com a criança (como familiares e professores).

Entretanto, conforme apontado por Moreira e Folmer (2015), faz-se importante observar que os professores têm encontrado dificuldades para trabalhar o tema da sexualidade, de forma geral, por questões relacionadas à ausência de capacitação e o tabu que permeia tal conteúdo. Gava e Vilela (2016) chamam a atenção acerca do atual cenário, em que o embate político e ideológico torna ainda mais difícil legitimar temas que envolvem a sexualidade de crianças e adolescentes no ambiente escolar. Diante de tal contexto (que será explicitado melhor na próxima seção) reafirma-se a importância da atuação do psicólogo para promover a reflexão das dificuldades encontradas no ambiente escolar; e assim possibilitar ações preventivas ao público infantojuvenil.

## 2. EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

Desde 2004, surgiram 60 projetos de lei no Congresso Nacional oriundos do movimento “Escola sem Partido”, com a finalidade de impedir que professores realizem a doutrinação política e ideológica de alunos. Entre as solicitações de tal movimento, consta a exclusão dos termos orientação sexual e gênero do Plano Nacional da Educação e da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017); situação repudiada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). Entretanto, mesmo com o repúdio do CNDH, observa-se que houve mudanças no Plano Nacional de Educação, que podem acarretar importante retrocesso.

O Plano Nacional de Educação do ano de 2001 mantinha a educação sexual entre seus objetivos e metas para os cursos de formação docente. Já no PNE atual – dos anos de 2014 a 2024 – foi excluído o tema da educação sexual nos contextos escolares (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019). Ressalta-se que o referido Plano, sancionado pela Lei nº 13.005/2014, possui entre suas estratégias “garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual [...]” (BRASIL, 2014, p. 8). Assim, evidencia-se que apesar de

alguns retrocessos, a escola ainda é reconhecida como um importante dispositivo para o combate à violência sexual infantojuvenil.

Outra importante normativa nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular, no ano de 2017, apresentou o tema da sexualidade resumindo apenas às questões de reprodução e doenças sexualmente transmissíveis na disciplina de Ciências no 8º ano. Diante do exposto, observa-se um mecanismo de interdição e silenciamento na temática da sexualidade na escola (BARBOSA; VIÇOSA; FOLMER, 2019).

Para ilustrar melhor acerca do retrocesso vivenciado atualmente, vale lembrar que a educação sexual nas escolas teve seu surgimento no início do século XX, com o foco no controle epidemiológico. Os discursos, nesta época, eram caracterizados como repressivos; respaldados nos pressupostos da moral religiosa e do caráter higiênico das estratégias de saúde pública. Com o decorrer do tempo, houve importante avanço nas discussões políticas sobre direitos sexuais e reprodutivos, impulsionados pelo movimento feminista; ampliando, assim, a temática da sexualidade para além do caráter biológico (SFAIR; BITTAR; LOPES, 2015).

É necessário considerar que limitar e restringir questões relacionadas à temática da sexualidade na escola pode gerar uma atitude de insegurança e distanciamento dos professores até mesmo para abordar o combate à violência sexual. Por conseguinte, ocorre um enfraquecimento significativo da função protetiva do ambiente escolar e seus profissionais.

ARCARI (2017, p. 8) corrobora o exposto acima, ao afirmar:

Políticos que constroem uma legislação que impede discussão de gênero em sala de aula estão sendo coniventes com a violência sexual e deixando crianças vulneráveis. Ambos os temas convergem. Quando refletimos sobre os estereótipos de gênero que colocam meninos e meninas em situação de vulnerabilidade e, a partir disso, construímos com eles ferramentas para identificarem a violência, estamos de fato fazendo a prevenção.

### 3. ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL

A violência sexual é caracterizada como todo ato que atenta o direito humano ao desenvolvimento sexual da criança e adolescente,

no qual o agente encontra-se em situação de poder e desenvolvimento sexual desigual em relação às crianças e adolescentes vitimizados<sup>80</sup> (BRASIL, 2018). Muitas vezes, a violência sexual perdura encoberta por pactos de silêncio; dificultando-se a identificação de sua ocorrência, as medidas legais contra o agressor e a assistência às vítimas (BRASIL, 2020). Chauí (1985) descreve a violência como uma ação que não trata o ser humano como pessoa, mas como coisa; caracterizada pela inércia, passividade e silêncio.

Azevedo (2001) acrescenta que a violência sexual traz, em seu âmago, a educação adultocêntrica; a qual envolve relações em que o adulto possui poder sobre a criança, e a enxerga como um indivíduo fraco, inferior, não digno de atenção e lhe atribui pouco respeito no que tange sua própria sobrevivência.

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA) configura-se como a instância máxima de construção de políticas públicas para este grupo etário. Possui composição paritária, na qual o Conselho Federal de Psicologia (CFP) constitui-se como uma das organizações representante da sociedade civil (BRASIL, 2020).

No ano de 2000, o CONANDA aprovou o primeiro Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil (PNEVSCA); sendo revisado em 2013. A construção de tal Plano ocorreu por meio de um processo participativo entre as três esferas federativas (União, estados e municípios), dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), bem como da sociedade civil organizada. Assim, firmou-se o compromisso de “defesa intransigente dos direitos de crianças e adolescentes, sobretudo daquelas(es) que se encontram em ameaça ou violação ao direito fundamental de desenvolvimento de uma sexualidade segura e saudável” (BRASIL, 2013, p. 04; BRASIL, 2020).

As estratégias para a formulação e implementação de políticas estão divididas em diferentes eixos como:

---

80 Violência sexual é um macroconceito que envolve dois conceitos: abuso sexual e exploração sexual (BRASIL, 2013). Neste artigo, optou-se por apresentar o termo em sentido mais amplo em todas as seções; entretanto alguns autores utilizam o termo “abuso sexual” ao abordar sobre os livros infantis e ações preventivas.

**Análise da Situação:** conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisas;

**Mobilização e Articulação:** fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; envolve redes, fóruns, comissões, conselhos, etc.

**Defesa e Responsabilização:** atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.

**Atendimento:** garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados.

**Prevenção:** assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa.

**Protagonismo Infanto-juvenil:** promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos (BRASIL, 2013, p. 09, grifo da autora).

#### 4. ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

As crianças encontram-se vulneráveis à violência sexual devido à proximidade com o agressor, visto que, em sua maioria, constitui-se num familiar (37%) e pessoas conhecidas (27,6%) conforme dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan (BRASIL, 2018a).

Soma-se, ainda, que a noção de perigo não se encontra totalmente desenvolvida nas crianças; “sua intuição ainda não está abastecida com informações suficientes nem experiência para mantê-las seguras” (SANDERSON, 2005; p. 165). Ou seja, as crianças possuem dificuldades para discriminar as manifestações afetivas de forma a diferenciar entre um ato agressivo e um ato cooperativo; bem como não possuem repertório para agir diante de uma situação abusiva (SOMA; WILLIAMS, 2014, 2017).

As ações de prevenção à violência sexual voltadas diretamente às crianças devem focar nas habilidades de autoproteção, conhecida como os três “Rs” – reconhecer, resistir e relatar. Assim, inicialmente é necessário ajudar a criança no reconhecimento das potenciais situações abusivas. O passo seguinte envolve ensiná-la a resistir verbalmente (“dizer não”) e se afastar da presença do ofensor. Por último, relatar as situações abusivas, tanto atuais quanto anteriores, a uma figura de autoridade e confiança (PADILLHA; WILLIAMS, 2009).

Pesquisas demonstram que em 44% dos casos de violência sexual praticada contra crianças e adolescentes, o professor foi a primeira pessoa a ter conhecimento da situação (BRINO; WILLIAMS, 2003). O dado apresentado faz bastante sentido, visto o período prolongado de convivência entre alunos e professores, tornando possível que estes observem mudanças de comportamento nas crianças que podem ser indicativos da situação de violência. Além do mais, independente de mudanças comportamentais, considera-se que o vínculo de afeto e confiança que a criança possui com seu professor é um importante elemento para facilitar a comunicação de situações abusivas.

#### 4.1. A LITERATURA INFANTIL COMO ESTRATÉGIA DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL

A literatura possui um importante potencial para promover mudanças na vida das pessoas diante de sua capacidade para informar, inspirar e encorajar atitudes (MCDANIEL, 2001). Isto não significa, entretanto, que apenas as pessoas com boa capacidade de leitura e compreensão direta do texto dispõem dos benefícios promovidos pela literatura. Assim, considera-se que mesmo as pessoas não alfabetizadas podem se beneficiar, ao se disponibilizar um mediador que realize a contação da história e promova as reflexões necessárias. Pode-se, ainda, utilizar outros elementos para reforçar o que é apresentado no livro, como jogos estruturados (MEYER, 2017).

O termo Livros Infantis de Abordagem Preventiva (LIAP) é proposto por Soma e Willians (2014, p. 355) para caracterizar os livros que “proporcionam às crianças representações da vida cotidiana, sendo especialmente úteis para o ensino sobre situações específicas e abordagem de temas embaraçosos e difíceis”.

Diversos autores brasileiros publicaram, recentemente, LIAP que envolvem a temática de violência sexual voltados para diferentes faixas etárias (FREITAS, 2019; MENDONÇA, 2019; MORELLO, 2017; MEYER, 2017a; MOTA, 2018; NOGUEIRA, 2019; TAUBMAN, 2017). A utilização de livros infantis para prevenir a violência sexual, entretanto, não é um tema recente; sendo possível encontrar publicações no decorrer de vários anos (ARCARI, 2013; BARROS, 2011; EMRICH, 2016; FERREIRA, 2012; FONSECA, 2008; SIQUEL, 2010; SPAZIANI *et al.*, 2015). Entre esses, dois livros infantis receberam o Prêmio Neide Castanha de Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes, o qual tem como objetivo homenagear pessoas e instituições que se destacaram na defesa, sobretudo, dos direitos sexuais de tal faixa etária (PRÊMIO, 2021).

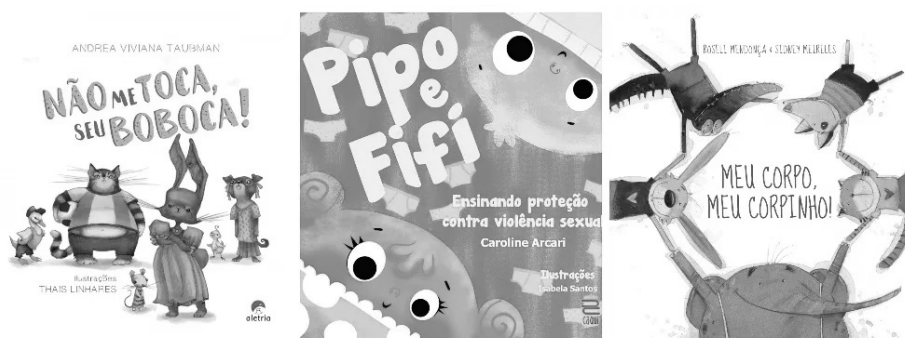


Figura 1. Capas de alguns livros infantis de prevenção à violência sexual (ARCARI, 2013; TAUBMAN, 2017; MENDONÇA, 2019).

Nesse contexto, destaca-se o livro *Segredo da Tartanina* (SILVA; SOMA; WATARAI, 2011), indicado para crianças a partir dos 05 anos, elaborado por psicólogas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS 3 (LONDRINA, 2011). Os psicólogos da Atenção Básica de Saúde do município de Londrina utilizam o referido livro para efetivar ações preventivas, especialmente em contextos escolares, onde é possível alcançar um maior número de crianças. Além da questão quantitativa, considera-se que realizar ações preventivas na escola torna-se também uma importante estratégia para promover a sua continuidade;

visto que os professores são convidados a auxiliar em tais ações e podem reproduzir em outros momentos e contextos.

Acrescenta-se aqui que o objetivo não é, de forma alguma, tornar o professor um mero reproduzidor de práticas; a autonomia do professor deve ser respeitada para que realize sua função de modo livre e criativo. As intervenções realizadas pelos psicólogos da saúde podem ser interpretadas como um estímulo aos professores para a criação de novas propostas de ações preventivas, tanto na área da violência sexual quanto em outras temáticas.

Ressalta-se, ainda, a importância de realizar tais ações no ambiente escolar devido ao vínculo afetivo entre professor e aluno, bem como dos alunos entre si. Tal aspecto é essencial para que os alunos se sintam seguros e efetivamente acolhidos, diante de uma temática tão delicada abordada por profissionais (nesse caso, psicólogos da Atenção Básica) com os quais não possuem convivência tão frequente.

Neste momento, é oportuno retomar uma questão apresentada em seções anteriores, acerca da intersectorialidade que envolve o tema da violência sexual infantil. Nessa seção, em que a proposta é ampliar os aspectos teóricos ao demonstrar como é possível realizar uma ação preventiva na prática, observa-se a questão dos diferentes setores envolvidos. É possível notar a articulação entre os serviços de Assistência Social (psicólogas do CREAS na elaboração do livro *Segredo da Tartanina*, Saúde (psicólogas da Atenção Básica na ação interventiva com as crianças, baseada no referido livro) e Educação (professores na mediação dos processos reflexivos sobre a temática com os alunos).

## 4.2. INTERVENÇÃO COM O LIVRO *O SEGREDO DA TARTANINA*

Os livros infantis de prevenção à violência sexual utilizam personagens humanos e/ou animais como forma de atrair a atenção das crianças. No caso do livro que será apresentado todos os personagens são animais marítimos, que possuem características humanas (e infantis) como ir à escola e brincar com amigos.

A personagem principal é a Tartanina, uma tartaruga que demonstra mudança de comportamento ao longo da história, afastando-se dos ami-

gos e com expressão facial de tristeza. Tartanina carrega um baú trancado com um cadeado, o qual se torna maior e mais pesado ao longo do tempo. Com o decorrer da história, entende-se que tal baú representa o segredo que a personagem guardava com si própria e não conseguia revelar a ninguém. Com a ajuda de um amigo, Tartanina consegue revelar seu segredo à professora: um polvo adulto estava tirando fotos suas sem o casco (que faz a analogia com a ausência de roupas nas crianças). A professora rapidamente aciona a família e a rede de proteção.



Figura 2. Capa do livro infantil Segredo da Tartanina (SILVA; SOMA; WATARAI, 2011).

Considera-se que as habilidades autoprotetivas (conforme descrito na seção anterior) de “reconhecer” e “relatar” a situação abusiva estão facilmente identificadas no livro (e nessa breve sinopse). Tartanina *reconhece* que se encontra em uma situação abusiva, ao apresentar tristeza, isolamento dos amigos e dificuldade em carregar o pesado baú/segredo. Inicialmente, *relata* sobre a violência a um amigo da mesma faixa etária. Posteriormente, *relata* novamente a outra pessoa: um adulto de confiança, sua professora, a qual possui maiores informações e condições para lhe ajudar.

Outros elementos importantes de se observar em livros infantis que abordam a temática da violência sexual referem-se às categorias elencadas por Maduro e Brito (2021, p. 9): “O Aliciamento com as crianças; O ato

– a violência sexual; O pedido de segredo; A revelação; e a Orientação para autodefesa.”

Sanderson (2005) define o aliciamento como o processo de manipulação emocional que o agressor realiza com a criança, disfarçando como uma relação de amizade de forma a ganhar a confiança da vítima. A intenção do agressor aqui é de difícil reconhecimento para a criança, pois a aproximação ocorre de maneira sutil e agradável; utilizando-se de elementos atrativos para as crianças como brinquedos e doces, boa conversa e disponibilidade para ajudar (SAYÃO, 2006).

Maduro e Brito (2021) demonstram trechos do livro *O segredo da Tartanina* que corresponde a esse momento do aliciamento:

De repente, Glub ouviu alguém se aproximar dele, dizendo:

– Ora, ora! Não chore, peixinho! Eu acho que *posso ajudá-lo!*

– Venha! Lá em casa eu vou lhe mostrar quantos *brinquedos interessantes* eu tenho para dar às crianças! *Você vai se divertir bastante*, lhe prometo! – foi logo dizendo o polvo ao curioso peixinho (SILVA; SOMA; WATARAI, 2011, p. 18-19).

As categorias seguintes ao aliciamento correspondem ao ato de violência e o pedido de segredo (MADURO; BRITO, 2021). No caso do livro *O Segredo da Tartanina*, a violência é caracterizada pelo ato de fotografar Tartanina sem seu casco. Conforme já explicitado por Ferreira e Pereira (2020), tal enredo é bastante apropriado visto que atualmente há uma grande facilidade no uso de tecnologias pelas próprias crianças; e assim as mesmas podem ser induzidas a se autofotografar e enviar as imagens ao agressor. Dessa maneira, torna-se importante alertar as crianças que tanto o aliciamento quanto a situação abusiva podem ocorrer mesmo sem a aproximação física entre agressor e vítima.

Ressalta-se ainda que reconhecer potenciais situações abusivas no ambiente virtual (como redes sociais) pode ser especialmente difícil, visto que o agressor possui maior facilidade nesse contexto para esconder sua real identidade e imagem. Assim, o agressor pode inclusive se identificar como um famoso artista, pelo qual a criança tem fascínio e adoração.

A revelação da situação abusiva configura-se como o ponto crucial para colocar fim ao ciclo de aliciamento e ao ato de violência, e envolve a

criança possuir uma relação de confiança com outra pessoa. É um processo bastante difícil, pois a violência sai do contexto privado e atinge a esfera pública da vida da criança. Nesse momento, a criança pode apresentar medo de ser culpada pela violência, e de o agressor cumprir com as ameaças realizadas contra ela e seus familiares (MADURO; BRITO, 2021).

Conforme demonstrado por Maduro e Brito (2021), no trecho do livro *O Segredo da Tartanina* em que ocorre o momento de revelação, é possível observar a descrição de tais sentimentos: “Então, finalmente, a Tartanina se encheu de coragem – apesar de ainda ter *medo e vergonha* também – e foi contar tudo o que sentia para a professora Baléa!” (SILVA; SOMA; WATARAI, 2011, p. 31).

Por fim, a última categoria refere-se à “orientação para autodefesa”, que envolve ensinar às crianças a identificar potenciais situações abusivas e dizer “não” diante das mesmas, bem como informar a criança quem são as pessoas que podem ajudá-las em situação de perigo. Assim, Maduro e Brito (2021) indicam o trecho do livro *O segredo da Tartanina* em que ocorre tal momento: “*Se você souber que alguém está passando por alguma intimidação semelhante à que você viu nessa historinha, peça que um adulto o ajude a encontrar a solução adequada!*” (SILVA; SOMA; WATARAI, 2011, p. 34).

Destaca-se que neste último trecho apresentado ocorre uma importante estratégia uma vez que a narrativa se volta diretamente às crianças que estão acompanhando a história. Anteriormente, tal narrativa mantinha-se focada nos acontecimentos que envolve a personagem principal e seu entorno. Após demonstrar que Tartanina conseguiu sair da situação de violência com a ajuda de pessoas de sua confiança e encontra-se protegida, a narrativa faz um alerta diretamente voltado às crianças. Assim, é possível ter um entendimento que a história de Tartanina finalizou, mas que as crianças precisam estar atentas à possibilidade de haver potenciais situações abusivas na vida real.

Um ponto importante apresentado no final da história são os serviços da rede de proteção à criança e adolescente. A professora de Tartanina acionou os pais da mesma, polícia e Conselho Tutelar. As crianças que acompanham a história podem então perceber que os adultos também precisam solicitar auxílio de outros; e aqui pode-se ampliar a discussão para explicar, de maneira resumida e simples, as diferentes funções de cada serviço.

Nesse contexto, vale lembrar sobre a importância de informar especialmente sobre o Conselho Tutelar, pois é um serviço desconhecido por parte de algumas crianças (diferentemente da polícia, que já está mais incorporada nas vivências e imaginário infantil). Outras crianças até conhecem o Conselho Tutelar, porém possuem um entendimento errôneo de sua função, caracterizando-o como um órgão punitivo; como um dispositivo que retira as crianças dos pais ou do seu lar. Assim, há necessidade da desconstrução dessa imagem negativa, pois se compreende que tal visão pode ser um importante impeditivo para uma criança em situação de violência solicitar ajuda.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ausência de psicólogos na escola, a sobrecarga dos professores na rotina cotidiana e o atual contexto político (com projetos de lei que buscam proibir determinados temas na escola como “orientação sexual e gênero”) geram dificuldades para a realização de ações preventivas acerca da violência sexual infantil e de outras temáticas.

Desse modo, os psicólogos da Atenção Básica de Saúde (e de outros serviços da rede intersetorial) exercem um papel fundamental ao promover ações educativas nas escolas, buscando diferentes dispositivos (como literatura, jogos, músicas) para tornar o tema acessível às crianças e promover sua efetiva participação. A utilização do ambiente escolar para ações educativas possui um grande potencial devido à quantidade de crianças alcançadas e por considerar que o vínculo afetivo e de confiança entre aluno-professor e entre os próprios alunos facilita a abordagem dos temas.

As ações educativas promovidas pelos psicólogos da Atenção Básica têm a finalidade de alcançar não apenas os alunos, mas também os professores. Pretende-se, assim, incentivar que estes sintam-se estimulados e capacitados para manter ações educativas de modo contínuo, bem como o planejamento de novos modos de intervenção, ampliando para diferentes temáticas.

Observa-se, conforme exposto neste artigo, que existe um grande número de livros e pesquisas acerca da utilização de livros infantis para a prevenção da violência sexual. Assim, é possível ampliar as experiências/ações com as crianças, dispondo de diferentes histórias, personagens e enredos. A

utilização do livro *Segredo da Tartanina* demonstrou-se como uma estratégia eficaz para a prevenção da violência, pois aborda as habilidades autoprotetivas necessárias, estimula a criança a reconhecer as potenciais situações abusivas e solicitar ajuda de pessoas de confiança, bem como ensina sobre os serviços de proteção. O livro mostrou-se atrativo e de fácil compreensão para as crianças, despertou-lhes a curiosidade sobre a história, e, assim, sentiram-se estimuladas para participar das reflexões propostas.

## REFERÊNCIAS

- ARCARI, Caroline. **Educação sexual na infância**: ‘informação protege’, diz pedagoga. Lunetas, 2017. Disponível em: <https://lunetas.com.br/violencia-sexual-infancia-caroline-arcari/>. Acesso em: 10/02/2022.
- ARCARI, Caroline. **Pipo e Fifi**: Prevenção de violência sexual na infância. São Paulo: All Print, 2013.
- AZEVEDO, Maria Amélia. **Infância e Violência Fatal em Família**. São Paulo: Iglu, 2001.
- BARBOSA, Luciana Uchôa; VIÇOSA, Cátia Silene C. L.; FOLMER, Vanderlei. A educação sexual nos documentos das políticas de educação e suas ressignificações. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 11, n. 10, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e772.2019>. Acesso em: 01/02/2022.
- BARROS, Odívia. **Segredo segredíssimo**. São Paulo: Geração Editorial, 2011.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Programa Saúde da Família. **Rev. Saúde Pública**, v. 34, n. 3, 2000.
- BRASIL. Resolução CFP nº 010/2005. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde na escola. **Cadernos de Atenção Básica**, Brasília, n. 24, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Caderno do gestor do PSE**. Brasília, 2015.

BRASIL. Resolução CNE/CP Nº 2, de 22 de dezembro de 2017. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular**, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos. **Relatório de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: 2013-2018**. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Boletim Epidemiológico**, Brasília, n. 27, v. 49, 2018a.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Referências Técnicas para atuação de Psicólogos (os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual**. Brasília, 2020.

BRINO, Rachel de Faria; WILLIANS, Lúcia C. de Albuquerque. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, 2003. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/520/522>. Acesso em: 01/01/2022.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: CARDOSO, Ruth; PAOLI, Maria Célia; CHAUÍ, Marilena (org.). **Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. v. 4.

EMRICH, Renata. **A mão boa e a mão boba**. Belo Horizonte: Ramanhete, 2016.

- FERREIRA, Hugo Marcelo. **Antônio**. Rio de Janeiro: Escrita Fina, 2012.
- FERREIRA, Camila Louise Baena; PEREIRA, Érica Cristina. Quando o contar histórias significa proteger: prevenção ao abuso sexual infantil através da literatura. **Pista: Periódico Interdisciplinar**, v. 2, n. 2, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pista/article/view/25072/17394>. Acesso em: 11/02/2022.
- FONSECA, Valéria. **A invasão do planeta chamado carinho**. São Paulo: All Print, 2008.
- FREITAS, Tino. **Leila**. Belo Horizonte: Abacate, 2019.
- GAVA Thais; VILLELA, Wilza Vieira. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escolar. **Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana**, n. 24, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2016.24.07>. Acesso em: 20/01/2022.
- LONDRINA. Prefeitura Municipal. Núcleo de Comunicação. **Psicólogas do CREAS lançam livro “O segredo da Tartanina”**. Londrina: PML, 2011. Disponível em: <https://blog.londrina.pr.gov.br/?p=10447> Acesso em: 21 set. 2020.
- MADURO, Daniele P. Damasceno; BRITO, Ângela do Céu Ubaiaira. Práticas pedagógicas de prevenção contra violência sexual na infância: análise de histórias para crianças. **Educação em Revista**, v. 22, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2236-5192.2021.v22nesp.p107-126>. Acesso em: 05/02/2022.
- MCDANIEL, Cynthia. Children’s literature as prevention of child sexual abuse. **Children’s Literature in Education**, v. 32, n. 3, 2001. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1010402202633>. Acesso em: 17/09/2020.
- MÉNDEZ, Emilio Garcia. Evolução histórica do Direito da Infância e da Juventude *In*: ILANUD; ABMP; SEDH; UNFPA (org.). **Justiça Adolescente e Ato Infracional**: socioeducação e responsabilização. São Paulo, 2006.

- MENDONÇA, Roseli. **Meu corpo, meu corpinho**. Curitiba: Matrescência, 2019.
- MEYER, Fabricio. **Análise do jogo “Trilha da Proteção” como auxiliar na diminuição da vulnerabilidade para violência sexual infantil**. 2017. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2017.
- MEYER, Caroline Arcari. **Livro “O que é privacidade?” Uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças**. 2017<sup>a</sup>. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) — Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2017a.
- MOREIRA Betina L. da Rocha, FOLMER Vanderlei. Percepções de professores de ciências e educação física acerca da educação sexual na escola. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 10, n. 2, 2015. Disponível em: [https://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo\\_ID282/v10\\_n2\\_a2015.pdf](https://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID282/v10_n2_a2015.pdf). Acesso em: 02/02/2022.
- MORELLO, Thais Laham. **Conte para alguém**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2017.
- MOTA, Mônica. **Tom, Elis e Chico**. Fortaleza: Brasil Tropical, 2018.
- NOGUEIRA, Lara. **Meu corpinho é só meu**. Curitiba: Editora Inverso, 2019.
- OLIVEIRA, Carmen Silveira de; OLIVEIRA, Maria Luiza Moura. Maioridade para os direitos humanos da criança e do adolescente. **Revista Direitos Humanos**, n. 01, 2008. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a\\_pdf/revista\\_sedh\\_dh\\_01.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/revistas/a_pdf/revista_sedh_dh_01.pdf). Acesso em: 06/02/2022.
- PRÊMIO Neide Castanha de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, 2021. Disponível em: <https://www.facabonito.org/pnc>. Acesso em: 02/02/2022.
- SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em Crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora, 2005.

- SAYÃO, Yara. **Refazendo laços de proteção:** ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. Manual de orientação para educadores. São Paulo: CENPEC/Childhood Instituto WFC Brasil, 2006.
- SFAIR, Sara Caram; BITTAR, Marisa; LOPES, Roseli Esquerdo. Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902015000200018>. Acesso em: 07/02/2022.
- SILVA, Alessandra Rocha Santos; SOMA, Sheila Maria Prado; WATARRAI, Cristina Fukomori. **O segredo da Tartanina:** Um livro a serviço da proteção e prevenção contra o abuso sexual infanto-juvenil. Pompéia: UDF, 2011.
- SIQUENEL, Cláudia Bonete. **Chapeuzinho cor-de-rosa e a astúcia do Lobo Mau.** Rio de Janeiro: Littris, 2010.
- SOMA, Sheila Maria Prado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcante de Albuquerque. Livros infantis para prevenção do abuso sexual infantil: Uma revisão de estudos. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, 2014. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2014000200008](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2014000200008). Acesso em: 12/09/2020.
- SOMA, Sheila Maria Prado; WILLIAMS, Lúcia Cavalcante de Albuquerque. Avaliação de livros infantis sobre abuso sexual por meio de critérios propostos pela literatura. **Temas em Psicologia**, v. 25, n. 3, 2017. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-389X2017000300014](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000300014). Acesso em: 13/09/2020.
- SPAZIANI, Raquel Baptista *et al.* **Sem mais segredo:** Juju, uma menina muito corajosa. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.
- TAUBMAN, Andrea Viviana. **Não me toca, seu boboca!** Belo Horizonte: Aletria, 2017.



# RESUMOS



# DERMATOSCOPIA NA DETECÇÃO DO CÂNCER DE PELE E A ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE

*Nancy Vieira Ferreira*<sup>81</sup>

## INTRODUÇÃO

O Brasil passa da transição de perfil de morbidade e mortalidade de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento e atinge o patamar do perfil dos países desenvolvidos com prevalência de doenças crônicas degenerativas.

A incidência e a prevalência de neoplasias malignas no Brasil seguem um padrão de estudos mundiais decorrentes de fatores genéticos até hábitos alimentares e estilo de vida.

O território brasileiro inteiro recebe intensa irradiação solar. Portanto, apresenta elevado risco para neoplasia maligna de pele.

É primordial a utilização do recurso da dermatoscopia no exame físico dos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) para o diagnóstico precoce de lesões de pele suspeitas de câncer de pele.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No perfil de prevalência por doenças crônicas, destacam-se as doenças cardiovasculares e as neoplasias malignas. Ambas derivam de hábitos

---

81 Médica, mestre em Saúde Pública pela FIOCRUZ.

e estilo de vida contemporâneos e de fator genético, além do processo natural de envelhecimento da população.

A estimativa mundial de 2018 prevê 18 milhões de casos novos de câncer e 9,6 milhões de óbitos. A neoplasia maligna de pulmão é a mais incidente, seguida de neoplasias malignas de mama, colo e reto e próstata (BRAY, 2018).

O Instituto Nacional do Câncer (INCA) estima 625 mil casos novos de neoplasia maligna no Brasil para o triênio 2020 a 2022.

No Brasil, estima-se 177 mil novos casos de neoplasia de pele não melanoma. Em segundo lugar de incidência, estão as neoplasias de mama e de próstata (66 mil casos de cada), seguidas pelas neoplasias de cólon e reto (41 mil casos), pulmão (30 mil casos) e estômago (21 mil casos).

A incidência e prevalência de câncer no Brasil segue uma tendência mundial com algumas particularidades estatísticas regionais. A Região Sudeste concentra 60% dos casos novos das neoplasias malignas.

O câncer de pele não melanoma corresponde a 27,1% dos casos novos estimados de neoplasias malignas para os homens e 29,5% para as mulheres.

AMARAL (2016) discorre sobre o motivo de o Brasil apresentar alta incidência de câncer de pele: a radiação solar e a geografia do território.

Lembra-se a exposição excessiva solar dos trabalhadores brasileiros e da população em geral e o hábito de bronzamento sem uso adequado dos protetores solares.

Todos esses fatores contribuem para o aumento da prevalência de câncer de pele anualmente.

BRAY (2018) destaca que dentre todas as neoplasias malignas diagnosticadas no mundo, o câncer de pele não melanoma é o mais prevalente para ambos sexos.

A neoplasia maligna de pele é muito prevalente no território brasileiro. E por a pele ser um extenso órgão externo, facilita que muitos pacientes percebam lesões suspeitas iniciais e procurem ajuda médica.

O médico e demais profissionais da equipe de saúde devem estimular os pacientes a realizarem o autoexame das lesões dermatológicas pelo menos uma vez ao mês para observarem alterações das mesmas. A atenção básica ou primária do SUS é o primeiro acesso à Saúde que geralmente esses pacientes fazem.

O diagnóstico e tratamento precoces da neoplasia de pele repercutem na evolução clínica e no prognóstico da doença.

Estima-se 83.770 casos novos de neoplasia maligna de pele não melanoma para homens brasileiros e 93.160 para mulheres no triênio 2020 a 2022.

ZAMBUZZI (2017) demonstra que o padrão ouro para diagnóstico de câncer de pele não melanoma é o exame histopatológico. Contudo, recomenda o uso do dermatoscópio como método de baixo custo e eficiente para detecção de pequenas lesões suspeitas de câncer de pele e para melhor resultado prognóstico do tratamento.

CARRILHO (2016) afirma que a evolução clínica e prognóstico do melanoma dependem do estadiamento de seu diagnóstico desde o estágio I (sem evidência de metástases) até o estágio IV (com metástases à distância).

O INCA estima 4.200 casos novos de melanoma em homens e 4.250 em mulheres no triênio 2020 a 2022 no Brasil.

WEBER (2018) delinea comparações de diagnósticos de neoplasias malignas de pele e afirma que o uso do dermatoscópio propicia o diagnóstico precoce do melanoma e demais tipos histológicos de câncer de pele.

O que é concordante com o estudo de Balbino (2015), que acrescenta que o dermatoscópio é muito importante em todas as fases de tratamento de neoplasia maligna de pele, especialmente no momento pós-cirúrgico.

## MÉTODO E DISCUSSÃO

Trata-se de resumo expandido com revisão bibliográfica nas plataformas de artigos científicos da literatura médica *PubMed* e *Scielo*.

Evidencia-se tendência de incremento das taxas de incidência e de mortalidade por neoplasia maligna no mundo em geral. Oriundas em parte pelo envelhecimento populacional crescente (inversão da pirâmide demográfica). E acrescentam-se as mudanças na distribuição e prevalência dos fatores de risco, com ênfase o desenvolvimento socioeconômico.

Sabe-se que os principais fatores de risco para câncer de pele são a precoce e contínua exposição prolongada aos raios solares (raios ultravioletas UV), história familiar de câncer de pele e exposição corporal às lesivas câmeras de bronzeamento artificial.

Castilho (2010) discorre sobre o culto exacerbado ao corpo e a excessiva veiculação de matérias pela mídia sobre “valorização estética do bronzeador”. E demonstra que a faixa etária mais jovem se torna mais vulnerável a esses modismos.

Há dados da Sociedade Brasileira de Dermatologia de que apenas 1/3 da população brasileira utiliza filtros solares diariamente.

Sabe-se que as crianças se expõem três vezes mais ao sol do que os adultos. Logo, é fundamental iniciar a prevenção primária ao câncer de pele desde tenra idade com a finalidade de evitar o desenvolvimento de neoplasia maligna de pele na idade adulta.

Estudos mostram que os pacientes ao observarem lesões suspeitas, procuram seus médicos dermatologistas (na rede privada) ou seus médicos na ampla rede do SUS de atenção primária.

As doenças dermatológicas representam de 30 a 50% das queixas de pacientes em consultas na atenção primária em saúde.

É importante que os médicos realizem o exame clínico ectoscópico da pele, incluindo a regra do ABCDE.

A regra ABCDE para lesões suspeitas contempla assimetria da lesão, bordas irregulares, cores heterogêneas diversas nas lesões, diâmetro maior que 6 mm e evolução da lesão.

Carrilho (2016) e Botton (2020) discutem que a dermatoscopia é um exame diagnóstico de baixo custo, elevada sensibilidade ao diagnóstico de lesões suspeitas de câncer de pele e que evita procedimentos invasivos desnecessários. Todavia, é um método examinador dependente.

A acurácia da técnica é mais evidente entre os médicos dermatologistas. Porém, médicos de família, treinados por dermatologistas no manejo do dermatoscópio, alcançam resultados de grande impacto para a Saúde Pública na detecção precoce do câncer de pele (CARMINATE, 2021).

## CONCLUSÕES

A neoplasia maligna representa o principal problema de Saúde Pública no mundo.

Destaca-se incremento de casos de câncer atribuídos a condições socioeconômicas e hábitos de vida urbana (alimentação inadequada, *fast food*, alimentos industrializados e com conservantes etc.), sedentarismo e ou-

tras práticas humanas como exposição excessiva ao sol para bronzear nas praias e clubes.

Tanto o processo contínuo de envelhecimento populacional quanto a maior exposição acumulada à radiação solar são responsáveis pelo aumento da incidência e prevalência de câncer de pele.

Preconiza-se intensificação de campanhas educativas e programa de educação continuada de prevenção ao câncer em geral, e em especial ao mais prevalente no Brasil tropical que é o câncer de pele. E treinamento de todos os médicos de família do SUS quanto ao manejo do dermatoscópio.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, C. A. *et al.* Fotoprotetores e Prevenção do Câncer de Pele. *In: KASHIWABARA, T. B. (org.). et al. Medicina Ambulatorial IV com Ênfase em Dermatologia.* Montes Claros: Dejan Editora, 2016. 560p.
- BALBINO, G. *et al.* Dermatoscopy of Melanoma and Non-melanoma Skin Cancer. **Giornale Italiano di Dermatologia e Venereologia**, 150, p. 507-19, 2015.
- BOTTON, D. V. *et al.* Relevância da Dermatoscopia para o Diagnóstico Precoce de Melanomas: Uma Revisão de Literatura. Ribeirão Preto: **Rev. Interdisciplinar de Saúde e Educação**, v. 1, p. 159-174, 2020.
- BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. **Estimativa 2020. Incidência de Câncer no Brasil**, 2019.
- BRAY, F. *et al.* Global Cancer Statistics 2018: GLOBOCAN Estimates of Incidence and Mortality Worldwide for 36 Cancers in 185 Countries. **CA: Cancer Journal for Clinicians**, Hoboken, v. 68, n. 6, p. 394-424, 2018.
- CARMINATE, C. B. *et al.* Detecção Precoce do Câncer de Pele na Atenção Básica. **Rev. Eletrônica Acervo Saúde**, v. 13 (9), 2021.
- CARRILHO. Melanoma, Carcinoma de Células Escamosas e Carcinoma Basocelular. *In: KASHIWABARA, T. B. (org.) et al. Medicina*

**Ambulatorial IV com Ênfase em Dermatologia.** Montes Claros: Dejan Editora, 2016. 560p.

CASTILHO, I. G. *et al.* Fotoexposição e Fatores de Risco para Câncer de Pele: Uma Avaliação de Hábitos e Conhecimentos entre Estudantes Universitários. *An. Bras. Dermatol*, 2010.

DOMINGUEZ, M. V. G.; KIESELOVÁ, K. História da Dermatoscopia. **Portuguese Journal Dermatology**, v. 74 (2), 2016.

WEBER, P. *et al.* Dermatoscopy of Neoplastic Skin Lesions: Recent Advances, Updates, and Revisions. **Current Treat Options Oncol**, 2018.

ZAMBUZZI, I. M. *et al.* Análise do Índice de Acurácia Diagnóstica e Terapêutica Baseada na Dermatoscopia do Câncer de Pele Não Melanoma. **Surgical & Cosmetic Dermatology**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 224-227, 2017.

# SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES EM TEMPOS DE PANDEMIA

*Estela Douvletis*<sup>82</sup>

## INTRODUÇÃO

O ano de 2020 se apresentou revolucionário em vários aspectos, inclusive na educação. A repentina suspensão das aulas presenciais em meados do mês de março causou inúmeros desafios com os quais os professores tiveram que lidar para dar continuidade ao processo de educação escolar.

Os professores se viram forçados a adequar-se de uma maneira veloz que até então não estavam familiarizados para manter o processo formativo de maneira remota, síncrona ou assíncrona com seus alunos. Essa mudança radical na vida pessoal e profissional significou perda de privacidade porque viu a “casa” se transformar em local de trabalho muitas vezes improvisado. Esse espaço que antes era utilizado para lazer ou descanso perdeu esse sentido e passou a ser sinônimo de trabalho (BAADE *et al.*, 2020)

Os sistemas educativos tiveram que se adaptar a tecnologias de informação impondo aos profissionais da educação migrar a um mundo completamente digital, deixando evidentes as carências em acesso e infraestrutura. Além disso, os professores também tiveram que se adaptar às

---

82 Mestranda em Psicologia da Saúde. Especialista em Neuropsicologia. Especialista em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana. Especialista em Sistemas e Serviços de Saúde. Fisioterapeuta. Experiência em Saúde do Trabalhador, Saúde Pública e Coletiva. Multiplicadora da CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.

tecnologias digitais, equipamentos que antes eram utilizados de forma esporádica passaram a ser ferramentas de trabalho (SPALDING *et al.*, 2020).

Não se pode negar que esse contexto expôs os professores a estressores que não haviam experimentado antes. Esses estressores influenciam as pessoas de maneiras diferentes, dependendo das habilidades pessoais de enfrentamento e das capacidades interpessoais e podem afetar a saúde mental (CARLOTTO, 2006).

O objetivo geral deste estudo é descrever como o enfrentamento da pandemia e a adaptação a novas tecnologias afetaram a saúde mental dos profissionais da educação.

## SAÚDE MENTAL DOS PROFESSORES

A saúde mental dos professores precisa de um olhar cuidadoso. A urgente necessidade de se adaptar ao ensino remoto e se familiarizar às ferramentas tecnológicas, a falta de acesso aos recursos tecnológicos e à internet desencadearam situações de estresse com casos de depressão, ansiedade e esgotamento profissional (ZAIDAN; GALVÃO, 2020). As cobranças aumentaram fazendo com que tivessem que usar a criatividade para adaptar as aulas modificando o planejamento e o plano de aula.

Assim, adiciona-se, no caso dos educadores, às demandas emocionais vivenciadas por todos durante o isolamento social e a pandemia os grandes desafios das mudanças de seu estilo de trabalho. Além disso, o contexto incerto gera medos e angústias, exacerbando as dificuldades emocionais presentes desde antes da pandemia (SANTOS, 2020; FAUSTINO; SILVA, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança repentina no cenário educacional trouxe um impacto na rotina de trabalho, nas relações e nas necessidades, nesses tempos de isolamento social, e provocou rupturas com hábitos há tempos instalados.

Apesar de os professores terem uma grande carga mental antes de iniciar a pandemia (XIANG *et al.*, 2020), desde antes, estando mais sujeitos a esgotamento emocional e problemas de saúde mental (PEREIRAL *et al.*, 2020; DIEHL; MARIN, 2016), mesmo assim tiveram um aumento de

demanda e necessidade de adaptação significativa, pois além das demandas pessoais e emocionais gerais, precisaram rever seu modo de trabalho.

O suporte familiar e o apoio no ambiente de trabalho são fatores de proteção contra a incidência dos transtornos mentais (SALAZAR *et al.*, 2021).

## REFERÊNCIAS

- Aguiar, M. R. A.; Almeida, S. F. C. **Mal-estar na educação: O sofrimento psíquico dos professores.** Juruá, 2011.
- BAADE, Joel Haroldo *et al.* Professores da educação básica no Brasil em tempos de COVID-19. **HOLOS**, v. 5, p. 1-16, ago. 2020. ISSN 1807-1600.
- CARLOTTO, M. S.; PALAZZO, L. dos S. Síndrome de Burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 5, p. 1.017-1.026, 2006.
- DOS SANTOS VAZ, Grice Anne; DE JESUS SANTOS, Edson; PEREIRA, Cláudio Alves. Educação Básica e COVID-19: desafios, estratégias e lições dos professores em tempos de distanciamento social. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 15, p. e157101522485-e157101522485, 2021.
- FAUSTINO, Lorena Silva e Silva; SILVA, Tulio Faustino Rodrigues Silva e. Educadores Frente à Pandemia: Dilemas e Intervenções Alternativas para Coordenadores e Docentes. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, ano II, v. 3, n. 7, 2020.
- Pereira, H.; Santos, F.; Manenti, M. Saúde Mental de Docentes em Tempos de Pandemia: Os Impactos das Atividades Remotas. **BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)**, Boa Vista, ano II, v. 3, n. 9, 2020.
- SALAZAR, Alejandro; PALOMO-OSUNA, Jenifer; DE SOLA, Helena *et al.* Psychological Impact of the Lockdown Due to the COVID-19 Pandemic in University Workers: Factors Related to Stress, Anxiety, and Depression. **International journal of environmental research and public health**, v. 18, n. 8, p. 4367, 2021.

- SANTOS, Marcia Pires dos. Os Desafios da Educação Infantil no Contexto da Pandemia COVID-19. **Anais Integra EaD** – edição online. Campo Grande, 2020.
- SILVA, Andrey Ferreira da *et al.* Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, 2020.
- SPALDING, M. *et al.* **Desafios e possibilidades para o ensino superior: uma experiência brasileira em tempos de COVID-19.** *Research, Society and Development*, v. 9, n. 8, e534985970, 2020.
- ZAIDAN, J. M.; GALVÃO, A. C. COVID-19 e os abutres do setor educacional: A superexploração da força de trabalho escancarada. *In: AUGUSTO, C. B.; Santos, R. D. Pandemias e pandemônio no Brasil.* Tireant lo Blanch, p. 261-278.
- XIANG, Yu-Tao *et al.* Timely mental health care for the 2019 novel coronavirus outbreak is urgently needed. **The Lancet Psychiatry**, v. 7, n. 3, p. 228-229, 2020.

# PROTOCOLO DAS MORDEDURAS POR ANIMAIS NA SAÚDE PÚBLICA E A SUBNOTIFICAÇÃO

*Nancy Vieira Ferreira*<sup>83</sup>

## INTRODUÇÃO

A raiva é uma doença de elevadas taxas de morbimortalidade.

Há estudos que correlacionam a raiva a países com índice de desenvolvimento (IDH) baixo e médio ou a países em desenvolvimento.

Apesar de ser uma enfermidade fatal, existe o importante recurso de prevenção primária através da vacinação dos animais e de pessoas que sofrem mordeduras dos mesmos.

Ressalta-se a relevância do protocolo do Ministério da Saúde (MS) no estabelecimento de fluxos para prevenção da raiva e seu tratamento.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A raiva é uma doença gravíssima, de elevada taxa de letalidade. Cursa com encefalite viral.

Transmite-se por mordedura ou arranhadura de animais (cães, gatos, morcegos etc.).

Os principais hospedeiros do vírus da raiva são os animais carnívoros e os quirópteros (MARINASKA, 2019).

---

83 Médica, mestre em saúde Pública pela FIOCRUZ.

## METODOLOGIA

Realiza-se revisão bibliográfica de artigos científicos e estudo do protocolo do Ministério da Saúde.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Flores (2018) alerta que mais de 50% de pessoas que sofrem mordedura de animais domésticos não recebem vacina antirrábica. Esse estudo apresenta indicadores epidemiológicos importantes, tais como baixa cobertura vacinal para raiva em humanos (56,3%), subnotificação (50,5% das pessoas lavam só a ferida com água e sabão em seus domicílios), deficiência da cobertura vacinal para raiva em animais domésticos (12,22% não vacinados). E detecta seis casos de raiva canina no período de 2012 a 2017 na cidade de Puno (Peru).

Ricco (2000) demonstra que as crianças e adolescentes (faixa etária de 1 ano até 15 anos) são as principais vítimas de acidentes por mordeduras de cães. E traz indicadores de risco: 87,4% dos cães são conhecidos das vítimas e 22,7% dos cachorros não vacinados para raiva. O que expõe as vítimas ao risco de adquirirem uma doença com alta taxa de letalidade.

Moreira (2013) comenta sobre a necessidade de capacitação de profissionais de saúde quanto ao protocolo vigente do MS sobre os acidentes com mordeduras de animais. Aponta que há 58,5% de erro técnico no preenchimento de fichas de notificação com registro inadequado das condutas realizadas.

Oliveira (2012) verifica que o tratamento antirrábico humano é reduzido em áreas com alto risco para raiva e é excessivo nas áreas de baixo e médio riscos para raiva.

O estudo confirma uma tendência histórica, ou seja, o principal animal agressor é o cão, seguido pelo gato e os quirópteros (morcegos).

Urgem projetos de educação sanitária para a prevenção da raiva e ações primárias de prevenção (MARINASKA, 2019).

## CONCLUSÕES

Sugere-se maior divulgação do protocolo de raiva do MS na sociedade, até nas escolas.

Deve haver cuidado redobrado com animais errantes, abandonados, que precisam receber a vacina antirrábica. Assim como incentivo à vacinação em massa de todos animais domésticos (cães, gatos).

O controle da letal raiva é dependente da intensificação das campanhas de vacinação.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Protocolo de Tratamento da Raiva Humana no Brasil**, 2019.
- FLORES, C. V. **Estudo Epidemiológico de las Mordeduras Caninas y su Relación com La Rabia em El Distrito de Puno Período 2012-2017**. 2018. Disponível em: <http://repositorio.unap.edu.pe/handle/UNAP/9260>.
- MARINASKA, A. K. A Raiva: Um Problema de Saúde Pública. Curitiba: **Anais do EVINCI – UniBrasil**, v. 5 (11), p. 400, 2019.
- MOREIRA, A. A. M.; LIMA, M. M. Conduta dos Profissionais de Saúde Pública Frente ao Atendimento Antirrábico Humano no Município de Primavera do Leste-MT. **Rev. de Epidemiologia e Controle de Infecção**, Foz do Iguaçu, v. 3 (4), 2013.
- OLIVEIRA, V. M. R. *et al.* Mordedura Canina e Atendimento Antirrábico Humano em Minas Gerais. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec**, Belo Horizonte, v. 64 (4), p. 891-898, 2012.
- RICCO, R. G. *et al.* Acidentes de Mordeduras de Cães na Infância. **Rev. de Saúde Pública**, Ribeirão Preto, v. 34 (4), p. 441-2, 2000.

# OS CRIMES DE FRAUDE E ESTELIONATO NO AMBIENTE VIRTUAL E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA<sup>84</sup>

*Ana Gabrielly de Lima Lopes<sup>85</sup>*

## INTRODUÇÃO

Com o advento dos mecanismos eletrônicos de interação, surgiu, também, a figura dos crimes perpetrados no meio virtual. Na medida em que os avanços tecnológicos contribuem para as mais diversas atividades do cotidiano do ser humano, como trabalho, lazer, estudo e entretenimento, acabam também contribuindo com a ação de pessoas mal-intencionadas, facilitando a prática de delitos dentro do ambiente cibernético.

Assim, considerando que atualmente, o acesso à rede mundial de computadores é uma realidade de praticamente todos os lares, a grande ocorrência dos crimes de fraude e estelionato virtuais, e a dificuldade muitas vezes enfrentada pelas autoridades estatais em desvendar quem são os agentes destes crimes, faz-se importante a abordagem do tema, traçando, de forma breve, qual é, ou melhor, se há legislação específica

---

84 Orientador: Luis Fernando Calheiros Cassimiro. Disciplina de TCC-2 do curso de Direito no Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná – UniSL.

85 Acadêmica do 9º período do curso de Direito no Centro Universitário São Lucas Ji-Paraná – UniSL.

que trata expressamente dos crimes de fraude e estelionato no ambiente virtual.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Preliminarmente, impende distinguir a concepção do crime de fraude, da concepção do crime de estelionato, porquanto possuem diversas semelhanças.

Acerca de ambos os tipos delituosos, conceitua o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais:

Assim, no ‘furto qualificado’ a fraude é apenas um meio para o agente chegar à subtração da coisa. Já no ‘estelionato’ ela incide da mesma forma, mas não ocorre subtração alguma, ou seja, a ‘res’ é tirada da posse do ofendido. Ao contrário, iludido na sua boa-fé pelo engodo de que foi vítima, ela a entrega ao agente.

Outra diferença entre os dois delitos é o momento da aplicação da fraude. No ‘furto qualificado’ é ela empregada concomitantemente ao apossamento da ‘res’ pelo sujeito ativo, cuja intenção principal é subtrair. É o meio enganoso usado para distrair a vigilância do ofendido sobre a coisa, iludido pelo ardil, o proprietário ou possuidor nem se apercebe de que a coisa lhe está sendo furtada, muito embora a subtração aconteça via de regra com ele presente no recinto do furto. [...]

No ‘estelionato’, ao contrário, a fraude incide antes do apossamento da coisa pelo agente e visa à captação da vontade da vítima. Esta, confiando na aparente sinceridade dos argumentos do estelionatário, consente na entrega do objeto material a ele, propiciando-lhe a obtenção de vantagem ilícita (1995. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br> – Acesso em: 8 out. 2021).

É certo que, desde que se tem notícias da vida humana, existe a figura do crime. Ocorre que o crime sofreu e sofre inúmeras mutações no decorrer dos anos. A passagem da cultura escrita para a cultura multimídia trouxe mudanças que refletiram, e refletem, em todo contexto social.

Com a alta da taxa dos delitos perpetrados por meio de dispositivos eletrônicos, fez-se necessária e urgente a criação de dispositivos penais, visando coibir tais práticas, bem como defender os usuários do ambiente virtual.

Um dos marcos para o Direito Penal Brasileiro, e também uma das primeiras alterações legais que dispôs diretamente sobre crime virtual, foi a Lei nº 12.737/2012, conhecida como Lei Carolina Dieckmann, que abordou o crime de Invasão de dispositivo informático.

Em meados de março do ano de 2019, com a chegada da pandemia da Covid-19 ao Brasil, e todas as consequentes medidas preventivas adotadas, o número de usuários conectados à rede mundial de computadores cresceu consideravelmente. Como resultado, os delitos perpetrados pelos meios eletrônicos tomaram proporções incalculáveis, se tornando corriqueiro receber diariamente notícias dos mais variados cibercrimes cometidos em todos os lugares do mundo.

Intentados em obter vantagem ilícita, muitas vezes de cunho financeiro, criminosos desenvolveram, nesse período, inúmeras técnicas para aplicação de “golpes” nas pessoas usuárias dos meios de multimídia.

Logo, a taxa destes crimes tomou tamanha proporção, que foi necessária a urgente criação de novos dispositivos no Código Penal Brasileiro, por intermédio da Lei nº 14.155, de 27 de maio de 2021, bem como a alteração de partes do artigo 154-A (Lei Carolina Dieckmann), anteriormente citado.

Nesse sentido, tem-se as modificações referentes ao artigo 154-A, no Código Penal de 1940:

Invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo ou de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita:

Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se da invasão resulta prejuízo econômico.

§ 3º [...].

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa

(2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2021).

Ademais, a Lei 14.155/2021 alterou, também, partes dos artigos do crime de furto e de estelionato.

Art. 155. [...].

§ 4º-B. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se o furto mediante fraude é cometido por meio de dispositivo eletrônico ou informático, conectado ou não à rede de computadores, com ou sem a violação de mecanismo de segurança ou a utilização de programa malicioso, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.

§ 4º-C. A pena prevista no § 4º-B deste artigo, considerada a relevância do resultado gravoso:

I – aumenta-se de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional;

II – aumenta-se de 1/3 (um terço) ao dobro, se o crime é praticado contra idoso ou vulnerável.

Art. 171 [...].

Fraude eletrônica

§ 2º-A. A pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa, se a fraude é cometida com a utilização de informações fornecidas pela vítima ou por terceiro induzido a erro por meio de redes sociais, contatos telefônicos ou envio de correio eletrônico fraudulento, ou por qualquer outro meio fraudulento análogo.

§ 2º-B. A pena prevista no § 2º-A deste artigo, considerada a relevância do resultado gravoso, aumenta-se de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços), se o crime é praticado mediante a utilização de servidor mantido fora do território nacional. [...]

(2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2021).

Muitos projetos foram apresentados no decorrer dos anos pelo legislativo, buscando tipificar precisamente os crimes de furto mediante fraude e estelionato virtuais, contudo, nenhum chegou a ser sancionado, até o mês de maio de 2021.

As alterações feitas pela Lei nº 14.155/2021, a qual qualificou e aumentou penas concernentes aos artigos 155 e 171 do Código Penal, apresentam uma efetiva resposta estatal a alarmante situação dos golpes cometidos via plataformas digitais, bem como se mostram eficazes para proteger os interesses sociais, e a vida financeira das incontáveis vítimas de tais atividades criminosas.

## METODOLOGIA

O estudo será realizado sob abordagem dedutiva, por meio de pesquisa descritiva e bibliográfica, com vistas a analisar o aumento da taxa de ocorrência dos crimes de fraude e estelionato cibernéticos, e as providências adotadas pela legislação brasileira.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O tema em questão é de grande relevância, visto que o emergente avanço tecnológico nos últimos tempos, especialmente após este período pandêmico da covid-19, influiu diretamente no âmbito criminal. É necessário que todos tenham consciência e saibam identificar os riscos que, como sendo usuários da rede mundial de computadores, estão sujeitos com alguns dos crimes cibernéticos mais corriqueiros, quais sejam fraude e estelionato.

## CONCLUSÃO

Ante todo exposto, resta claro que a criminalidade está cada vez mais presente no meio cibernético, se apresentando de diversas formas, e é do interesse de todos usuários da rede mundial de computadores saber como a legislação atua em seu favor. O advento da Lei 14.155, em 2021, trouxe

mais segurança e garantias para as vítimas dos crimes de fraude e estelionato virtuais, contudo, ainda há muito a ser feito, e é de suma importância que todos estejam atentos aos riscos que, inevitavelmente, estão expostos.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Casa Civil. **Código Penal**. Lei 14.155, de 27 de maio de 2021. Diário Oficial da União, Brasília, 27 maio 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2021.
- BRASIL, Casa Civil. **Código Penal**. Lei 12.737, de 30 de novembro de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 30 nov. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2021.
- NOGUEIRA, Jorgiano. **Automóvel: Furto ou estelionato?**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, 12 jan. 1995. Disponível em: <https://www.ibccrim.org.br>. Acesso em: 8 out. 2021.

# O PRESIDENTE DA JUNTA COMO INTERVENTOR SOCIAL: A RELEVÂNCIA DA IDENTIDADE NA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

*Carla Maria de Bastos Borrões<sup>86</sup>*

## INTRODUÇÃO

A perspectiva de olhar, que nos propomos revelar, tem por base a reportagem “Eu é que sou o Presidente da Junta”. Esta reportagem jornalística encontra-se disponível e de acesso público em <https://sicnoticias.pt/programas/eu-e-que-sou-o-presidente-da-junta/2016-06-30-O-melhor-de-Eu-e-que-sou-o-Presidente-da-Junta>. De uma forma resumida, o nosso principal objetivo é o de explorar os seguintes aspetos: elementos presentes no processo de intervenção social, papel do interventor social, ambiente de intervenção social, desenvolvimento comunitário, organização comunitária e serviço social de comunidades. Na realidade, pretendemos abordar, de forma reflexiva, o assunto, por um lado, da tradição e da mudança em ambiente de intervenção social, e por outro, do desenvolvimento social como

---

<sup>86</sup> Docente Universitária e Investigadora em Teorias Historiográficas, em Sociologia e em Políticas Públicas.

motor fundamental para a concretização prática dos direitos humanos nas sociedades contemporâneas.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A reportagem elenca casos de possíveis estudos, em contexto de diferenciadas comunidades, com visíveis resultados positivos. Esta filmagem permite dar a conhecer diversos processos de intervenção social em comunidades diferenciadas com alguns problemas comuns, mas com caminhos de resolução adequados às possibilidades, quer do interventor, quer do beneficiário, em concreto, da intervenção. A intervenção social é o mecanismo, instrumento ou ferramenta que possibilita chegar perto das pessoas, identificar os problemas e as causas e reflexivamente equacionar soluções. Assim, nestas situações de intervenção social, como em todas as demais possíveis de implementar, terá de se ter em conta que se trata de um processo social, o qual ocorre num dado ambiente espaço temporal, em que um sistema-interventor, nestes casos uma organização (Junta de Freguesia) se assume como recurso social de um sistema-cliente, nestes casos, diversas comunidades complexas de necessidades, através de interações, diretas ou de reporte, no ambiente de intervenção para ajudar a suprir as necessidades com os recursos existentes e consciencializar para diminuir entraves à mudança apostando na proximidades comunicacional. Daí, e não só, ser essencial o papel do interventor social como um interveniente privilegiado, sendo, em si mesmo, um privilégio ser conhecedor da cultura do sistema-cliente, bem como as características principais, como a idade, gênero ou escolaridade, do autoconhecimento, dos cenários de contexto político, econômico e sociocultural e da implementação de metodologia ágil na gestão do projeto. Foram evidenciados, nos diferentes exemplos na reportagem, opções possíveis de comunicação entre os agentes de mudança social, desde o presencial do típico uso da mensagem verbal e não verbal, passando pela utilização dos canais das redes sociais e da mediação que, na atualidade, é facilitada pelo uso da internet e dos meios informáticos, mediante a comunicação a distância, porém em ambas as possibilidades de canal de comunicação, o que importa é evitar o ruído e a existência de eventuais filtros comunica-

cionais. A chave do sucesso individual e profissional do interventor é a consciencialização do valor de aprender. Essa tomada de consciência é vista quando planeia, organiza, controla e motiva a equipa que lidera, mediante valores e comunicação ágil, sendo um autodidata das suas próprias emoções e da gestão das relações com o Outro no processo da aceitação das suas emoções e razões, com capacitação de adaptação à transformação, independentemente do nível de atuação pretendido, seja micro, meso ou macro, sendo a natureza dominante da tarefa social o foco da intervenção social em resposta a necessidades socioeconómicas, sociopolíticas ou socioculturais ou ambientais. Atendendo à diversidade e complexidade das necessidades sociais é pertinente que o interventor efetue a planificação das estratégias de intervenção, já que intervir nas competências sociais, favorece a reconstrução de comunidades do controlo informal, da confiança e da educação para a democracia e para a cidadania informada e participante. Processos participados ajudam a diminuir as situações de carência e pobreza, criam lideranças ágeis e comunidades integradas no cenário espaço temporal e nos objetivos comum possibilitando obter com sucesso resultados, sendo necessários recursos humanos com formação nas áreas sociais, em especial na Antropologia Aplicada, na Sociologia, na Gestão, na Comunicação, na Saúde Pública e na Ação Social usando técnicas específicas, distanciamento e objetividade em relação ao Outro e à cultura e desenvolvendo atitudes anti-etnocêntricas ou mesmo contra a humanidade.

## METODOLOGIA

Os métodos que utilizamos para desenvolver o trabalho que apresentamos foi basicamente a pesquisa de factos constantes das leituras realizadas, e das visualizações emitidas, nas quais podemos conhecer alguns casos interessantes e paradigmáticos de comunicar e perceber quais as causas de problemas sociais e formas criativas e inovadoras de tentativa de ultrapassar ou minimizar consequências nefastas para as pessoas e suas comunidades em cenários diferentes dos mostrados na reportagem que podem ser possibilidades de exemplos de boas práticas, porém sempre atendendo ao caso concreto.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento implica fazer crescer ou complexificar algo em prol de um interesse superior, ainda que, de forma dinâmica e inacabada, mediante a condução de um conjunto de pessoas em processo de desenvolvimento, elas próprias através do autoconhecimento, para melhorar as condições de vida e contribuir assertivamente para o desenvolvimento das suas comunidades, enquanto agregados sociais com um conjunto de interesses vitais de congregação em pertença. O grande contributo deste tipo de pertença, e mediante esta metodologia de ação, é além do alcance dos propósitos específicos de cada projeto de desenvolvimento comunitário, será sempre a tomada de consciência de que o Outro, enfim, de potencial agressor ou elemento de competição pode passar a ser apenas mais uma pessoa descoberta pelo Eu, e de forma cooperante, desenvolverem laços de reconhecimento, de amizade, de aceitação e de confiança partilhada. A inclusão social implica a consciencialização de que é fundamental atuar, através da criação de uma cultura social corresponsabilizante, onde lutar contra a pobreza, a saúde e bem-estar das pessoas é premissa de todos e principalmente dos líderes eleitos pelas pessoas das comunidades, enquanto interventores sociais de responsabilidade acrescida, nas diversas respostas possíveis e imaginadas para afastar ou contrariar o cenário global e humanizante. Muitas das vezes, a criatividade e o engenho dos Presidentes de Junta são os veículos instrumentais de concretização dos direitos das pessoas nas comunidades mediante as decisões individuais que tomam mas igualmente através do desenho, criação, implementação e avaliação dos projetos de desenvolvimento comunitário que optam por desenvolver nas comunidades de forma a embelezar, transformando e consciencializando para a mudança positiva de atitudes e comportamentos e também atos feios, ilícitos ou irregulares em beleza, retidão, honestidade e justiça. A maioria das vezes pelo próprio exemplo. Nos próprios projetos, o líder responsável é a cara do projeto. Afinal, “Eu é que sou o Presidente da Junta” e o Outro é-o através do Eu! A democracia participativa, mas essencialmente participada, de forma cooperante é isso mesmo: um por todos e todos por um. A dignificação da pessoa humana não tem de ficar aquém do bem comunitário. Pelo contrário, o bem da comunidade, em todos e em cada um, é que legitima e obriga a diligências concretizantes

de ação direcionada a esse fim por quem, num espaço e tempo, é o titular da responsabilidade de agir em prol das pessoas humanas em comunidade.

## CONCLUSÕES

Tudo passa e tem subjacente a aceitação do imperativo categórico da moralidade humana no acesso e no desempenho de cargos políticos onde são patentes, nestes e em outros casos de estudo, cenários dos afetos ou do seu contrário. No fundo, será sempre, como alguém já teve oportunidade, decerto, de o afirmar, o conteúdo deste trecho que pode/deve orientar a nossa presença na vida:

“Fala-me agora dos homens das suas vidas e das suas leis.

Das suas certezas e incertezas, da verdade e da razão.

Fala-me do querer chegar primeiro

e da arte de ser hoje, melhor que ontem.”

Assim, a tradição e a mudança em ambiente de intervenção social são indicadores básicos de perspectiva de olhar e no visionamento global da estratégia de ação dos Presidentes de Junta com reflexo no desenvolvimento social efetivando, desta forma, a concretização dos direitos humanos nas sociedades contemporâneas através da Identidade do Ser e não necessariamente do ato de deter.

## REFERÊNCIAS

- BURBANO, Arizaldo Carvajal. **Apuntes sobre desarrollo comunitário**. Espanha: Universidad de Málaga-España: Eumed.net, 2009. Disponível em: <http://www.eumed.net/libros-gratis/2011d/1046/>.
- CARMO, Hermano (coord.); ESGAIO, Ana; PINTO, Carla; PINTO, Paula Campos. **Desenvolvimento comunitário**. Lisboa: Universidade Aberta, 2014.
- ROBINSON, Jerry; GREEN, Gary. **Introduction to community development. Theory, practice, and service-learning**, América: Sage Publications, 2011.

# GÊNERO, SABER E PRÁXIS: RUMO A UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

*Marcelle Regina de Assis Sousa*<sup>87</sup>

## INTRODUÇÃO

Torna-se imprescindível uma breve análise histórica sobre a lógica binária “nós” *versus* “eles” (DUSSEL, 1994), para adentrarmos na (re) construção do saber sob a perspectiva decolonial, que permitirá uma compreensão do contexto cultural do gênero feminino na modernidade.

O Brasil possui uma herança “cultural” europeia, que deve ser interpretada, de acordo com Dussel (1994), a partir do ano de 1492, com o surgimento dos mecanismos uniformizadores da colonialidade (Estado, moeda, direito, língua e religião) instituídos pela hegemonia europeia.

O surgimento da modernidade, com o “ego descobridor” (DUSSEL, 1994), estabelece a forma eurocêntrica de construção da lógica binária de subalternização dos povos sobre o sentimento de domínio, que reproduz uma hierarquia absolutista de violência ao outro não europeu considerado diferente. Essa “herança cultural” implementada pela Europa traz inúmeras consequências para a formação da sociedade, sobretudo a construção de um saber hegemônico colonial.

Quando nos submetemos à análise da modernidade, é primordial a ideia de uniformização dos povos. Os impactos oriundos dessa lógica para a construção do conhecimento criam um modelo totalitário, que nega o

---

87 Graduada em Direito do Centro Universitário de Lavras – UNILAVRAS.

caráter racional de qualquer outra forma de saber não colonial construído a partir da diversidade dos povos.

O conhecimento científico, como exemplo, produzido pela modernidade, ao fechar os olhos para as demais formas de produzir saberes distinto do rigor metodológico, limita as inúmeras possibilidades do progresso científico, principalmente no campo das ciências sociais. Destarte, pretendemos, com a presente discussão, abordar o gênero sob a perspectiva do feminismo decolonial, a fim de lançar luz às novas práxis educacionais na contemporaneidade.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Diante de uma sociedade genuinamente diversa e, portanto, multicultural, torna-se cada vez mais incompatível a racionalização binária instituída pela colonialidade e suas instituições modernas. Partindo dessa premissa, a fundamentação teórica acessada para o desenvolvimento de um pensamento crítico epistemológico figura em autoras e autores, que analisam a modernidade sob o prisma decolonial.

A pretensa uniformização social, através da imposição de uma cultura eurocêntrica, gera diferentes formas de violências em detrimento ao gênero feminino. Isso posto, a construção do saber na modernidade, como forma de poder institucional, torna-se algo a ser (re)pensado pela sociedade contemporânea e configura um importante ponto de partida, para debatermos as implicações estruturais que geram a causa e o efeito das violências ainda vivenciadas pelas mulheres brasileiras e por outros grupos violentados, oprimidos e marginalizados pelo sistema mundo-moderno.

## METODOLOGIA

A pesquisa é do tipo bibliográfico, se caracteriza por uma investigação detalhada a partir de materiais já elaborados por autores (as) do campo, como livros, obras e artigos físicos ou eletrônicos que estejam em conformidade com o problema e os objetivos a serem explicitados. Equitativamente, oportuniza com que o(a) pesquisador(a) formate interpretações bem como argumentos com a finalidade de trazer contribuições para o tema (GARCIA, 2016).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente, observamos a existência de uma crise instaurada nas estruturas sociais em face aos direitos humanos (fundamentais) e movimentos sociais de grupos que sofrem algum tipo de preconceito ou exclusão, seja por sua raça, gênero, etnia ou classe social (DAVIS, 2017). Esses grupos e movimentos perpassam por um momento de resistência. Nesse sentido, o saber na perspectiva educacional na sociedade moderna deve ser ressignificado, visto que o padrão idealizado de educação imprimido pela hegemonia europeia reflete uma uniformização incompatível com a diversidade dos povos (DUSSEL, 1994).

A hegemonia advinda da uniformização reflete nas instituições de ensino. Destarte, a educação colonial, inevitavelmente, constrói um “conhecimento” excludente, imposto pela supremacia moderna e seus aparatos de saberes disciplinadores (normativos), constituídos para o exercício do poder. Nesse aspecto, os grupos considerados “minorias”, excluídos por características como raça, gênero, etnia ou classe social, são invisibilizados, pretensiosamente, para não serem ouvidos e, conseqüentemente, não produzirem conhecimento.

Assim, a nova sustentação democrática deve priorizar e refletir o conhecimento como algo para além da institucionalidade, reforçando a perspectiva decolonial da (re)construção dos conceitos modernos sobre o que vem a ser “ensinar” e “aprender”. Nessa perspectiva, compreendemos que a construção de um saber não colonial – através da diversidade – figura como ponto de partida para adentrarmos nos movimentos de emancipação do gênero feminino.

Nesse cenário, os movimentos feministas podem ser compreendidos, na modernidade, como revoluções político-culturais (LUGONES, 2014), que transcendem o modelo de construção do saber hegemônico. Isso significa dizer que as mulheres criaram, e continuam criando, mecanismos de enfrentamento dos padrões patriarcais e uniformizadores (homem-cis, branco, com moralidade cristã, hétero etc.) advindos da cultura de predominância do homem sobre a mulher instituída pela lógica binária “nós” *versus* “eles” (DUSSEL, 1994).

Ao longo da história moderna, os movimentos e revoluções sociais engajados na perspectiva simultânea de gênero, raça e classe (DAVIS,

2016), constituíram-se como potentes formas de rupturas ao sistema moderno-colonial de construção do saber e, logo, viabilizaram-se aos oprimidos – seu lugar de fala – que refletem um saber não colonial.

Na modernidade, os movimentos políticos tornaram-se espaços, que viabilizam as lutas para a emancipação de uma cultura de encobrimento, invisibilidade e violência contra a diversidade. Desse modo, a descolonização do saber figura como uma forma de poder político, que, por vezes, se sustenta no próprio discurso da diversidade não hegemônica, articulada para o saber plural.

Outrossim, partindo da perspectiva de gênero, a resistência das mulheres brancas, negras, indígenas, periféricas e imigrantes, em face da linearidade colonial, fortalece as múltiplas construções identitárias dos discursos, que, em última análise, articulam potencialidades de narrativas capazes de descolonizar o saber e a forma como se ensina e aprende hoje.

Isso posto, para chegarmos a uma sociedade livre do universalismo determinado pela supremacia moderna, é essencial superarmos a lógica de um modelo preexistente de educação, ensino e saber, haja vista que as lutas sociais para a conquista de espaço, visibilidade e direitos dentro da colonialidade devem ultrapassar a interpretação cultural dos discursos; sobretudo, consistem nas experiências originárias, identitárias, culturais, raciais e diversas do seu significado na modernidade.

Para efetivamente superarmos as violências aos grupos intitulados como “minorias”, “oprimidos” e “marginalizados”, devemos revisitar, criticamente, o que vem a ser esse saber colonial imposto aos povos encobridos. Para tanto, os conceitos de educação, ensino e aprendizado devem se subverter em seu caráter amplo e não colonial sob a perspectiva de construção de um saber – através da diversidade – dos povos e suas experiências.

Diante disso, torna-se importante a compreensão do contexto histórico e sistêmico moderno, no qual estamos inseridos, para criarmos diversas possibilidades de emancipação e superação da linearidade colonial opressora, ressignificando o próprio conceito do “saber”, desconstruindo-o ou reconstruindo-o através da diversidade natural da sociedade.

Por fim, para adentrarmos na perspectiva da construção do saber através do gênero, resta evidenciado que “Não se trata aqui de enunciar verdades eternas, mas de descrever o fundo comum sobre o qual se desen-

volve toda a existência” (BEAUVOIR, 2009, p. 288). Esse fundo comum a todas as mulheres representa as diversas formas de existências e resistências femininas na contemporaneidade.

## CONCLUSÕES

Para (re)pensarmos uma educação para além das amarras colonial, é necessário desenvolvermos, enquanto sociedade autônoma, mecanismos de emancipação de um modelo de ensino preexistente. Logo, devemos ressignificar o próprio conceito de saber. O que seria o saber na modernidade? Quem representa o saber? O saber pode se tornar uma forma de dominação dos corpos?

As indagações supramencionadas nos levam à compreensão de como o sistema moderno opera nas estruturas de poder, sobretudo na figura institucional. Assim, segundo Maria Lugones (2014, p. 935): “A modernidade organiza o mundo ontologicamente em termos de categorias homogêneas, atômicas, separáveis.” Então, para o sistema colonial, o ensino e a construção do saber sempre se limitarão aos limites institucionais, os quais, por sua vez, reproduzem os padrões universais, que perpetuam uma violência sistêmica contra a diversidade.

Nessa perspectiva, re(pensarmos) o saber sob o prisma decolonial se estabelece como uma tarefa urgente, fundamental e indispensável para a formação de um ensino transformador não apenas para a emancipação da mulher em sua integridade, mas para a libertação social e a apropriação cultural de uma sociedade colonizada.

Construir o saber através das resistências femininas das mais variadas formas de ser mulher é uma sublime maneira de descolonizar a educação opressora colonial. Nesse sentido, a educação decolonial é construída a partir das experiências de lutas e resistências dos grupos oprimidos.

Assim, um caminho possível é priorizarmos a voz da diversidade feminina nos espaços sociais, essencialmente no campo educacional. Então, como exemplo, fazer da sala de aula um lugar de fala de mulheres vítimas do sistema colonial opressor contribui para a emancipação do gênero e cria o conhecimento não colonial capaz de potencializar o verdadeiro progresso social.

## REFERÊNCIAS

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo. 2016.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DUSSEL, Enrique. 1492: El encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad. **Colección Académica**, n. 1, La Paz: Plural, 1994.
- GARCIA, Elias. Pesquisa bibliográfica *versus* revisão bibliográfica – uma discussão necessária. **Revista Línguas & Letras**, v. 17, n. 35, p. 291-294, 2016.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Hypatia**, v. 25, n. 4, p. 935-119, 2014.

# ERA UMA VEZ, NÃO ERA UMA VEZ: AS LINHAS DE GÊNERO NAS OBRAS LITERÁRIAS

*Brenda Cristina da Silva e Silva*<sup>88</sup>

*Fabrcia Vellasquez Paiva*<sup>89</sup>

## INTRODUÇÃO

O presente resumo expandido buscou apresentar o Curso de Extensão “Em linhas narrativas de mulheres: infinitos contornos de gênero”, que foi elaborado e executado no âmbito do Projeto de Extensão “De linhas, outras histórias e novas memórias: espaços, temas e sujeitos possíveis à contação e à criação de livros em literatura infantojuvenil”. Cabendo apontar que o Projeto de Extensão referenciado tem por objetivo disseminar a literatura infantojuvenil (LIJ) nos espaços da universidade, a partir do conceito de literatura como arte, e entendendo a LIJ fundamentada em uma noção ainda mais ampliada de arte, pelas lacunas próprias desse gênero literário (BARTHES, 1987;1996) – que a aproxima de uma história contada que não apenas envolve o leitor, mas o considera o próprio autor do texto lido (SISTO, 2001), sendo, desse modo, um gênero *também*, mas não só, para crianças.

---

88 Acadêmica do curso de Serviço Social da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica.

89 Doutora em Educação. Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica.

Historicamente, a mulher sempre esteve presente nas linhas literárias que narram e que encantam o mundo ao longo de suas décadas. Seja descrita nas palavras escritas nas mais diversas faces que a literatura se estrutura, seja na escrita dessas linhas; as mulheres, o ser mulher e o papel da mulher em determinada época sempre se fizeram um dos assuntos preferidos da arte literária. Já quando são elas a escreverem o contorno das histórias, seus nomes e suas palavras foram, e ainda o são, apagados pela alcunha do “anônimo”.

Percebendo, então, que a temática do gênero, especialmente as expressões da violência de gênero das muitas mulheres que compõem as linhas formativas do projeto de extensão, e do potencial estético-reflexivo que as obras literárias trazem em si, o Curso de Extensão “Em linhas narrativas de mulheres: infinitos contornos de gênero” se apresenta como um espaço possível de troca das infinitas mulheres que tecem os seus fios no encontro das escritoras de ontem e de hoje. A partir dele, nascem memórias e histórias escritas por mulheres diversas que se fizeram em contos, em prosas, em poesias e em ilustrações, denunciando suas dores, seus lugares no mundo, as suas percepções de si e as marcas em suas peles.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Buscando reforçar a importância de uma experiência estética e crítica (BAKHTIN, 2003; ADORNO, 2013) com a linguagem, considerando, especialmente, a literatura como arte – em suas narrativas verbais e não verbais – e a construção de outras vivências e novas memórias (BENJAMIN, 1987), a partir da compreensão de que o uso das histórias por meio das obras literárias se fundamenta em uma noção mais ampliada de arte (BARTHES, 1987;1996) próxima a uma história contada que não apenas envolve o leitor, mas que o considera, pela aproximação com o objeto livro, o próprio autor do texto lido (SISTO, 2001), o Curso foi fundamentado no diálogo entre os autores aqui citados e as autoras do passado e do presente.

Dentre as obras de literatura selecionadas para abrir e encerrar os encontros do Curso, estavam trechos de: *O livro das garotas audaciosas*, de Andrea J. Buchanan, *Histórias de ninar para garotas rebeldes*, de Elena Favilli e Francesca Cavallo, e *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina

Maria de Jesus que foi, também, uma das autoras homenageadas ao longo do Curso.

## METODOLOGIA

A metodologia do curso traz, em si, os diversos contornos narrativos das mulheres que fizeram história na literatura mundial. Guiadas por livros de autoras e por mulheres que marcaram o seu nome nos mais diversos cantos da vida, o curso se lança ao debate e à troca entre conceituações teóricas e literárias, abrindo mais um caminho possível para uma análise crítica, propositiva e reflexiva que não é somente externa a quem participa: o é, também e principalmente, um movimento interno de autorreflexão – na percepção de si, que pode ser transitória, o encontro com a sua percepção no/do mundo.

Uma das autoras homenageadas no curso é a escritora Carolina Maria de Jesus, reconhecida, recentemente, como Doutora Honoris Causa, pela UFRJ, em novembro de 2020. Com leituras de trechos do seu livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, que inicia o debate das influências da Questão Social para o reconhecimento do ser mulher em sociedade e a nossa percepção do nosso espaço nesse debate, a formação instiga os participantes a pensarem que, tão importante quanto o (se) reconhecer mulher – ou mulheres, no plural de um/a mesmo/a sujeito/a – também o é a forma de dizê-lo: os discursos importam tanto ou mais do que a própria identidade que resiste e que persiste, apesar de.

Pensando nessa perspectiva, pois, como forma de avaliação final, não somente dos/as participantes como do próprio curso, a formação extensionista tem contado com produções literárias dos/as participantes, que se dividem em duas construções processuais, e que compõem, no final, um portfólio: um diário pessoal, em que os/as estudantes relatam o processo de cada encontro, trazendo os conceitos trabalhados e suas percepções pessoais/vivenciais sobre o assunto. E um texto livre, um memorial, podendo ser imagético e/ou em outra expressão de linguagem, em que o/a participante irá expressar suas reflexões e vivências, boas ou ruins, diante da condição de ser mulher, e/ou de perceber o que é ser mulher no modelo de sociedade em que vivemos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram encaminhadas ao e-mail oficial do Curso dez produções finais, entre diários e memoriais, entre elas, duas produções de um participante que se reconhece enquanto homem cisgênero. Suas produções são escritas a partir das trocas proporcionadas pelos encontros e de suas memórias de sua mãe. Outra produção que mescla as vivências daquela que escreve com as memórias de outra(s) mulher(es) é aquela que narra um caminho de cuidado, de estudos e de maternidade que passam de mãe para filha.

Diante do que a escrita dessas produções apresentou, notamos que utilizar a Literatura como instrumento de debate e de reflexão sobre as expressões da Questão Social, em especial no que diz respeito àquelas que envolvem o debate de Gênero e as violências às quais as mulheres são submetidas diariamente. Por meio da escrita de si, percebemos que podemos denunciar abusos que, muitas vezes, não conseguimos fazer pela narrativa oral.

## CONCLUSÕES

À vista da análise das produções finais das/o participantes, notamos a importância e a fundamental contribuição que o uso da Literatura, e da escrita de si, como instrumento de debate e de reflexão sobre as expressões da Questão Social, em especial no que diz respeito àquelas que envolvem o debate de Gênero e as violências às quais as mulheres são submetidas diariamente, pode proporcionar para debates e para reflexões de gênero na sociedade. Encaminhamos, para tanto, a possibilidade de que as ações sobre a temática consigam se estabelecer de forma contínua e formativa nos ambientes acadêmicos e sociais.

Como resultado alcançado pelo Curso, houve um aumento do debate sobre a representação da mulher na literatura, bem como as diferentes expressões de violências retratadas pela literatura, no Projeto de Extensão. Conseguimos, então, analisar e refletir de uma forma mais ampliada, dado o material coletado a partir das escritas das participantes, sobre as questões de gênero e, com isso, buscar novas histórias e novas intervenções como caminho possível de existência e de luta no enfrentamento e na denúncia às violências de gênero, à

condição das mulheres em uma sociedade machista e à reflexão do que é ser mulher na sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Teoria estética**. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2013.
- BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- BARTHES, Roland. Leitura. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1987.
- BAKHTIN, Mikhail. **A Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**: Ensaios sobre literatura e história da cultura – Obras Escolhidas I. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- SISTO, Celso. **Textos e pretextos sobre a arte de contar histórias**. Chapecó: Argos, 2001.

# MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO: RELAÇÃO NECESSÁRIA A PARTIR DA PERSPECTIVA DA AGENDA 2030

*Maria Aparecida Fernandes<sup>90</sup>*

## INTRODUÇÃO

A partir da problemática socioambiental vivenciada nas últimas décadas, os discursos oficiais passaram a valorizar esse tema e, consequentemente, o desenvolvimento de políticas públicas passou a ser guiado com base na promoção do bem-estar social e na conservação dos recursos naturais a partir do uso do termo desenvolvimento sustentável.

Como consequência, foi instituído o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” definindo a estratégia mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030 (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, como todo processo de reflexão/ação deve pautar-se em um processo de ensino/aprendizagem e de transformações individuais e coletivas, a educação aparece como temática essencial, pois tem por finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

---

90 Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável – UFCA; fiscal de Meio Ambiente em Juazeiro do Norte-CE.

É nessa prerrogativa que o presente trabalho visa analisar a relação existente entre meio ambiente e educação usando como base a agenda 2030.

A seguir, é apresentada uma breve discussão teórica sobre os conceitos e as relações entre meio ambiente e educação.

## MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO: ENTENDENDO CONCEITOS E RELAÇÕES

Conforme expresso no art. 225 da Constituição Federal/88:

[...] todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

De acordo com o pensamento de Tostes (1994), meio ambiente é toda relação, é a multiplicidade de relações. É especialmente a relação entre os homens e os recursos naturais – o ar, a água, o solo, a flora e a fauna –; entre homens e as relações que se dão entre as coisas; entre os homens e as relações de relações, pois é essa diversidade de relações que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Desse modo, a educação aparece como parte integrante dessas relações, pois abrange os processos formativos desenvolvidos na família, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Ecco e Nogaro (2015) entendem que educação e humanização são termos inseparáveis, pois educar, em síntese, objetiva formar e “trans-formar” seres humanos, valorizando processos de mudança dos sujeitos, atualizando suas potencialidades, tornando-os humanos.

Ao compreender que qualquer modo de vida tem relação estrita e necessária com os recursos que o meio ambiente proporciona, a questão ambiental passou a ser vista como tema de fundamental importância para a sobrevivência humana, não só no âmbito local como também a nível global e, com base nisso, foi instituída a agenda 2030.

## AGENDA 2030

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é o documento final apresentado como resultado de discussões existentes a partir do fim do prazo estipulado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM. Essa agenda apresenta uma lista com 17 ODS e relata que os mesmos são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Esse plano de ação pode ser colocado em prática por governos, sociedade civil, setor privado e por cada cidadão comprometido com as gerações futuras (AGENDA 2030, 2015).

Os ODS são uma agenda mundial composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. Nessa agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, redução das desigualdades, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura entre outros (BRASIL, 2017).

Segundo Brasil (2017), os temas referentes aos ODS podem ser divididos em quatro dimensões principais:

Social: relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça. Ambiental: trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas. Econômica: aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, a produção de resíduos, o consumo de energia, entre outros. Institucional: diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS.

Os objetivos e metas dessa agenda estimulam as ações até o ano de 2030 em cinco áreas cruciais para a humanidade e para o planeta: pessoas, planeta, prosperidade, paz e parceria (AGENDA 2030, 2015).

## METODOLOGIA

A pesquisa foi exploratória e descritiva. É exploratória, pois busca desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, a partir da formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros, objetivando proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinada situação. Normalmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso (GIL, 2021).

A pesquisa descritiva apresenta como objetivo primordial descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecer as relações entre variáveis. Há casos em que pode proporcionar uma nova visão do problema, aproximando-se das pesquisas exploratórias. Pesquisas descritivas e exploratórias são realizadas comumente por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (GIL, 2021).

Para tanto, utilizou-se a abordagem qualitativa preocupando-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Realizou-se revisão de literatura a partir de um estudo de caso, que na visão de Yin (2001, p. 32) é uma investigação empírica que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que a agenda 2030 é um plano de ação voltado para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Na qual todos os países e todas as partes interessadas devem atuar de forma colaborativa para sua implementação. Apresenta medidas ousadas e transformadoras que são necessárias para direcionar o planeta para um caminho sustentável e resiliente (BRASIL, 2015).

Percebeu-se que a agenda 2030 trabalha a relação entre as temáticas meio ambiente e educação. O que pode ser constatado, por exemplo, no ODS 4, especificamente na meta 4.7:

Até 2030 garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e competências necessários para promover o desenvolvimento sustentável inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2015, p. 23).

Outro ponto em que também se pode perceber tal relação é referente às dimensões do desenvolvimento sustentável utilizadas no texto: social, ambiental e econômica, pois relatam que os ODS são integrados e indivisíveis e ainda equilibram as dimensões do desenvolvimento sustentável.

## CONCLUSÕES

Parece que a agenda 2030 considerou a necessidade da relação entre meio ambiente e educação, pois ao analisá-la, principalmente os seus objetivos e suas metas, constata-se que os dois termos não só são citados em vários momentos, como também são apresentados como relação indissociável para o alcance do desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.
- BRASIL. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

# POR UMA EDUCAÇÃO CONSTRUTIVA DO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO: REVISITANDO O CONSTITUCIONALISMO IMPERIAL EM FACE DA DOCTRINA DA EFETIVIDADE E DA CULTURA JURÍDICA DE ENSINO HODIERNO

*Pablo Lemos Carlos Sant' Anna*<sup>91</sup>

*Juliana de Souza Ribeiro*<sup>92</sup>

## INTRODUÇÃO

A revisita aos pensamentos dos autores imperiais com o contraste em relação à doutrina da efetividade e à cultura jurídica da educação brasileira hodierna se mostra imprescindível para a compreensão do alijamento da história do constitucionalismo conservador do Império, na medida em que aquela aponta que as Constituições brasileiras anteriores à de 1988 foram inefetivas. No que se refere ao ensino jurídico predominante e hodierno, apropria-se da história de modo autoritário, fragmentando a história constitucional brasileira e seu estudo heurístico. Sugere-se, portanto, uma reflexão a respeito da história constitucional brasileira, de modo a

---

91 Advogado. Mestre em Direito pela Universidade Veiga de Almeida.

92 Advogada. Especialização em Civil e Processo Civil pela Universidade Cândido Mendes.

concebê-la como constitutiva, a fim de aperfeiçoar o constitucionalismo contemporâneo brasileiro e, por conseguinte, contribuir para uma educação jurídica constituional mais científica e menos dogmática.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As teses centrais estão no campo da despreocupação, por parte dos atores políticos das Constituições anteriores à Constituição de 1988, quanto à efetividade das mesmas, bem como no que se refere à insinceridade daqueles para com o cumprimento das promessas constitucionais. Ora, em se tratando do período imperial especificamente, não se pode abrigar as referidas teses, uma vez que os principais constitucionalistas, à época - também ocupantes de cargos políticos - já manifestavam preocupação com a efetividade da Constituição Imperial.

Relativamente ao Marquês de Caravelas, não se pode conceber que o mesmo não estivesse disposto a cumprir a Constituição quando enunciou: “Quando se fez a Constituição, não se supôs que os homens seriam tão desarrazoados que quisessem aquilo que não era justo” (CAMPOS, 1823 apud LYNCH, 2014, p. 106). Outrossim, é equivocada a generalidade que se prega da despreocupação dos atores políticos com a efetividade da Constituição. Eis que Marquês de Caravelas, à época imperial, apregoava que as paixões partidárias poderiam esvaziar o sentido da Constituição (LYNCH, 2014, p. 105).

No mesmo sentido, o Marquês de São Vicente demonstrava cautela em seus comentários sobre a Constituição Imperial, quando abordava a necessária efetivação da Constituição na sociedade, não se lhe podendo imputar, portanto, a inação política para o cumprimento das normas constitucionais (SÃO VICENTE, 1857, p. 45). Aliás, tanto o Marquês de Caravelas quanto o Marquês de São Vicente, autores constitucionais do período imperial no Brasil, temiam que as Constituições fossem relegadas. Revelam também, assim, um traço sociológico, a partir da observância de circunstâncias, para que fosse possível a concretização da Constituição (SÃO VICENTE, 1857, p. 44-45; CAMPOS, 1823 apud LYNCH, 2014, p. 187). Assim, o que não se pode concluir, cegamente, é o que está exposto nos seguintes trechos: “A ilegitimidade ancestral materializou-se na dominação de uma elite de visão estreita, patrimonialista, que jamais

teve um projeto de país para toda a gente (BARROSO, 2008, p. 328)”; e “A Constituição de 1988 foi o marco zero de um recomeço, da perspectiva de uma nova história. Sem as velhas utopias, sem certezas ambiciosas, com o caminho a ser feito ao andar” (BARROSO, 2008, p. 329).

Ora, mas como o Direito Brasileiro pode decidir os conflitos sociais se relega a segundo plano sua própria história constitucional? Ou seja, emprestando um caráter dogmático ao Direito, a este cabe apenas a decisão de conflitos com base em suas próprias certezas, sem observar uma interdisciplinaridade com os demais saberes, tal como a história constitucional do Direito brasileiro, que poderiam contribuir para aperfeiçoar o constitucionalismo contemporâneo brasileiro?

Para a cultura da educação jurídica hodierna e brasileira, direito e dogma são expressões quase sinônimas – se não o são – partindo-se do pressuposto de uma criação de verdade que compreende o direito na esfera dogmática. Diante desse cenário, a história constitucional brasileira não tem sua devida importância no currículo acadêmico, visto que há uma preocupação maior na formação de profissionais voltados para aplicar o Direito, de modo silogístico e com base em manuais com foco no dever ser, sem moderar o motivo da mesma ter sido criada (KANT DE LIMA, 2011, p. 20).

## METODOLOGIA

O trabalho utilizou como metodologia a análise de discursos de autores da área jurídica, e também de autores da Antropologia e História do Direito, seja por meio de sítios eletrônicos, seja por meio de suportes físicos, confrontando e comparando os referidos discursos para melhor reflexão sobre a cultura do ensino jurídico constitucional.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde os primeiros anos da faculdade, a pesquisa jurídica como um todo é esquecida em detrimento da valorização da cultura jurídica do estudo de “manuais”, que nada mais fazem que a reprodução de “certezas” e “verdades” irrefutáveis ditadas por doutrinadores legitimados para “iluminar” a melhor interpretação da norma ou da situação jurídi-

ca. Diante da cultura de ensino jurídico, que tem como único objetivo, ou pelo menos predominante, formar o discente para “atuar na prática”, é indubitável que a pesquisa reste enfraquecida e, por conseguinte, não fomentada pelo meio acadêmico. A consequência é o alijamento do ensino da história constitucional a partir do esquecimento de atores apresentados do constitucionalismo imperial, tais como o Marquês de São Vicente e o Marquês de Caravelas, que fizeram parte e contribuíram para a construção do pensamento político-constitucional brasileiro e da história constitucional do Brasil.

## CONCLUSÕES

A doutrina da efetividade, ao negar efetividade às Constituições anteriores, contribuiu para o esquecimento e para a perversão do pensamento político-constitucional do Império, principalmente quando relaciona tradição como sinônimo de inefetividade e de insinceridade quanto à falta de vontade de concretizar as promessas constitucionais. Essa assertiva não parece a mais adequada, visto que toda Constituição teve efetividade, variando apenas em relação ao grau desta. Outrossim, a cultura de ensino jurídico revela o quanto os dogmas jurídicos são valorizados e acabam por marginalizar a pesquisa da história constitucional brasileira, a relegando como matéria de mera curiosidade acadêmica, sem pretensão de construir e repensar o presente cenário jurídico constitucional a partir de experiências com outras constituições brasileiras.

Evidencia-se, assim, um sentido negativo do passado constitucional brasileiro seja pela doutrina da efetividade, seja pela cultura jurídica de ensino hodierna, a qual valoriza, excessivamente, a profissionalização dos discentes, e ao mesmo tempo, marginaliza a pesquisa da história constitucional brasileira quando não se aprofunda, e até esquece ou desconhece, autores do constitucionalismo imperial que contribuíram para a História constitucional.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **O direito constitucional e a efetividade de suas normas**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

KANT DE LIMA, R. Por uma antropologia do Direito no Brasil. In: KANT DE LIMA, Roberto. **Ensaio de Antropologia e de Direito: acesso à justiça e processos institucionais de administração de conflitos e produção da verdade jurídica em uma perspectiva comparada**. Rio de Janeiro: Editora: Lumens Juris, 2011, p. 1-38.

LYNCH, Christian Edward Cyril. **Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas**. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

SÃO VICENTE, José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de. **Direito publico brasileiro e analyse da Constituição do Imperio**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1857. Disponível em :< <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185600>>. Acesso em: 11 fev. 2022.

